



IRIS CECILIA ORDOÑEZ GUERRERO

**REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM
ASSENTAMENTOS RURAIS: O caso do Horto Vergel, Mogi
Mirim/SP**

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Engenharia Agrícola

IRIS CECILIA ORDOÑEZ GUERRERO

***“REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM
ASSENTAMENTOS RURAIS: O caso do Horto Vergel, Mogi
Mirim/SP”***

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Engenharia Agrícola, área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA IRIS CECILIA ORDOÑEZ GUERRERO E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO.

Assinatura da Orientadora

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Elizangela Aparecida dos Santos Souza - CRB 8/8098

Or26r Ordoñez Guerrero, Iris Cecilia, 1977-
Reforma agrária e segurança alimentar em assentamentos rurais : o caso do Horto Vergel, Mogi Mirim/SP / Iris Cecilia Ordoñez Guerrero. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Reforma agrária. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Questão agrária. 4. Assentamento rural. 5. Políticas públicas. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira, 1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Agrarian reform and food security in rural settlements : the case of Horto Vergel, Mogi Mirim/SP

Palavras-chave em inglês:

Agrarian reform
Food and nutrition security
Agrarian question
Rural settlement
Public policy

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutora em Engenharia Agrícola

Banca examinadora:

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]
Walter Belik

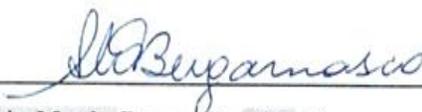
Antonio Lázaro San'Ana
Abelardo Gonçalves Pinto
Julieta Teresa Aier de Oliveira

Data de defesa: 27-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

Folha de Aprovação

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Iris Cecilia Ordoñez Guerrero**, aprovada pela Comissão Julgadora em 27 de fevereiro de 2014, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



**Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidenta e Orientadora
Feagri/Unicamp**



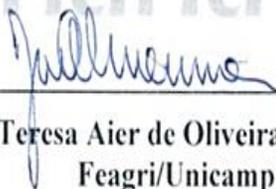
**Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana - Membro Titular
FEIS/Unesp**



**Dr. Abelardo Gonçalves Pinto – Membro Titular
CATI**



**Prof. Dr. Walter Belik - Membro Titular
IE/Unicamp**



**Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira - Membro Titular
Feagri/Unicamp**

RESUMO:

Diante do iminente processo de emergência do Brasil e a existência de milhões de famílias que ficaram fora deste processo, conhecer e entender a Reforma Agrária do País converte-se num fato de considerável importância social e científica. Diante disto, este trabalho tem como objetivo principal contribuir na promoção e no melhor entendimento da multidimensionalidade da política de Reforma Agrária a partir do olhar dos beneficiários. Busca conhecer e analisar a Reforma Agrária do Brasil por meio de sua materialização em Assentamentos rurais e junto às famílias assentadas; analisar o caminhar desta política por meio da sua implementação no Assentamento Horto Vergel, pondo em evidência, em nível local, os diferentes aspectos desta. Além disto, analisa a interrelação que existe, em nível familiar, entre os diferentes aspectos pelos quais perpassa a Reforma Agrária e a (In)segurança Alimentar sob enfoque da Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar - EBIA. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritiva- explicativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas, incluindo a metodologia da Escala Brasileira de (In)segurança alimentar - EBIA. Os resultados demonstram que a Reforma Agrária é uma importante política estruturante que deve ser analisada em seu caráter multidimensional. É uma Política que promove a segurança alimentar, fortalece a produção, renda, qualidade de vida, direitos e dignidade, contudo, existem caminhos a rever e parcerias a consolidar em prol da maior efetividade desta. A Reforma Agrária dialoga positivamente com a Segurança Alimentar e é evidentemente necessária tanto na vida das pessoas que passaram e que aguardam por ela assim como no desenvolvimento integral do País.

Palavras chave: Reforma Agrária, Questão Agrária, Segurança Alimentar, Assentamentos Rurais, Políticas Públicas.

ABSTRACT:

Due to imminent emergence process in Brazil and the existence of millions of families excluded of this process, know and understand the agrarian reform in the country, becomes in a fact of considerable social and scientific importance. Thus, this work aims to contribute in the promotion and better understanding of the multidimensionality of the agrarian reform policy through the eyes of the beneficiaries. This research paper seeks to understand and to analyze the Agrarian Reform of Brazil through its materialization in rural settlements and their settled families, following the process of Agrarian Reform through to its implementation in the Horto Vergel settlement, putting in evidence, at the local level, different aspects of this policy. Moreover, it analyzes the interrelationship that exists, at family-level, between different aspects by which pervades Agrarian Reform with the (In)Security food using the Brazilian Scale Food (In)Security (EBIA in Portuguese language). Methodologically, it is a qualitative and quantitative research, with descriptive-explanatory character, based on semi-structured interviews with open and closed questions, including the methodology of Food (In)Security Brazilian Scale (EBIA in Portuguese language). The results demonstrated that the Agrarian Reform is an important structural policy that must be analyzed in its multidimensional character. The Agrarian Reform promotes food security, enhance production, income, quality of life, dignity and rights. However, for a greater effectiveness, revision and consolidation of partnerships have to be done. The Agrarian Reform dialogues positively with the food security and is needed for those who successfully received their benefits and those who still waiting for it as well as the full development of the country.

Key Words: Agrarian Reform, Agrarian Question, (In)security Food, Rural Settlements, Public Policy.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2. A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS: CONHECENDO OS CAMINHOS	8
2.1 Considerações Preliminares	8
2.2 A Política Agrária e a Questão Agrária	9
2.3 A Reforma Agrária Através de Diferentes Olhares	10
2.4 As Tipologias das Reformas Agrárias	17
2.5 Panorama Cronológico das Reformas Agrárias - RAs do Mundo	24
2.5.1 Alguns casos de RA no mundo	25
2.5.2 Alguns casos de RAs na América Latina	29
2.6 A Reforma Agrária Brasileira a Partir do Olhar da Questão Agrária	38
2.6.1 A Reforma Agrária Brasileira: aprofundando no tema	48
2.6.2 Desapropriações com Fins de Reforma Agrária desde Sarney até Rouseff	51
2.6.3 As Famílias Assentadas no Brasil (1985-2013)	53
2.6.4 Famílias Assentadas no Estado de São Paulo (1994-2013)	56
2.7 Considerações Finais do Capítulo.....	61
CAPÍTULO 3. OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A SEGURANÇA ALIMENTAR: O CAMINHAR DO HORTO VERGEL NO DECORRER DOS SEUS 16 ANOS	64
3.1 Considerações Preliminares	64
3.2 Assentados e Assentamentos, uma breve definição	65
3.3 O Município Mogi Mirim, Sede do Assentamento Horto Vergel.....	66
3.4 O Caminhar do Assentamento Horto Vergel no decorrer dos seus 16 anos de luta	71
3.4.1 O Assentamento Horto Vergel: um pouco de história	72
3.4.2 Aspectos Geoambientais do Assentamento.....	74
3.4.3 A População do Vergel	81
3.4.3.1 Os Homens e Mulheres do Vergel	83
3.4.3.2 As Cores do Vergel.....	84
3.4.3.3 As Idades do Vergel.....	84
3.4.3.4 A Escolaridade no Vergel	86
3.4.4 Segurança Cidadã, Infraestrutura, Transporte e meios de Comunicação do Vergel	88
3.4.4.1 Segurança Cidadã.....	88
3.4.4.2 Saneamento Básico	89

3.4.4.3	Energia Elétrica.....	92
3.4.4.4	Transporte	93
3.4.4.5	Meios de comunicação.....	93
3.4.5	A Produção do Vergel.....	94
3.4.5.1	A Produção Vegetal	97
3.4.5.2	A Produção Animal.....	104
3.4.5.3	A Produção Processada.....	106
3.4.5.3.1	A Produção de Carvão	109
3.4.5.3.2	As Atividades não Agrícolas no Vergel.....	111
3.4.6	Condições de Vida no Vergel	112
3.4.6.1	Moradia.....	112
3.4.6.2	Saúde.....	116
3.4.6.3	Renda	121
3.4.7	A (In)Segurança Alimentar	127
3.4.7.1	O que comem os Assentados do Vergel.....	129
3.4.8	As Percepções dos Assentados do Vergel sobre sua qualidade de vida.....	133
3.4.9	Políticas de Proteção Social e de Fortalecimento da Agricultura Família	139
3.4.9.1	O Programa Bolsa Família – PBF.....	139
3.4.9.2	O Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.....	147
3.4.9.3	O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	155
3.4.9.4	A Assistência Técnica e Extensão Rural –ATER	160
3.5	Considerações Finais do Capítulo.....	169
CAPÍTULO 4. REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS FAMILIAS DO HORTO VERGEL		173
4.1	Considerações Preliminares	173
4.2	Conceituando a Segurança Alimentar e Nutricional:.....	174
4.2.1	A Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar- EBIA	178
4.3	As 13 Famílias Titulares que Deixaram o Assentamento entre 2008 e 2013	183
4.4	A (In)segurança Alimentar nas Famílias do Vergel.....	193
4.4.1	A Evolução da (In)SA das famílias titulares assentadas do Horto Vergel.....	193
4.4.2	A (In)SA e sua relação com as famílias “com” e “sem” filhos menores de 18 anos ...	195
4.4.3	Assentados que frequentam a escola e sua relação com a (In)segurança alimentar.....	197
4.4.4	Número de integrantes por família e sua relação com a (In)segurança alimentar.....	199

4.5	Produção no Vergel e sua relação com a (In)segurança Alimentar	200
4.5.1	Produção Vegetal e sua relação com a (In)segurança alimentar	200
4.5.2	A Produção Animal e sua relação com a (In)segurança alimentar.....	202
4.5.3	A Produção Processada e sua relação com a (In)segurança alimentar.....	204
4.5.3.1	A Produção de Carvão Vegetal	206
4.5.4	As Atividades Não Agrícolas e sua relação com os níveis de (In)SA	209
4.6	Moradia, Saúde e Renda e sua relação com a (In)segurança Alimentar	211
4.6.1	A Moradia das famílias do Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar	211
4.6.2	A Percepção da Saúde das Famílias do Vergel e sua relação com a (In)SA.....	212
4.6.3	A Renda das Famílias Titulares do Horto Vergel e sua relação com a (In)SA.....	214
4.7	Políticas de Proteção Social e de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a (In)SA	216
4.7.1	O Programa de Aquisição de Alimentos –PAA e sua relação com a (In)SA.....	216
4.7.2	O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e sua relação com a (In)SA .	218
4.7.3	O Programa Bolsa Família (PBF) e sua relação com a (In)segurança alimentar	221
4.7.4	A Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER e sua relação com a (In)SA.....	223
4.8	O Consumo Alimentar Familiar e sua relação com a (In)segurança alimentar	225
4.9	Percepções Familiares sobre Qualidade de Vida e sua relação com a (In)SA	230
4.10	Considerações Finais do Capítulo.....	232
	CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
	REFERÊNCIAS	241

Para Iris Victoria e Iris Alejandra con todo mi amor.

Con Gratitud y Cariño:

A Dios por estar conmigo en cada aliento.

A mi familia, árbol robusto de amor que ni la distancia, tiempo y circunstancias lograrán corta la savia que entre nosotros fluye.

A las familias del “Assentamento Horto Vergel de Mogi Mirim/SP-Brasil”.

A mi querida comadre Vânia, a Paolita y Ruth, a Marina, a Caroline, Ana Luiza e Paty de Economía, a Franciana Souza, a Gabriela y Katia da FEAGRI, a Carolina Alondra, ... amigas tan queridas que estuvieron siempre prestes a ayudarme.

A Aninha y a todos los amigos y amigas de la FEAGRI con quien comparto gratos momentos.

A la profesora, Julieta Oliveira, a los profesores Walter Belik, Lazaro Sant'Ana y Abelardo Gonçalves por las importantes sugerencias y enseñanzas ofrecidas.

Finalmente y de una manera muy especial agradezco a mi eterna querida y admirada asesora la profesora Sonia Bergamasco, mi inspiración y guía en esta larga jornada, agradezco todo su apoyo, confianza y enseñanzas.

A la “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES convênio PEC-PG” por el apoyo financiero de parte de mis estudios de doctorado.

A Miguel, mi compañero, mi esposo, mi amor.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um flagelo que vêm destruindo e ou debilitando, a cada dia, as estruturas sociais dos países em desenvolvimento e que também toca países emergentes como o Brasil.

A pobreza e a fome, a concentração dos meios de produção e renda nas mãos de uns quantos, a falta de um olhar integral nacional do desenvolvimento por parte da sociedade, a escassa e efetiva presença do Estado em alguns espaços, dentre outros, vêm sendo algumas das principais causas que limitam o tão desejado desenvolvimento integral com equidade, fazendo-se necessário, para isto, além da unificação de ações e pensamentos em prol do alcance do mesmo, políticas sociais voltadas para as camadas excluídas da sociedade.

Histórica, ultrapassada e não mais necessária, são alguns dos argumentos utilizados por alguns setores da sociedade para desqualificar a Reforma Agrária como uma política de significativa importância na vida de milhões de pessoas que já foram beneficiadas por ela e de tantas outras que ainda continuam ainda aguardando por um pedaço de terra.

Desde sua definição em 1964 no Estatuto da Terra, a Reforma Agrária tem sido motivo de acalorados debates, a respeito de sua pertinência, ou não, no cenário de desenvolvimento do Brasil.

Definida no Estatuto da Terra como o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade, a Reforma Agrária desde suas origens teve implícita a promoção dos direitos humanos, em especial, os direitos das pessoas excluídas pela sociedade.

Diante desta definição, o II Plano Nacional de Reforma Agrária marcou seu caminho orientado para:

(...) promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infraestrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais (BRASIL, 2005,p.15)

Como visto, dentre as orientações que regem o II PNRA está incluída a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional definida no Brasil como o “direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

Assim sendo, a Reforma Agrária e a Segurança Alimentar e Nutricional estão intimamente ligadas uma à outra. Essa relação positiva, trasladada ao campo da realidade, se traduz na oportunidade que a sociedade tem de acolher as pessoas que em algum momento colocou fora.

No Brasil e segundo SPAVOREK (2003), há mais de 4 milhões de famílias demandantes de teto, 1,6% dos proprietários controlam a maior proporção das terras do país. Há em torno de 130 milhões de terras ociosas e 30 empresas transnacionais controlam a produção, a industrialização, a distribuição e a comercialização dos produtos agrícolas.

Existe, por outro lado, mais de 57 milhões de brasileiros que atualmente vivem em domicílios onde a preocupação alimentar, a restrição quantitativa de alimentos e até a fome são registradas. São pessoas vivenciando a insegurança alimentar referida ao acesso aos alimentos.

Oferta de terras existe, os altos índices de concentração das mesmas assim o indicam, a demanda por elas é cada vez mais crescente, o Brasil se ergue como uma potencia mundial, mas, por trás disso, tem um enorme contingente de pessoas sofrendo não só necessidades alimentares, mais também problemas com saúde, habitação, saneamento básico, escolaridade, dentre outras.

Muitos estudos já têm situado a Reforma Agrária como uma importante política para o desenvolvimento social dos beneficiários. Entretanto, poucos destes põem em evidencia esta importância, através de um olhar multidimensional com o qual se observe a real magnitude do alcance desta política; é aqui onde se centra uma das justificativas da pertinência da realização desta pesquisa, a qual, tem por problema central o desconhecimento da sociedade no que diz respeito à real importância da Reforma Agrária na vida das famílias beneficiárias.

A hipótese levantada nesta pesquisa é que a análise multidimensional, em nível local e familiar, das diferentes variáveis pelas quais perpassa a política de Reforma Agrária, oferece os elementos necessários para o conhecimento da importância desta Política

O Objetivo geral perseguido é o de contribuir na promoção e no melhor entendimento da multidimensionalidade da política de Reforma Agrária através do olhar dos beneficiários. Os objetivos específicos são:

- Conhecer e analisar a Reforma Agrária no Brasil por meio de sua materialização em Assentamentos rurais e junto às famílias assentadas.
- Analisar o caminhar da Reforma Agrária através da sua implementação no Assentamento Horto Vergel, pondo em evidência, em nível local, os diferentes aspectos desta política.
- Analisar a interrelação que existe, em nível familiar, dos diferentes aspectos pelos quais perpassa a RA com a (In)segurança alimentar sob enfoque da EBIA.

Diante disto é que se desenvolve esta pesquisa a qual teve sua gênese na dissertação de mestrado desenvolvida pela autora em 2008¹, no Assentamento rural Horto Vergel quando através de um Censo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas quali-quantitativas, e histórias de vida de 87 famílias titulares assentadas se caracterizou, com ajuda da aplicação da Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar –EBIA e sua correlação com indicadores como renda, escolaridade, moradia, idade, dentre outros, a (In)segurança alimentar destas famílias. Esta caracterização permitiu pôr em evidência as principais potencialidades e entraves que as famílias tinham e com os quais faziam frente à (In)segurança alimentar.

A técnica de coleta de dados em 2013, com esta pesquisa de doutorado, continuou sendo o Censo, da mesma forma como o foi na pesquisa de 2008. O instrumento para a coleta dos mesmos foi um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas que foi aplicado através de entrevista em profundidade às 90 famílias titulares do Horto Vergel.

É importante destacar que a escolha do Censo (recenseamento demográfico) como técnica de coleta de dados foi devido a que o tema pesquisado requer um número representativo de observações e ao fato do universo de estudo ser relativamente pequeno (90 famílias titulares).

A entrevista da qual estamos falando nesta pesquisa, que para muitos gera a ideia de perspectiva unilateral, foi feita de uma maneira interativa. Tal como Portelli (1997) a descreve, “entre-vista” comporta mais de uma única perspectiva e pode ser construída como indicam

¹GUERRERO, I.C.O. (In)Segurança Alimentar no Assentamento Rural Horto Vergel – Mogi Mirim/SP. 2009. 104f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

Martin e Bicudo (1989), como um “encontro social”, com características como empatia, intuição e imaginação; onde ocorre um entendimento mútuo de percepções, sentimentos, emoções. Sendo assim, a entrevista, para esta pesquisa, esteve acompanhada de histórias de vida com depoimentos orais e, mesmo com o roteiro de entrevistas pré-estabelecido, foi o pesquisado quem narrou e decidiu narrar, tal como apresentado por QUEIROZ (1988).

Cabe destacar, a importância que tiveram, para este estudo, as histórias de vida dos assentados, pois seguindo as palavras de Haguette (1987), a história de vida, mais do que qualquer outra técnica, exceto talvez a técnica de observação participante, é aquela que consegue dar sentido à noção de processo e para o qual se requer uma compreensão íntima da vida dos outros, o que permite que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos, suas pressões e constrangimentos.

O questionário foi aplicado em dois períodos: de junho a agosto de 2012 e de janeiro a maio de 2013, este conteve 613 variáveis quali e quantitativas agrupadas nos seguintes módulos: informações gerais, características do lote, características da produção agropecuária, consumo de alimentos, condições de saúde, Políticas de Proteção Social e Fortalecimento da Agricultura Familiar: Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), informação de renda e percepções de futuro; cabe destacar também que um dos módulos contemplados no questionário foi a Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar (EBIA) na sua forma original, tal como trabalhada na pesquisa de 2008 e como apresentada por Segall- Correa e Marin-Leon (2009)². A escolha das variáveis esteve em função da pertinência indireta e direta destas na análise da Reforma Agrária e da (In)segurança alimentar.

É Importante esclarecer que uma parte das variáveis contidas no questionário de 2013 foram as mesmas do questionário aplicado em 2008. O diferencial foi a reescrita e eliminação de algumas variáveis não pertinentes para a pesquisa de 2013. Também houve a incorporação de novas variáveis, que deram conta da informação de base, assim como da informação referida aos programas de proteção social e as percepções familiares sobre sua qualidade de vida.

Como mencionado, nos diferentes módulos se estabeleceram variáveis dirigidas a busca de subsídios para a construção da linha de base com a qual recriou-se a fase inicial da vida do

² Para maiores detalhe consultar Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas 2009; 19p.

Horto Vergel. A informação obtida nesta linha de base, conjuntamente com a informação de pesquisas acadêmicas desenvolvidas na área de estudo e, em menor medida, informações oferecidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP³, responsável pelo Assentamento, permitiram construir o primeiro momento da história deste, assim como, inferir sobre a problemática da (In)segurança alimentar vivenciada pelas famílias assentadas nesses primeiros anos da sua história.

Na fase da coleta de dados, o questionário esteve dirigido ao titular de cada lote, com um grau de confiança maior entre pesquisador e pesquisados, produto da interação vinda desde a pesquisa de 2008. A pesquisadora foi recebida, em 90% das visitas pelo casal, desta maneira a entrevista foi nutrida pelas contribuições de ambos.

Uma estratégia de trabalho que se desenvolveu na coleta de dados de 2008, foi a de gravar o momento vivido na entrevista através de fotos e apresentar sucintamente, através de uma carta, tanto a pesquisa como a pesquisadora. Acredita-se que esta estratégia tenha sido chave para que em 2012/2013 o trabalho desenvolvido em 2008 viesse à memória dos pesquisados e resultasse numa maior qualidade da informação.

Após a fase de coleta de dados, foi realizada a sistematização e análise da consistência dos mesmos com ajuda do software Statistical Packet for Social Sciences (SPSS), utilizado também na pesquisa de 2008. Reajustou-se a base de dados de 2008 e elaborou-se uma nova base de dados para 2013 contendo as novas variáveis de estudo. Elaborou-se também uma base de dados em Excel para ajudar na análise e teste de resultados, assim como, a elaboração de gráficos e tabelas.

Importante esclarecer que, para o cumprimento do primeiro objetivo, a metodologia a seguir esteve majoritariamente baseada na sistematização de informação bibliográfica pertinente ao tema.

Para a consecução do segundo objetivo, a metodologia esteve principalmente baseada na análise temporal quali-quantitativa de 25 variáveis relevantes ao tema da Reforma Agrária; a análise esteve respaldada, dentre outras fontes, em pesquisas acadêmicas que se desenvolveram no Assentamento. Nesta oportunidade, e querendo ter um olhar integral da comunidade, o universo de estudo esteve composto pelas 90 famílias titulares atuais (antigas e novas) do Horto Vergel.

³ Solicitou-se, em várias oportunidades, informação relevante à pesquisa entretanto não se teve o retorno esperado

As variáveis analisadas neste primeiro objetivo foram: solo, população, sexo, cor, segurança cidadã, idade, saneamento básico, eletrificação, transporte, meios de comunicação, escolaridade, produção vegetal, produção animal, produção processada; atividades não agrícolas, moradia, saúde, renda, (In)segurança alimentar, consumo alimentar, o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Assistência Técnica e Extensão Rural e a percepção dos Assentados sobre sua qualidade de vida.

Para a consecução do terceiro objetivo a metodologia seguida baseou-se na análise da segurança alimentar em nível familiar, através do uso da EBIA. Posteriormente, e tendo conformado os 4 níveis de (In)segurança alimentar propostos nesta metodologia se fez a comparação da evolução desta nos anos 2008 e 2013. Seguidamente a isto e querendo conhecer como as variáveis identificadas para o estudo da Reforma Agrária se comportam na sua interrelação com os níveis de (In)segurança alimentar familiar, foram realizados cruzamentos, ressaltando-se os aspectos mais relevantes.

As variáveis propostas foram: (In)segurança alimentar, idade dos filhos dos assentados, escolaridade, o número de integrantes por família, a produção vegetal, a produção animal, a produção processada, as atividades não agrícolas, a moradia, a saúde, a renda, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Bolsa Família, a Assistência Técnica e Extensão Rural, o consumo alimentar e as percepções da qualidade de vida desde o olhar dos Assentados.

Um outro caminho seguido foi o de trabalhar com as 87 famílias entrevistadas em pesquisa de campo de 2008, mas devido à evasão de 13 delas, no decorrer destes últimos 5 anos e por questões comparativas se teve que trabalhar com um universo de 74 famílias titulares originais.

Cada capítulo persegue um objetivo proposto e para seu melhor entendimento inicia-se com uma breve consideração preliminar onde se dão detalhes da metodologia utilizada, culminando com as considerações finais nas quais se ressaltam alguns dos pontos mais destacados.

Assim, a presente pesquisa se apresenta em 3 grandes capítulos; no primeiro capítulo se faz uma trajetória conceitual sobre os diversos entendimentos que os estudiosos têm sobre o tema da Reforma Agrária- RA, procurando, com isto, destacar os pontos comuns destes diferentes olhares. Em seguida, se revisa as diferentes formas como a RA é tipificada. Posteriormente, se

apresenta um panorama cronológico parcial das Reformas Agrárias - RAs mais emblemáticas do mundo, com destaque para a América Latina; este panorama, baseado na informação secundária coletada, tenta localizar o leitor no espaço e tempo em que se deram estas RAs. Continuando, expõem-se brevemente alguns dos casos mais importantes de RAs.

Logo após, neste mesmo capítulo, faz-se um histórico da questão agrária desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais, tratando de pontuar momentos-chaves deste processo. Após isto, se analisa a RA brasileira, propriamente dita, começando com o tema das desapropriações de imóveis, por meio de decretos, e o número de famílias assentadas pelos últimos Governos. Por último, finaliza-se o capítulo com breves considerações finais nas quais se ressaltam os pontos mais importantes.

No segundo capítulo, se analisa em nível de toda a população titular assentada, a dinâmica da evolução do Assentamento Vergel em três diferentes momentos: 1997, 2008 e 2013; momentos que obedecem à data de ocupação do Assentamento, levantamento de dados de campo para pesquisa de mestrado da autora e dados do momento atual.

Inicia-se com uma breve definição de “Assentado” e “Assentamento”. Em seguida, faz-se uma caracterização do Município de Mogi Mirim, sede do Assentamento em estudo. Posteriormente, apresenta-se a história de ocupação do Assentamento e demais aspectos geoambientais do mesmo, fazendo-se um breve aprofundamento na análise do solo, por ser considerado como a base física “viva” da qual todas as atividades agropecuárias dependem. Em continuidade, se faz a análise da evolução temporal das variáveis propostas ressaltando aspectos relevantes destas. Finalmente, fecha-se o capítulo com algumas considerações finais.

O terceiro capítulo se inicia conceituando a Segurança Alimentar e suas diferentes dimensões; posteriormente se analisa a Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar – EBIA e sua metodologia de aplicação. Visto que a amostra de famílias em 2008 varia em quantidade em 2013 pelo fato da evasão de 13 famílias, a análise de resultados deste capítulo se inicia com a análise das possíveis causas que levaram estas 13 famílias assentadas a deixar o Assentamento.

A continuação se apresentam os dados da evolução da Segurança Alimentar entre o período de 2008 e 2013. Após isto, se inter-relacionam as variáveis propostas com cada nível de (In)segurança alimentar, ressaltando-se os aspectos relevantes. Conclui-se o capítulo com uma breve consideração final.

Finalmente, são apresentadas as conclusões da pesquisa e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 2. A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS: CONHECENDO OS CAMINHOS

2.1 Considerações Preliminares

O percurso das Reformas Agrárias- RAs, desde sua gênese até os nossos tempos, já é amplamente tratado tanto nas esferas públicas e privadas do mundo.

No Brasil, a Reforma Agrária é vista por alguns setores como uma política social atual, urgente, latente, transversal e incitante bandeira de luta e reivindicações sociais; é vista também, por outros, como uma questão desnecessária ao desenvolvimento do país, no contexto do século XXI; e como um tema ultrapassado, gerador de perturbações populares. Deste modo, a RA, inserida fortemente na questão agrária, transformou se, no selo brasileiro, acima do qual gira o desenvolvimento do país, pois, não há como pensar no Brasil sem pensar na sua Reforma Agrária.

Neste contexto, neste capítulo se faz uma trajetória conceitual sobre os diversos entendimentos que os estudiosos têm sobre o tema da RA, procurando, com isto, destacar os pontos comuns destes diferentes olhares. Seguidamente, se revisa as diferentes formas como a RA é tipificada. Posteriormente, se apresenta um panorama cronológico parcial das Reformas Agrárias - RAs mais emblemáticas do mundo, com destaque para a América Latina; este panorama, baseado em informação secundária coletada, tenta localizar o leitor no espaço e tempo em que se deram estas RAs. Continuando, expõem-se brevemente alguns dos casos mais importantes de RAs.

Logo após, faz-se um histórico da questão agrária desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais, tratando de pontuar momentos chaves deste processo. Após isto, se analisa a RA brasileira, propriamente dita, começando com o tema das desapropriações de imóveis, através de decretos e o número de famílias assentadas pelos últimos Governos. Por ultimo, finaliza-se o capítulo com breves considerações finais nas quais se ressaltam os pontos mais importantes.

2.2 A Política Agrária e a Questão Agrária

As políticas agrárias, incluídas aqui, as políticas de Reforma Agrária – RA⁴; são todas as ações do poder público baseadas nas escolhas dos meios adequados para influenciar na estrutura e nas atividades agrárias, isto com o intuito de contribuir com o desenvolvimento e bem estar da comunidade em geral.

Em um sentido mais amplo, como indicado por Vivanco (1975), as políticas agrárias abrangem: a política agrícola e fundiária e se materializam na ação do poder público, no meio agrário, através de mecanismos para a melhor forma de distribuição, uso e exploração da terra, a organização da produção e comercialização; a produtividade, a preservação da natureza, o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo e o bem estar social com plena garantia do acesso aos serviços básicos. Num contexto ideal, a política agrária deve ser orientada pelos princípios de justiça e democracia social, fundamentais nos processos de desenvolvimento sustentável.

Uma política agrária democrática e popular deve incluir todos os aspectos da produção, colheita, pós-colheita e comercialização do produto. Esta política deve estar imersa em um modelo de desenvolvimento progressista, ou seja, deve garantir de forma definitiva a materialização dos direitos econômicos, sociais e culturais do homem do campo (ORTEGA e PALAU, 2009).

Nestes termos, a política agrária não deve ser entendida de uma forma limitada como sinônimo de reforma agrária, pois ela abrange um leque de políticas dirigidas ao setor agrário, e está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas. Assim sendo, a política agrária tem que ser entendida no cerne da questão agrária.

Para Garcia (1967; 1969; 1985) a questão agrária vai além do entendimento do que se reforma? Para que se reforma? E, como se reforma? Com estas premissas Garcia explica que o problema agrário, um dos problemas centrais do desenvolvimento da América Latina, tem que ser olhado e estudado a partir de um enfoque integral, com a necessária interrelação dos fatores num

⁴ Nesta pesquisa as siglas RA e RAs estão referidas a “Reforma Agrária” e “Reformas Agrárias” respectivamente.

todo, de tal maneira que o problema possa ser olhado na sua totalidade, dando lugar a uma compreensão global de todos estes fatores que influem na problemática do campo.

A questão agrária é um tema que, pela sua abrangência, pode ser tratada por meio de diversos enfoques:

(,,) a “questão agrária” pode ser interpretada de diversas formas e de acordo com a ênfase que se quer dar aos diversos aspectos da realidade agrária, por exemplo, na literatura política, a "questão agrária" afeta ao estudo dos problemas, que a concentração da propriedade da terra traz ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade, e sua influência no poder político. Na Sociologia, a "questão agrária" esta relacionada às formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, a "questão agrária" explica a forma como as sociedades, como as pessoas, vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo "questão agrária" é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2005).

A questão agrária é um tema abrangente e multidimensional, que vai muito além da questão da reforma agrária, focado nas múltiplas inter-relações sociais e políticas do meio rural (Terra-Homem-Estado), e cujo entendimento deve ser de âmbito integral e global.

2.3 A Reforma Agrária Através de Diferentes Olhares

A Reforma Agrária, no mundo, é um tema incitante, marcado por diferentes matizes e sentimentos pois, atrás das linhas que a escrevem, não só repousam históricos processos de luta marcados por violência, sofrimento, injustiça e mortes, renascem e se avivam também a esperança, a dignidade e a vida. Sendo assim, estudar e entender a RA, por meio de estudiosos que dedicaram e dedicam obras completas à análise desta, significa conhecer a vida desde a ótica de pessoas que lutam por seus direitos, por sua família e por uma posição justa na sociedade.

Conhecer a RA significa ter uma posição argumentativa sólida do tema evitando assim fazer juízos sem valor nem fundamento, além de significar uma posição reflexiva do tema com base no conhecimento, é sobre isto e ao analisar a posição dos mediadores sobre seu entendimento da reforma agrária Martins (2000, p. 98) afirma que:

Todos parecem ter respostas, o que inclui não poucos especialistas. São raros, porém, os que têm o fundamental na produção do conhecimento e das propostas necessárias à solução dos problemas sociais: as perguntas, base da indagação séria e consequente e ponto de partida da reflexão objetiva (MARTINS, 2000, p.98).

Pois bem, no que se refere à Reforma Agrária, o eminente cientista e médico brasileiro Josué de Castro (CASTRO, 1946) entende esta como um processo racional, que deve ser acompanhado com assistência creditícia, agrônômica, técnica e de organização da comercialização do produto, promotora de uma sociedade agrária na qual o produtor desfrute do produto do seu trabalho, sendo que para isto é indispensável alterar substancialmente os métodos de produção agrícola, o que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes.

O referido cientista responsabiliza o latifúndio pela existência das grandes massas de pessoas sem terra, como também de pessoas que trabalham em terra alheia como assalariados ou como servos, todos eles explorados pela engrenagem econômica do tipo feudal. Indica também que o minifúndio representa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que muitas vezes não são suficientes para suprir as necessidades alimentares das famílias.

Castro, baseado em seus estudos sobre alimentação e abastecimento, defende, para o Brasil, uma reforma agrária na qual o trabalhador rural tenha acesso, não só, à posse da terra, mas também ao domínio dela, conseguindo desenvolver atividades agrícolas dirigidas a atender a demanda de alimentos do seu núcleo familiar e do mercado, tendo como fim o desfrute pleno dos frutos do seu trabalho.

O pensamento de Castro, no que diz respeito à RA, é compartilhado, em alguns aspectos, por Graziano da Silva (1980) que defende que a RA vai além do aumento da produção no campo e da distribuição de terra, sendo uma questão política e expressão da reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação dos frutos do seu trabalho. Graziano da Silva entende a RA não como um processo de pulverização (atomização) de terras mais sim como a redistribuição de renda, poder e direitos. Indica também que esta é uma solução ante a crise agrária, assim como uma alternativa diante da fome, miséria e êxodo rural com a consequente superpopulação das cidades.

Oslak (1971) define a RA como um processo de transformação socioeconômico, que supõe um esforço massivo do Estado e da sociedade por incluir à população rural excluída no seio destes através de mudanças radicais na estrutura da propriedade da terra e acesso aos meios de produção. Oslak defende uma reforma profunda que, de fato, inclui algum grau de privação dos setores latifundiários, pois enfraquece as bases do seu poder econômico e político. Afirma que em muitos países da América Latina, a presença e pressão dos latifundiários, nas estruturas de decisão do Estado, influenciou na não materialização de muitos processos reformistas, fato que mudou nos primeiros anos do século XX com a abertura que o setor político deu a estes processos. Os latifundiários deixaram de ser os principais árbitros na cena política, em que esta elite de poder iniciava seu declínio, mas ressalta que, em países como Argentina e Brasil, o declínio não chegou aos níveis de produzir mudanças nos setores, porém enfraqueceu seus interesses e prestígio.

Oslak (1971) afirma que a RA só pode ser possível na medida em que o poder das elites latifundiárias possa ser contido, neutralizado ou destruído através das pressões sociais, como foi em muitos processos reformistas da América Latina; através da presença e incorporação de grupos sociais emergentes nas estruturas políticas; e também por meio do crescimento e presença ativa dos sindicatos camponeses na vida social do País onde atuam.

Para Jean Le Coz (1976) a RA é o conjunto de operações que tendem a transformar a estrutura territorial de um Estado ou região, mediante a modificação das relações sociais, com a finalidade de assegurar a melhoria das técnicas de cultivo e o aumento da produção agrícola. O autor ressalta que a RA resulta de uma reivindicação social (para uma melhor distribuição dos bens) e uma reivindicação econômica (para a implantação de unidades de produção mais eficazes), e que se constitui também, em uma designação política. Afirma que a RA é, simultaneamente, uma modificação do rendimento da produção e uma ordenação do espaço. Considera a América Latina laboratório das reformas agrárias, pois além de ser o lugar onde elas têm ocupado a posição mais importante na vida das populações, e também o lugar onde se deram as primeiras reformas do século XX.

Barraclough (1976) destaca a existência de três objetivos implícitos no tema da RA: a maior igualdade social; a redistribuição do poder político e o melhoramento no funcionamento

econômico. A RA, segundo o autor, é um passo revolucionário, pois transmite o poder, a propriedade e a condição social de um grupo da comunidade a outro e, sua execução depende de um governo popular que verdadeiramente a deseje (vontade política).

Na I Conferencia Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CMRADR em 1979, a RA ficou definida como decisiva para o desenvolvimento rural, pois são estas áreas as que requerem um acesso mais equitativo e completo aos recursos naturais, ampla participação no poder econômico e político; postos de trabalho cada vez mais numerosos e mais produtivos; maior aproveitamento da capacidade e da energia humana; participação e integração da população rural nos sistemas de produção e distribuição; aumento da produção, da produtividade e também a segurança alimentar para todos os grupos sociais. Na I CMRADR estabeleceu-se que a RA deve ser centrada nos pobres e suas organizações, devendo ser um processo participativo e respeitoso da equidade e gênero, no contexto de um desenvolvimento econômico, social e ecologicamente sustentável, e que deve contribuir à segurança alimentar e erradicação da pobreza visto que, esta última, aliada à fome e má nutrição, atrapalham os esforços nacionais em prol do desenvolvimento e repercutem negativamente na estabilidade social e econômica do mundo, por isto sua erradicação é o objetivo fundamental do desenvolvimento mundial.

À luz do entendimento de Veiga (1984) a RA é a modificação da estrutura agrária, de um País ou de uma região, com o objetivo de uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, através da intervenção decidida do Estado nas bases do setor agrícola; sendo assim, a RA, além de modificar a distribuição da propriedade da terra, tem o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais, o qual permite entender que a RA é resultado de pressões sociais contrárias e limitada por estas, e suas consequências e alcance, do ponto de vista social e econômico, dependem diretamente da evolução da conjuntura política do país; da distância que separa os pronunciamentos públicos a favor desta e as ações efetivas; das disposições legais que tentam regulamentá-la e da realidade dos fatos.

Veiga (1984) afirma que a viabilidade da RA está intimamente associada a uma mudança na relação de forças entre os potenciais beneficiados e os que perderão seus privilégios econômicos. Explica que deste modo a RA se converteu numa exigência social, em países ou regiões onde existia uma grande massa de lavradores impedidos de ter acesso à propriedade da

terra. Assim sendo, somente nestas circunstâncias que ganhou força a ideia de que a terra deve pertencer a quem a trabalha.

Garcia (1986) por sua vez, conceitua à RA como um vasto e articulado processo de transformação: na apropriação e distribuição da terra, na gestão econômica, nas relações sociais, no sistema de poder e no conjunto de elementos que determinam em última instância o desenvolvimento rural. O autor vê à RA como uma das variáveis que constituem o problema do desenvolvimento econômico, social e político da América Latina e que tem que ser entendido desde uma ótica integral. Garcia defende a RA verdadeira (estrutural), ou seja, uma reforma que mude as estruturas de propriedade no campo, o latifúndio e minifúndio, e permita o desenvolvimento da agricultura. Indica que esse tipo de reforma não tem sido feita devido à inexistência de uma força política capaz de fazê-la. Nas próprias palavras do autor (p.95):

Nenhuma reforma agrária estrutural tem conseguido o êxito e conquistar seus objetivos finais, quando as forças sociais que a promovem e dinamizam têm perdido a capacidade de participação política e de efetiva pressão sobre as estruturas do Estado e quando tem se produzido a desarticulação do projeto nacional- revolucionário (GARCIA, 1986 p.95) (tradução nossa)

Para o sociólogo Martins (2000) a RA é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra, quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactuados da sociedade. É um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos e representa a inclusão dos excluídos do sistema.

Para este autor, a RA é um fato histórico constituído num momento determinado da história social e política de um país, e persiste renovado e modificado, ao longo do tempo. Ademais, indica que RA não é só o processo de distribuição de terras, mas também um modo de o Estado viabilizar o acesso ao trabalho autônomo na terra por parte de quem dela precisa.

Cox et al (2003) referem que a RA é um complexo processo que tem sido motivado, no decorrer das experiências, por razões como a elevada desigualdade na distribuição das terras; enormes extensões de terra com baixa intensidade de exploração agrícola; relações laborais de caráter exploratório; pequenas extensões de terra não rentáveis; conflitos pela terra; colapso do Estado; demandas por privatização ou restituição de terras; enorme pobreza rural, dentre outros.

Para estes autores, o acesso à terra é uma questão prioritária devido à persistência da pobreza nas áreas rurais onde vivem a quarta parte dos pobres do mundo.

Segundo Ranieri (2003) a RA é um termo que retrata os distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção, a trabalhadores rurais que não os possuem ou que possuem em pequena quantidade; para esta autora, a RA é executada no campo, mas seu impacto na sociedade, política e economia, ultrapassa essas fronteiras, atingindo a nação como um todo. Explica que, nos programas de RA do redor do mundo, o balanço final é geralmente positivo, em relação aos ganhos sociais e ao desenvolvimento econômico.

A FAO (2003) aponta que a RA desde o ponto de vista do acesso à terra é um fator determinante na erradicação da insegurança alimentar e da pobreza rural, e que a existência de camponeses sem terra é com, frequência, a variável da pobreza e a consequente fome. Ressalta que os mais pobres, usualmente, são pessoas sem terra ou com terras insuficientes para produzir e se desenvolver e que o acesso a esta permite às famílias aumentar seu consumo de alimentos, contribuindo desta maneira para proporcionar segurança alimentar aos lares e incrementar sua renda com a venda dos excedentes.

Em 2006 a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR, promovida pela FAO, tinha como objetivos contribuir para a mobilização dos governos nacionais e comunidade internacional para apoiar os processos de reforma agrária e desenvolvimento rural e assegurar direitos de propriedade e acesso à terra e outros recursos naturais à população pobre. NA CIRADR definiu-se que a RA promove o desenvolvimento sustentável e com isto, os direitos humanos; a segurança alimentar; a erradicação da pobreza e o fortalecimento da justiça social sobre a base dos princípios democráticos dos direitos.

A conferência reafirmou que a RA, conjuntamente com o desenvolvimento rural, são decisivos para lograr as metas da Cúpula Mundial sobre alimentação e os objetivos de desenvolvimento do milênio relativos à pobreza, fome e a ordenação sustentável dos recursos naturais; e também são essenciais para contrarrestar os problemas de abandono e exclusão das populações rurais.

Outra definição do que é RA é apresentada por Ortega e Palau (2009) a partir do Seminário Internacional de Reformas Agrárias da América Latina de 2008, realizado no Paraguai, onde a RA definiu-se como mais que um processo colonizador e de distribuição de terras, como um processo social integral, que deve prever todas as condições necessárias para o desenvolvimento das comunidades atingidas e para tanto requer o apoio decidido em serviços que promovam o desenvolvimento rural, como infraestrutura social e produtiva, créditos, tecnologia apropriada, assistência técnica, mercados e respeito à autonomia das organizações camponesas e indígenas.

Indicou-se também que a RA é uma decisão política que acarreta na redistribuição do poder político, social e cultural, na democratização das relações de gênero e no reconhecimento político e social do camponês; as mulheres e os povos originários, como principais atores na tomada de decisões, de maneira a reconhecer e incorporar suas visões e práticas nas políticas de RA.

Sustentada em três componentes: *terra* (saneamento físico-legal da ocupação para os que a possuem e entrega de terra para os que não a têm); *infraestrutura* (social, como escolas, posto de saúde, e produtiva, como eletrificação, estradas, pontes, saneamento básico) e *crédito público* (de diferentes tipos segundo a situação das famílias), a RA supõe o compromisso dos governos para implantar estratégias de transformação da estrutura e propriedade da terra, que visem à eliminação do latifúndio e a conseqüente melhoria das condições de vida das populações atingidas, através de um modelo de desenvolvimento voltado a garantir e promover a vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais das comunidades.

Ficou estabelecido também que a RA, sustentada num marco institucional que apoie a produção de alimentos para fins de alimentação humana; é uma política necessária para garantir o direito humano à alimentação, segurança e soberania alimentar, produção suficiente de alimentos nos campos e a diversificação produtiva que tem como objetivo final o desenvolvimento integral da população camponesa (ORTEGA e PALAU, 2009)

Como visto, a RA não pode ser atrelada a um único conceito, objetivos e metas, pois depende das circunstâncias que a promove e os espaços e a temporalidade onde ela é gerada. Tendo isto claro, e somado ao entendimento global do que é RA, dado pelos diferentes estudiosos

do tema, no decorrer do tempo; podemos dizer que, em linhas gerais, a RA é um processo vasto, articulado, eminentemente político e fortemente influenciado por pressões sociais contrárias, que visa, por meio da distribuição equitativa da terra, a transformação e/ou modificação da estrutura de propriedade da mesma, a renda agrícola, o acesso aos meios de produção, a segurança e soberania alimentar, o respeito à tradição local e as diferenças culturais, entre outros.

Ademais, visa transmitir poder, uma nova condição social e a garantia da apropriação dos frutos do seu trabalho aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, mediante a modificação das relações sociais que devêm ser acompanhadas de assistência creditícia, agrônômica, técnica e de organização da comercialização do produto.

A RA sendo um complexo processo motivado por razões como a elevada desigualdade na distribuição das terras, enormes extensões de terra com baixa intensidade de exploração agrícola, relações laborais de caráter exploratório, pequenas extensões de terra não rentáveis e a enorme pobreza rural, deve promover o desenvolvimento sustentável e com isto os direitos humanos, a segurança alimentar (como antes mencionado), a erradicação da pobreza e o fortalecimento da justiça social sobre a base dos princípios democráticos dos direitos e é por isto que sua análise deve ser feita não só em termos quantitativos, mas, principalmente, em termos qualitativos.

Finalmente e ante tudo isto, acredita-se que a RA deve gerar uma alteração significativa no perfil da concentração da propriedade da terra, devendo ser um processo seriamente planejado, eficiente na implementação das ações inseridas no marco de suas diretrizes, eficaz na consecução dos resultados propostos, e principalmente efetiva por quanto tem que existir coerência entre as mudanças esperadas e os tempos razoáveis para a consecução destas, pois não sendo assim, corre-se o risco de gerar desânimo e desmotivação nos agentes envolvidos.

2.4 As Tipologias das Reformas Agrárias

Como já indicado, entender a RA passa pelo necessário entendimento da heterogeneidade existente dentro do conceito. Sendo assim, é importante conhecer que, no mundo, são vários os tipos de Reformas Agrárias – RAs manifestadas.

Dietze in Ferreira (1964) distingue dois grandes tipos de RAs: as *RAs legais* que são pacíficas e que resguardam os métodos parlamentares democráticos e as *RAs revolucionárias* operadas pelas rebeldias das massas.

Garcia (1967) tipifica as RAs em três grandes categorias: As RAs estruturais; as convencionais e as marginais.

- As *RAs Estruturais*: são aquelas reformas que integram um processo nacional de transformações revolucionárias, lideradas por agressivas e novas forças sociais, que se fundamentam nas mudanças das relações de poder e na modificação das regras institucionais da sociedade tradicional.

- As *RAs Convencionais*: são produtos de uma negociação entre as antigas e novas forças sociais, que por intermédio do sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas e revolucionários), tentam modificar o monopólio latifundista sobre a terra, sem mudar as regras institucionais da sociedade tradicional.

- As *RAs Marginais*: são aquelas reformas que não estão dirigidas nem à ruptura do monopólio da terra, nem à transformação das estruturas latifundiárias (relações, poder, sistema normativo). Estas reformas estão dirigidas à reparação superficial de essa estrutura, desviando, com isto, a pressão camponesa nacional sobre a terra. Em outros termos, são aquelas reformas feitas para acalmar as pressões sociais, moderar o sistema latifundiário (mas sem destruí-lo) e realizar operações periféricas de colonização ou complementação, oferecendo serviços básicos e infraestrutura.

Grosso (1997) classifica as RAs em três tipos: As RAs Clássicas; as RAs Colonizadoras e as RAs dos Assentamentos.

- As *RAs Clássica*: se referem à distribuição massiva de terras.

- As *RAs Colonizadoras*: baseadas na ocupação de terras inexploradas sob diferentes objetivos tais como, a expansão das atividades agrícolas e/ou ocupação estratégica de porções territoriais “desertas”.

- As *RAs de Assentamentos*: é aquele tipo de reforma que implanta os “Assentamentos Rurais”. É um tipo de reforma fruto de desapropriações de imóveis rurais avaliados como não produtivos.

Spavorek (2003) indica a existência de quatro tipos de RAs: as Revolucionárias; as Inclusivas ou Abortadas, as Impostas e as Convencionais.

- As *RAs Revolucionárias*: são aquelas ocorridas num contexto maior de transformações sociais e que alteraram, profundamente, o perfil de distribuição da terra. Este tipo de reforma deu-se, quase sempre, no contexto de revoluções socialistas.

- As *RAs inclusivas ou abortadas*; são as reformas agrárias realizadas em países onde houve mudança, significativa, na estrutura do poder central, em decorrência do aumento da participação de forças populares, mas que não se consolidaram ou, até mesmo, foram revertidas.

- As *RAs impostas*: aquelas reformas típicas impostas pelos americanos, ocorridas no leste asiático após o final da Segunda Guerra Mundial, no Japão, na Coreia do Sul e em Formosa. São reformas rápidas e que conseguem mudar substantivamente o perfil de distribuição da terra. Consideradas bem sucedidas, são um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento daqueles países no período pós-guerra.

- As *RAs Convencionais*; aquelas realizadas dentro de marcos legais existentes ou acordos entre as forças sociais sem a ocorrência de rupturas. Este tipo de RAs têm alcance variado, pouco abrangente, de caráter localizado e sem alteração significativa do perfil da concentração da propriedade da terra.

Stedile (2001) faz a análise das reformas agrárias a partir do capitalismo, quando, segundo ele, surgiu o direito à propriedade privada da terra, para que as pessoas detentoras de dinheiro e capital pudessem se apropriar dela. Também coloca que com o Capitalismo surgiu pela primeira vez o termo “Reforma Agrária” no final do século XIX e início do XX e tipifica as RAs em Clássicas ou Burguesas; Revolucionárias; Reformistas; Populares e Socialistas.

- *RAs Clássicas ou Burguesas*: são reformas baseadas na distribuição massiva de terras aos camponeses com a consequente criação de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades; são aquelas reformas criadas pelas burguesias industriais que perceberam que o

monopólio da propriedade da terra impedia o desenvolvimento de forças produtivas, pois excluía milhões de camponeses do acesso ao mercado de bens de consumo produzidos pela indústria.

- *RAs Revolucionarias*: são um tipo de reforma feito sob um clima de violência, por parte dos camponeses armados e rebeldes, que expulsam os latifundiários e distribuem terras sem amparo da lei.

- *RAs Reformistas*: aquelas reformas com feitas pelas elites locais para tentar acalmar os movimentos camponeses, distribuindo parcialmente os latifúndios. Seu nome se deu pelo fato das burguesias tomarem a iniciativa de dar as leis, mas as aplicarem de forma lenta e gradual.

- *RAs Populares*: aquelas realizadas através da junção dos esforços e lutas dos movimentos camponeses com os anseios dos governos populares, progressistas, nacionalistas, visando combater o latifúndio e desenvolver o país. O grau de amplitude deste tipo de RA depende da correlação de forças internas existentes no país.

- *RAs Socialistas*: são reformas baseadas na concepção de que a terra deveria pertencer à nação e a todo o povo, sendo que a lei deveria conceder aos camponeses somente concessão de uso, e a organização da produção poderia ter diversas formas sociais como cooperativas, núcleos de produção, entre outras.

Em suma, são vários os autores e diversas as tipologias geradas a partir das formas, intensidade, abrangência, integralidade como são realizados os processos reformistas, em que cada autor classifica e agrupa de maneira particular os diversos tipos de reformas, segundo suas óticas.

É deste modo diferenciado que ocorreram e ainda ocorrem as diversas reformas agrárias no mundo, mas apesar desta diversidade, a história da humanidade assinala para a existência de um ponto comum de convergência nos processos de reforma agrária, qual seja a busca, desde os primeiros tempos da humanidade, das formas mais justas de ocupação da terra como objetivo de sobrevivência e vida.

Este último ponto pode ser evidenciado através do processo da reforma agrária romana de 133 A.C, iniciada por Tibério Graco, quem ante os atos de injustiça praticados pelos governantes

romanos e pelas camadas de poder, contra os camponeses pobres, conseguiu aprovar uma lei agrária que limitou a extensão das terras pertencentes à nobreza e determinou a distribuição de terras públicas para os despossuídos.

Em seguida e após a morte de Tibério, o projeto reformista de Caio Graco, que caminhava pela mesma linha de pensamento e justiça social que seu irmão Tibério, tratou de dar sequência ao projeto reformista iniciado por Tibério conseguindo aprovar leis que determinavam mudanças na forma de distribuição das terras conquistadas, assim como também a “Lei Frumentária” segundo a qual o governo tinha que fornecer trigo à plebe, com regularidade e preço reduzido. Todas estas mudanças a favor dos pobres geraram a reação e oposição da aristocracia romana que não viu outra solução que assassinar Caio Graco, numa tentativa de reprimir o caminho de justiça iniciado por estes corajosos irmãos (CORASSIM, 1988)

Posteriormente, no século V, na Pérsia Antiga, o mundo vivenciou a primeira luta dos camponeses em prol da distribuição dos bens das classes de poder, a chamada “revolta dos Mazdakistas”, chamada assim pelo fato de ter como líder da mesma a Masdak quem fora, para alguns, um famoso impostor persa, para outros, um sumo pontífice.

Entre os séculos VI e XIX vieram lutas camponesas em prol da conquista dos direitos e outras várias reivindicações misturadas com motivações religiosas. Há quem considere que as primeiras reformas agrárias aconteceram no século XIX nos Estados Unidos e depois em toda a Europa ocidental, difundindo-se assim por todo o mundo.

No século XX e no contexto da América Latina, Alegrette (2003) manifesta que o sistema latifundiário, na maioria das zonas rurais dos países da região, predominou sobre os pequenos minifúndios familiares. Os latifúndios eram terras improdutivas, dedicadas à criação extensiva de gado e terras dedicadas às monoculturas, principalmente aquelas de exportação, sendo que, só uma pequena porção delas, era destinada à agricultura de subsistência e à produção de produtos agrícolas básicos para a alimentação. A mão de obra estava completamente comprometida na produção das culturas de exportação.

A população rural superava a metade da população nacional total dos países; o isolamento, o analfabetismo, as doenças endêmicas, a falta de serviços, como energia elétrica e

água potável, esgoto, somado à precariedade das moradias, eram o traço característico das áreas rurais.

Na década de 1960 as RAs foram impulsionadas pela “Conferencia Interamericana de Punta del Este (Uruguai, 1961)” e o apoio político e econômico do governo dos Estados Unidos, no marco do programa “Alianza para el Progreso”. Nesses tempos a RA foi vista como a solução para a equidade social e progresso econômico das zonas agrícolas, embora houvesse quem, ainda que minoritariamente, alertasse que a reforma agrária não daria conta do imaginado, e que não era um mecanismo suficiente para superar as condições de marginalidade e pobreza das famílias rurais, pois, existia a necessidade de uma reforma integral que fosse muito além da distribuição de terras, que assegurasse créditos agrícolas, assistência técnica, apoio na comercialização e a provisão de serviços básicos e moradia digna (ALEGRETTE, 2003; CHONCHOL, 2003).

O começo dos anos 1960 foram, contudo, a época de ouro das reformas agrárias no século XX. Com efeito, para minimizar a influência política da Revolução Cubana, o governo do Presidente Kennedy propôs aos diversos países da América Latina o pacto da Aliança para o Progresso. Mediante este pacto, os governos da América Latina, comprometiam-se a realizar câmbios estruturais – como a reforma agrária- em contrapartida da ajuda econômica norte-americana. Entretanto, a maioria dos governos, controlados pelas elites conservadoras, limitaram-se a aprovar leis de reforma agrária sem as acompanhar de ações consequentes (CHONCHOL, 2003, p.209. **Tradução nossa**).

Efetivamente, a maneira simplista e inconsequente de entender e implantar as RAs na década de 1960 não deu conta da abrangência do problema agrário, pois a complexidade do processo demandaria como indicado por Castro (1946) e Garcia (1969) um olhar integral e global de todos os determinantes geradores do problema.

A década de 1970 foi um período de marcado e generalizado retrocesso das políticas de redistribuição de terras e esquecimento dos camponeses; em contrapartida foi uma década de abertura de portas à modernização capitalista, às fronteiras de importação de produtos agrícolas provenientes de países desenvolvidos, à adaptação das estruturas produtivas à demanda do mercado internacional; dentre outras:

Na América Latina, a proliferação de regimes militares autoritários e repressivos, e a dominação que começava a se produzir das ideias neoliberais no plano ideológico foram conduzindo – desde o ponto de vista do desenvolvimento agrícola e do desenvolvimento nacional- a por a ênfase na modernização capitalista, no rol do mercado como o melhor alocador de recursos, na abertura das fronteiras à importação de produtos agrícolas dos países desenvolvidos, na adaptação das estruturas produtivas às demandas e flutuações do

mercado internacional; e na busca do desenvolvimento das exportações para fazer frente ao endividamento externo (CHONCHOL, 2003, p.211. **Tradução nossa**).

As conquistas das RAs da década de 1970 trouxeram, ainda que por algum tempo, a paz social, a melhora das relações sociais no campo, um maior respeito às comunidades originárias, assim como o respeito à dignidade do homem e mulher camponesa, a sua participação política e sindical nas esferas de poder; contudo isto, a efetividade das RAs na redução da desigualdade, na distribuição das terras agrícolas, o incremento da produção e emprego agrícola e a melhoria das condições de vida da população beneficiada, viu-se comprometida.

Chonchol (2003), afirma que a maioria das RAs da região não foram produto das pressões sociais dos camponeses para ter acesso à terra, mas sim foram resultado de movimentos políticos urbanos na busca de mudanças nos regimes políticos ditatoriais (Cuba, Venezuela e Nicarágua) ou na busca de uma modernização econômica e social (Chile, Peru):

(...) as reformas agrárias na América Latina foram acima de tudo, o resultado de mudanças políticas, significativas, nos países onde se desenvolveram. Estas não foram, essencialmente, a consequência da pressão social dos camponeses para ter acesso à terra, ainda quando em vários casos, esta pressão tenha sido fundamental para as ações de reforma iniciadas (México e Bolívia no passado e Brasil, atualmente). Contudo, frequentemente, as reformas agrárias têm sido determinadas por movimentos políticos de origem urbana, que buscam mudanças nos regimes políticos precedentes (lutas contra as ditaduras, nos casos de Cuba, Venezuela e Nicarágua) ou da busca de uma modernização econômica e social no caso dos outros países (Chile e Peru) (CHONCHOL, 2003, p.212. **Tradução nossa**).

Importante destacar, que até final do século XX, o único país da América Latina que não tinha vivenciado processos de reforma agrária foi Argentina. Apesar disso, as últimas décadas do século passado serviram para a emergência e consolidação de movimentos sociais que propugnam por reformas agrárias, dentro de contextos de entendimento mais amplos, ajudados pelas experiências de reformas agrárias passadas.

Atualmente e segundo (CHONCHOL, 2003), na região, a concentração da terra persiste (1,03% dos proprietários detêm nada menos que 52,13% da extensão territorial), a pobreza vêm aumentando e açoitando principalmente à população do meio rural. A iniquidade social na distribuição das riquezas, as injustas relações sociais e de poder, tanto no campo como nas cidades, vêm limitando, apesar de uma crescente massa social propugnante de direitos e cidadania, o desenvolvimento social. A luta contra o modelo agroexportador adotado por países

da região é uma das principais ações a tomar, na procura de um desenvolvimento mais justo (CHONCHOL, 2003; GROPPPO, 1997).

No contexto das perspectivas futuras da reforma agrária, tem que se levar em conta as lições de sucesso, assim como as de insucesso deixadas pelas reformas agrárias passadas; a partir disto poderão se corrigir equívocos assim como enfatizar os acertos.

Leite e Avila (2007) apontam para a posição, de destaque, que reassumiu a reforma agrária nos debates do período recente; apresentando-se, no nível da região, como uma alternativa sólida para a reprodução social daquelas famílias camponesas e trabalhadores rurais à margem do desenvolvimento. Os autores chamam a atenção para uma abordagem ampla dos resultados da RA:

(...) os resultados da reforma agrária sejam compreendidos numa abordagem mais ampla do desenvolvimento (social, sustentável etc.) onde pesam variáveis como a conquista de autonomia por parte das famílias beneficiárias, a melhoria nas condições de vida (apesar das precariedades encontradas), o reconhecimento dos direitos, de um conjunto variado de atores relacionados à terra e aos recursos naturais, bem como a presença das mulheres nesse cenário (LEITE e AVILA, 2007, p.80)

2.5 Panorama Cronológico das Reformas Agrárias - RAs do Mundo

Após ter se aprofundado em alguns aspectos históricos determinantes das RAs, que se desenvolveram no mundo e na América Latina, apresenta-se, no quadro 01, um panorama cronológico de alguns dos processos reformistas das RAs realizadas:

Quadro 01: Panorama Cronológico Parcial das RAs realizadas no Mundo

Século	Mundo	Ano	Século	América Latina	Ano
V	Pérsia Antiga. Revolta Masdakista				
XIX	EEUU	1862	XIX	Uruguai	1815
XIX	Japão	1946	XIX	Haiti	1824
XX	Rússia	1917	XX	México	1910
XX	Espanha	1932	XX	Colômbia	1939
XX	Índia	1940	XX	Guatemala	1952
XX	Porto Rico	1941	XX	Bolívia	1953
XX	Turquia	1941	XX	Cuba	1959
XX	Taiwan	1949	XX	Honduras	1960
XX	China	1950	XX	Venezuela	1960
XX	Itália	1950	XX	Costa Rica	1961
XX	Índia	1950	XX	Panamá	1962

XX	Egito	1952	XX	Paraguai	1963
XX	Vietnã	1954	XX	Equador	1964
XX	Coreia do Norte	1956	XX	Brasil	1964
XX	Argélia	1956	XX	Chile	1967
XX	Portugal	1974	XX	Peru	1969
			XX	Rep. Dominicana	1973
			XX	Nicarágua	1979
			XX	El Salvador	1980

Fonte: Elaboração própria com base em Alegrette (2003), Stédile (2001), Chonchol (2003), Filippi (2005), Scolese (2005), Sampaio (2005), Rocha (2013), Veiga (1984), Oliveira (2007).

2.5.1 Alguns casos de RA no mundo

No mundo foram muitos os países que fizeram reforma agrária; reformas diferentes na sua forma de implantação e intensidade, mas geradas por motivações semelhantes, como a injusta distribuição da terra. Conheçamos, a seguir, um pouco do que foram algumas destas reformas:

A RA da Rússia: segundo Scolese (2005); os primeiros sinais da RA russa iniciaram-se em 1861 no tempo de Czar Alexandre II e da abolição da servidão. Nesta época o Estado deu uma porção de terras aos libertados, com compromisso de propriedade, prévio pagamento parcelado da mesma com altos juros, fato, este último, que influenciou no endividamento dos beneficiários e a volta destes (agora sem terra pois tiveram que devolvê-la ao Estado) ao trabalho nos engenhos. Este fato que pareceu ser o início de uma reforma agrária transformou-se numa enorme desilusão no campo.

O mesmo autor reforça que Czar Alexandre II aboliu a servidão justificando ser melhor a emancipação dos camponeses pelo “alto”, do que a libertação por “baixo”; mas esta medida não gerou mudanças na situação dos lavradores, pois o regime feudal (como visto parágrafo acima) se manteve inalterado. Não houve acesso à propriedade da terra e seu uso significava, para quem não tinha recebido terra do governo, o pagamento em produtos ou dinheiro aos nobres (detentores das terras) pelo uso das mesmas.

O crescimento populacional e o aumento da renda por uso da terra fizeram com que a quantidade de terra por lavrador se reduzisse até a revolução de 1905. Em 1906 o governo tentou acabar com as comunas, através da compra facilitada das áreas, por parte de quem as trabalhava, isto com o objetivo de criar uma classe média conservadora no campo, fato que não foi atingido, pois a maioria vendeu seus lotes e abandonou as áreas (SCOLESE, 2005 e VEIGA, 1984)

No fim do Estado Czarista e com o País em greves e revoltas, juntou-se o fato da chegada dos soldados que participaram da primeira guerra mundial, os quais tiveram que retornar aos antigos lotes das comunas. Indignados com o sistema implantado, os soldados organizaram os conselhos comunais e se levantaram em armas tomando milhões de hectares de terra, obrigando assim, ao governo a socializar as mesmas através de Lei. Com a lei agrária de 26 de outubro de 1917, promulgada pelo II Congresso dos Soviotes⁵, aboliu-se a propriedade privada da terra, cancelou-se a dívida de arrendamento e autorizou-se aos lavradores a ocuparem os latifúndios através de comissões locais. Esta medida, em pouco tempo, desconcentrou o controle da terra a favor dos camponeses.

A partir de 1930 o comando comunista iniciou um processo que posteriormente culminou com camponeses transformados em mais um elemento estatal, associado a cooperativas e assalariados pelo governo (SCOLESE, 2005).

A RA Chinesa; é um caso emblemático dentro dos processos mundiais de reformas agrárias. Esta foi iniciada com a chamada rebelião de Taiping, em 1850, liderada por Hung Hsiu-ch'uan, um camponês pobre com fortes ideias religiosas e que lutava contra a insuficiência agrícola para os habitantes do país. Naquela época, cada família recebia um lote de terra para trabalhar, sendo que somente eram donas da quantidade de produção necessária para sua subsistência pois, a diferença era estocada em armazéns coletivos que ficavam sob o comando dos militares. Em 1930 a concentração de terras persistia em números alarmantes; a metade dos camponeses possuíam tão pouca terra, que não era suficiente para a subsistência familiar. Tudo isto promoveu, em 1934, a marcha de Mao Tse-Tung, mas há que lembrar que esta marcha era diferente, em concepção, a outras revoltas já ocorridas.

A estratégia de Mao era investir no campo e depois nas cidades, em que os homens deste invadiram as grandes propriedades, mas, os camponeses e latifundiários ricos também recebiam um pedaço de terra. As áreas produtivas eram protegidas embora fossem aplicados impostos progressivos sobre as mesmas. Criou-se uma classe média no campo formada por camponeses que antes da luta não possuía nenhum bem. Scolese (2005) indica que a revolução chinesa,

⁵ Ver <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/soviets.htm>

realizada com suas bases no campo, controlou a fome e miséria por meio de ações coletivas que fizeram desta uma RA exitosa.

A RA Vietnamita: iniciou-se no final da II Guerra mundial com uma “pré-reforma agrária”, a qual teve como primeira medida o confisco das terras controladas por inimigos de guerra e fixou como taxa máxima de arrendamento em 25% da colheita. Posteriormente, se aboliram as dívidas camponesas; aumentaram os impostos para os médios proprietários e distribuiu-se a terra.

Em 1963 as terras pertencentes aos franceses foram confiscadas e, as de latifundiários, foram desapropriadas mediante indenização de títulos do tesouro. As grandes plantações foram transformadas em fazendas do Estado e o restante foi retalhado e distribuído pelos comitês de RA de cada vilarejo. Posteriormente e como medida para evitar o minifúndio, o governo promoveu o cooperativismo. Em 1968, 90% das famílias camponesas integravam cooperativas que exploravam em média 120 ha, com força de trabalho de 27 famílias; cabe lembrar que estas famílias agricultoras tinham uma dupla atuação, pois os agricultores também formavam as unidades de milícias (VEIGA, 1984).

Rocha (2013) destaca que após o fim do processo revolucionário, o Vietnã foi dividido em duas partes: o Norte (controlado pelos comunistas vitoriosos) e o Sul (onde predominava um regime anticomunista amparado pelos Estados Unidos).

A RA Italiana: para Veiga (1984); Oliveira (2007); e Rocha (2013); a RA Italiana foi um processo um tanto diferente dos outros da época, pois, não foi homogêneo em todo o País ao não estabelecer regras gerais para todo o território. A RA foi feita por regiões respeitando a diversidade agrária das mesmas.

No início do século XX os grandes latifundiários praticaram uma agricultura extensiva, portanto, os camponeses sem terra tinham que recorrer à parceria com os donos, ou então, trabalhar como assalariados nas grandes propriedades. Ante isto, a pressão social cresceu tanto que o Estado, em 1923, iniciou o processo de reforma agrária.

O processo começou com o decreto 215 através do qual os grandes proprietários de terras de regiões, previamente delimitadas, passaram a ser obrigados a estabelecer mecanismos para elevar a produtividade e o valor do campo.

Na Itália e durante todo o período fascista a questão agrária foi tratada como problema de polícia e no imediato pós-guerra a revolta camponesa voltou à tona com vigor e nas primeiras eleições o Partido Comunista Italiano, que promovia a RA, obteve surpreendente votação. O novo governo distribuiu as terras nas regiões de maior tensão social.

Em 1950 a Lei de Transação (Stralcio) foi, dentre as Três leis agrárias concedidas na Itália no contexto de reformas agrárias, uma lei de caráter nacional aplicável unicamente em territórios onde predominavam as grandes propriedades mal equipadas, com numerosa população agrícola e onde a pressão e insatisfação dos camponeses eram mais intensas.

A RA de Formosa – Taiwan: Veiga (1984) afirma que esta RA, a partir de 1949 e sob a direção da JCRR –Joint Comission for Rural Reconstruction, iniciou um processo de redistribuição da propriedade fundiária pertencente às antigas propriedades japonesas. A ajuda técnica do Estado e os incentivos ao Associativismo permitiram um rápido aumento da produtividade. O mesmo autor indica que o sucesso também se deveu à injeção, no país, de um bilhão de dólares americanos.

A RA do Japão: o Japão até a Segunda Guerra Mundial apresentava uma estrutura fundiária extremamente fragmentada onde, a quantidade média de terra por família era de apenas um hectare e 34% do total das famílias agrícolas possuíam menos de 0,5 hectares. Em 1945, esta fragmentação, fazia com que os preços dos arrendamentos atingissem cerca de 50 a 60% do valor da produção. Em 1946, os rendeiros representavam 70% dos camponeses e detinham para cultivo, 46% das terras no país. A lei da reforma agrária neste País foi assinada em dezembro de 1946, e derivou das instruções dadas pelo Comando Supremo das Forças Aliadas no Japão, em 9 de outubro de 1945. Consistiu em um Programa para a transferência da propriedade da terra dos grandes proprietários para os rendeiros, e um conjunto de ações visando a protegê-los (OLIVEIRA, 2007).

A Lei de RA de 1946 fixou em 3 ha o teto de propriedade individual e o Estado comprou as áreas excedentes e vendeu-as às famílias camponesas. Foi assim transferida um terço da área agrícola total, beneficiando 70% do total das famílias do país. Em 1961 o crescimento industrial japonês exigiu uma nova reforma, agora, de caráter concentracionista.

A RA de Portugal: também conhecida como “A revolução dos Cravos” foi uma RA emblemática realizada por operários agrícolas de latifúndios do sul do País que em menos de um semestre ocuparam à força mais de um milhão de hectares e organizaram, sem ajuda do Estado, cerca de 500 unidades coletivas de produção agrícola. Este sólido processo resistiu a cinco anos de aplicação de uma feroz contrarreforma (VEIGA, 1984).

2.5.2 Alguns casos de RAs na América Latina

A RA Mexicana: teve seu berço na revolução mexicana de 1910 e as causas desta, segundo Veiga (1984) não podem ser atribuídas à revolta provocada pela ditadura de Porfírio Díaz, pois elas têm origem no tempo em que México era a Nova Espanha onde, para explorar a mão de obra indígena, os colonizadores introduziram na América Central o sistema das grandes propriedades (fazendas) as que existiram até o século XVIII.

O mesmo autor declara que em 1810 (século XIX), a guerra pela independência, apesar de ter mostrado uma revolta agrária latente, acabou por consolidar o poder de oligarquias latifundiárias. Neste século, houve várias tentativas de RA, mas, a dominação dos grandes senhores da terra acabou-se consolidando, embora, gerando violentas reações por parte das populações indígenas, dentre estas, a mais destacada, a “Revolución de los Mayas” de Yucatán em 1847 e dos Yaquis de Sonora.

Foi a grandeza desta resistência indígena que deu origem à revolução mexicana de 1910 – 1917, na qual várias forças, sob diferentes e muitas vezes opostos comandos, levantaram-se em armas. Caso emblemático foi Emiliano Zapata que com seu exército derrubou a Porfírio Díaz e colocou Madero na Presidência, mas, como Madero traiu as aspirações camponesas ao não enfrentar os latifundiários e as companhias estrangeiras, obrigou a Zapata a reconstituir seu exército e levar os camponeses contra ele, lançando um Programa de RA intitulado “Programa de Ayala” (1911) o qual se tornou a plataforma política do movimento camponês mexicano. O

Programa propunha, ademais da derrubada de Madero do governo, um processo de reforma agrária sob o controle das comunidades camponesas VEIGA, 1984; SCOLESE, 2005)

Cabe destacar também, a importante participação, no processo reformista, de Doroteo Arango mais conhecido como Pancho Villa quem juntamente com Emiliano Zapata, lutou pela reforma agrária, porém os caminhos destes dois líderes assim como as formas de luta foram diferentes (SCOLESE, 2005).

No século XX, no ano de 1915 uma aliança da jovem burguesia mexicana com o sindicato dos operários, resultou na formação de um exército para combater os camponeses chefiados por Zapata e Pancho Villa. Em 1916 foi eleita uma assembleia constituinte com grande participação dos diversos setores, mas não deu bons resultados pelo fato dos projetos aprovados nesta ser obra dos burgueses que procuraram reduzir o alcance social da RA. A partir de 1917 a RA evoluiu de forma irregular, mesmo assim, ocorreu a desapropriação de 34% da área agrícola do país, permitindo acesso a terra a mais de dois milhões de famílias (VEIGA, 1984).

Posterior a todo o processo de luta, em 1934 e sob a liderança de Lazaro Cárdenas, veio uma nova face da reforma agrária mexicana, porém sólida em termos quantitativos de distribuição de hectares de terras (SCOLESE, 2005).

A RA da Guatemala: Cifuentes (2008) fazendo um interessante resgate histórico do processo de RA deste País manifesta que a luta e a violência na Guatemala vêm desde 1524, com a entrada violenta dos espanhóis e a consequente apropriação das terras, os minerais e animais; indica também que esta forma de “roubo” repetiu-se, em 1871, com a Lei de “Reforma Liberal” dada pelo ex-presidente Justo Rufino Barrios. Esta Lei, conjuntamente com outras impulsionadas por esta, converteu à Guatemala em País produtor de café.

De 1940 a 1944 ressurgiu o Movimento Social Sindical da Guatemala apoiado por muitos setores da sociedade com o consequente golpe ao ditador Jorge Ubico Castañeda. Após 10 anos de democracia, em 1952, o governo nacionalista de Arbenz, impulsionou o decreto 900 que deu vida à RA do País com a subsequente entrega de terras aos indígenas e camponeses a quem deu crédito agrícola para fortalecer a organização assim como criou os comitês agrários promotores da RA.

Em 18 meses de aplicação do decreto, desapropriou-se mais de 1.800 latifúndios e beneficiou-se mais de 100 mil famílias agricultoras. As indenizações pactuadas foram feitas com base às declarações ao fisco com títulos resgatáveis até em 25 anos (VEIGA, 1984)

Em 1954 com o derrocamento de Arbenz, organizado pelos EEUU e as pressões dos afetados pela RA de Arbenz, inicia-se uma contrarrevolução que acaba com a paz e o desenvolvimento que trouxe o governo do presidente Arbenz; tudo isto promoveu o surgimento, na década de 1960, do primeiro grupo guerrilheiro que tinha como comandante o indígena chamado Socorro Sical, aparece também o Exército Guerrilheiro dos Pobres – EGP, a Organização Revolucionaria dos Povos em Armas – ORPA; o Partido Guatemalteco do Trabalho – PGT. Em todas estas organizações a bandeira de luta foi sempre a terra (VEIGA, 1984; CIFUENTES, 2009).

Além disto, Rocha (2013) afirma que a RA da Guatemala estava dirigida a eliminar os resquícios de feudalismo como a eliminação das formas de servidão; promover a emancipação econômica da população pobre do País e promover a distribuição de crédito e de assistência técnica pública aos agricultores assentados. Esta RA foi uma tentativa de implantar uma profunda mudança no setor agrário do país, porém com o golpe de Estado, retrocedeu ao momento pre reforma de injusta distribuição de terra. Oliveira (2007) ressalta que atualmente na Guatemala o quadro da injusta distribuição das terras somado à presença das guerrilhas, contribui para que o País não tenha um clima de paz efetiva; os camponeses continuam sem terra e a reforma agrária somente existe nos textos.

A RA da Bolívia: foi uma reforma de caráter revolucionário e que até a atualidade não deixa de ser um dos casos emblemáticos de luta camponesa em prol do direito fundamental à terra.

Esta reforma foi iniciada com a revolução boliviana de 1952, na qual, os camponeses, com apoio dos carabineiros, derrotaram o exército que se opunha ao mandato do então Presidente Victor Paz Estenssoro, eleito em 1951. Com isto, os camponeses e indígenas em luta, não só recolocaram a Estenssoro no poder, mas também reivindicaram a reforma agrária, e dessa forma, o governo se viu obrigado a assinar a lei da reforma agrária em dois de agosto de 1953.

A RA foi rápida e atingiu a todo o país, com a extinção do latifúndio e do sistema agrícola extensivo, restituiu às comunidades indígenas as terras que lhes foram usurpadas a partir de 1º de janeiro de 1900, promoveu o respeito às tradições comunitárias, libertou os trabalhadores camponeses em regime de escravidão, proibindo os serviços e obrigações pessoais e gratuitas. Os ex-proprietários não foram indenizados nos termos da lei (VEIGA, 1984; OLIVEIRA 2007).

Atualmente na Bolívia existem dois milhões de hectares nas mãos dos camponeses e 10 milhões nas mãos dos indígenas; existe igualdade de gênero no acesso à propriedade da terra e a reforma agrária não significa somente a distribuição das terras, mas também o acesso aos serviços básicos e de créditos (ACHACOLLO e SOTO, 2009)

A RA Cubana: segundo Veiga (1984), esta reforma é outro exemplo emblemático de reforma inserida num processo global de revolução socialista. Aqui, segundo o mesmo autor, a queda do ditador Batista deu lugar a um governo popular que tinha como um dos principais objetivos a entrega de terra aos que nela trabalhavam.

Com isto, a primeira lei de RA de 19 de maio de 1959 determinava a desapropriação de fazendas com mais de 405 ha, excetuando as propriedades bem exploradas e com produtividade maior à média até o limite de 1340 ha. As indenizações estavam previstas em títulos regatáveis em até 20 anos.

Posteriormente, e com a lei de 1960, previu-se a desapropriação das empresas norte-americanas, instaladas em solo cubano, com indenização condicionada à compra de certa quantidade de açúcar a preço superior ao do mercado internacional. Ante a hostilidade dos Estados Unidos, e como resposta a esta, a desapropriação tornou-se, na prática, em confisco. Em outubro de 1960 o governo cubano nacionalizou todas as grandes empresas do país.

Em 1963 uma segunda lei de RA diminuiu o limite de desapropriação para 67 ha; com isto, o governo tentou impedir que os médios proprietários continuassem a criar obstáculos à reconstrução econômica do país. Veiga (1984) destaca que a RA Cubana trouxe enorme progresso para o campesinato cubano, tanto em nível do consumo alimentar como na educação, saúde e habitação.

O Governo revolucionário de Fidel Castro promulgou outra lei de Reforma Agrária que deu início à distribuição das terras a qualquer cidadão cubano que se dispusesse a trabalhar.

A RA Venezuelana: nesta Reforma Agrária o Instituto Agrário Nacional – IAN distribuiu gratuitamente lotes a 24 mil famílias. Os lavradores formulavam a petição à terra; com este documento o IAN propunha ao latifundiário a compra da mesma que sempre era num valor maior ao de mercado. Se ele concordava, se estabelecia um acordo sobre o preço ou não, ele poderia ser desapropriado; os registros indicam que em virtude do preço da compra das terras, muitos latifundiários, optaram por vender suas terras e até promover a auto invasão por parte dos lavradores para assim terem prioridade nas compras de terras por parte do Estado (VEIGA, 1984).

A RA na Venezuela não só se limitou à distribuição/redistribuição de terra, como envolveu também os sistemas de crédito agrícola, assistência técnica e mercado. Oliveira (2007) declara que esta é uma RA que atingiu apenas parcialmente a concentrada estrutura fundiária do País e ressalta que com a aprovação da nova lei de RA de 2008, do governo de Hugo Chávez, o governo aposta no desenvolvimento rural como uma das saídas para diversificar a economia - cuja dependência da exploração petrolífera chega a 80% -, garantir que as famílias produzam seus próprios alimentos, pois agora 70% do que os venezuelanos comem vêm de outros países, e, ao mesmo tempo, garantir trabalho a milhões de camponeses sem-terra. Mesmo com o governo a favor da RA existe uma luta interna com os latifundiários e a oligarquia que está limitando o processo e também gerando a violência no campo.

A RA do Chile: as tentativas de RA deste país iniciaram em 1929 e, após um período sem movimentações, houve em 1962 a primeira lei de RA. Com a chegada da democracia cristã ao poder, nos finais de 1964, e com uma ampla maioria de democratas cristãos e de esquerda no poder, iniciou-se, em 1965, um importante avanço no processo de RA. Processo aprofundado, posteriormente, no governo de Allende de 1970-1973. No qual foram desapropriados 10 milhões de hectares, beneficiando um grande número de famílias camponesas; infelizmente este processo foi detido pela ditadura de Pinochet.

Para Veiga (1984) as primeiras reformas do Chile mudaram o perfil do setor agrícola do país. A primeira delas fixou o limite de expropriação em 80 ha de terras boas ou seu equivalente

em regiões de cultivo mais difícil, a indenização era paga à vista e parte em títulos. A redistribuição de terras no Chile fez surgir, segundo este mesmo autor, ao mesmo tempo, 568 Assentamentos, onde as famílias recebiam um lote privado e o direito de explorar glebas comunitárias. Em meados de 1972, no Governo de Allende, as desapropriações foram aceleradas e se deu início a uma política de redistribuição do poder no interior das cooperativas. Após dezoito meses de governo, Allende tinha liquidado, praticamente, o sistema latifundiário. Posteriormente os Assentamentos foram substituídos por centros de RA.

Na opinião de Veiga (1984) o governo de Pinochet restituiu os latifúndios a seus antigos donos ou leilou-os a novos empresários; Chonchol (2003) em contraposição, afirma que a estrutura latifundista no Chile não se recompôs após RA embora o governo militar tenha devolvido aos fazendeiros quase a terceira parte das terras expropriadas por Frei e Allende.

A RA Peruana: para Vargas (2009) a primeira tentativa de RA no Peru foi feita por José Gabriel Condorcanqui – chamado de Túpac Amaru II, quem como representante dos povos indígenas lutou, entre outras coisas, pela justiça, boa gestão dos recursos naturais e o bom governo do país.

A RA foi iniciada em 1969, mas já existia transferências de terras entre 1964 e 1968, com o golpe militar do nacionalista Juan Velasco Alvarado; nesta reforma todas as propriedades agrícolas com áreas superiores a 30 ha de terras irrigadas ou 50 ha de outras qualidades, foram afetadas. Quase 25% da população rural total foi beneficiada (Veiga, 1984).

Quatro modalidades básicas de organização foram institucionalizadas no país: as Cooperativas de Produção (surgidas na agroindústria do açúcar e plantações de chá), as sociedades agrícolas de interesse social – SAIS (formadas pelos trabalhadores permanentes das antigas fazendas de gado da serra), as comunidades camponesas e as empresas de propriedade individual.

Vargas (2009) afirma que a RA de 1969 foi a reforma mais profunda ao nível da mudança da propriedade da terra que ocorreu na América Latina, com exceção de Cuba, foi uma reforma nacional abrangente que não deixou nenhum latifúndio na estrutura agrária do país.

Agora no Peru o latifúndio está emergindo, mas não configurado nas características do antigo latifúndio de antes da RA. Trata-se de um neolatifúndio, que ao lado da modernização produtiva, traz consigo modelos excludentes e com lógicas e interesses que não condizem com o Peru, mas que contam com o total apoio do Estado (refere-se ao Governo de Fujimori). Isto pode ser evidenciado através das novas fazendas produtoras de biocombustíveis, ou agro combustíveis, estas fazendas não têm nenhuma vinculação com as atividades produtivas nem o desenvolvimento local, nem a geração de trabalho e renda, pois em média, estas fazendas, a cada 10 ha, criam um posto de trabalho (VARGAS, 2009)

Embora tenha-se feito a distribuição da terra, através da RA, atualmente o Peru está crescendo pela exploração de minerais e não pelas explorações agrícolas, fato promotor de conflitos entre os setores comprometidos pois a contribuição da agricultura no PIB do País está diminuindo pelo fato que a prioridade, ainda quando existem alguns esforços, não está voltada para a agricultura de produção de alimentos. A política de soberania e segurança alimentar, não se reflete em ações objetivas assim como a política agrária atual (2008) está voltada para o setor agroexportador que, como já mencionado, está reinstalando o latifúndio.

A RA na Colômbia: a luta pela terra é a causa essencial da violência neste país, a qual começou no início do século XX com a chamada “Masacre de las bananeras” onde participaram tanto os camponeses que lutavam por terra; camponeses que trabalham nela assim como sindicatos agrários -como o “Sindicato dos bananeros” Estes camponeses em luta foram massacrados pelo exército comandado pelo governo daquela época (SUAREZ e VELANDIA, 2009).

As mesmas autoras manifestam que no ano 1936 iniciou-se uma reforma progressista que tocava o tema da perda de propriedade e impedia a expulsão dos colonos das terras trabalhadas, criando a jurisdição agrária com juízes especializados na definição de conflitos de terra. Ante esta lei, e sob a pressão dos latifundiários, aprovou-se outra lei, em 1944, que impedia os efeitos favoráveis da lei de 1936. Isto foi um marco que reabriu as portas para a violência dos anos cinquenta a qual, por sua vez, deu origem ao movimento guerrilheiro liberal.

Posteriormente em 1948 e com Mariano Ospina na presidência, o movimento liberal, encabeçado por Jorge Eliecer Gaitan, em protesto contra a violência praticada pelo Estado,

dirigiu a famosa “Marcha del Silencio” fato que originou, em 1950, o assassinato de Gaitan. Dois meses depois do assassinato deste nasceu a guerrilha liberal dos “Llanos Orientales” com Guadalupe Salcedo como líder. Nasceu também a guerrilha liberal em zonas cafeeiras com Manuel Marulanda Mendez, posteriormente comandante das FARC. Nasceram também outras guerrilhas em diferentes partes do país, com isso as guerrilhas liberais foram crescendo até alcançar grandes magnitudes de representação no país.

Em 1961 deu-se a lei de RA; seguidamente em 1964 o governo decidiu perseguir os guerrilheiros que ainda continuavam na luta, encontrando, dentre deles a Manuel Marulanda Velez, após isto, os guerrilheiros que escaparam dos ataques e perseguições retomaram a luta com maior força sendo este, para muitos estudiosos, o momento que deu origem às FARC – “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia”; dentre outros movimentos populares cujo pano de fundo tinha sua origem na luta pela terra.

Atualmente e segundo Suarez e Velandia (2009), na Colômbia a concentração da propriedade das terras é um significativo problema já que 0,4% dos proprietários têm 61% da terra; 57% dos proprietários têm menos de cinco hectares e, 17% têm menos de três hectares. Ante isto, e como afirmam as autoras, se faz necessária uma RA progressista inserida no contexto internacional, que seja produto de um acordo político entre a sociedade e Estado e que sobretudo procure a segurança e soberania alimentar, assim como o desenvolvimento do campo e das famílias que nele moram.

A RA em El Salvador: inserida dentro do processo revolucionário do Frente Farabundo Marti, a RA em El Salvador, iniciou-se em 1980 com a distribuição de terras a partir de 150 hectares, além de outras propriedades que não eram cultivadas diretamente pelos seus proprietários. A RA esteve limitada somente à distribuição de terras sem nenhum tipo de impulso por parte do Governo; todo o processo foi vertical e teve como maior objetivo o de tirar as bandeiras da guerrilha. Posteriormente deram-se vários passos em prol da contrarreforma agrária, visando o mercado de terras, os governos não apoiaram os beneficiários e em 1996 o governo conseguiu acabar com a institucionalidade da RA, levando o País à deterioração da produção agropecuária e a conseqüente fome e migração campo-cidade e Estados Unidos. Navas e Guillen (2009) afirmam que até 2008 não houve tentativas de RA e desde então o governo vêm apoiando

o arrendamento de terras às transnacionais e, uma vez mais, os camponeses e indígenas estão sendo desalojados das suas terras.

A RA de Honduras: assinada em 1962, o pesquisador Garza (2009) aponta que neste país, o setor camponês é o setor social mais organizado e forte da nação. Indica também que Honduras, por vocação natural, não é um país agrícola, mas convertido assim pelas companhias bananeiras operantes nele. O autor divide a história em dois períodos; o período “antes de 1954” e o período “após 1954”, por conta da greve bananeira de 1954 que se deu como resposta social de oposição às companhias bananeiras e suas relações trabalhistas; Produto desta greve nasceram os principais movimentos sociais assim como, constitucionalmente, os sindicatos e as ligas camponesas.

Após golpe de 1963 o novo governo perseguiu os líderes da Federação Campesina os quais, ante isto, conformaram um grupo guerrilheiro. Em 1965 Lorenzo Zelaya, principal líder da guerrilha foi morto junto aos demais líderes da Federação no massacre de oito de junho conhecida como “El Jute”. Em 1972 deu-se a nova lei da RA e que segue vigente até atualidade. Esta RA inclui dois decretos: o decreto 08 e o decreto 170. O decreto 08 refere-se à expropriação das terras ociosas e o 170 determina que a RA seja um processo integral e instrumento de transformação da estrutura agrária dirigida a substituir o latifúndio e o minifúndio por um sistema de propriedade e exploração da terra, que garanta justiça social no campo e aumente a produção e produtividade do setor agropecuário.

Posteriormente o golpe de Estado de 1976 terminou com o enfraquecimento do movimento camponês assim como marcou o início da queda da RA. Em 1992, com a Lei da Modernização do setor agrário que substituiu, mas não eliminou à lei da RA, a violência ressurgiu fazendo regredir o avançado; a violência esteve motivada pela lei de Modernização agrária que criou toda uma estrutura de poder e repressão contra o movimento campesino. Atualmente Garza (2008) afirma que a luta em Honduras continua e a violência também; a luta agora é por uma RA Integral que assegure terra a camponeses, indígenas e mulheres.

A RA da Nicarágua “Sandinista”: conhecida também como reforma “Sandinista” em louvor a seu precursor, o caudilho Augusto Cesar Sandino.

A luta social, no marco desta reforma, inicia-se em 1928 com o general “Augusto Cesar Sandino” Assassinado posteriormente em 1934, foi ele quem promoveu os processos de RA e constituiu os modelos de cooperativas agropecuárias na Nicarágua. Após o assassinato de Sandino, a luta pelo processo agrário parou até seu ressurgimento, em 1958, com Bernardino Diaz Ochoa considerado herói nacional da RA do país. (SOLORZANO, 2009).

Em 1979, e já com a “Frente Sandinista de Libertação Nacional- FSLN” criada, o Governo de Unidade Nacional, através da coalizão de forças da burguesia nacional não latifundiária, religiosos, forças guerrilheiras sandinistas, camponeses, trabalhadores nacionais e a população; criou-se um programa de governo que chegou até 1990. O Programa denominado Programa Histórico do Frente Sandinista para a Reconstrução de Nicarágua, continha um pacote de políticas econômicas e sociais dirigidas a superar o difícil e injusto quadro de concentração de terras em que somente 2% da população agropecuária era proprietária de 48% das unidades produtivas do País e 37% da população rural possuía só 18% destas áreas.

Neste país, a RA de 1979 foi uma reforma tendente a eliminar o latifúndio Somocista e a família Somoza (que representava 23% da superfície total cultivável do país); o mundo de corrupção que a rodeava, assim como as terras ociosas, em abandono e as empresas capitalistas do agro.

A Reforma Agrária Brasileira: desencadeada pela alta concentração de terras e a conseqüente exclusão social do homem do campo, não se limita a um período específico. Trata-se de um processo social que tem tido momentos de “altas” e “baixas” os quais quase sempre foram promovidos por pressões da sociedade civil, muito além do interesse governamental. A RA brasileira no século XXI se ergue como um reto de continental importância na vida do país, ultrapassando os questionamentos de sua viabilidade ou inviabilidade no atual contexto do agronegócio e globalização alimentar.

2.6 A Reforma Agrária Brasileira a Partir do Olhar da Questão Agrária

Entender a RA do Brasil passa pela necessidade de conhecer a questão agrária do país, pois esta está inserida no seu cerne. Sendo assim, a seguir no quadro 02, se apresenta, de maneira sistematizada e cronológica, um rápido histórico do problema tentando apontar os aspetos mais relevantes desta questão.

QUADRO 02: Cronologia da Questão Agrária Brasileira

Período	Governo	Ano	Eventos
Colônia (1500-1822)	O contato dos governantes Portugueses com Brasil só foi com fins de patrulha territorial e coleta do Pau-brasil	1500	- Em 22 de abril, Pedro Alvarez Cabral descobre o Brasil (inicialmente chamado de Terra de Santa Cruz).
		1530	- O Rei de Portugal João III organizou a primeira expedição com objetivos de colonização; esta foi comandada por Martin Afonso de Souza e tinha o objetivo de povoar o território brasileiro, expulsar os invasores e iniciar o cultivo de cana de açúcar.
	João III ordenava desde Portugal	1532	- Criação da 1ª vila, a vila “São Vicente”. -Planejamento da criação das Capitânicas Hereditárias e Sistema de Sesmarias. Alguns atribuem esta data como o nascimento do latifúndio.
	Capitânicas Hereditárias e Sistema de Sesmarias	1534	- Início da Escravização dos Índios do Brasil. - Divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias e Sistema de Sesmarias. - Construção dos primeiros engenhos do açúcar (o primeiro deles foi o engenho São Jorge dos Erasmos no Estado de São Paulo). - Início do tráfico de escravos africanos.
	1549-1553 Tomé de Souza	1549	- Primeiro Governo Geral do País instituído por João III após fracasso das Capitânicas Hereditárias.
	D. João VI	1821	- José Bonifácio de Andrade e Silva propôs uma reforma da estrutura agrária do País com o fim de aproveitar melhor a terra não aproveitada pelo Sistema de Sesmarias. - Fim das Capitânicas Hereditárias.
Império (1822-1889)	1822 - 1831 D. Pedro I Primeiro Imperador	1822	- 7 de Setembro, Brasil tornou-se independente de Portugal. - Fim do Sistema de Sesmarias.
	1831- 1889 D. Pedro II	1850	- Publicação da “Lei de Terras”, que aponta a compra em dinheiro como a única opção de acesso às terras devolutas. A Lei é mantida pela constituição de 1891 e pelo código civil de 1917. - Surgem os Coronéis (grandes latifundiários).
		1851	Abolição do tráfico de escravos.
		1877	- “Seca” no nordeste do Brasil.
		1888	- Abolição da escravatura.
República Velha (1889 - 1930)	1889-1891 Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	1889	-Proclamação da República em 15 de novembro.
	1891- 1894 Marechal Floriano Vieira Peixoto	1893	- Inicia-se a Guerra de Canudos. -Iniciou-se o primeiro movimento organizado pelos camponeses na luta pela terra e pelo trabalho.
Era Vargas (1930- 1945)	1930-1945 Getúlio Dornelles Vargas	1934	- A Constituição Nacional de 1934 instituiu o domínio de terras em favor de posseiros que morassem e explorassem áreas menores de dez hectares.

Período	Governo	Ano	Eventos
		1944	- Governo favorável à Reforma Agrária, emitiu decreto autorizando a organização sindical rural de assalariados agrícolas.
		1945	- Término da ditadura de Getúlio Vargas.
Terceira República (1946-1964)	1945-1946 José Linhares	1946	- Os conservadores da Constituinte daquele ano, inclinados ao proletariado, ajudaram a favorecer que o art. 147 da Constituição de 1946 estabelecesse a condicionalidade do uso da propriedade ao bem-estar social podendo, sob observância do art. 141, § 16 (desapropriação), promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos. Mesmo assim a literatura indica que nesta Constituinte preservou-se a grande propriedade excluindo os trabalhadores rurais e camponeses das conquistas trabalhistas logradas na era Vargas. - Proposta de Reforma Agrária da bancada do PCB na constituinte de 1946. - Surgimento das primeiras ligas camponesas sob direção do Partido Comunista Brasileiro – PCB. - Elaboração da Nova Constituição. A questão agrária começou a ganhar relevância.
	1946-1951 Marechal Eurico Gaspar Dutra	1947	- Nestor Duarte apresenta na Câmara dos Deputados proposta de Lei de Reforma Agrária para o Brasil que incluía a modificação do regime da propriedade da terra. Devido ao contexto político do Fim da Era Vargas, a proposta não obteve encaminhamento.
		1950	- Primeira proposta de Reforma Agrária da Igreja Católica no Brasil.
		1951	- Criação da Comissão Nacional de Política Agrária que produziu as diretrizes para a Reforma Agrária.
	1951-1954 João Fernandes Campos Café Filho	1954	- O PCB cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) para coordenar as ações camponesas. - Ressurgimento, em Pernambuco, das Ligas Camponesas. - Criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC. - Proposta de Reforma Agrária apresentada pelo deputado Coutinho Cavalcanti do PTB/SP.
1955-1956 Nereu de Oliveira Ramos	1955	- Criação do Serviço Social Rural – SSR.	

Período	Governo	Ano	Eventos
	1956- 1961 Juscelino Kubitschek de Oliveira	1960	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma Agrária começa a ser tratada como uma reforma de base. -Modernização conservadora da agricultura que significou, para muitos, a modernização do latifúndio, através do crédito subsidiado e incentivos fiscais. - Programas de ocupação das zonas de fronteiras. - Criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER e as Ligas Camponesas.
	1961- 1/04/1964 João Belchior Marques Goulart (Jango)	1961	<ul style="list-style-type: none"> - 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela ULTAB; aqui o presidente “Jango” defendeu a reforma agrária sem indenização para os proprietários das terras. - Propostas de Reforma Agrária da Igreja Conservadora. - 1ª proposta de Reforma Agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil – Belo Horizonte.
		1962	<ul style="list-style-type: none"> - Governo regulamenta o direito à organização sindical dos trabalhadores rurais. - Criação da Superintendência de Política Agrária – SUPRA como 1ª iniciativa em prol da Reforma Agrária.
		1963	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. -Criação da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG com a união de sindicatos ligados à ULTAB e a Igreja Católica. - Projeto de Lei de Reforma Agrária apresentado pelo deputado Leonel Brizola.
Regime Militar (01 de abril de 1964- 15/03/1985)	1964-1967 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco	1964	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação pública do projeto de reforma agrária do Governo Goulart – 13/03/1964. - Golpe militar que tira do cargo o presidente João Goulart (31/03/1964). - Persecução e extinção de líderes dos Movimentos dos Agricultores Sem Terra. - Aprovação do Estatuto da Terra que inseriu o trabalhador rural na legislação trabalhista e considerou passíveis de desapropriação as terras improdutivas. Considerado como a primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil (30/11/1964). - Criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA (30/11/1964) - Criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. (30/11/1964). - O IBRA e INDA substituem à SUPRA que detinha a competência da Reforma Agrária.
	1967-1969 Marechal Arthur da Costa e Silva	1969	<ul style="list-style-type: none"> - Em 15/05/1969 cria-se o Grupo Executivo de Reforma Agrária – GERA, com a finalidade de intensificar a Reforma Agrária.
	1969-1974 General Emílio Garrastazu Médici	1970	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA resultado da fusão do IBRA, o INDA e o GERA - Surgimento do Programa de Integração Nacional - PIN e o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA.

Período	Governo	Ano	Eventos
	1974-1979 General Ernesto Geisel	1975	- Criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, braço agrário e progressista da Igreja Católica.
	1979-1985 General João Batista de Oliveira Figueiredo	1979	- 7/09/1979; cerca de 110 famílias invadem a fazenda Macali, em Ronda Alta (RS). Este fato é considerado como o início da “Formação” do MST. - Proposta de Reforma Agrária da CONTAG aprovada no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.
		1982	- Seminário da Comissão Pastoral da Terra - CPT em Goiânia onde se reuniram 22 agentes da Pastoral e 30 Lideranças Sem Terra, posseiros, meeiros, e arrendatários de 17 Estados do país. Neste seminário é levantada a ideia da criação de um movimento nacional dos sem terra, autônomo em relação à Igreja Católica. - Criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários - MEAF.
		1984	-1º Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel (PR) reuniu representantes de 12 Estados; neste é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. -Programa de Reforma agrária do MST. -Transfere-se as competências do INCRA ao Ministério de Agricultura. - Redemocratização do País.
Nova República (1985 - até hoje)	1985- 1990 José Ribamar Ferreira de Araújo Costa - José Sarney	1985	- José Sarney anuncia o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA . O Plano previa o Assentamento de 1,4 milhões de famílias em cinco anos. - Criação da União Democrática Ruralista (UDR) com objetivo de defender os interesses dos fazendeiros na Constituinte. - Criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD.
		1986	- Lançado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, que garantiu linhas de crédito para os assentados.
		1987	- Extinção do INCRA; suas atribuições passam para o MIRAD. - Criação do Instituto de Terras (INTER).
		1989	- Extinção do MIRAD. - Reestabelecimento do INCRA.
	1992-1995 Itamar Augusto Cautiero Franco	1993	-Em 25 de fevereiro é sancionada a Lei Agrária número 8.629 que regulamentou artigos aprovados na Constituição de 1988 e dá ao Poder Judiciário a condição de aprovar, ou não, uma desapropriação. - Estudos feitos pela FAO revelaram que a renda média nacional das famílias assentadas era de 3,7 salários mínimos mensais. - Lançado o Programa Emergencial de Reforma Agrária com o objetivo de promover as desapropriações e os Assentamentos de famílias, e retomar os projetos de Assentamentos abandonados pelo governo de Collor.
		1995	- Em 9 de agosto, em Corumbiará (RO), ocorreu um massacre, com saldo de dez sem-terra e dois policiais militares mortos. - Proposta de Reforma Agrária do MST.

Período	Governo	Ano	Eventos
	1995-2003 Fernando Henrique Cardoso	1996	<ul style="list-style-type: none"> - Em 19 de abril foram assassinados, em Eldorado do Carajás- Pará, 19 militantes Sem Terra por policiais militares durante a desobstrução de uma estrada. - Nomeia-se o Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária como resposta ante a massacre de Eldorado dos Carajás. - Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
		1997	<ul style="list-style-type: none"> - Multitudinária marcha dos Sem-terra leva cerca de 50 mil pessoas a Brasília; no dia da chegada lá se deu, dentre outras coisas, o lançamento do livro “Terra” de Sebastião Salgado.
		1998	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra).
		1999	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário.
		2000	<ul style="list-style-type: none"> - O Governo FHC edita medida provisória que impede por dois anos vistorias e desapropriações em áreas invadidas e também exclui do Programa de Reforma Agrária trabalhadores rurais envolvidos em invasões. - Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em substituição ao Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário.
		2002	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Agrário da campanha presidencial do PT. - Programa Vida Digna no Campo.

Período	Governo	Ano	Eventos
	2003-2011 Luiz Inácio Lula da Silva	2003	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Programa Fome Zero. - Lançado o Programa Agrário Unitário dos Movimentos Camponeses e entidades de apoio. - Propostas discursivas de promoção de uma efetiva RA mas que na prática a questão agrária entendida como “insolúvel” ante o capitalismo. - Criação e implantação do II Plano Nacional de Reforma Agrária que previa como meta assentar 400 mil famílias até 2006. O avanço na criação de novos projetos de Assentamento como o Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). - Continuidade da alta concentração das terras assim como o desordem e pouco planejamento na distribuição dos Assentamentos. - Surgimento, nos anos 1990, da corrente teórica, a respeito do problema agrário, “Paradigma do Capitalismo Agrário” que minimiza a existência da questão agrária. - Reforma Agrária conservadora ou convencional⁶. - Hegemonia do agronegócio acima da agricultura familiar. - Polarização respeito à necessidade ou não da Reforma Agrária no Brasil. - Criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (02 de julho de 2003). - Criação do Programa Bolsa Família (9 de janeiro de 2004). - A Agricultura Familiar se insere no Programa Nacional de Alimentação Escolar através da venda de gêneros alimentícios (16 de junho de 2009).
	2011 até hoje Dilma Rousseff	2011	- Criação do Programa Brasil sem Miséria.
		2013	<ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO. - Poucos decretos de desapropriação para fins de RA, poucas famílias assentadas. - O discurso político baseado na “viabilidade dos Assentamentos” vêm argumentando o descaminhar da RA no que se refere a imóveis desapropriados, projetos de Assentamentos criados e famílias assentadas.

Fonte: Elaboração Própria (2013).

⁶ Aquelas realizadas dentro de marcos legais existentes ou acordos entre as forças sociais sem a ocorrência de rupturas. Este tipo de RAs têm alcance variado e em geral pouco abrangente, localizado e sem alteração significativa do perfil da concentração da propriedade da terra.

Como visto a questão agrária do Brasil, que remonta às origens deste, é uma questão multidimensional com muitas variáveis a analisar; questão que se olhada sob um abrangente entendimento das causas não pode ser reduzida a um entendimento economicista ou outro entendimento pontual; pensar no problema do campo leva necessariamente a pensar, em primeiro lugar, nas pessoas que nele habitam:

(...) a questão social do campo não pode ser vista desde um ponto de vista meramente econômico, pois a luta pela terra, da qual deriva a luta pela reforma agrária, é também uma luta pela inclusão, pela inserção social ativa, produtiva, participante e criativa na sociedade, é luta por dignidade e respeito e não por aquilo que na consciência popular é tido como esmola (MARTINS, 2000, p.1)

Martins (2000a) chama a atenção para não esquecer de que a questão agrária brasileira vai além das lutas opostas das classes sociais, pois é também uma questão estrutural maior do que as questões econômicas, a questão da pobreza e das injustiças sociais.

Para Graziano da Silva (1980) quando se fala de questão agrária, esta-se falando das transformações que se levam a cabo nas relações sociais e trabalhistas de produção; como se produz? e de que forma se produz? Existe aqui uma preocupação pela posição e ação dos atores do desenvolvimento que são os homens, inclui direitos, deveres, inclui justiça social e cidadania. Os principais indicadores desta são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção, a qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a progressividade das pessoas ocupadas no campo, etc. A questão agrária está aliada a outras questões como a energética, indígena, ecológica, urbana e a das desigualdades regionais. Segundo este mesmo autor a questão agrária está fortemente atrelada à questão agrícola e vice-versa.

NORDER (2006) ressalta que a questão agrária antes de ser algo cristalizado e pré-definido, é um processo eminentemente dinâmico, em permanente transformação tanto no plano conceitual como também no plano político. Para Norder, a questão agrária é o resultado da complexa articulação entre diversos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais que se apresenta de forma específica em todo o País, região ou localidade.

Na década de 1930 a questão agrária girava principalmente em torno da crise do café e da grande depressão iniciada com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

Entre os anos 1950 e 1960 a discussão estava inserida na polêmica da industrialização brasileira; alegava-se que a agricultura brasileira por conta do seu “atraso” seria um problema para o desenvolvimento econômico que era entendido, naqueles tempos, como sinônimo da industrialização do País.

Depois de 1968 e até 1973 no período do “Milagre Econômico Brasileiro” com o crescimento acelerado da economia (devido aos produtos de exportação em detrimento dos produtos alimentares), a questão agrária foi relegada a um segundo plano, em parte pela repressão política do momento (eram tempos de ditadura militar), e também, em parte, porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrido no período do “milagre” que beneficiou poucos, mas originou os problemas sociais e ambientais que até agora o Brasil evidencia.

O aumento da produção agrícola, em face à modernização da agricultura do país, iniciada em 1960, deu respostas generosamente positivas às demandas econômicas e políticas externas, a tal ponto de alguns pensarem que a questão agrária tinha sido superada. A história encarregou-se de desmentir este fato, pois a glorificada modernização começou a mostrar seu lado perverso qual seja: a expulsão de milhares de famílias de agricultores do campo para o meio urbano; a exclusão social, o incremento da fome e desemprego e a não desconcentração da propriedade fundiária. Ante tudo isto o País deu-se de cara com o fato de que a questão agrária não tinha morto se sim tinha sido disfarçada (BERGAMASCO, 2003).

Pois em efeito, a modernização, que tinha como bandeira o fim da fome, fortaleceu o latifúndio, fomentou a contaminação ambiental, a deterioração do solo, a perda de práticas culturais tradicionais, a perda da biodiversidade, da identidade, etc. A modernização aumentou a produtividade, porém de uma maneira insustentável e nociva para o homem e para o meio onde ele se desenvolve.

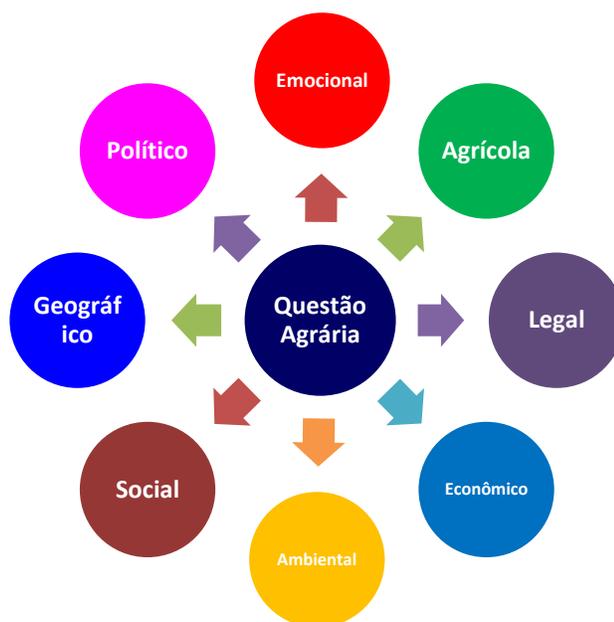
A partir dos anos 1980 e com a redemocratização do Brasil, a questão agrária ressurgiu apoiada nos movimentos em prol da reforma agrária que se rearticularam e criaram movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.

Nos anos 1990 e já no governo de Fernando Henrique Cardoso, após os violentos incidentes de Corumbiará e Eldorado dos Carajás em prol da RA, a questão agrária adquire novos significados, tanto para o Estado como para a sociedade, as ações em prol da RA das classes sociais antagônicas foram-se endurecendo e acelerando.

A partir do Governo Lula em 2003, até a atualidade e segundo os estudiosos da questão agrária como Fernandes (2003) a questão agrária ficou atrelada à corrente teórica do “Paradigma do Capitalismo Agrário”, a qual trata a questão agrária como um problema que não tem solução na sociedade capitalista e para tanto propõe a integração dos camponeses ao mercado e ao capital.

Finalmente, pode-se dizer que a questão agrária atual que vive o País vai muito além do tema da estrutura agrária. A questão agrária do País perpassa os fatores agrícolas, políticos, sociais, geográficos, ambientais, legais, econômicos e até emocionais (no plano pessoal dos envolvidos) A questão agrária é um tema de elevada complexidade, cujo grau de entendimento depende o caminhar das políticas voltadas para a resolução dos problemas do campo e, principalmente, do ser humano como primordial fim do desenvolvimento.

FIGURA 01: Componentes pelos quais perpassa a Questão Agrária Brasileira Atual



Fonte: Elaboração própria.

2.6.1 A Reforma Agrária Brasileira: aprofundando no tema

No Brasil a Reforma Agrária está pactuada em base ao Estatuto da Terra de 1964 que no Art. 1, parágrafo §1º, da Lei 4.504 de 1964 se definiu-se como: (...) o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

O Estatuto, que foi criado pelo regime militar implantado no país, foi produto do clima de insatisfação reinante no meio rural e/o temor do governo e das elites no poder, ante a possível eclosão de uma revolução camponesa, espelhada no espectro da revolução cubana de 1959.

As metas estabelecidas pelo Estatuto eram basicamente a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura; os objetivos que a lei perseguia eram os de estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Num entendimento maior e global entende-se a RA como o conjunto de medidas dirigidas a melhorar as condições de vida e restituir os direitos do homem do campo, por meio da utilização mais racional e justa da terra; permitir acesso à propriedade da terra aos que nela trabalham, eliminar grandes desigualdades; impedir o êxodo rural, fixando o homem no campo; desconcentrar a renda e elevar a produção e a produtividade do trabalho agrícola. Ressalta-se na Lei 4.504 a responsabilidade do Estado sobre ações voltadas para a melhor distribuição da terra com foco aos direitos humanos, em especial do homem do campo, levando em conta, ademais e como acima indicado, a questão da produção e produtividade.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2013), implantado em nível nacional e cuja missão prioritária é a de realizar a reforma agrária no país, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, sob os termos da conceitualização da RA da Lei, entende esta como:

(...) o conjunto de medidas dirigidas a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de estabelecer um sistema de relações entre o Homem, a propriedade rural e o uso da terra capaz de atender aos princípios de justiça social o progresso e bem estar do Trabalhador Rural, o desenvolvimento sustentável o aumento de produtividade; com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (PLANALTO 2013; INCRA 2013).

Este mesmo órgão manifesta que na prática a reforma agrária é uma medida que gera desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a produção de alimentos básicos para sustento humano; a ocupação e renda, combatendo assim, à fome e a miséria. Indica também que a RA gera a diversificação do comércio e serviços no meio rural, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração do homem do campo à cidade; a democratização das estruturas de poder e a promoção da cidadania e da justiça social.

Atualmente, e segundo o INCRA (2013), a RA brasileira procura:

(...) a implantação de um novo modelo de Assentamento economicamente viável, ambientalmente sustentável e baseado no desenvolvimento territorial, com a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2013, p.)

Para o MST⁷ (2009), a RA brasileira tem que ter caráter popular e garantir o acesso a terra para todas as pessoas que nela trabalham; garantindo às comunidades originárias; estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. Promover a produção agrícola nacional de alimentos saudáveis, gerados sem uso de agrotóxicos e sem uso de organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser complementar, buscando o maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas.

Graziano da Silva (1985) defende para o Brasil uma reforma geral implantada em todo o território nacional e não só em algumas regiões como medida paliativa ante as pressões sociais; uma reforma massiva, que dê acesso à terra aos milhões de sem terra ou com pouca terra; indica também que têm que ser imediata com metas e prazo de término definido; e por último defende

⁷ Um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil que tem por eixos de ação a luta pela terra, a reforma agrária e a luta por uma sociedade mais justa e fraterna.

uma reforma horizontal e participativa em que os trabalhadores rurais estejam presentes em todas as fases. Em 2012 este mesmo autor (GRAZIANO DA SILVA, 2012) expressou que o acesso à terra é parte de um conjunto amplo de políticas para o meio rural, políticas que devêm incluir o acesso a recursos naturais de modo geral, não só acesso à terra, mas também acesso à água como recurso primordial; acesso aos mercados, capacitação, financiamento, e infraestrutura básica como estradas, luz, saneamento, saúde, educação, dentre outras.

Stédile (1997; 2013) alega que para uma verdadeira política de RA popular (e não a clássica baseada, no Brasil, na implantação de Assentamentos e a transformação do camponês em consumidor de mercadorias industrializadas da cidade), tendente a alcançar a soberania alimentar; uma reforma harmônica e homogênea do meio rural que leve a modernização ao campo e evite o êxodo rural, argumenta que tem de ser uma reforma ampla que resolva e atenda a complexidade do problema agrário, eliminando o latifúndio e as áreas improdutivas, casada com medidas concretas que reorganizem a produção agrícola voltada para o mercado interno, combatendo com isto o oligopólio controlador do comércio dos produtos agrícolas e a agroindustrialização. Associada também com um novo modelo tecnológico aplicado à agricultura com o propósito de erradicar o atual modelo de viés consumista e predatório. A RA para Stédile tem que gerar acesso à educação formal, pois esta é tão importante quanto a terra.

Bergamasco (2003) defende uma RA integral que considere a dimensão *econômica*: referida ao acesso à terra-; *política*: referida à modernização do ordenamento territorial; *social*: baseada em políticas de combate à pobreza e de ampliação de direitos como acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda; e *ambiental*: como caminho para uma produção agrícola diversificada.

As análises de Bergamasco (2011); Maluf e Menezes (s/d) indicam que a RA é o caminho certo para a erradicação da pobreza e a consecução da segurança alimentar; pois, segundo estes autores, existe, no meio rural, uma correlação direta entre acesso à terra e os alimentos; declaram que as múltiplas evidências mostram que onde houve um processo de RA a situação alimentar e nutricional da população encontrou-se garantida, contrariamente a isto, em espaços cuja concentração fundiária é elevada a situação de insegurança alimentar torna-se grave.

Nessa mesma direção Dombek (2006) argumenta que a Reforma Agrária, entendida sob o viés dos Assentamentos, pode promover impactos favoráveis quanto à segurança alimentar, bem como geração de trabalho e renda, o que contribui para o acesso à alimentação; cria condições para que as famílias assentadas possam produzir os alimentos que irão consumir e fortalece a segurança alimentar local, dada pela produção de alimentos para as áreas próximas.

Nesse sentido no II PNRA (BRASIL, 2003) está estabelecido que a Reforma Agrária no Brasil é uma necessidade urgente, que gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e nutricional e abre um novo caminho para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social.

2.6.2 Desapropriações com Fins de Reforma Agrária desde Sarney até Rouseff

Como foi visto através das posições teóricas, as análises e argumentos apresentados, a RA, no Brasil, constitui-se, de fato, no alicerce fundamental para o desenvolvimento social integral do País. Apesar disso a realidade dos fatos indica que a RA, materializada em um dos seus principais objetivos, os Assentamentos rurais, vêm caminhando a um compasso pouco dinâmico, ineficaz e fortemente dependente da vontade política dos governantes do País, com consequências negativas na vida de quem está por detrás deste panorama, os assentados, concebidos, de uma forma técnica e um tanto insípida, segundo a portaria MDA Nº 80 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) como: “o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa”.

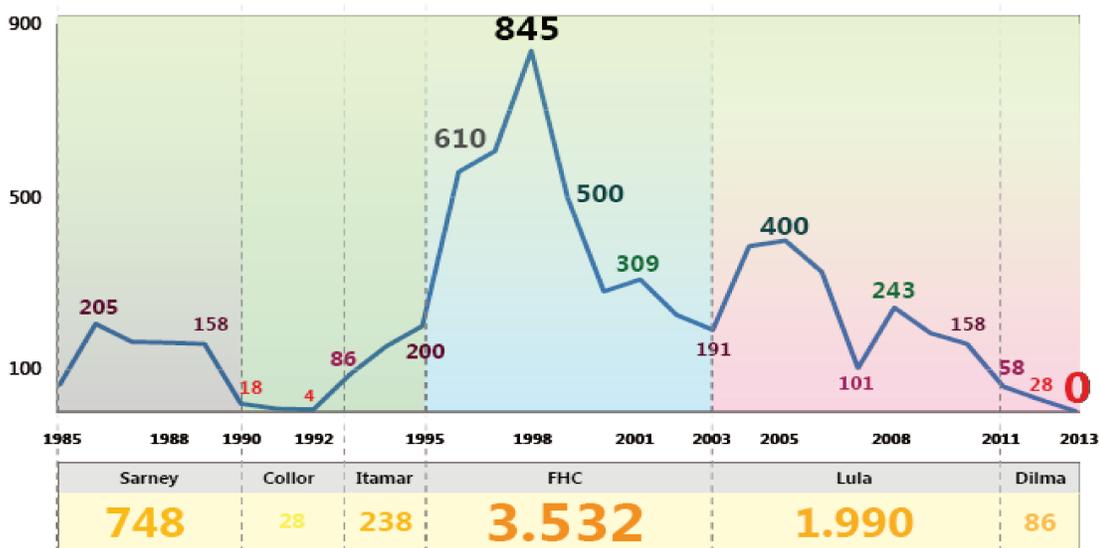
Pensado em termos mais reais define-se assentado como:

Uma pessoa que na busca de seus direitos arrisca sua vida e a de sua família na luta pelo pão, teto e vida digna que o Estado não conseguiu lhe oferecer. Luta pelo reconhecimento, pela posição e engajamento na sociedade. Carregada de motivações e, muitas vezes, sem ter nada a perder além da sua vida, se adentra no sonho da conquista de um pedaço de terra e direitos que o sistema em algum momento lhes arrebatou (**conceitualização nossa**).

O caminhar lento da RA brasileira pode ser evidenciado, em parte, através das estatísticas apresentadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão encarregado de implementar a política de RA e realizar o ordenamento fundiário nacional, contudo se faz necessário deixar claro que a RA não só se baseia em estatísticas, mas também nas questões

qualitativas que estão por detrás destes números. Contudo, conhecer os números da RA apresentados pelo INCRA oferece-nos um panorama da situação através dos olhos do Estado.

FIGURA 02: Panorama da RA segundo o número de decretos de desapropriação por ano, desde Sarney até Rousseff



Fonte: SindPFA” de 02 de Outubro de 2013

A figura acima apresentada e contrastada com a ambígua informação que o INCRA oferece no seu site web oficial, evidenciam o histórico de desapropriações após redemocratização do País e segundo os governos dos últimos 28 anos que, de uma ou outra forma, promoveram a reforma agrária no País. Segundo esta informação são, no total, 6.622 imóveis desapropriados, por decreto, no decorrer das últimas quase 3 décadas.

Após os governos militares, a RA ressurgiu com grande destaque e ficou legalmente estabelecida no País; José Sarney, que iniciou seu governo após a retomada da democracia no Brasil e anunciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária, assinou durante seu período de governo, 748 decretos de desapropriação. Fernando Collor, no curto período na presidência do país, assinou 28 decretos e está, dentre os governos analisados, no último lugar no que se refere às desapropriações para fins de Reforma Agrária; Itamar Franco assinou 238 decretos, Fernando Henrique Cardoso assinou 3.532 e é o governo que mais decretos de desapropriação assinou na história do país.

Em seguida observa-se que o governo de Lula, que em 2003 criou o II Plano Nacional de RA, assinou durante seus dois mandatos, 1.990 decretos de desapropriação. Finalmente o Governo de Dilma Rousseff, até setembro de 2013 assinou 86 decretos e em outubro do mesmo ano assinou somente 8 decretos; um total até 2013 de 94 decretos assinados (58 dos quais foram assinados em 2011; 28 em 2012, e 8 decretos até outubro de 2013), a baixa quantidade de desapropriações feitas pelo governo atual é, segundo porta-vozes da Presidência, devido às mudanças e reestruturação pela qual vêm passando o INCRA assim como pelo fato do Governo estar focado na viabilização dos Assentamentos já implantados e na aceleração do processo de implementação de políticas públicas dirigidas a estes espaços. Isto talvez seja pelo fato do governo ter entendido que existem, nos Assentamentos já estabelecidos, urgentes carências que contrariam com os objetivos da RA e o desenvolvimento da nação.

A resposta dada pelo governo Dilma ante o descaminhar da RA já é conhecida, a suposta preocupação pela “qualidade e não a quantidade” tem sido o argumento de outros governos ante a lentidão e os problemas de viabilização da reprodução econômica e social das famílias assentadas por eles mesmos.

As debilidades dos governos em relação à viabilização dos Assentamentos, tornam os lotes em unidades não produtivas, não viáveis e insustentáveis no tempo; isto fica demonstrado pelo fato de mais de 300 mil famílias, de 1980 até 2010, terem abandonado seus lotes nas diversas regiões do País (MATTEI, 2012).

Acredita-se que a inexistência (em muitos dos Assentamentos do País) de infraestrutura básica de saúde, educação, água e saneamento básico, meios de comunicação (telefonia, internet) e de apoio produtivo como créditos, assistência técnica e extensão rural, assim como as dificuldades de comercialização, desconhecimento de mercado, terras de relevo difícil ou empobrecidas; entre outras, sejam algumas das causas que promovam a evasão dos lotes por parte das famílias assentadas.

2.6.3 As Famílias Assentadas no Brasil (1985-2013)

O número de desapropriações dos imóveis rurais, nos diferentes períodos de governo, não necessariamente tem relação direta com o número de famílias assentadas. Como se observa na

tabela 01, nos últimos 28 anos foram assentadas, até janeiro de 2013, 1.427.465 famílias (INCRA, 2013a; COCA, 2008), sendo o Governo de Lula o responsável majoritário disto com 614.088 famílias assentadas. Os dados do INCRA (2013b) (atualizados até 03/2012) mostram também que no Brasil existem 8.865 projetos de RA numa área total territorial de 87.559.858,9467 ha o que significa que os Assentamentos rurais, até hoje criados, ocupam 0,01% da área territorial total do Brasil⁸.

TABELA 01: Famílias assentadas no Brasil do Período da Ditadura Militar até Rousseff.

Governos	Nº de Famílias Assentadas
Ditadura Militar (1964-1985)	77.475
Sarney (1985-1989)	93.455
Fernando Collor (1990-1992)	42.030
Itamar Franco (1992-1994)	14.627
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	540.704
Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)	614.088
Dilma Rousseff (2011-até hoje)	45.096
Total	1.427.465

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INCRA (2013) e COCA (2008).

O tabela 01 acima revela que a RA em termos de Assentamentos criados e famílias assentadas é uma decisão política; revela também a existência de esforço político em prol da desconcentração fundiária e o Assentamento de famílias, embora as matizes internas, particulares, que cada governo imprimiu no processo fossem diferentes.

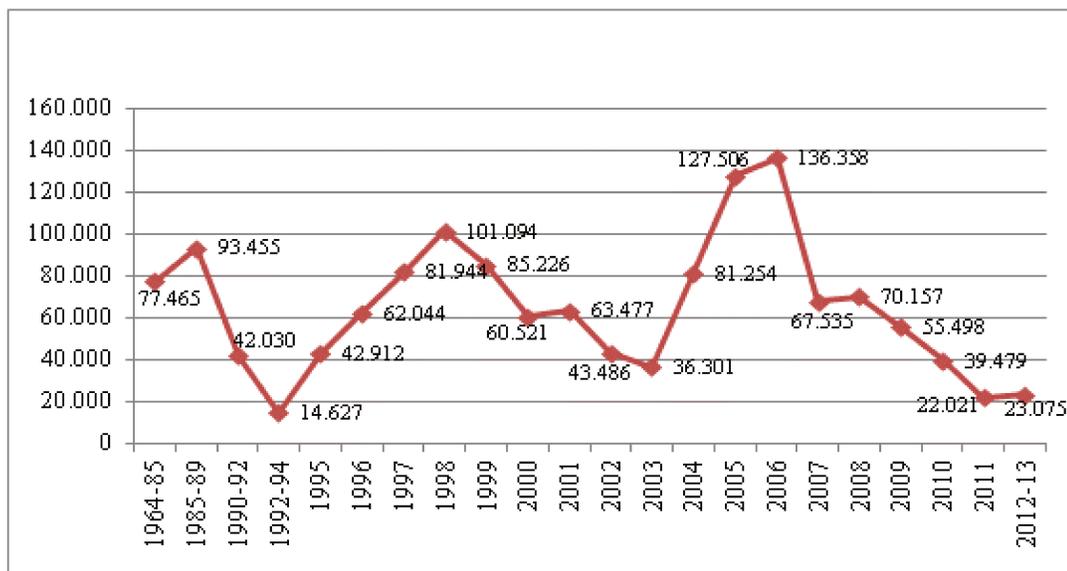
Como visto na tabela 01, os números da RA, no que se refere ao número de famílias assentadas, indicam que o governo Lula foi o mais agressivo governo em termos quantitativos, em relação aos demais governos analisados. Apesar deste fato, seria importante refletir o porquê da diferença, será que estes últimos governos estiveram pensando no ser humano como fim do desenvolvimento? Ou será que eles só centraram sua preocupação nos números e metas a mostrar?

Para reforçar o entendimento quantitativo do número anual de famílias assentadas no período 1964 a 2013 elaborou-se o gráfico 01 no qual se mostra a evolução do número de famílias assentadas no Brasil ao longo dos anos em análise. Notam-se, no gráfico, os topos e as quedas do processo. Parece que há períodos cíclicos de quedas no processo de Assentamento das

⁸ Em base à nova área territorial indicada pelo IBGE (2013).

famílias. Isto se converte num tema que demandaria o aguçamento das nossas reflexões para desemaranhar o porquê disto.

GRÁFICO 01: Famílias assentadas anualmente no Brasil de 1964 até 2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INCRA (2013a) e COCA (2008).

O número de famílias assentadas é muito pequeno se comparado com os dados de Spavorek (2003), que indica que até 2008 existiam no Brasil 4 milhões de famílias sem teto; 1,6% dos proprietários controlam de até 78% das terras, existiam 130 milhões de terras ociosas e 30 empresas transnacionais controlam a produção, a industrialização, a distribuição, e a comercialização dos produtos agrícolas.

Ante os números que Spavorek apresenta, é impossível pensar na inexistência do problema agrário e na RA (dentro deste) como um processo desnecessário; os demandantes estão ali nas cidades, no campo, talvez muitos destes não estejam articulados em alguma organização social como o MST ou talvez estejam atrás das “portas” vivenciando muitas necessidades, mas temerosos da inegável repressão e incompreensão social, assim como com incertezas ante as inegáveis faltas de presença do Estado em muitos dos Assentamentos existentes.

2.6.4 Famílias Assentadas no Estado de São Paulo (1994-2013)

No que se refere às famílias assentadas no Estado de São Paulo no período de 1994 a 2013, e segundo dados do INCRA (2013b), atualizados até 03/2012, existem 252 projetos de reforma agrária numa área total de 333.014,0774 hectares; existem também 21.448 famílias assentadas (dado atualizado pelo INCRA em janeiro de 2013a). Dentre os projetos acima indicados, 168 deles são projetos reconhecidos pelo INCRA e estão sob a responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo- ITESP (ITESP, 2013).

Importante mencionar que na análise da informação quantitativa relativa à Reforma Agrária utilizou-se como guia a informação do INCRA, pois se entende que este órgão é o órgão oficial que detém esta informação. Contudo cabe mencionar a existência, na informação socializada pelo INCRA, através do seu site web, de dados desatualizados e conflituosos que geram inconvenientes nas análises; acredita-se que isto, em parte, se deva pelo fato analisado por Souza e Fernandes (2006) no respeito aos problemas de “otimização”, “clonagem” e “autofagia” da informação.

TABELA 02: Famílias assentadas por Governo e por ano em São Paulo até 2013

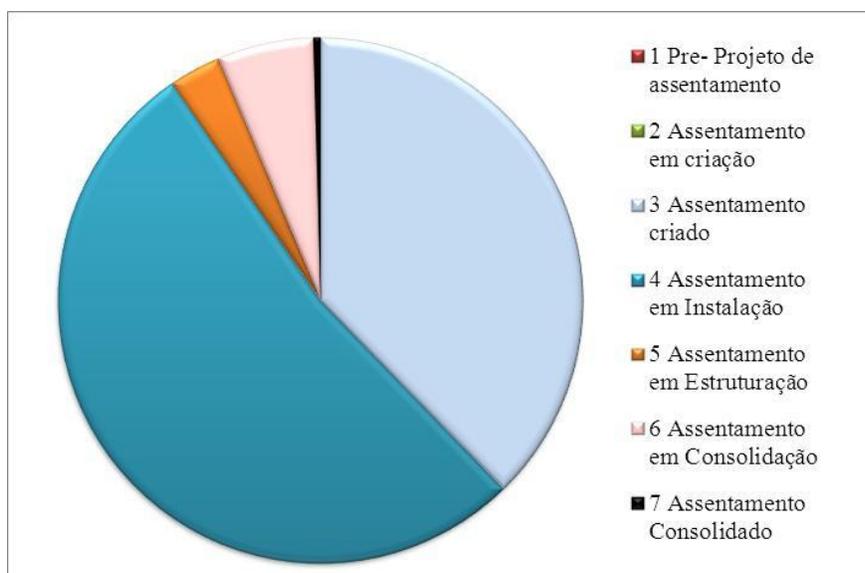
Governo	Ano	Nº de Famílias Assentadas	Total
Até Itamar Franco	1994	1.130	1.130
Fernando Henrique Cardoso	1995	503	9.190
	1996	1.086	
	1997	658	
	1998	1.452	
	1999	3.138	
	2000	625	
	2001	1.073	
Luiz Inácio Lula da Silva	2002	655	10.241
	2003	606	
	2004	726	
	2005	2.007	
	2006	1.018	
	2007	1.693	
	2008	1.397	
	2009	1.559	
Dilma Rousseff	2010	1.235	887
	2011	401	
	2012-13	486	
Total		21.448	21.448

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INCRA (2013a).

A Tabela 02 mostra que, no Estado de São Paulo, são 21.448 famílias assentadas até 2013, a maior parte delas foi assentada no governo de Lula e no governo de FHC. O atual Governo Rousseff assentou até janeiro de 2014 somente 887 famílias.

No gráfico 02 pode-se observar a percentagem de famílias assentadas em São Paulo segundo fases de implementação dos 252 projetos de reforma agrária declarados pelo INCRA (2013b), e que correspondem a 2012⁹. Consta-se que, sob a análise das 7 fases de implementação pelas que passa um Assentamento (segundo o INCRAb), até conseguir sua consolidação (BRASIL, 2009) e com Assentamentos criados desde 1981 (mais de 30 anos); 37,7% dos Assentamentos do Estado estão em fase de “Assentamento Criado”, 52,8 % dos projetos estão em fase de “Assentamento em Instalação”; 3,2% em fase de “Assentamento em Estruturação”, 6% em fase de “Assentamento em Consolidação” e 0,4% (1 Assentamento) em fase de “Assentamento Consolidado”. Segundo a análise, no Estado de São Paulo, não existem Assentamentos na fase “1 Pré-projeto de Assentamento”, nem fase 2 “Assentamento em criação”. O único “Assentamento Consolidado” que foi criado em 1981 é o Assentamento Primavera, em Andradina/Nova Independência.

GRÁFICO 02: Projetos de RA de São Paulo segundo Fases de Implementação (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INCRA (2013b), dados atualizados pelo INCRA até 2012.

⁹ Dado disponibilizado na página web do INCRA visitada em 2013.

Diante desta realidade teríamos que centrar a preocupação ante o fato de existir Assentamentos com mais de 25 anos de criação, e que ainda estão avaliados pelo INCRA como Assentamentos em fase de instalação. Se levarmos em conta os 7-10 anos que o INCRA propõe até a consolidação de um Assentamento vemos que existe um atraso de 15 anos; a pergunta pertinente seria por que está acontecendo isto? Quais os verdadeiros motivos da lentidão dos processos? Como se materializam estas longas esperas nas vidas das pessoas assentadas?

Como já dito, segundo o INCRA (2013b), os anos pelos quais, em média, o Assentamento caminha, desde sua origem até a consolidação são 10 anos, embora exista uma proposta feita em 2012 para agilizar e diminuir para 7 anos este tempo de consolidação. INCRA (2012).

A respeito das fases de implementação seguidas pelo INCRA importante lembrar os alcances que cada uma delas têm (Quadro 03)

QUADRO 03: Fases de implementação de projetos de Reforma Agrária

Num. Fase	Nome	Significado
1	Pré-Projeto de Assentamento	Imóveis selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração.
2	Assentamento em Criação	Beneficiários selecionados pelos programas de acesso à terra e aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário (RB), para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA.
3	Assentamento Criado	Imóvel sob domínio ou posse do INCRA na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de Assentamento.
4	Assentamento em Instalação	Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação.
5	Assentamento em Estruturação	Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias.
6	Assentamento em Consolidação	Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao Pronaf-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.
7	Assentamento Consolidado	Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou Estado (núcleos urbanos, etc.).

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL (2002).

Dentre os projetos de RA do Estado de São Paulo, encontra-se, no município de Mogi Mirim o Assentamento Horto Vergel, único Assentamento (segundo declarado pelo INCRA) do

Município, reconhecido pelo INCRA por portaria 051 de 10 de dezembro de 1999 (INCRA, 2013b) e implantado segundo a portaria ITESP Num. 12 de 08 de dezembro de 2000.

O Horto Vergel, com 90 famílias titulares assentadas,¹⁰ constitui-se, desde o ano 2008, na área de estudo da presente pesquisa. Com 16 anos de vida, este Assentamento encontra-se, segundo o INCRA, na fase 4 de implementação; isto quer dizer segundo a conceitualização das fases, mas que não necessariamente representa a realidade do Assentamento, que os “beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação” (BRASIL, 2002)

Se a análise é guiada em função da fase indicada pelo INCRA (fase 4) acredita-se, segundo o evidenciado na pesquisa, que o Horto Vergel não se encontra mais nesta fase, o Assentamento está numa fase mais evoluída.

Como o Horto Vergel é um Assentamento sob a responsabilidade do ITESP, e como já é conhecido, os Assentamentos estaduais sob a responsabilidade deste órgão são regidos por normas diferenciadas e complementares às do INCRA (como é o caso das fases de implementação dos Assentamentos). Isto pode ser corroborado através de Sobrinho (2008), quem em estudo feito com o ITESP, indica que este órgão considera 3 fases no desenvolvimento dos Assentamentos sob sua responsabilidade. Por analogia ao organismo humano Sobrinho (2008) indica que o entendimento das fases seria: “...organismo social que está sendo criado e desta forma precisamos dar conta de providenciar o seu ‘corpo’, ‘alma’ e ‘espírito’” (SOBRINHO, 2008, p.32).

Segundo este mesmo autor as fases pelas quais passa um Assentamento sob a responsabilidade do ITESP são:

Fase A: Implementação (fase do corpo físico): é uma fase determinante do futuro, daquele novo espaço, que se inicia com a atuação dos técnicos na mediação de conflitos e as relações com as famílias. São realizadas ações básicas para o início de implantação do

¹⁰ Segundo INCRA e ITESP são 90 famílias titulares assentadas, mas há que ressaltar que existe um número maior de famílias entre as titulares, as dependentes e as “acolhidas” atualmente no Assentamento. Isto será visto no segundo capítulo.

Assentamento; dentre estas se forja o Planejamento Territorial da Comunidade, reconhecimento e avaliação do potencial agropecuário da região, cálculo do módulo e loteamento. Nesta fase, se dá a maior ênfase ao investimento na infraestrutura, e as ações da ATER estão priorizadas para dar conta do “corpo físico” sem desconsiderar as necessidades sociais e políticas das famílias. São realizados os estudos preliminares e planejamento territorial, abertura e conservação de estradas, adequação das áreas de plantio (destoca ou desmatamento), planejamento conservacionista e controle mecânico de erosão, abastecimento de água e saneamento, eletrificação rural, instalação de equipamentos comunitários sociais (saúde, educação, lazer, etc.) e produtivos (galpões de múltiplo uso), moradia emergencial.

Fase B: Desenvolvimento (fase da alma): fase onde as atividades de ATER estão voltadas ao fortalecimento do “sítio” e da comunidade assentada, buscando remover os limites para a inserção desta nova comunidade no território. As atividades desta fase estão relacionadas com a segurança alimentar das famílias, produção de pequenos animais, instalação de pomar e horta doméstica, práticas tecnológicas adequadas à agricultura familiar, técnicas de adubação verde, correção da acidez do solo, fornecimento de sementes, apoio à obtenção de crédito (financiamento), apoio à organização das mulheres e jovens (gênero e geração), ações para a cidadania, diversificação da produção, aperfeiçoamento tecnológico, identificação e estabelecimento de parcerias, cursos de capacitação para as famílias sobre questões tecnológicas e gestão da unidade de produção e apoio à comercialização (busca de mercados).

Fase C: de Consolidação (fase do espírito): fase de Assentamento desenvolvido e várias unidades de produção familiares integradas à sociedade na área reformada; consolidação das parcerias estabelecidas, da organização social e política das famílias, da inserção do Assentamento na sociedade local, de projetos de agroindústrias; da formação integral das famílias com qualidade de vida e o exercício da cidadania.

Sobrinho (2008) também destaca que as características desta fase, ainda não estão bem definidas pelo ITESP; pois sendo que nela está prevista a “emancipação” do Assentamento, este órgão não tem definido como seria essa emancipação, quais as formas de avaliar se o Assentamento está consolidado; quais os indicadores de referência para esta avaliação; o que emancipar o Assentamento ou as unidades de produção familiar individualmente.

Levando em conta as fases de implementação do ITESP acima descritas, é possível afirmar (pois não se conseguiu ter o dado oficial) que o Horto Vergel, com 16 anos de vida, encontrasse na fase B “fase de Desenvolvimento” e com muitos retos ainda pela frente.

2.7 Considerações Finais do Capítulo

A RA agrária, mundialmente ligada a lutas e revoltas sociais é um processo que, ante a indiferença dos governos perante a questão agrária excludente, torna-se num processo conflituoso entre as forças sociais.

Neste capítulo e de uma maneira geral, em base às conceitualizações feitas pelos diferentes estudiosos aqui apresentados, entende-se a RA como um processo transformador que visa engajar à população rural, excluída, na sociedade; por meio da modificação das relações sociais em prol de maior igualdade social; redistribuição do poder político e um melhoramento no funcionamento econômico; devendo para isto, assegurar créditos para a agricultura, assistência técnica, organização da comercialização e acima de tudo, assegurar que os trabalhadores rurais se apropriem dos frutos do seu trabalho.

A RA deve ser centrada nos pobres e suas organizações; participativa e respeitosa da equidade e gênero e se desenvolver no contexto de um desenvolvimento econômico, social e ecologicamente sustentável. Além de ser um fato histórico, constituído num momento determinado da história social e política do País, e que persiste renovado e modificado ao longo do tempo, a RA é um tema político que deve ser tratado em termos qualitativos e não só em termos quantitativos, pois representa a inclusão dos excluídos do sistema.

Geralmente motivada pela elevada desigualdade na distribuição das terras; enormes extensões de terra com baixa intensidade de exploração agrícola; relações laborais de caráter exploratório; pequenas extensões de terra não rentáveis; conflitos pela terra; indiferença do Estado e enorme pobreza rural, a RA tornasse decisiva para lograr as metas da Cúpula Mundial sobre Alimentação e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativos à pobreza, fome e a ordenação sustentável dos recursos naturais.

A RA tem que ser ampla e prever todas as condições necessárias para o desenvolvimento das famílias atingidas, devendo prover infraestrutura social e produtiva, tecnologia apropriada, assistência técnica, mercados e respeito à autonomia das organizações camponesas e indígenas.

Sustentada em três componentes: terra, infraestrutura e crédito público, supõe o compromisso dos governos para implantar estratégias de transformação da estrutura e posse da terra; supõe o desenvolvimento de um marco institucional que apoie à produção de alimentos para fins de alimentação humana, uma alternativa ante a pobreza, a fome e êxodo rural que enche as cidades.

A RA precisa visar à eliminação do latifúndio e democratizar tanto o capital como a educação e incidir na apropriação do território, por parte dos beneficiários, de maneira a contribuir para a manutenção, construção e consolidação da soberania, diante do avanço do latifúndio e o agronegócio, que têm como consequência, o aumento da concentração da terra e a perda da biodiversidade.

A RA que é também a luta pela inserção ativa, participante e criativa na sociedade, deve garantir o desenvolvimento integral dos envolvidos e não deve ser entendida como sinônimo de Assentamentos rurais, pois a concepção desta, perpassa, de longe, este entendimento simplista e equivocado.

Geradora de trabalho e renda, a RA aumenta a possibilidade de acesso aos alimentos; cria as condições para que as famílias possam produzir os próprios alimentos que vão consumir e fortalece a segurança alimentar local através da garantia de produção de alimentos para as áreas próximas. Esta deve ser geral, em todo o território brasileiro e não uma medida não planejada e paliativa ante as pressões sociais; tem que ser massiva, imediata, horizontal e participativa na que os trabalhadores rurais estejam presentes em todas as fases do processo.

Evidentemente, a Reforma Agrária tem que ser eficiente na implementação das ações inseridas no marco de suas diretrizes; eficaz na consecução dos resultados propostos, e principalmente efetiva por quanto tem que existir coerência entre as mudanças esperadas e os tempos razoáveis para a consecução destas, não sendo assim, corre-se o risco de gerar desmotivação nos envolvidos os quais, e acima de tudo, são o fim maior do processo.

No Brasil a RA é uma Política Pública, que ainda caminhando devagar, consegue garantir alimentos e qualidade de vida às famílias por ela beneficiadas. Evidentemente, o ritmo da RA do País tem caminhado no compasso da vontade dos diferentes períodos políticos (assim o ressalta o número de decretos de desapropriações de imóveis para fins de reforma agrária e o número de famílias assentadas); mesmo assim, é evidente a retomada de direitos e reinserção na sociedade que as famílias beneficiárias têm conseguido no decorrer do tempo.

Evidentemente, existe a necessidade, entre outras coisas, da RA superar históricos entraves, burocráticos e administrativos, que retardam os processos; há necessidade de solucionar a ineficiência dos órgãos responsáveis da implementação da Política (dentre ela a lentidão nas fases de implementação dos Assentamentos), assim como, a conflituosidade inter e intrainstitucional destes (sobretudo no que diz respeito à informação conflituosa e desatualizada que oferecem ao público).

Acredita-se também na necessidade de rever, os caminhos e as formas, pelas quais está se guiando o processo reformista dos dias atuais, em prol da consecução das metas propostas no II Plano Nacional de Reforma Agrária, referidas, dentre outras, ao crédito fundiário, à garantia de assistência técnica e extensão rural, à capacitação, políticas de comercialização; assim como a universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Faz-se necessário tanto um verdadeiro processo de desconcentração da propriedade da terra (os Assentamentos até agora criados significam 0,01% da área territorial do Brasil); como distribuição da mesma às famílias que aguardam por ela (número de famílias assentadas até hoje (2013) é a quarta parte das famílias sem teto que segundo Spavorek existiam até 2003).

A RA não morreu nem deve fazê-lo; ela é atual, urgente e necessária na luta contra o agronegócio e na vida de milhares de pessoas que ainda aguardam por ela, pois a demanda social existe e precisa ser atendida, nesse contexto se faz necessário o aprimoramento, articulação e focalização das políticas públicas articuladas à RA, tudo isto num esforço de garantir a efetividade desta importante e estruturante política pública.

CAPÍTULO 3. OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A SEGURANÇA ALIMENTAR: O CAMINHAR DO HORTO VERGEL NO DECORRER DOS SEUS 16 ANOS

3.1 Considerações Preliminares

Este capítulo da pesquisa tem como objetivo analisar o caminhar da Reforma Agrária através da sua implementação no Assentamento Horto Vergel, pondo em evidência, em nível local, os diferentes aspectos desta política.

A metodologia esteve principalmente baseada na análise temporal quali-quantitativa de 25 variáveis relevantes ao tema da Reforma Agrária: solo, população, sexo, cor, segurança cidadã, idade, saneamento básico, eletrificação, transporte, meios de comunicação, escolaridade, produção vegetal, produção animal, produção processada; atividades não agrícolas, moradia, saúde, renda, (In)segurança alimentar, consumo alimentar, o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Assistência Técnica e Extensão Rural e as percepções dos Assentados sobre sua qualidade de vida. A análise das variáveis indicadas esteve respaldada, dentre outras fontes, em pesquisas acadêmicas que se desenvolveram no Assentamento.

Nesta oportunidade, e querendo ter um olhar integral da comunidade, o universo de estudo esteve composto pelas 90 famílias titulares atuais (antigas e novas) do Horto Vergel. A dinâmica da evolução deste é vista em três diferentes momentos: 1997, 2008 e 2013; momentos que obedecem à data de ocupação do Assentamento, levantamento de dados de campo para pesquisa de mestrado da autora e dados do momento atual.

O capítulo inicia-se com uma breve definição de “Assentado” e “Assentamentos”. Em seguida, faz-se uma caracterização do Município de Mogi Mirim, sede do Assentamento em estudo, visto aqui como um potencial eixo para o desenvolvimento do Horto Vergel na lógica que este gera oportunidades diferenciadas se comparadas à inserção territorial de outros Assentamentos.

Posteriormente, apresenta-se a história de ocupação do Assentamento e demais aspectos geoambientais do mesmo, fazendo-se uma breve análise das características apresentadas pelo solo, por ser considerado como a base física “viva” da qual todas as atividades agropecuárias

dependem. Em continuidade, se faz a análise da evolução temporal das variáveis propostas, ressaltando aspectos relevantes destas. Finalmente, fecha-se o capítulo com algumas considerações finais.

3.2 Assentados e Assentamentos, uma breve definição

Em termos técnicos, definidos pela portaria MDA nº 80 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2009a), o “Assentado” está definido como: O candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa.

Nos termos desta pesquisa define-se “Assentado” como: A pessoa que na busca de seus direitos expõe sua vida e a de sua família na luta pelo pão, teto e vida que o Estado não conseguiu lhe oferecer. Luta pelo reconhecimento, posição e engajamento no seio de uma sociedade. Carregado de motivações e, muitas vezes, sem ter nada a perder além da sua vida, se adentra no sonho da conquista de um pedaço de terra e direitos que o sistema em algum momento lhe arrebatou (conceitualização nossa)

Já o termo de “Assentamento” definido na portaria acima indicada é: Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra.

Para Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8), o termo “Assentamento”, que apareceu pela primeira vez em 1960 no contexto da reforma agrária Venezuelana, está definido como uma nova unidade de produção agrícola criada por meio de políticas governamentais que visam ao reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Os Assentamentos são espaços que se constituem numa nova realidade na paisagem rural cuja implementação está regida pela pressão das forças sociais demandantes e a ação do Estado através das políticas públicas. Ferrante (1997)¹¹ afirma que estes são uma realidade em construção que, por seu dinamismo, não admitem seu enquadramento enquanto categorias sociológicas fechadas.

¹¹ Apud Miranda (1999, p. 19).

No Estado de São Paulo, a maioria dos Assentamentos rurais originou-se em um contexto de insuficiência de políticas agrárias efetivas, assim como por ações políticas dos trabalhadores rurais sem terra organizados em movimentos sociais e sindicais (BERGAMASCO e NORDER, 2003). É assim, que em 1997 nasce o Assentamento Horto Vergel, área de estudo desta pesquisa.

O Assentamento Horto Vergel encontra-se circunscrito em 10% da sua área territorial ao Município de Itapira e os outros 90% da sua área territorial, ao Município de Mogi Mirim e este Município reconhece o Horto Vergel como bairro. O Município, área espacial maior onde se insere o Assentamento, apresenta várias características que o constituem num eixo potencial de desenvolvimento econômico, social e cultural das famílias do Vergel. Ante isto, acredita-se ser importante caracterizar este Município, para assim, situar ao leitor na realidade e nas potenciais oportunidades das quais desfrutam as famílias do Vergel e que situam a estas, num nível privilegiado, no que diz respeito às oportunidades das famílias de outros Assentamentos.

Assim sendo, em seguida, apresentar-se-á uma breve caracterização do Município.

3.3 O Município Mogi Mirim, Sede do Assentamento Horto Vergel

FIGURA 03: O Município de Mogi Mirim, sede do Assentamento Horto Vergel



Fonte: Wikipedia (2013). www.wikipedia.org.

O nome “Mogi Mirim”, que já teve toda uma discussão respeito de sua grafia, provém do tupi guarani e significa “*pequeno rio das cobras*”. Mogi Mirim foi fundada em meados do século

XVII pelos Bandeirantes que buscavam pedras preciosas em Minas Gerais e Goiás; em 29 de julho de 1747 começaram a serem cavadas as bases da primeira Igreja Matriz de São José a qual foi elevada a *Vila* em 22 de outubro de 1769.

A *Vila de São José de Mogi Mirim* passou a abranger um enorme território, com limites no rio Atibaia e no rio Grande. Tempos depois, foram se formando arraiais e povoados como Franca, Casa Branca, Rio Claro, Mogi Guaçu, Itapira, São João da Boa Vista, Serra Negra, Pinhal e inúmeros outros. No dia 3 de abril de 1849 esta *Vila* foi elevada à categoria *Cidade* e anos depois, por Lei Provincial de 17 de julho de 1852, a *Cidade* de Mogi Mirim passou a ser sede de Comarca.

Em 1886 os fazendeiros de Mogi Mirim começaram a recrutar imigrantes estrangeiros para suas lavouras de café e algodão, os imigrantes eram italianos, portugueses, espanhóis e, posteriormente, sírio-libaneses e japoneses.

O município de Mogi Mirim, considerado pelas famílias do Horto vergel como sua sede, encontra-se localizado ao leste do Estado de São Paulo/Brasil e é um dos 11 municípios que compõem a região de Mogi Mirim.

O território totaliza, segundo o IBGE (2013B), 497.801 quilômetros quadrados (dos quais e segundo PRDRS-MM (2010), 432 km² correspondem à área urbana e 66 km² à área rural).

O Município é servido por três rodovias:

1. A rodovia “Dr. Adhemar Pereira de Barros” (SP-340) que possui pista dupla e liga o município com Campinas, São Paulo e o Porto de Santos.
2. A rodovia “José Tosello” (SP-147) de pista dupla, que faz a ligação do município com Itapira e o Sul de Minas Gerais; e,
3. A Rodovia “Wilson Finardi” (SP-191) que permite a ligação do município com Conchal e Araras, alcançando igualmente a Rodovia Anhanguera (PMMM, 2013).

Segundo o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Aplicadas à Agricultura - CEPAGRI (2013), Mogi Mirim, está localizado espacialmente a uma latitude de 22° 15’, longitude: 46° 34’

e altitude de 640 metros, o Município tem uma temperatura média anual de 21,4°C e mínimas e máximas médias que variam entre 10,6°C e 29,7°C. A pluviometria anual é de 1353,2mm com mínimas e máximas de 26,9mm e 236.0 mm de chuva respectivamente. O clima é do tipo Cwa-clima mesotérmico de inverno seco e verão quente.

O relevo é predominantemente suave a suavemente ondulado o que favorece as atividades de mecanização das atividades agropecuárias. Os grupos de solo, predominantes, são: latossolos; argissolos (podzólicos) e gleissolos (glei húmico, glei pouco húmico e hidromórfico), respectivamente. (PRDRS-MM, 2010-2013). Quanto à hidrografia, o Município de Mogi Mirim se beneficia de duas bacias hidrográficas: a Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu e a Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.

No que diz respeito aos aspectos sociais o Município de Mogi Mirim tinha, segundo Censo populacional do IBGE de 2010 (IBGE, 2013B), uma população de 86.505 habitantes e a densidade demográfica era de 173 hab./km². Segundo dados de 2010 da Fundação SEADE (2013), o Produto Interno Bruto - PIB do Município era de 2.732,95 milhões de reais e o PIB 'per capita' era de 31.608,68 mil reais. Além disto, o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS coloca o município na 70^a posição de riqueza, 185^a de longevidade e 243^a de escolaridade, estes indicadores classificam o município dentro do Grupo 1 de municípios paulistas com melhor IPRS (SEADE, 2013).

A oferta educacional do Município está constituída por 19 escolas de educação básica; o Programa EJA (Educação de Jovens e Adultos), a rede dos CEMPI's (creches) que é composta de onze unidades e a Rede Estadual com nove escolas. Possui uma Escola Técnica Estadual - ETEC “Pedro Ferreira Alves”, uma Faculdade de Tecnologia - FATEC “Arthur de Azevedo”, e para o nível superior, existem inúmeras escolas particulares que atendem também alunos do nível básico ao ensino médio. Há que ressaltar que os alunos da zona rural que frequentam escolas urbanas são ajudados com transporte gratuito disponibilizado pela prefeitura (PMMM, 2013).

No Município, em 2010, a renda domiciliar média era de R\$2.640,00 e a renda 'per capita' de 827,06 reais (SEADE, 2013).

O atendimento de saúde é realizado em 11 Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Especialidades Médicas - CEM e o Centro de Fisioterapia. A cidade conta com um hospital, a Santa Casa de Misericórdia, subsidiado em grande parte com recursos da Prefeitura Municipal. Existe, também, na área rural, postos de saúde e agentes do Programa Saúde da Família específicos para atender à população destas áreas (PMMM, 2013; PRDRS-MM, 2010). Fica em destaque que as doenças do aparelho circulatório são as que mais levam à população à morte.

No tocante ao saneamento, no município não existe nenhum trabalho sobre saneamento na zona rural, acredita-se que a maioria das propriedades destina o esgoto das suas residências para fossas negras (PRDRS-MM, 2010). Segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim - SAAE (2013), atualmente 100% da cidade recebe a água tratada de ótima qualidade. Em 14 de junho de 2012 foi inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos de Mogi Mirim, que atualmente trata 50 % de todo esgoto gerado no município. Nas propriedades rurais o abastecimento de água é realizado através de poço tipo cacimba ou semi-artesianos que captam água diretamente do lençol freático (PRDRS, 2010).

O setor da indústria e comércio de Mogi Mirim segundo a PMMM (2013), está representado por dois Distritos Industriais: o José Marangoni e o Distrito Industrial Luiz Torrani. Ambos ficam a cerca de 40 minutos do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, e aproximadamente 150 quilômetros de São Paulo. Os parques são diversificados, com indústrias dos ramos metalúrgico, alimentício, de bebidas, calçados, equipamentos elétricos, hospitalares, fundição, peças sanitárias, filtros industriais e autopeças. O comércio, por sua parte, é uma das atividades mais fortes e desenvolvida da região e sustenta-se na oferta de um amplo leque de produtos que conseguem cobrir as mais diversas demandas da população (PMMM, 2013).

A agropecuária do município, segundo o seu Plano de Desenvolvimento, abrange uma área de 66 km². O módulo fiscal rural do município é de 18 ha. Segundo o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo - LUPA (2008) no município de Mogi Mirim existiam 1448 UPAS¹² - Unidades de produção agrícola, que vão

¹² Segundo o Lupa 2008, uma UPA é um conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencente ao(s) mesmo(s) proprietário(s), estão localizadas inteiramente dentro de um mesmo município, inclusive dentro do perímetro urbano; detém um área total igual ou superior a 0,1ha; não destinada exclusivamente para lazer. Uma UPA significa exatamente o mesmo que um imóvel rural e se afasta desse conceito somente quando o imóvel rural se estende por

desde áreas com 0,1 ha a 1,000 – 2,000 ha e que conformam uma área agrícola total de 43.211,7 hectares. A exploração animal está representada, segundo número de UPAS dedicadas à atividade, pela bovinocultura, equinocultura, avicultura e suinocultura.

As máquinas, implementos e benfeitorias, mais possuídas pelos agricultores de Mogi Mirim segundo o LUPA (2008) são: arado comum (bacia aiveca), arado subsolador, conjunto de irrigação convencional, desintegrador, picador, triturador; distribuidor de calcário, ensiladeira, grade aradora (tipo “romi”), grade niveladora, implementos para tração animal, pulverizador tratorizado, roçadeira, semeadeira/adubadeira para plantio convencional, trator de pneus, açude ou represa, barracão/galpão/garagem, casa de moradia habitada, casa de moradia (total), curral/mangueira, depósito/tulha, estábulo, poço semi-artesiano, terreiro; entre outros.

As 10 culturas mais representativas por área cultivada no município são: laranja, cana de açúcar, milho, mandioca, limão, eucalipto, abacate, manga (LUPA, 2008).

No que diz respeito à assistência técnica, 41,5% (602) do total de UPAS do município não utilizam assistência técnica; 1.121 UPAS (77,4%) utiliza práticas de conservação de solos quando necessário; 1.063 (73,4%) UPAS fazem adubação mineral, quando necessário; e 1.063 (73,4%) faz adubação orgânica também quando necessário (LUPA, 2008).

Com relação ao tema da Segurança Alimentar, até a data de publicação deste documento, não se encontraram dados sólidos referidos ao tema. Os dados publicados no suplemento de Segurança Alimentar, PNAD -2009 (IBGE-2013C), não abrangem resultados municipais, mas sim resultados por unidade federativa. Sendo assim, estima-se que Mogi Mirim, inserido dentro do território do Estado de São Paulo- Região Sudeste- segue os resultados seguintes:

mais de um município, considerou-se cada uma das partes em município diferente como uma UPA e quando não foi possível levantar o imóvel rural como tal, sendo necessário reparti-lo ou agrupá-lo com outros.

TABELA 03: Percentual de domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as grandes regiões do Brasil 2004/2009

Brasil e Regiões	2004	2009	2004	2009
	(%)	(%)	(%)	(%)
	SA Área Urbana		SA Área Rural	
Brasil	66,6	70,6	56,4	64,9
Norte	55,4	59,5	48,0	60,5
Nordeste	48,4	54,9	40,7	51,0
Sudeste	73,2	76,8	69,4	75,7
Sul	75,7	80,5	80,6	85,8
Centro Oeste	68,6	68,5	70,2	79,2

Fonte: Elaboração própria com base em PNAD (2009). IBGE. (2013C).

Ao observar a tabela 3 verificou-se que no Brasil a Segurança Alimentar cresceu tanto na área rural como a urbana; na região sudeste, tomado como referência o mesmo período 2004-2009, pode-se observar que a tendência foi a mesma. A PNAD de 2009 também mostra que a Insegurança alimentar caiu neste período de tempo, contudo se manteve em maior proporção nas áreas rurais.

Como visto através da análise do Município de Mogi Mirim, este é um município próspero e com muitas potencialidades (geoambientais, de riqueza, de oferta educacional, de unidades básicas de saúde, de apoio à agropecuária, etc.) que se constituem, ou que deveriam constituir, numa alavanca ao desenvolvimento do Horto Vergel, único Assentamento do Município, segundo dados do INCRA, (2013). O Horto Vergel por sua vez constitui-se num espaço dinamizador da economia, da paisagem, cultura, etc. de Mogi Mirim e entre ambos as sinergias convergem a um maior desenvolvimento.

Retomando o percurso proposto, apresentasse a seguir o caminhar do Horto Vergel, no decorrer dos seus 16 anos de luta, em prol de uma vida mais digna e justa.

3.4 O Caminhar do Assentamento Horto Vergel no decorrer dos seus 16 anos de luta

3.4.1 O Assentamento Horto Vergel: um pouco de história¹³

Como resposta à necessidade de teto, trabalho e vida digna de pessoas que ficaram fora do enorme tabuleiro do poder, e com a ajuda de organizações sociais e instituições públicas e privadas, iniciaram-se em 1996 as primeiras reuniões de organização do que seria hoje o Assentamento Horto Vergel, área na qual se desenvolveu esta pesquisa.

As reuniões de organização e planejamento da ocupação iniciaram-se em 1997, fruto destas, identificou-se, por questões estratégicas, que a área a ser ocupada seria o Horto Florestal de Vergel; horto pertencente ao Estado de São Paulo, cedido às Ferrovias Paulistas S/A-FEPASA, fato pelo qual a área detinha certa infraestrutura como uma carvoaria, casas, barracões e uma igreja em ruínas. A área era uma fazenda onde se produzia eucaliptos da espécie *Eucalyptus citriodora* cuja madeira era utilizada tanto para as fornhalhas das locomotivas como para as dormentes dos trilhos destas.

Na madrugada do dia 12 de Outubro de 1997, sem nenhum tipo de resistência nem violência, o Horto Vergel foi ocupado por 250 famílias¹⁴ que acamparam no lugar que posteriormente se converteria no espaço do recomeço de uma nova vida.

A organização interna, durante o acampamento foi feita pelos próprios assentados e as lideranças dos sindicatos e organizações sociais que lhes acompanhavam. Dia a dia o sentimento coletivo foi se aprofundando e a solidariedade com o próximo foi permeando as relações dos “acampados”.

Em setembro de 1998¹⁵ e já com 112 famílias acampadas o “acampamento Horto Vergel” converteu-se em Assentamento regularizado, reconhecido pelo INCRA e sob a responsabilidade do ITESP¹⁶ através da portaria 12 do 08 de dezembro de 2000 (ITESP, 2008), tomando a denominação de “Assentamento Horto Vergel”. Neste ano, e para representar às famílias acampadas nas suas relações com a sociedade, foi formada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais “12 de Outubro” – APPR, associação que se mantém em pé até os dias atuais.

¹³ A história do Horto Vergel que aqui descreve-se sucintamente, foi feita em base às detalhadas informações históricas do Horto Vergel que podem ser encontradas em Luca (2005); Soares (2005) e Miranda (2008).

¹⁴ Segundo Luca (2005).

¹⁵ “Ano de Início” segundo o ITESP e difere da data de criação estabelecida pelo INCRA.

¹⁶ O acesso da informação inicial do Assentamento, não é socializado ao público, nesta pesquisa, embora os muitos pedidos de informação ao ITESP, os retornos foram poucos.

É assim como nasce o Horto Vergel, um novo Assentamento na constituição espacial do Brasil, implantado sob uma luta singular própria das características dos demandantes e a postura do Estado e configurado sob um sistema particular de coerções e cobrança recíprocas com este (BERGAMASCO e FERRANTE, 1998). O Vergel, igual a todos os Assentamentos do Brasil, nasceu com um sonho em comum: ter uma nova vida, uma vida digna e um futuro coerente com esta. A conquista deste sonho estaria assegurada pelas condições privilegiadas (se comparados ao comum dos camponeses) de produção, garantidas pelo Estado, mas também estaria à mercê das ações ou omissões deste.

E como bem assinala Leite et al. (2004 p. 65) o Estado se reflete através dos Assentamentos: “Ao criar o Assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo, queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um Assentamento é o desempenho do Estado”.

A vida dos assentados na fase de ocupação do Assentamento é muito difícil, tudo está para ser feito, este fato piora em função às capacidades que as famílias carregam consigo mesmas:

A fase inicial de chegada ao Assentamento, especialmente nos casos em que a população não vivia na área é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer... a dimensão dessas dificuldades se torna ainda mais clara se levamos em conta o perfil social da população assentada, que além da precária inserção anterior no mercado de trabalho, em geral sofre desgastes econômicos no processo de luta pela terra. Além disso, os primeiros rendimentos a serem retirados do lote (monetários e em alimentos) só virão a partir da primeira colheita. Antes, porém, em todo o período da primeira safra...o lote demanda grandes investimentos em material e trabalho por parte da família assentada. Neste sentido para dotar as famílias de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, tem grande importância o acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo INCRA mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação, que deveriam atender a todas as famílias no momento de chegada ao Assentamento (LEITE et al., 2004, p.87)

Ante tudo isto pode-se dizer que o ponto de partida da vida no Assentamento constitui-se em chave no processo de desenvolvimento dos assentados. A presença do Estado através da oportunidade dos créditos, financiamento, organização, assistência técnica e demais ações próprias da RA, é fundamental para impulsionar a vida no novo espaço; a presença do Estado, associada às capacidades e motivações que cada assentado carrega consigo mesmo, confluem

numa sinergia positiva que no final resulta no desenvolvimento ou não das famílias e da comunidade assentada.

No Vergel, e da mesma forma que relatado por Leite et al. (2004), tudo tinha que ser feito, o único aspecto que estava definido para as famílias era a força motivadora do sonho de um futuro melhor, força que as impulsionava a enxergar além das dificuldades encontradas desde o dia em que puseram o pé, naquele novo espaço, vestindo a denominação de “assentado”, uma denominação que eles mesmos nem conheciam, mas que como veremos mais adiante; souberam engrandecer.

3.4.2 Aspectos Geoambientais do Assentamento

O espaço onde está localizado o Assentamento, denominado como Horto Vergel, também conhecido como “12 de Outubro” (por ser a data da sua ocupação, no ano 1997), encontra-se localizado no Brasil, Estado de São Paulo, região de Campinas; entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira, distando 10 km e 15 km, respectivamente, destes.

Segundo ITESP (1999) o Horto Vergel tem uma área total de 1.212 ha, sendo que deste total, 810 ha (66,67%) estão divididos em 90 lotes agrícolas; 20,60 ha são Centros de Equipamento e Serviços; 31,39 ha são estradas internas, 348,19 ha são áreas de preservação permanente e de reserva legal; e 2,52 ha estão ocupados por uma represa (ver tabela 04).

TABELA 04: Organização Territorial do Horto Vergel

Uso Projetado	Quantidade	Área (ha)	%
Lote Agrícola	90	810,031	66,790
CES - Centro de Equipamento e Serviços	5	20,601	1,690
Estrada interna	17	31,391	2,600
APP- Área de preservação permanente	10	95,786	7,900
ARL- Área de reserva legal	15	252,403	20,810
Represa	1	2,517	0,210
Total	1	1212,728	100,000

Fonte: Elaboração própria com base em ITESP (1999) e ITESP (2006).

Cada lote agrícola, em média, tem 9,01ha; as famílias titulares destes lotes foram selecionadas de acordo com a Lei Estadual N° 4957/85, artigo 7 (BRASIL, 2012D). Lei que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários.

As condições climáticas dominantes no Horto Vergel e segundo a classificação climática de Köeppen são do tipo Cwa – Clima mesotérmico de inverno seco, clima em que a temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C e a do mês mais quente ultrapassa 22°C (ITESP, 2006; BRASIL, 1960).

A precipitação pluviométrica média anual e mensal é de 1,360 mm e 113 mm respectivamente, sendo -conjuntamente com a temperatura- maior nos meses de novembro a março. Os meses com menores índices pluviométricos são os meses de junho a agosto. A temperatura média máxima é de 27°C. No inverno, as temperaturas médias oscilam entre 15°C e 16°C (ITESP, 2006).

A evapotranspiração potencial máxima ocorre nos meses de dezembro e janeiro com valores da ordem de 108,0 mm e 114,0 mm respectivamente. A deficiência hídrica é mais crítica nos meses de setembro (11,0mm) e de agosto (9,0mm). O período de excedente hídrico vai de dezembro a fevereiro sendo que o maior índice (127 mm) é o de janeiro, muito semelhante a dezembro (106 mm) e fevereiro (117 mm).

No que se refere ao recurso hídrico e como afirma o ITESP (2006), o Assentamento está inserido quase na sua totalidade na sub-bacia do Alto do Mogi; um afluente do Rio Mogi Guaçu. O córrego Jacuba (vazão 5 l/s) circunda o Assentamento em seu limite norte, afluente do rio Mogi Mirim. Também atravessa o Assentamento o córrego Santana (vazão de 20 l/s) a partir do qual se realizou um represamento, com espelho de água de quase 1,5 hectares (reservatório de 50.000 litros) com o qual se pode beneficiar uma área de cerca de 100 hectares passíveis de irrigação, possibilitando que cada assentado faça agricultura irrigada num área de 1 hectare por lote.

No que diz respeito ao solo do Assentamento, pode-se afirmar que este esteve ocupado inicialmente, na sua área total, pela cultura de eucalipto com cuja madeira se faziam as dormentes para as estradas de ferro da FEPASA. É por este fato que os assentados desde seu acampamento

tiveram diversas percepções com respeito à qualidade deste recurso como fator potencial para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. “Suga a água e vitaminas do solo”, “Toma a força da terra”, “Não se pode plantar perto porque não nasce nada”; “Suga muita água”; são alguns depoimentos tomados de Atauri (2008, p.56) que trazem implícito o entendimento que as famílias têm respeito ao desgaste do solo do Assentamento.

Outras pesquisas também incidem nas características do solo do Vergel como inicial entrave ao desenvolvimento da agricultura. Em 2005, Luca (2005, p.88), refere-se que no início do acampamento:

A terra do horto era inapropriada para o plantio de qualquer gênero alimentício. O Eucalipto destrói a química da terra, pois, além de desmineralizar, resseca o solo. Após a destoca¹⁷, para dar bom cultivo, a terra tem que ser tratada sistematicamente por dois ou três anos, através de culturas de recuperação da química, da fertilização e da sua movimentação.

Atualmente os comentários cambiaram: “o solo é bom”, “aqui dá de tudo”, “o solo é mole pa' trabalha”, comentários que deixam a certeza de que a presença humana e sua interferência no processo evolutivo, através das praticas culturais do solo, foram determinantes para a melhor resposta deste.

Tecnicamente falando, os solos do Horto Vergel de acordo com ITESP (2006), estão definidos dentro dos seguintes tipos como observado no quadro 04: 45.36% da área corresponde a Latossolos Vermelhos e Latossolos Vermelho-Amarelos e 54.64% restante corresponde a Argissolos Vermelho-Amarelos.

QUADRO 04: Tipos de solo e áreas ocupadas do Horto Vergel

Tipo de Solo	% da área ocupada
Latossolo Vermelho (LE 17) - antigos Vermelho-Escuro (LE)-, álicos ou distróficos, textura média a argilosa, fase relevo ondulado.	38,60%
Argissolo Vermelho Amarelo (PVA 92)-antigos podzolicos Vermelho-Amarelos (PVA)-, distróficos ou álicos, textura média, fase relevo ondulado.	30,52%
Argissolo Vermelho-Amarelo (LVA 45) -antigos latossolos Vermelho-Amarelos	24,12%

¹⁷ Luca (2005) refere a destoca como a retirada de parte correspondente à raiz do eucalipto, que permanece na terra após as árvores serem derrubadas; como as raízes são muito grandes, para serem removidas da terra há a necessidade de maquinaria especial. A terra que não é destocada torna-se improdutiva para outras culturas, por não haver espaço de plantio e porque as raízes mantêm o processo de enfraquecimento do solo.

(LVa)- álico ou distrófico, textura média a argilosa, fase relevo suave.	
Latossolo Vermelho-Amarelos (LV58)- antigos latossolos Vermelho-Amarelos (LVa), horizonte A húmico, distrófico, textura média a argilosa, fase relevo ondulado.	6,76%

Fonte: ITESP (2006).

Em função de que o conhecimento da importância dos solos é um fator de elementar importância para o planejamento agrícola do Horto Vergel, detalharemos as características destes solos com o intuito de oferecer subsídios para um melhor entendimento do recurso e a consequente utilização do mesmo.

Os Latossolos do Vergel:

Segundo Coelho (2002) e EMBRAPA (2013E), os Latossolos ocupam 38,73% do território nacional e aproximadamente 56% da região sudeste sendo, o agrupamento de solos mais extenso do Estado de São Paulo.

Esta classe de solos, geralmente, tem boas propriedades físicas, estão situados, na maioria dos casos, em relevo favorável ao uso intensivo de máquinas agrícolas. Apresentam excepcional porosidade total e boa drenagem interna (mesmo os Latossolos muito Argilosos); sua elevada friabilidade faz deles solos fáceis de serem preparados para os cultivos e são os mais adequados para a agricultura extensiva (OLIVEIRA, 1999). São Solos muito intemperizados e profundos IBGE (2007F), constituídos por material mineral, são muito evoluídos como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo. Adicionalmente, são fortemente ácidos e estão localizados, como também enunciado por Oliveira (1999), em relevo plano e suave ondulado. São originados a partir das mais diversas espécies de rochas e sedimentos e sob diversas condições de clima e tipos de vegetação (EMBRAPA, 2009G).

As principais limitações destes solos são a baixa disponibilidade de nutrientes, quando distróficos, e a toxicidade por alumínio, quando álicos. Nesses casos é impossível obter-se boas produções com baixo nível de manejo. Eliminadas estas limitações tornam-se bastante produtivos (OLIVEIRA, 1999). Este mesmo autor coloca em destaque que no Estado de São Paulo há algumas ocorrências de Latossolos com horizonte “A” húmico¹⁸ sendo as áreas mais extensas

¹⁸ Esta é uma relevante constatação, mas não se encontrou maiores estudos que confirmem a distribuição destes em Mogi Mirim.

aquelas registradas nos municípios de Mogi Mirim e Itapira. O autor indica também que nestas áreas os solos são sempre muito pobres e com elevada saturação por alumínio.

Segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos - SiBCS (EMBRAPA, 2009G), os Latossolos estão divididos em 4 subordens: *L. Brunos*, *L. Amarelos*, *L. Vermelhos* e *L. Vermelho Amarelos*, sendo estes dois últimos os que ocupam a maior parte do território estudado.

Os Latossolos Vermelhos – LV: antigamente denominados de Vermelho-Escuros (ITESP, 2006); ocupam 38,60% da área total do Assentamento e segundo Oliveira et al (1992) “são solos vermelhos, muito profundos, formados a partir de material de origem muito diversa o que lhes confere certa variabilidade na textura e consistência o que influi nas características químicas destes”.

Ocupam grandes extensões do território brasileiro e se constituem numa das mais importantes classes de solos. São favoráveis ao lavradio e têm boa drenagem interna, no entanto, dentro do mesmo tipo de solo, são heterogêneos no que concerne a textura e fertilidade. No geral esta classe de solo responde bem à aplicação de fertilizantes e corretivos. Esse comportamento, a boa índole de lavradio e os relevos planos e suaves ondulado, onde geralmente são encontrados, são fatores determinantes no uso agrícola intensivo e extensivo (OLIVEIRA, et al., 1992).

Já na concepção do IBGE (2007F), estes solos são vermelhos, geralmente com grande profundidade e quase sempre com baixa fertilidade natural (necessitam correções químicas para aproveitamento agrícola). Ocorrem em praticamente todas as regiões do Brasil e são responsáveis por boa parte da produção de grãos do País.

Os LV diferenciam-se dos Latossolos Vermelho-Amarelo pelo elevado teor de Óxido de Ferro (Fe_2O_3)-também conhecido como hematita ou ferrugem- e pela coloração dos mesmos. (OLIVEIRA, et al., 1992).

Os Latossolos Vermelho- Amarelos – LVA: ocupam 6,76% da área total do Assentamento e são, segundo Oliveira, *et al.* (1992), solos profundos ou muito profundos

com sequencia de horizontes bem definida; com baixa fertilidade representada por reduzidos teores de bases trocáveis, micronutrientes, fósforo e alta concentração de alumínio, sua principal limitação para aproveitamento.

Estes solos têm cores vermelho-amareladas, boa drenagem, baixa fertilidade natural e ocorrem em praticamente todo o território brasileiro; quando estes solos são de textura argilosa são muito explorados com lavouras de grãos mecanizadas e quando são de textura média são usados basicamente com pastagens (IBGE, 2007F).

Os Argissolos

Segundo Coelho (2002) estes solos ocorrem em 19,98% do território nacional; 20,68% da região Sudeste e conjuntamente com os Latossolos abrangem cerca de 78% da superfície desta Região. Diferindo com Coelho (2002), EMBRAPA (2013E) indica que os Argissolos ocorrem em, aproximadamente, 24% do território nacional.

Os Argissolos, em geral, são solos de forte a moderadamente ácidos, a profundidade é variável, mas em geral são pouco profundos e profundos (IBGE, 2007F e EMBRAPA, 2009G). A fertilidade natural destes solos é variável com predomínio de solos de relativa pobreza de nutrientes, embora existam extensas áreas com excelente fertilidade natural (EMBRAPA, 2013H).

O Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SiBCS (EMBRAPA, 2009G) divide esta classe de solos nas seguintes subordens: *A. Bruno Acizentados*; *A. Acizentados*; *A. Amarelos*, *A. Vermelhos* e *A. Vermelho-Amarelos*, sendo esta última subordem a que ocorre no Assentamento.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos: Antigamente conhecidos como Podzólicos Vermelho-Amarelos ocorrem em 54,64% da área do Assentamento e são solos com grande variação em características morfológicas e analíticas, têm as mais variadas profundidades e texturas e constituem, à par dos Latossolos Vermelho-Amarelos, a classe de solos mais comuns do Brasil, fato que lhes confere especial importância. Suas grandes diversidades de atributos de interesse agrônomo além da sua ocorrência nos mais variados relevos, torna difícil generalizar as qualidades para a classe (OLIVEIRA, 1992).

O ITESP (2006) menciona que as análises laboratoriais feitas ao solo do Assentamento indicaram que, embora os solos deste possuam boas condições físicas, apresentam fertilidade natural baixa a média, são altamente susceptíveis à erosão e possuem relevo favorável a motomecanização. Indica também que nestes solos se fazem necessários cuidados especiais assim como a adoção de práticas conservacionistas intensivas e permanentes tanto para sua conservação como para a elevação da sua fertilidade.

As características que apresentam os tipos de solo do Assentamento, se bem não se constituem numa limitação severa à produção agrícola, demandam investimento e cuidados por parte dos assentados com a finalidade de preservá-lo como também de prepará-los para a produção.

De modo geral, o solo se constitui num dos fatores relevantes para a viabilização dos Assentamentos. Muito se fala que um dos principais problemas da política de reforma agrária é a criação de Assentamentos em espaços não planejados e com solos de características edafológicas difíceis para o desenvolvimento das atividades de produção dos beneficiários. As constatações feitas por Leite et al. (2004) corroboram a veracidade deste problema, contudo, no caso do Horto Vergel, pode-se afirmar que este escapou do mesmo, pois as limitações dos solos, podem ser manejadas e até superadas.

No que diz respeito à capacidade de uso do solo que pode ser expressa como a adaptabilidade deste para diversos fins sem que sofra depauperamento pelos fatores de desgaste e empobrecimento (dentre eles os cultivos anuais e perenes), o ITESP (2006) após considerar a qualidade dos solos, as condições de relevo o uso atual e as condições climáticas da região e tomando como base o sistema de capacidade de uso, reconhece as seguintes classes de capacidade de uso das terras no Assentamento:

QUADRO 05: Capacidade de uso do solo do Horto Vergel em base a % área total

Classe de capacidade de uso	% Área total do Assentamento	Características
III	43,49	Condições severas quanto à fertilidade natural, susceptibilidade à erosão. Faz-se imprescindível a adoção de práticas intensivas de correção e conservação dos solos
IV	39,3	Fortes limitações para utilização com culturas anuais em razão da acentuada susceptibilidade à erosão hídrica.
VII	15,01	Terras inapropriadas para cultura, pastagens ou reflorestamento, podendo servir apenas como abrigo e proteção da fauna e flora silvestres, como ambiente para recreação ou para fins de armazenamento da água.
V	0,95	Terras inapropriadas para culturas anuais, mas podem ser utilizadas para cultivos permanentes como pastagens e reflorestamento.
VI	1,12	
Total	100	

Fonte: Elaboração própria com base em ITESP (2006).

Como observa-se no quadro 05, das oito classes de capacidade de uso do solo o Assentamento apresenta cinco delas, sendo que as classes que comprometem a maior percentagem da área são as classes III e IV, estas assinalam para a susceptibilidade à erosão, limitações para culturas anuais e necessidade de práticas intensivas de correção e conservação.

Ante isto se chama a atenção para o fato da maioria das famílias do Vergel plantar mandioca de mesa como um dos principais cultivos dentro dos seus lotes munido às poucas práticas de conservação do solo realizada.

3.4.3 A População do Vergel

A população do Horto Vergel vêm crescendo e os números disto são apresentados, segundo as diferentes fontes indicadas na tabela 05.

TABELA 05: Evolução da população do Horto Vergel 1997-2013

Ano	Acontecimento	Fonte	Nº de Pessoas	Nº de Famílias
1997	Dia do acampamento	LUCA (2005)		250
1998	Um ano após Assentamento	LUCA (2005)		112
1998	Na data de regularização do Assentamento	ITESP ¹⁹	346	82 ²⁰
1999	Dois anos após Assentamento	LUCA (2005)		96
2000	Três anos após Assentamento	LUCA (2005)		80
2004	Só famílias titulares	LUCA (2005)		81
2004	Titulares, dependentes e agregados	LUCA (2005)	650	132
2004	Famílias totais	SOARES (2005)		82
2008	Segundo assistente comunitária da saúde	SIQUEIRA (2008)	519	-
2008	90 titulares e 45 famílias dependentes e agregadas	GUERRERO (2009)	344	135
2011	Famílias assentadas	ARAUJO (2012)	519	145
2013	90 titulares + 58 famílias dependentes e agregadas	Dados de campo (2013)	475	148 ²¹

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes acima indicadas e pesquisa de campo 2008, 2013.

Evidentemente houve, no decorrer dos anos, fluxos de entrada e saída de pessoas; a tabela mostra como um ano após a ocupação, mais da metade de pessoas, inicialmente acampadas, tinham deixado o Assentamento, isto em parte pelas duras condições do novo espaço, pelo processo seletivos feitos pelo ITESP e pelo fato das pessoas “que davam força à luta”²² terem retornado a seus espaços originais.

Como mencionado por LUCA (2005, p.83): “Devido às dificuldades impostas pelas condições de vida, trabalho e sustento, como também ao processo seletivo realizado pelo ITESP, parte dessas famílias foi deixando o Vergel durante os três primeiros anos.”

Importante destacar também que segundo relatos dos assentados, uma parte das famílias originalmente assentadas deixou o Assentamento porque além das condições citadas por Luca (2005), não conseguiram se identificar com o grupo, não se sentiram pertencentes ao mesmo nem se encaixaram na coletividade, isto as levou ao isolamento e posterior abandono do lote.

¹⁹Dado proveniente de Siqueira (2005).

²⁰ Refere-se a total de famílias cadastradas inicialmente por ITESP.

²¹ Não foram contabilizadas as 16 famílias que atualmente estão “albergadas” na agrovila na espera de terra para morar. Segundo as lideranças do Horto Vergel são famílias que estando acampadas numa área “improdutiva”, foram desalojadas pela polícia e não tendo para onde ir foram acolhida solidariamente no Vergel.

²² Em declaração obtida indicou-se que durante a ocupação muitas pessoas vindas de outros Assentamentos, já conformados, vieram a se solidarizar com o grupo de Vergel e a “fazer força” ante a ocupação.

Quanto à origem das famílias assentadas, estas provêm de vários Estados brasileiros como Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro. Na sua maioria são pessoas que saíram de suas terras de origem para a região de Mogi Mirim em busca de melhores condições de vida, não encontrando isto, juntaram-se aos movimentos em prol da luta pela terra. Na sua maioria eram pessoas pobres que faziam trabalhos eventuais e pelos quais percebiam uma renda ínfima. Segundo LUCA (2005) “... A maioria dessas famílias que primeiramente ocuparam o Vergel integravam as populações carentes, excluídas do mercado formal de trabalho ou em condições precárias de sobrevivência em suas cidades de origem” (LUCA, 2005, p.83).

Atualmente e segundo dados de pesquisa 2008 e 2013, a população vêm crescendo, isto pelo fato dos filhos dos titulares inicialmente assentados estarem formando novas famílias assim como pela vinda de outros familiares para este espaço.

3.4.3.1 Os Homens e Mulheres do Vergel

A quantidade de homens e mulheres parece ter tido um fluxo intermitente no decorrer do tempo. A tabela 06 que apresenta os dados relativos ao sexo da população do Assentamento e indica que atualmente existem mais mulheres que homens, observa-se também que estes, no início do Assentamento eram maioria.

TABELA 06: População do Horto Vergel segundo sexo

FONTES	MULHERES	HOMENS	TOTAL
ITESP (1998)	153	193	346
SIQUEIRA (2005)	287	232	519
GUERRERO (2009)	154	190	344 ²³
Dados de campo (2013)	253	222	475 ²⁴

Fonte: Elaboração própria com base às fontes acima citadas e dados de campo 2013.

O fato dos homens serem a maioria no início do Assentamento pôde-se dever às questões subjetivas históricas, que discriminam a mulher pelo fato de acreditar que o homem é “mais forte”. Portanto, acredita-se que a existência de mais homens no momento da ocupação deva-se

²³ População pertencente a 87 famílias titulares entrevistadas.

²⁴ Importante indicar que este número corresponde ao total da população dependente e agregada que compõe as famílias titulares totais (90) entrevistadas, não foram consideradas as pessoas pertencentes às famílias (16) que atualmente estão morando temporariamente no Assentamento.

ao fato destes representarem, na figura social construída, a principal força de trabalho da família; força que era necessária nos momentos de ocupação e instalação do Assentamento assim como também significava a segurança da família e da terra conquistada no caso de possível confronto.

3.4.3.2 As Cores do Vergel

Respeito às características de cor e raça declaradas em 2008, tem-se que do total da população (344 habitantes); 116 declararam-se brancos, 108 negros, 5 amarelos, 115 pardos (tabela 07)

Nesta pesquisa, do total de pessoas assentadas (475); 114 declaram-se brancas, 95 negras, 6 amarelas e 260 pardas. Houve uma queda no número de pessoas que se declararam negras e um incremento de mais de 100% das pessoas que se declararam pardas.

TABELA 07: População total segundo cor ou raça declarado, anos 2008 e 2013

Cor ou raça	Nº de Pessoas em 2008	Nº de Pessoa em Pesquisa atual
Branca	116	114
Negro	108	95
Amarelo	5	6
Pardo	115	260

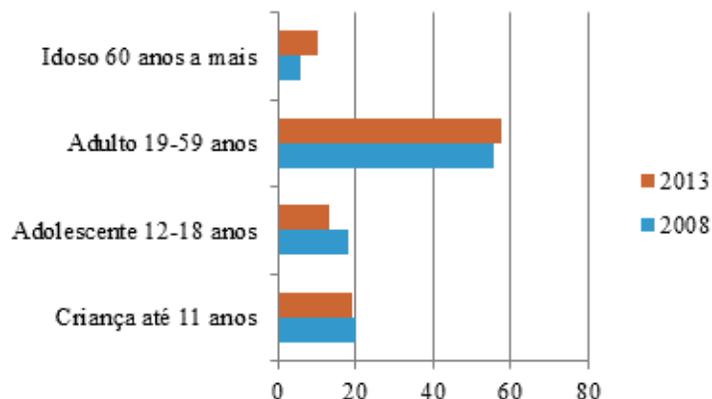
Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

3.4.3.3 As Idades do Vergel

A idade dos assentados²⁵ varia desde os recém-nascidos aos que têm 84 anos de idade. O gráfico abaixo retrata as variações desta variável nos anos 2008 e 2013.

²⁵ Faixa elaborada em base ao Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI disponível em: http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=101&Itemid=100

GRÁFICO 03: População segundo Idade (%), anos 2008 e 2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

Com base no gráfico 03 pode-se afirmar que as novas gerações estão ganhando força no decorrer destes anos e com estas uma importante força de trabalho em idade ativa (12 a 59 anos). Esta tendência está em consonância com os resultados da Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária do INCRA (INCRA, 2010z), a que declara a existência de 47.53% de assentados do Brasil nesta mesma faixa.

Pode-se afirmar também que, como processo natural, o grupo de idosos está se incrementando no decorrer destes anos, estes idosos são pessoas carregadas de experiências e conhecimentos respeito à história da luta e organização que vivenciaram no processo de acampamento, pois eles foram os atores da mesma. Entrar na memória destas pessoas constitui-se num momento prazeroso e enriquecedor, pois eles revivem com orgulho e em detalhes, nas suas narrativas, todos os momentos passados no Assentamento.

Quando se adentra na história da ocupação do Assentamento e por suas falas de caráter coincidente, dá para perceber que antes, durante e depois do momento da ocupação deste, houve uma forte participação e coesão da população; permearam as relações de harmonia, solidariedade e respeito com o próximo, uma coletividade nascida ante a partilha de um desejo em comum: a conquista da terra.

3.4.3.4 A Escolaridade no Vergel

No Brasil o MST, um dos principais movimentos sociais, tem nos seus objetivos de trabalho a implantação de escolas nos assentamentos e sua principal preocupação nos acampamentos é no sentido de tentar manter certo nível de normalidade no cotidiano do processo inicial de ocupação. Isto devido a que o deslocamento familiar, ao novo espaço, e às novas condições que lhes depara este, terminam por romper o cotidiano da vida das famílias, incluindo aqui o tema escolar dos filhos.

De um modo geral, a escolarização tem sido uma das principais preocupações dos assentados no decorrer do tempo. Depoimentos como “eu não ia vir por conta dos filhos”, “os filhos que estavam na escola tiveram que parar de estudar”, “os filhos são os que mais sofreram na luta”; retratam as escolhas e incertezas vividas perante a oportunidade de uma nova vida; em muitos dos casos, a escolha por uma nova vida superou a importância da escolaridade; em outros, as famílias criaram mecanismos para que os filhos, que estavam estudando, não se prejudicassem por conta da luta na ocupação.

Dezesseis anos se passaram e o tema da escolaridade ainda significa um entrave na vida das famílias do Vergel; a não existência de uma escola no interior do Assentamento obriga aos estudantes frequentarem as escolas municipais de Mogi Mirim, um deslocamento que lhes significa enorme perda de tempo, tanto para os pais que têm que levar a seus filhos à escola assim como para a população estudantil em geral que têm que, na sua maioria, esperar o ônibus da prefeitura lhes recolher em pontos pré-estabelecidos do Assentamento sob as diferentes condições climáticas.

Mesmo com as limitações acima indicadas, os assentados valorizam muito a educação dos filhos e isto talvez se deva, em muitas famílias, à necessidade do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Atualmente, como se pode observar no Quadro 06, a análise da escolaridade da população do Vergel evidenciou a existência de 81,7% de pessoas com algum grau de escolaridade; isto coincide com os dados mostrados pelo INCRA (2010z), referidos à pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos Assentamentos da reforma agrária, que indicam que no Brasil 3% da população assentada detém algum grau de escolaridade.

QUADRO 06: Escolaridade no Horto Vergel

Fonte	Algum Grau de escolaridade %	Sem escolaridade (analfabetos) %	Universo Pesquisado
SOARES, 2005	94	6	46 pessoas de 46 famílias pesquisadas.
MIRANDA, 2008	86	14	43 pessoas de 43 famílias pesquisadas.
SIQUEIRA, 2008	92	8	38 pessoas, 5 famílias pesquisadas.
GUERRERO, 2009	86	14	344 pessoas de 87 famílias das 90 titulares existentes.
OLIVEIRA, 2009	89	11	276 pessoas de 60 famílias entrevistadas
Dados de pesquisa 2013	82	18	475 pessoas de 90 fam. titulares e 58 dependentes e agregadas.

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes acima indicadas e dados de pesquisa 2013.

A análise da escolaridade das famílias assentadas de maneira análoga à renda não é uma tarefa fácil de fazer. Nesta pesquisa assim como em pesquisa 2008, o foco foi analisar os diferentes graus de escolaridade que cada membro das famílias titulares do Vergel têm. Para isto se fez necessário entrar no entendimento que cada família tem referente às denominações das diferentes etapas de escolaridade pelas quais atravessaram, denominações que mudaram no decorrer do tempo.

Quando perguntado o grau de escolaridade a assentados de mais de 50 anos estes respondiam: “eu fiz meia do colegial”; “eu terminei o curso”; “eu fiz o segundo grau”, falas que remetiam às antigas denominações e que precisavam ser atualizadas às denominações vigentes.

Acreditamos que este seja um dos motivos pelos quais e como observado no quadro 06, existam incompatibilidades na evolução das percentagens das pessoas com algum grau de escolaridade como as pessoas sem nenhuma escolaridade no decorrer das fontes citadas.

No caso de Guerrero (2009) e dados desta pesquisa, o problema da variação da escolaridade esteve atrelado, mais especificamente, às mudanças populacionais (entradas e saídas de pessoas) registradas nestes últimos 5 anos.

No que diz, especificamente, ao grau de escolaridade dos titulares do Vergel, a tabela 08 mostra que 78% destes não têm concluído o ensino fundamental completo.

TABELA 08: Escolaridade dos titulares do Horto Vergel

Anos de Estudo	Nº De Titulares	%
Menos de 4 anos	44	49
Mais de 4 anos	26	29
Fundamental completo	3	3
Ensino médio incompleto	3	3
Sem escolaridade	12	13
Sabe ler e escrever	2	2
Total	90	100

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2013.

Segundo Bergamasco (1997), em base a dados do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, no Estado de São Paulo registraram-se 29,7% de titulares que não chegaram a completar o ensino primário (que atualmente seriam os 4 primeiros anos do ensino fundamental). Nesta direção tem-se que no Horto Vergel 49% dos titulares têm menos de 4 anos de escolaridade; 3% conseguiram ter fundamental completo, 3% têm ensino médio completo e 13% são analfabetos. Esta constatação está de acordo com o evidenciado por LUCA (2005, p.103): “A formação escolar (da população do Vergel) é na média: até 3ª ou 4ª quarta série do ensino fundamental, embora haja muitas pessoas que sequer frequentam a escola”.

No Assentamento (e na data de levantamento de dados de campo) não existiam programas de escolarização de adultos dirigidos a atender as demandas educativas dos titulares assentados que desejavam assumir o desafio de se escolarizar.

3.4.4 Segurança Cidadã, Infraestrutura, Transporte e meios de Comunicação do Vergel

3.4.4.1 Segurança Cidadã

Este é um tema importante a destacar devido às constantes ameaças e quebra da tranquilidade que, nestes últimos anos, as famílias do Assentamento vêm sofrendo.

Se bem existem relatos de desconfiança entre famílias pelo fato delas, na fase de acampamento, não se conhecerem, existe também evidências que as famílias acampadas protegiam-se umas às outras; talvez isto como resposta ao sentimento de coletividade que foi

crescendo na medida em que a luta pela sobrevivência, no acampamento, ia se tornando uma realidade.

Posteriormente, e segundo relatos dos próprios assentados, já durante a vida nos lotes, a confiança e a solidariedade fortemente solidificadas regia o sentir entre a vizinhança.

De 2008 até a data desta pesquisa, o tema da segurança cidadã no interior do Assentamento é um caso urgente de se tratar, não existe uma estatística do número e frequência dos roubos acontecidos no mesmo, mas se pode afirmar que foram mais de dez as famílias que sofreram este tipo de crime nos seus lotes. A prefeitura de Mogi Mirim indica que existe uma ronda de policiamento na zona, mas os moradores do Assentamento negam a presença da mesma.

Atualmente a solidariedade entre as famílias é firme, mas a confiança entre elas têm sido prejudicada por conta destes acontecimentos. A tal ponto chega a insegurança das famílias que 46% das entrevistadas manifestaram que um dos seus desejos é cercar ou fechar o lote, sendo que um dos principais motivos disto são os roubos que vêm acontecendo.

3.4.4.2 Saneamento Básico

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (OMS, 2013f), o saneamento é um direito humano referido ao controle de todos os fatores do meio físico que circunda o homem e que exercem, ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social deste. O mesmo órgão manifesta que a falta de saneamento representa um grave risco para a saúde e um desrespeito à dignidade humana que afeta a milhões de pessoas no mundo, particularmente os pobres e desatendidos.

No Brasil, o IBGE (2008J, p. 209) indica que o saneamento básico é:

Conjunto de ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida dos meios urbano e rural, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de águas pluviais e o manejo de resíduos sólidos.

No Horto Vergel o serviço de saneamento básico, como visto na tabela 09, constitui-se num entrave a superar desde as origens deste; o abastecimento da água para uso humano é feito através de poços cacimba e poços artesianos; não existe esgotamento sanitário, todas as famílias

eliminam o esgoto doméstico da cozinha e lavanderia a céu aberto e o esgoto do banheiro (dejetos) vai diretamente à fossa negra existente em todos os domicílios pesquisados. Estes dados confirmam os resultados da Pesquisa da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária - PQRA do INCRA (2010z) a qual evidencia que nos Assentamentos do Brasil só 1,14% destes possuem rede de esgoto e 29,3% fazem uso de fossas negras.

TABELA 09: Saneamento básico, anos 1997-2013

Saneamento Básico	1997	2008	2013
Abastecimento de água	Não	Sim ²⁶	Sim ²⁷
Esgotamento sanitário	Não	Não ²⁸	Não
Manejo de resíduos sólidos	Não	Parcialmente ²⁹	Parcialmente ³⁰

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008 e 2013.

Não existe manejo de resíduos sólidos. Há que destacar que existe uma iniciativa por parte da prefeitura de Mogi Mirim referida à coleta (não diferenciada) de lixo domiciliar. A prefeitura disponibiliza um caminhão para fazer o serviço de coleta, mas esta é limitada a três vezes por semana, pelo período da manhã; a coleta não é feita em todo o Assentamento e sim na rua principal deste. Embora exista esta iniciativa, as famílias demonstraram sua preocupação por não serem beneficiadas pelo serviço em todo o Assentamento.

O lixo orgânico, usualmente, é destinado aos animais domésticos, já o lixo inorgânico é depositado em buracos, construídos pelas famílias para este fim, ou queimado a céu aberto. O lixo inorgânico como as garrafas pet, latinhas e vidro, é vendido a recicladores que visitam o Assentamento.

No que diz respeito aos animais domésticos, é importante mencionar que a forma de criação destes, associada à falta de serviços de saneamento básico pode se constituir num importante foco de disseminação de doenças. Constatou-se que 3 famílias titulares criam algum animal de pequeno porte (galinhas, patos, peru, porco) nos arredores das suas casas. As famílias

²⁶ Água encanada.

²⁷ Idem a nota anterior.

²⁸ Existem fossas negras, ultimamente alguns assentados estão planejando fazer fossas sépticas e até fossas biodigestoras.

²⁹ Um caminhão da Prefeitura de Mogi Mirim recolhe o lixo na rua da entrada do Assentamento.

³⁰ Idem nota anterior.

possuem também bichos de estimação como cachorros e gatos, mas, não existe, segundo o evidenciado, um controle sanitário destes no que se refere à vacinação e vermifugação.

No que refere ao tema da disponibilidade da água no Assentamento, esta provém da chuva, poços artesianos, poços cacimba, rio e córregos que circundam e ou atravessam a área do Assentamento; as dificuldades de acesso a este recurso, assim como o serviço de saneamento em geral, no primeiro ano do acampamento (1997) foram dramáticas, pois, como bem relata Barboza (2011), as únicas fontes de água das famílias do Vergel, na fase de acampamento, foram um poço artesiano, que existia já antes do Assentamento, e uma lagoa (única no Assentamento).

Os assentados utilizavam a água da lagoa para fins não potáveis como lavar roupa, lavar louça e tomar banho e, a água do poço artesiano era utilizada, de maneira racionada, para beber e cozinhar.

Barboza (2011, p.19) apresenta um depoimento que ilustra bem este aspecto:

Quando a gente morava embaixo da lona, a gente lavava a roupa na lagoa, tomava banho na lagoa. Só pra cozinhar que a gente podia pegar um pouco numa torneira que tinha aqui. Não podia pegar pra lavar louça, nem nada no começo. É uma torneira que existe até hoje, que era água desse poço artesiano. Só que era desde a FEPASA, eles moravam naquela casa que era o posto. Então eles liberaram água pra gente pegar, só pra beber e cozinhar. Você não podia pegar para lavar louça, nem pra lavar roupa, tudo nós fazíamos no rio!

Posteriormente e ainda durante a fase de acampamento a situação da falta da água melhorou, um pouco, com a vinda de caixas de água provenientes de uma empresa que as forneceu em troca de cascalho de areia (BARBOZA, 2011).

Da fase de acampamento até a entrada das primeiras famílias nos lotes, passaram-se, mais de dois anos. Estando nos lotes a questão da água piorou ainda mais, pois as famílias tinham que se deslocar até a agrovila, lagoa, rio e córregos para obter um pouco de água; levando em conta que a área de Assentamento não tinha ainda estradas e estava cheia de eucaliptos, esta atividade tornava-se muito difícil e até perigosa.

Em 2003 foi finalizada a perfuração de 4 poços artesianos para abastecer o Vergel. Em 2006 foi feito um investimento para distribuição da água de todos os 5 poços artesianos do Assentamento, além de sua adequação e recuperação.

Atualmente os assentados indicaram ter disponibilidade de água encanada nas suas residências, a água utilizada por estas famílias é obtida por meio de poços artesianos, poços cacimba e, algumas famílias, beneficiam-se com a água dos córregos que atravessam o Assentamento. Todos os lotes do Vergel têm água canalizada a partir dos poços artesianos devendo pagar por isto uma taxa de energia pelo uso da bomba da água, contudo, existem famílias que não fazem uso da água da rede dos poços artesianos por que sentem que suas demandas hídricas são satisfeitas com o poço cacimba das suas casas. A água é consumida, pela maioria das famílias, sem nenhuma forma de tratamento, pois é considerada limpa, embora não existam referências de análises de água feitas nos últimos tempos.

Um ponto a ressaltar é que atualmente existem diversos conflitos respeito ao uso, quantidade e qualidade da água de um dos poços artesianos existentes; as famílias beneficiadas por este poço se queixam pela irregularidade da água no domicílio e pela coloração inadequada da mesma, fato que está motivando a falta de pagamento do recurso hídrico por parte de algumas famílias.

3.4.4.3 Energia Elétrica

Segundo dados de Soares (2005), Guerrero (2009) e Barboza (2011), a energia elétrica passou a ser disponibilizada para as famílias do Vergel a partir dos primeiros meses de 2004 com o programa “Luz para todos” que instalou a rede de energia elétrica em todos os lotes e deu fim a um período de mais de 6 anos nos quais as famílias tiveram que sobreviver na escuridão e sofrer com as limitações que esta falta impõe.

Atualmente, como mostrado na tabela 10, todas as famílias titulares do Vergel têm acesso ao serviço de energia elétrica nos seus domicílios; isto lhes facilita o uso de máquinas e aparelhos, tanto para uso familiar, como para diversos usos no processo de produção.

TABELA 10: Energia elétrica, anos 1997-2013

Energia Elétrica	1997-2004	2008	2013
Energia Elétrica domiciliar	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

3.4.4.4 Transporte

Na fase de acampamento não existiam estradas, somente a infraestrutura viária da antiga FEPASA. Em 2002 houve a abertura das ruas do Assentamento sendo que para isto houve a necessidade de derrubar parte das árvores existentes no mesmo, esta tarefa foi feita pelos assentados em coordenação com o ITESP.

Posteriormente, em 2007, com a transformação do Assentamento num bairro rural, a prefeitura de Mogi Mirim começou a realizar a conservação e manutenção das estradas internas do mesmo (BARBOZA, 2011).

De 2008 a 2013, evidenciou-se que as estradas do Assentamento não sofreram maiores modificações, mas existe, na maioria delas, buracos próprios tanto da erosão gerada pela chuva e pelo trânsito de veículos pesados como pelo processo de erosão que a classe de solo do Assentamento gera. Pode-se dizer que as estradas no interior do Vergel estão em situação razoável.

No que diz respeito ao transporte se pode afirmar que no interior do Assentamento não existem empresas ou serviços formais de transporte pessoal ou coletivo. O transporte é via “carona” com parentes ou amigos que possuem automóveis, motos ou com o ônibus escolar que, nos períodos escolares percorre diariamente nas principais ruas do Vergel. Há também, algumas famílias que utilizam charrete e outras tantas se deslocam de bicicleta ou a pé.

O transporte no interior do Assentamento continua sendo um entrave no desenvolvimento do mesmo; prejudica tanto as atividades familiares que demandam locomoção interna e externa ao Assentamento, assim como também prejudica as atividades de escoamento da produção.

3.4.4.5 Meios de comunicação

No que se refere aos meios de comunicação (telefonia, internet, correios) e demais; deve se indicar que na fase de acampamento não existia nenhum destes. Os assentados tinham que se deslocar até a cidade de Mogi Mirim para fazer uso dos serviços de correios e telefone.

Em 2008 a comunicação dentro do Assentamento baseava-se apenas num telefone público (orelhão) e em celulares que pouquíssimas famílias possuíam; existia também um assentado que

oferecia o serviço de receber e transmitir informação através de um radiotransmissor (GUERRERO, 2009).

Em 2013, evidenciou-se que o telefone público (orelhão) ainda existe, porém tinha problemas de funcionamento. Constatou-se também que 100% das famílias possuem telefones celulares e, o assentado que oferecia o serviço de transmissão de informação via radiotransmissor, não mora mais no Vergel.

Com relação ao serviço de internet este não existe como serviço formal; existem sim alguns jovens que possuem o serviço mas de forma limitada. O serviço de correio tradicional não chega ao Assentamento, embora isto, e tal como evidenciado em pesquisa 2008, no Vergel existe a costume de algum assentado recolher as cartas dos correios, pois o Vergel possui uma caixa postal em Itapira e outra em Mogi Mirim, e levá-las para o Assentamento.

3.4.5 A Produção do Vergel

A comunidade assentada (do Vergel) enfrentou muitos desafios até que a produção começasse a ter bons resultados, isto é o que afirma Luca (2005), que após avaliar as entrevistas feitas aos assentados, no que diz respeito produção, indica que o processo histórico de constituição do grupo, o próprio movimento da madeira, do carvão, o apoio e as intervenções do Estado, as formas de organização comunitária, a orientação para a produção entre outros, foram determinantes que fizeram com que o processo produtivo fosse mais demorado do que deveria e que travasse em determinados momentos.

Importante ressaltar este tema através da leitura de um depoimento trazido dessa mesma autora, o qual explica as dificuldades encontradas:

(...) difícil não é pegar a terra, difícil é viver nela, a luta, o sacrifício. As coisas não acontecem do jeito que a gente quer, não é da noite pro dia né? É através de muito suor, muita luta, muita briga. As coisas vão acontecendo devagarzinho, você esforça muito e as coisas acontece devagar. Não é como você trabalhar na cidade, tem um bom emprego faz pouca coisa, e o dinheiro cai de monte, não é assim, aqui é bem pelo contrário. (CP). (Depoimento tomado de Luca, 2005, p.191).

A evolução da produção foi acontecendo lentamente no decorrer dos seus 16 anos de vida. A tabela 11 mostra os números da evolução da participação das famílias assentadas nos diferentes tipos de produção.

TABELA 11: Evolução da participação do N° de Famílias assentadas nos diferentes tipos de produção e atividades, anos 1997-2013

Existe		1997	2008	2013
Produção Vegetal?		Eucalipto mais algumas frutíferas ³¹ .	81	85
Produção Animal?		0	59	67
Produção processada?		0	17	15
Atividades não agrícolas	Dentro do Assentamento?	0	12	7
	Fora do Assentamento?	Existiam mas não se tem registro		22

Fonte: Elaboração própria com base a informação secundária e dados de campo 2008, 2013

Como pode-se observar, a evolução da produção vegetal e animal foi positiva no decorrer destes 16 anos; já a evolução da produção processada, e a não agrícola dentro do Assentamento teve quedas importantes no ano 2013; esta última em contraposição ao aumento do número de famílias que declarou ter atividades não agrícolas fora do Assentamento.

O aumento de famílias que têm produção vegetal no lote se deve ao fato do maior engajamento destas na venda de produtos para o PAA e PNAE; no caso da produção animal o aumento de famílias nestas atividades se deve à existência de maior número de famílias que estão se dedicando à criação de gado de leite, o qual tem mercado assegurado numa cooperativa do município de Itapira³².

Mas, antes de entrar na análise da agropecuária do Assentamento vejamos a disponibilidade de área destocada e limpa que as famílias possuem para o desenvolvimento destas atividades (Tabela 12).

³¹ Dado de Soares, (2005, p.4).

³² Cooperativa COAPIR: Cooperativa Agropecuária de Itapira.

TABELA 12: Disponibilidade de área destocada

Assentamento	Nº Lotes	Área Total³³ (ha)	Área Agrícola total³⁴ (ha)	Área destocada 2006 (ha)	% Área destocada a 2006	Área destocada até 2013 ha	% Área destocada até 2013
Horto Vergel	90	1212,72	810,03	416,69	51,44	486,89	60,11

Fonte: Elaboração própria com base em dados de ITESP (2006) e dados de campo 2013.

Tomando como referência o ano 2008, das 90 famílias titulares existentes, 38 delas manifestaram ter limpado mais área agrícola com fins de expansão da produção e isto se reflete no incremento de área destocada em 2013 (70,2 ha).

A tabela 12 indica também que atualmente 60,11% da área agrícola do Vergel está completamente limpa de tocos e disponível para ser usada nas diferentes atividades agropecuárias.

O incremento da área, movido, principalmente, e como declarado pelos assentados, para fins da expansão da produção é, majoritariamente, um reflexo da inserção das famílias na venda de produtos agrícolas para o Programa de Aquisição de Alimentos e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O Assentamento, como evidenciado, ainda tem 40% da área agrícola para ser limpa e incorporada para o serviço agropecuário, embora isto, existe também a necessidade de financiamento para o investimento nesta atividade. Espera-se que os assentados através das suas melhores rendas obtidas com sua inserção nos programas de fortalecimento da agricultura familiar, invistam na limpeza e exploração agrícola deste importante recurso.

A tabela 13 mostra a disponibilidade de área agrícola limpa para a agropecuária e, como se pôde observar, esta difere da quantidade de área destocada pelo fato da área agrícola limpa ser aquela área, que segundo declarado, está trabalhada e apta para ser plantada. A área destocada, porém, é uma área que ainda precisa passar pelo trabalho de preparação do solo.

³³ Área definida no plano de loteamento do Horto Vergel do ITESP.

³⁴ Idem acima

TABELA 13: Disponibilidade de área agrícola limpa, anos 2008 -2013

Assentamento	N de Lotes	Área Total (ha)	Área Agrícola (ha)	Área total limpa 2008 (ha)	% Área limpa 2008 (ha)	Área total limpa até 2013 (ha)	% Área limpa 2013 (ha)
Horto Vergel	90	1212,72	810,03	312,3	38,56	382,50	47,22

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

3.4.5.1 A Produção Vegetal

A produção agrícola é um dos motores de desenvolvimento do Assentamento, geradora de renda, trabalho e sustento familiar que, aliada a um mercado de venda como o PAA e o PNAE, se constitui num eixo fundamental ao desenvolvimento familiar.

A produção vegetal fornecedora, dentre de outros múltiplos benefícios, de alimentos básicos para as famílias assentadas, num primeiro estágio de vida do Assentamento (fase de acampamento), foi um fator que esteve limitado pelas próprias preocupações das famílias ante a incerteza da permanência no novo espaço; fato que comprometeu, nos primeiros momentos, a segurança alimentar das famílias ocupantes perante a preocupação ante a falta de alimentos para a sobrevivência. Isto aliado à falta de renda para comprar alimentos fora, se constituiu num dois primeiros entraves a superar. O depoimento recolhido em pesquisa de Miranda (200, p. 23), nos ilustra a dificuldade de sobrevivência nos primeiros anos de vida do Assentamento:

(...) em 12 de outubro de 1997 aconteceu a ocupação do Horto Vergel. Neste momento, foi constituída uma comissão de coordenadores que organizou a arrecadação de alimentos para a manutenção das famílias, buscando-se também o apoio de outros movimentos. No ano seguinte foi montada uma cozinha comunitária pelos assentados.

A paisagem do Vergel inicialmente estava coberta por eucaliptos; os assentados, para iniciar os seus trabalhos agrícolas, tiveram que superar a fase de limpeza e preparação das áreas, o que demandou, além de tempo e constantes brigas com o Estado, muito trabalho e investimento para a retirada da madeira e posterior preparo do solo.

LUCA (2005) afirma que nos primeiros anos de vida do Assentamento a produção vegetal estava limitada por conta do enfraquecimento da terra; a falta de bens para a produção que junto com a falta de conhecimentos específicos desta eram um limitante para a produtividade.

Dado o enfraquecimento da terra pelos longos anos do cultivo de eucaliptos, à falta de implementos e de conhecimentos para a melhoria da qualidade em condições adversas de produção, a qualidade de produção ainda não era muito boa (LUCA, 2005, p.7).

Nesta mesma direção o ITESP (2006, p. 39) indica que:

Os produtores rurais assentados possuem dificuldades para investir na produção porque iniciam a vida no Assentamento, muito descapitalizados, e no caso do Vergel, embora o solo tenha bom potencial produtivo, encontrava-se desgastado pelo cultivo de eucalipto, além do problema de disponibilidade de áreas para plantio em decorrência da presença de tocos de madeira.

Em 1999 segundo o mesmo ITESP (2012K)³⁵ a área média efetiva plantada por família era de 0,53ha e os produtos plantados, em ordem de área comprometida foram: milho, feijão da seca, feijão das águas, mandioca, arroz, quiabo, batata doce e feijão de corda. Como visto, estes alimentos básicos foram os primeiros alimentos que produziram os assentados sob regime de grupo³⁶ e com pouca área disponível.

Em 2003 a agricultura ainda não tinha sido implementada em muito dos lotes do Vergel, mas a derrubada de eucaliptos para a limpeza da área já tinha começado: “como a agricultura ainda não foi implementada em parte dos sítios, em alguns lugares, tem-se a sensação de desertificação, se comparamos com o que víamos anteriormente (paisagem cheia de eucalipto)” (LUCA, 2005, p, 23).

Posteriormente os dados da safra 2004/2005, coletados pelo ITESP (2006) mostraram que no Assentamento foram cultivadas 120 ha de mandioca de mesa, 50 ha de arroz, 30 ha de milho e 8,5 ha de feijão. Havia 13.500 pés de café em início de produção; 5.000 pés de banana e 1.500 de maracujá. Isto se constituiu num importante salto no processo de produção de alimentos, de uma situação "zero" a uma situação de produção para seu autossustento e certo grau de excedentes para a venda.

A produção de alimentos nos lotes pelas famílias assentadas contribui para sua subsistência lhes ofertando em muitos casos uma dieta básica. A venda dos seus produtos no comércio local e, em alguns casos, o trabalho temporário na cidade ou no próprio meio rural viabiliza a obtenção de dinheiro e a compra de outros alimentos, complementando a cesta básica. Todavia, longe de ser ideal, tais fatores contribuem para a saúde das famílias e manutenção das mesmas no Assentamento (SOARES, 2005, p.19).

³⁵ ITESP, 2012 (Mensagem eletrônica via e-mail).

³⁶ Inicialmente se formaram oito grupos os quais, dentre outras coisas, tinham que plantar uma quantidade da área.

SOARES, 2005 evidenciou que em 2005 os produtos vegetais mais produzidos no Vergel eram produtos essenciais para a alimentação da família, os chamados “básicos” os quais foram a mandioca de mesa, milho, banana, abobrinha, arroz, mamão, feijão, chuchu, couve, alface e laranja. Alimentos básicos que para Oliveira et al, (1996) são típicos do Brasil e estão presentes na alimentação deste País no decorrer dos séculos: “os alimentos básicos vêm participando da alimentação de nossa população, durante alguns séculos. Eles constituem-se, do ponto de vista nutricional, um bom exemplo de uma alimentação instintivamente bem balanceada” (OLIVEIRA et al, 1996, p.25).

Em 2006 o ITESP informou que a produção familiar dos assentados do Horto Vergel tinha grande potencialidade de desenvolvimento e mesmo com limitações, apresentava grande participação na produção de alimentos do município de Mogi Mirim. Este órgão indicava também que os Assentados do Horto Vergel comercializavam sua produção principalmente por meio de intermediários, ou atravessadores, que iam negociar e buscar o produto no próprio Assentamento e que alguns agricultores vendiam seus produtos diretamente a estabelecimentos comerciais de Mogi Mirim e ao CEASA-Campinas, entre outros (ITESP, 2006, p.43).

Em 2008 a produção agrícola dentro do Assentamento, e como também evidenciado por Miranda (2008a)³⁷, estava definida, principalmente, por produtos básicos como: mandioca, milho e feijão, no caso das lavouras; alface, cebolinha e couve no caso das olerícolas; e banana, laranja e manga, no caso das frutíferas. Nesta data (2008) não houve produção de arroz (GUERRERO, 2009).

A mesma autora indica que “A produção vegetal no Assentamento é altamente diversificada, fato que estaria gerando melhores níveis de segurança alimentar às famílias, tanto no que diz respeito à venda de produtos, como pelo autoconsumo dos mesmos...as famílias que não têm este tipo de produção, na maioria, pertencem ao nível de insegurança alimentar grave (GUERRERO, 2009, p. 4)

³⁷ O setor mais representativo em relação à produção dentro do Assentamento é o das culturas anuais e permanentes com 33,8% das citações, depois a horticultura com 16,2% e a fruticultura com 12,2% das citações.

É assim como Guerrero (2009) chama a atenção para a presença de produção vegetal nos lotes como fator determinante nos estados de SA que as famílias do Assentamento apresentam; isto quer dizer que quanto maior a diversidade agrícola melhor nível de garantia alimentar.

Posteriormente em 2011, a agricultura do Vergel estava mais consolidada e diversificada; isto, em parte, motivado pela chegada da oportunidade de venda de produtos gerada pelo Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Isto foi evidenciado por Brosler (2011, p.49):

A horticultura estava presente, no ano de 2008, em apenas 2 ha no Assentamento, sendo insignificante em termos de comercialização, representando somente o autoconsumo das famílias. Porém, esse quadro se modificou com a participação ativa de mais de 40 famílias, 50 da Associação de Pequenos Produtores Rurais - APPR no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e iniciando com a Merenda Escolar na prefeitura de Mogi Guaçu – SP. De acordo com o atual responsável pela Secretaria de Produção da APPR, o Assentamento apresenta, hoje, produções na ordem de 8ton/semana, representando a principal fonte de renda das famílias que participam.

Em 2013 o panorama agrícola do Horto Vergel é satisfatório e promissor, as famílias estão aperfeiçoando suas técnicas de cultivo, como consequência, segundo elas, da própria experiência ganhada no decorrer dos anos de trabalho. Associada à experiência assinalada, acreditasse que as capacitações realizadas aos agricultores assentados tanto pelo ITESP, como por outras diversas organizações pública e privadas, no decorrer do tempo, tenham também contribuído para esta evolução.

Em 2013, como indicado pelos assentados, evidenciou-se o incremento de famílias que se juntaram ao grupo de produtores já existentes (ver tabela 14).

TABELA 14: N° de Famílias com Produção Vegetal no Horto Vergel, anos 1997-2013

Existe	1997	2008	2013
Produção Vegetal?	Eucalipto mais frutíferas. ³⁸	1	5

Fonte: Elaboração própria em base a pesquisa secundária e dados de campo 2008, 2013.

³⁸ “algumas frutíferas como jabuticaba, laranja, goiaba e mamão” (Soares, 2005, p.48).

Mas não só cresceu o número de famílias praticantes desta atividade, esta pesquisa evidenciou que o grau de diversificação, medido em função do número de espécies plantadas nos lotes aumentou de 2008 a 2013 em 67 dos 90 lotes pesquisados. As famílias começaram a introduzir novas espécies, assim como algumas delas entraram na prática de formação de Sistemas Agroflorestais.

Em total esta pesquisa registrou 111 espécies de plantas cultivadas no Assentamento entre lavouras, olerícolas, frutíferas e medicinais. A média de plantas registradas por família é de 45 plantas de diferentes espécies; isto coincide com as análises de Araújo (2011), que em pesquisa da diversidade agrícola do Assentamento Vergel evidenciou que o número de variedade de plantas cultivadas por agricultor variava entre 7 e 54:

O número de variedades cultivadas por agricultor varia entre 7 e 54; no geral, todos os agricultores investigados possuem um conjunto bastante diverso de cultivos, contudo há agricultores que se destacam devido à maior riqueza de variedades e também maior heterogeneidade de cultivos (ARAÚJO, 2011, p. 275).

No que se refere ao tipo de produtos vegetais produzidos: lavoura, horta e pomar (Tabela 15) pode-se indicar que a participação de famílias na produção destes têm evoluído positivamente no decorrer destes anos, com destaque às famílias que produzem olerícolas.

TABELA 15: N° de Famílias assentadas produtoras dos diferentes tipos de Produtos Vegetais no Assentamento, anos 1997-2013

Tipo	1997	2008	2013
Lavoura	0	74	77
Horta	0	48	68
Pomar	0	75	85

Fonte: Elaboração própria em base a pesquisa secundária e dados de campo 2008, 2013.

Atualmente (2013) a produção vegetal, no que atinge às lavouras, está liderada pela mandioca de mesa³⁹, milho, feijão e café; no caso das olerícolas as mais representativas são a alface, couve, cebolinha, e no caso das frutíferas temos a manga, banana, limão e laranja.

³⁹ Também corroborado por ITESP (2013k).

No caminhar destes 16 anos, as famílias assentadas do Vergel foram progressivamente se engajando nas atividades agrícolas e ainda quando alguns indicam que um dos problemas da reforma agrária é o fato de entregar terra a gente que “não sabe produzir” “não sabe plantar”, “não tem experiência agrícola”, o número de famílias engajadas aqui apresentados (Tabela 15) demonstram quantitativamente, o sucesso destas famílias na atividade, sucesso que se vê refletido na melhora da alimentação e condições vida de uma população, que como visto no histórico delas, tinham que sobreviver, com menos de um quarto de salário, nas cidades.

A produção vegetal (lavoura, horta e pomar) é uma atividade praticada, hoje, por 5 das 90 famílias titulares do Vergel, as cinco famílias restantes são famílias que não têm produção nos seus lotes por motivos como: viver ainda na “agrovila”; viver no lote, mas trabalharem fora dele; estarem doentes.

O volume de produção do Vergel foi crescendo durante 1997 a 2006, mas limitado na maioria das vezes, para o autoconsumo alimentar das famílias, de 2006 para 2013 os produtores engajados, através da APPR no PAA e no PNAE, fizeram crescer animadamente seu volume de produção passando de 16ton/mês em 2010 para 20ton/mês em 2013⁴⁰.

Em 2013, quando perguntadas as famílias sobre os aspectos da produção vegetal; os comentários da maioria delas foram alentadores e ilustrativos da realidade, este fato é a maior evidência do que está acontecendo no Vergel:

- *Sentimento de autoconfiança, plenitude, fartura, alegria, diversidade...*

“eu tenho aqui tudo o que você possa imaginar”
Assentado “A”

“no sítio tem de tudo um pouco, planta aqui, planta lá... quer ver?”
Assentado “B”

“eu já nem sei o que tenho, tem tanta planta no sítio”.
Assentado “C”

“(sorrisos)... se você vai escrever, essa folha não vai dá”.
Assentado “D”

⁴⁰ Jornal da Cidade de Itapira 13/03/2010 e APPR 12 de Outubro.

- ***Sentimentos de coletividade, de intercâmbio, de compartilhamento, carinho...***

“eu tenho uma linda planta de alecrim... foi difícil para ela viver... a senhora quer levar uma muda?”.
Assentado “E”

“ a O..(amiga) me deu uma muda de imbu que trouxe da sua terra mas não pegou”
Assentado “F”

“Tenho um pé cheinho de acerola, quando vêm pa' tomá um suco da planta?”
Assentado “G”

- ***Sentimento (no contexto da humildade) de ufania, de competência, superação...***

“anote no caderno (se referindo à pesquisadora) tenho fruto de conde, eu fui o primeiro em trazer essa planta” (Assentado “H”)

- ***Pareceria que o desejo de diversificar o lote vai além do pensamento de rentabilidade...***

“Eu tenho várias plantas destas, dizem que é guaraná, mai não sei dizer, eu trouxe do sítio da F... ” (Assentado “I”)

Como dito parágrafos anteriores, a quantidade de famílias engajadas fala quantitativamente da importância da atividade vegetal na vida das famílias do Vergel; mas também existe a necessidade de somar, a este fato, a análise qualitativa da mudança de vida que este fator (produção) trouxe aos lares do Vergel: tranquilidade, segurança, autoestima, identidade; dentre outros. Estes são alguns aspectos que cresceram atrás dos números acima indicados. Acredita-se que além do empenho e motivação posto pelas famílias para conseguir se reproduzir no Assentamento, a presença do Programa PAA (com maior força que o PNAE) foi também significativamente responsável por isto.

Apesar disto, não pode-se deixar de mencionar que ainda existem muitos problemas a solucionar e caminhos a rever, estes estão principalmente associados à presença da assistência técnica para a produção, comercialização, industrialização, planejamento agrícola, assim como, a tendência que as famílias estão tendo quanto ao crescente número de famílias (49) que declararam ter como plantação mais representativa no lote a mandioca. Esta cultura, que é

importante pelo grau de “facilidade” na produção, está gerando, como todo tipo de monocultura, degradação do solo e alterando as relações sociais de produção entre as famílias assentadas.

3.4.5.2 A Produção Animal

Segundo relatado por Luca (2005) e Soares (2005); no Horto Vergel, nesse mesmo ano, as famílias já criavam animais menores como galinhas e porcos, principalmente para o consumo familiar, e vacas com fins de consumo do leite.

Como pode-se observar na tabela 16, a evolução da participação das famílias nas atividades de produção animal teve uma ascensão positiva de 2008 a 2013, sendo que em 2013 foram 67 as famílias que declararam criar algum tipo de animal para a produção no seu lote.

TABELA 16: Evolução da produção animal no Assentamento, segundo número de famílias, anos 1997-2013

Existe	1997	2008	2013
Produção Animal?	0	59	67

Fonte: Elaboração própria em base a pesquisa secundária e dados de campo 2008, 2013.

Este tipo de produção basicamente está composto por vacas, ovelhas, suínos, galinhas caipiras, peixes, perus e patos; isto se comparado com as criações de 2008 compostas por vacas, caprinos, suínos e aves, estaria confirmando o fato de 31 famílias declararem, em 2013, ter aumentado sua diversidade animal e, por conseguinte, ainda que não necessariamente, sua produção em relação a 2008.

A infraestrutura para este tipo de produção ainda é precária, mas, se comparada com 2008 pode-se afirmar que as famílias, segundo declarado, fizeram investimentos nesta área:

“arrumamos o chiqueiro”
 Família 1
 “arrumamos o curral”
 Família 2
 “fizemos um galinheiro e também curral pa' vaca”
 Família 3

O fato das famílias investirem na infraestrutura animal denota não só a importância da atividade em nível intrafamiliar, mas também as melhores condições econômicas nas quais estas se encontram.

Dentre as 67 famílias que declararam ter produção animal, 9 famílias tinham como principal atividade dentro do lote, a criação de gado leiteiro; estas famílias declararam se dedicar “quase” exclusivamente à criação deste tipo de gado com fins de venda do leite para a Cooperativa COAPIR⁴¹ de ITAPIRA. Afirma-se “quase” pelo fato que estas famílias também têm produção agrícola só que esta não é tão significativa quanto o gado leiteiro.

A atividade pecuária leiteira também é uma importante forma de reprodução das famílias assentadas. As ações da ATER, no que se refere a esta atividade, poderiam sensibilizar estas famílias à maior prática da agricultura como fonte de renda complementar; isto devido ao fato de ter evidenciado que 7 das 9 famílias acima indicadas, e que têm como principal fonte de renda a atividade pecuária, detêm nos seus lotes pouquíssimo ou nenhum tipo de produção agrícola; fato que estaria se convertendo num entrave para o desenvolvimento integral destas.

Das 09 famílias indicadas, 05 delas são famílias “novas” que ingressaram entre 2008 e 2013 ao Assentamento em substituição de 5 das 13 famílias que foram embora.

Um fato importante a ressaltar é que estas 09 famílias, quando se lhes fez a pergunta de “O Sr. gosta de ser agricultor?” responderam, na sua maioria, que elas não são agricultoras, mas sim pecuaristas. Isto estaria respondendo o fato destas possuírem pouca produção agrícola no lote, pois seu foco, como declarado, é outro.

De maneira geral, a criação de animais de pequeno porte significa para as famílias um recurso importante para a dieta alimentar, como também um recurso valioso em momentos de aperto econômico, nos quais estes podem ser vendidos. Este é o caso dos ovos das galinhas caipiras, os que são consumidos nas refeições pelo menos uma vez durante a semana e quando existe uma quantidade excedente destes são levados para o mercado de Mogi Mirim onde têm um mercado assegurado. De igual forma acontece com a produção de porcos e galinhas caipiras.

⁴¹ COAPIR Cooperativa Agropecuária de Itapira e Região

É importante destacar que este tipo de produção, a diferença da produção agrícola, não se constitui num efetivo produto para o autoconsumo diário, pois o consumo de carne de galinha, de porco e em raros casos de bovinos criados pelas famílias, é ocasional e até obedece a momentos especiais. A carne que os assentados consomem usualmente é comprada nos mercados de Mogi Mirim, sendo a carne bovina a preferida.

Comentários como “eu sou uma onça”; “eu não como sem carne”; “feijão sem carne não é legal” são algumas das evidências de que o consumo deste alimento tem se propagado e intensificado nestes últimos anos.

Aliado a isto há que destacar que no Assentamento está-se solidificando a relação entre o consumo, ou não, de carne nas refeições como símbolo de melhor status, assim por exemplo, famílias que só comem arroz e feijão conjuntamente com uma mistura, sentem-se constrangidas pelo fato de não poder apresentar alguma carne na refeição, depoimentos como “vamo a come um feijão, ma' a senhora desculpe pois não tem carne”; “a senhora passará um feijãozinho sem carne”; “feijão sempre tem, agora, carne só quando a gente compra”; ilustram o acima indicado.

No que se refere ao consumo de carne de peixe, importante indicar que nesta pesquisa dois titulares indicaram criar peixes nos seus lotes a uma escala familiar e para autoconsumo, contudo estes indicaram que têm muitos problemas para desenvolver a atividade devido à falta de conhecimento do manejo e reprodução dos mesmos, assim sendo, o consumo desta carne, principalmente, provem da compra da mesma.

3.4.5.3 A Produção Processada

Entendesse por produção processada a transformação de qualquer produto agropecuário em derivados, que podem ser bens de consumo e insumos para outros processos.

Os conhecimentos sobre processamento da produção das famílias do Vergel foram herdados através do tempo, de suas famílias de origem; ou apreendidas através dos diferentes cursos de formação que o ITESP, CATI, EMBRAPA, UNICAMP; entre outros, levaram para o Assentamento.

Estas atividades são vistas pelas famílias como atividades complementares a uma atividade principal, são atividades “para não deixar perder a produção”, atividades “para lembrar quando pequena a mãe fazia”; “para vender a um melhor preço” “para tirar mais lucro”; enfim, são muitos e acertados os entendimentos dados com respeito a este tema.

Efetivamente, os produtos processados guardam significativa importância, pois, constituem-se em alternativas de elevação de renda, devido ao valor agregado de um produto de menor preço, são produtos que podem ser estocados por seu menor grau de perecibilidade e são valiosos recursos ante algum impasse na venda da produção. Esta atividade incrementa, além de tudo, o capital humano das famílias que a praticam e se converte num exemplo de renda alternativa para as famílias vizinhas destas.

Como observa-se na tabela 17, nos primeiros anos do Assentamento as atividades produtivas não tinham nenhum grau de desenvolvimento e não pela falta de conhecimento, mas devido, principalmente, a que esta atividade guarda íntima relação com a produção agrícola que nos primeiros anos era incipiente; em 2008 foram 17 as famílias que realizavam atividades de processamento de alguma parte da sua produção.

TABELA 17: Evolução da produção processada no Assentamento, segundo número de Famílias, anos 1997-2013

Existe	1997	2008	2013
Produção a processada?	0	17	15

Fonte: Elaboração própria em base a pesquisa secundária e dados de campo 2008, 2013.

Os principais produtos processados eram o queijo, mel, compotas, óleo de eucalipto e carvão, sendo que este último pela significativa importância com relação ao número de famílias comprometidas e renda gerada será analisado separadamente em seguida.

Segundo Guerrero (2009), as famílias, quando perguntadas pela importância das atividades de processamento declararam que:

(...) processar permite-lhes guardar os produtos por algum tempo e assim, procurar melhores momentos de venda, manifestaram também que esta atividade tira a elas de “momentos de aperto” nos quais e ante a falta de dinheiro podem vender ou trocar os

produtos processados por outros e assim proteger a alimentação das suas famílias (GUERERRO, 2009, p. 53).

Em 2013, as atividades de processamento, segundo declarado, são praticadas por 15 famílias e estas estão referidas à elaboração de queijo, compotas, banana chip, mandioca chip, batata chip; farinha de mandioca, polvilho, pães, bolos, geleias, sucos; conservas diversas; enfim, nestes últimos tempos, se bem os números indicam que houve uma queda com relação ao número de famílias que declararam processar produtos, fica evidente que a queda veio acompanhada de um aumento da diversidade de produtos processados por parte das famílias envolvidas.

Importante destacar a inclinação de algumas famílias, envolvidas dentro desta atividade, na produção de farinha de mandioca para a venda. No lote de uma das 13 famílias que deixaram o Assentamento, a nova família moradora tem instalado uma microempresa para a transformação da mandioca em, principalmente, farinha. Esta microempresa além de comprar parte da produção de mandioca do Assentamento oferece trabalho para os assentados no processo de limpeza, descascado e ralado desta.

Existe também a Associação de Mulheres Agroecológicas - AMA nascida em 1997. Esta Associação está constituída por mulheres que numa fase inicial da organização, se dedicaram à venda de produtos em feiras livres de Mogi Mirim, posteriormente, em 2006, a AMA começou a produzir e vender pão, farinha de mandioca, artesanato, plantas medicinais; tudo isto com seus próprios conhecimentos, mas também com ajuda de instituições que lhes capacitaram no tema.

Atualmente as mulheres da AMA⁴² têm conformado uma empresa denominada “Marias da Terra” e por meio desta, vendem produtos orgânicos 'in natura' e processados. Este grupo de mulheres que vêm caminhando desde as origens do Assentamento, mas não sob a mesma denominação, conforma agora uma organização fortalecida sob os laços de confiança, amizade e trabalho; laços adquiridos no decorrer dos anos.

Um ponto em destaque e que acredita-se ser o que move a estas mulheres, além das urgentes necessidades de renda, é o elevado grau de motivação pelo trabalho e a grandeza das

⁴² Maiores detalhes da AMA podem ser encontrados em VASCONCELLOS (2011).

suas visões de desenvolvimento, o que de fato marca a diferença com outros grupos já formados mas que desapareceram com o tempo.

3.4.5.3.1 A Produção de Carvão

A produção de carvão inserida nas atividades de processamento é uma atividade que merece destaque, pois em 2008 constituiu-se num fator determinante da renda das famílias assentadas.

Como mostra a tabela 18, a produção de carvão no início do Assentamento e devido à presença de grande quantidade de tocos, produto do corte da madeira existente nos lotes com fins de limpeza das áreas, foi uma atividade de significativa relevância.

TABELA 18: Evolução da produção de carvão no Assentamento, segundo o número de famílias, anos 1997-2013

Existe	1997- 2004	2008	2013
Produção de Carvão?	Rápida ascensão da produção em nível familiar.	52	24

Fonte: Elaboração própria em base a pesquisa secundária e dados de campo 2008, 2013.

Este tipo de produção, desde as origens do Assentamento, foi um fator conflituoso, mas também foi um recurso rápido que ajudou as famílias a sair dos problemas econômicos que inicialmente muitas delas apresentavam; com o decorrer do tempo e como apresentado no quadro 07, o carvão foi deixando de ser produzido; as causas disto são muitas, mas prevalecem, segundo o declarado, as causas ligadas à saúde e à cada vez mais escassa disponibilidade de tocos de eucalipto os que antigamente enchiam os lotes mas que agora quase desapareceram, não só pelo seu uso na produção de carvão, mas também pela venda destes para fora do Assentamento. Tudo isto pode ser melhor entendido nas seguintes falas coletadas para esta pesquisa: “o carvão arruína a coluna”; “fiquei doente de tanto queimar”, “não tem toco para queimar”; “quando apertava o mês tinha que queimar carvão”; “era triste trabalhar com carvão”, “queimava carvão para limpar o terreno” “eu ainda queimo carvão, mas não escreva isso porque está proibido aqui no Assentamento” (Famílias Horto Vergel, 2013b)

Fazendo a análise da evolução da produção do carvão no decorrer do tempo (Quadro 07), podemos evidenciar que em 2008 foram 52 as famílias que produziam carvão, esta quantidade diminuiu a 24 em 2013.

QUADRO 07: Produção de carvão, anos 2008 - 2013

Anos	Famílias que Produzem carvão	Observações
2008	52	
2013	24	5 começaram a vender após 2008
		6 aumentaram a produção em relação a 2008 (1.600 a 10.000kg por mês)
		12 baixaram a produção em nível de "autoconsumo e eventualidades"

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013.

Com efeito, em 2008, a renda de 52 das 87 famílias entrevistadas estava fortemente alavancada pela renda vinda da venda de carvão produzido *in situ*. Em 2013, e segundo o evidenciado, o carvão não mais sustenta a renda das famílias, passando de uma atividade principal, em termos de renda, a uma atividade secundária.

No quadro 07, das 24 famílias que vendem carvão 5 são famílias que iniciaram este tipo de produção após 2008; 6 famílias vendiam carvão em 2008 e aumentaram significativamente a produção para venda em 2013, estas são famílias majoritariamente inseridas nos estratos de segurança alimentar e segurança alimentar leve, mas que encontraram na venda de carvão uma atividade lucrativa que incrementa ainda mais sua renda. Cabe ressaltar que estas famílias têm aprimorado o processo de produção com melhor infraestrutura e valor agregado ao produto, como é a venda em sacolas de diferentes tamanhos e pesos. Estas famílias têm encontrado um mercado fixo para a venda do produto.

Por último, 12 famílias, que também vendiam carvão em 2008, baixaram sua produção (em 2013) em 70% se comparada com a produção desse ano (2008), atualmente produzem carvão para “eventualidades” e consumo próprio.

Atualmente, percebeu-se, certo grau de vergonha ante a produção de carvão feita no passado, as famílias, nas suas falas, tendem a fazer uma ligação entre a pobreza e a produção de carvão. Esta subjetividade, produto, acredita-se das relações urbanas que se tecem dia a dia e sua identidade enquanto assentados, formam parte do cenário da venda de carvão e talvez seja um dos fatores limitantes na continuidade dessa atividade.

3.4.5.3.2 As Atividades não Agrícolas no Vergel

São atividades importantes na renda e na complementação dela. As atividades não agrícolas, aqui divididas em “atividades dentro e fora do Assentamento”, tiveram crescimento oposto quanto ao número de famílias que as praticam.

As famílias praticantes de atividades não agrícolas dentro do Assentamento diminuíram em relação a 2008 (Tabela 19)

TABELA 19: N° de Famílias que praticam atividades não agrícolas dentro do Assentamento, anos 1997- 2013

Existe	1997	2008	2013
Atividades não agrícolas dentro do Assentamento?	0	12	7

Fonte: Elaboração própria em base a pesquisa secundária e dados de campo 2008, 2013.

Dentre as atividades não agrícolas dentro do Assentamento praticadas em 2013, segundo declarado, eram a costura, artesanato, concerto de autos, manicure e pedicure. A queda na participação das famílias nesta atividade não significou incremento da produção ou diversificação da mesma; significou queda da participação familiar e queda da produção para a venda. As famílias indicaram que esta queda se deve ao fato de que o mercado de compra de artesanato, principalmente, caiu; isto somado à elevação do custo dos insumos fez com que esta atividade fosse limitada.

No que se refere às atividades não agrícolas desenvolvidas fora do Assentamento evidenciou-se, que houve um incremento no número de famílias que indicaram (algum membro delas) praticar as mesmas (Tabela 20):

TABELA 20: Famílias que praticam atividades não agrícolas fora do Assentamento, 2008-2013

Existe	1997	2008	2013
Atividades não agrícolas fora do Assentamento?	Existiam porém não se tem registro do número	8	22

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013.

As atividades não agrícolas praticadas fora do Assentamento são: trabalho de empregada doméstica, faxina, pintura de imóveis, mecânico, guardião e empregados temporários assalariados no ramo da metalurgia. Estas atividades não são feitas pelos titulares dos domicílios, mas contribuem no orçamento familiar destes.

3.4.6 Condições de Vida no Vergel

3.4.6.1 Moradia

Inicialmente, na fase de Assentamento, as famílias moraram em barracas de lona, não existia nenhum investimento para a melhoria destes espaços temporários. Como bem transcreve Soares (2005, p. 31) e segundo a fala do Secretário da Saúde daquela época, quando conheceu o acampamento: “era um pequeno aglomerado de barracos de lona preta com algumas casas de alvenaria”

As casas de alvenaria as quais se refere o relato são as casas da FEPASA pré-existent ao acampamento e que conformavam a agrovila.

Posteriormente e com a transformação do acampamento em Assentamento e a consequente ida das famílias aos lotes, as barracas de lona foram desaparecendo e uma nova paisagem foi se criando, paisagem na qual podia se observar as casas de madeira nos espaços definitivos definidos para cada família.

Esta madeira provinha dos eucaliptos existentes no Horto Vergel e que o governo entregou a cada família em forma de Kit de tábuas para a construção das casas nos lotes; com isto, a maioria das famílias construiu sua primeira casa de madeira, mas, o problema que aqui começou a surgir é que as ripas de madeiras se apresentavam como um risco à saúde das famílias,

pois se constituíam numa entrada para as aranhas, escorpiões, ratos, víboras, etc, além de vento e poeira, próprio de um ecossistema de eucaliptos e vegetação fechada.

Segundo Siqueira (2008), em 2003 e 2004, 77 famílias titulares receberam do INCRA o valor de R\$ 5.000,00 cada, para a aquisição de materiais para melhoria da moradia, contudo, problemas referidos ao plano de construção das casas, quantidade de material e a visão do tipo de moradia que cada família queria particularmente ter, levou às famílias ao descontentamento geral com este financiamento. LUCA (2005, p. 173) retrata, através de um depoimento, este fato:

A quantidade de tijolos que cada um recebeu era menor do que daria para construir uma casa, mas esses tijolos foram aproveitados de outras formas. Um fez galinheiro, outro um cômodo para um filho, outro ampliou a casa de madeira, outro vendeu o tijolo, outro deixou o tijolo parado no sítio, um construiu uma casa para produção de mel. Enfim, cada um aproveitou de uma forma o recurso que recebeu.

Em 2005 a maioria de casas construídas nos lotes era de madeira, mas também existiam lotes nos quais as famílias estavam construindo casas de alvenaria. Em 2008 a realidade não mudou muito com respeito a 2005, nas 153 casas existentes naquele ano, continuava-se observando que, a maioria das famílias, vivia em casas de madeira com chão de terra batida e no lugar das portas dos quartos existiam lençóis ou panos pendurados. Alguns telhados eram de madeira e outros de cimento amianto. Também existiam casas de alvenaria acabadas e por acabar. Algumas casas tinham misturado madeira e alvenaria na sua construção GUERRERO (2009).

Em 2011 a pesquisa de Brosler (2011) indicou que a questão habitacional do Vergel é de baixa qualidade devido aos problemas que a infraestrutura apresenta:

Considerando-se os aspectos de qualidade dessas habitações, a questão habitacional do Horto Vergel se caracteriza pela baixa qualidade das casas e risco à saúde pela presença de escorpião, ratos, goteiras e condições favoráveis à aparição do “bicho barbeiro” (BROSLER, 2011, p.132).

A mesma autora assinala para a tendência na construção de casas de alvenaria, isto devido ao incremento da renda, produto, indica, da inserção das famílias no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Assinala que o Estado sendo o principal provedor do direito à moradia, apresenta-se incapaz de cumpri-lo. Aponta também para a existência de uma “mudança de padrão”, em que a alvenaria é uma

referência na passagem de um padrão de vida para outro de maior “status” deixando de lado a tradição nas técnicas construtivas vistas como primitivas e decadentes.

QUADRO 08: Evolução do número de casas do Assentamento Horto Vergel, anos 1997-2013

1997-2003	Fase de Assentamento	2008	2011	2013
Barracos de lona, alguns de com taipa, pau-a-pique e adobe.	93 ⁴³ casas de madeira	153 ⁴⁴ casas (madeira e alvenaria acabada e inacabada).	158 ⁴⁵ (Madeira e alvenaria)	196 casas (madeira, alvenaria acabada e inacabada)

Fonte: Elaboração própria a partir de GUERRERO, 2009; BROSLER, 2011; e dados de campo 2008, 2013.

Em 2013 houve uma evolução marcada no que diz respeito ao número de casas construídas, ao tipo de construção e às melhoras das casas já existentes em 2008. Evidenciou-se que as novas casas construídas obedecem, dentre outras coisas, ao incremento das famílias dependentes, à subjetividade de maior “status quo” e à maior renda obtida nestes últimos tempos (Quadro 08).

O tipo de construção teve forte tendência à alvenaria em substituição da madeira e, as benfeitorias feitas às casas preexistentes estiveram baseadas na pintura, reboque de paredes, melhoria do telhado, cimentado dos pisos, dentre outras.

É evidente como desde a fase de acampamento a evolução da moradia no Vergel esteve relacionada com o desenvolvimento do mesmo; isto evidencia uma vez mais o indicado por Bergamasco (1997): (...) a construção e a reconstrução de um novo modo de vida pelos assentados inclui, em um primeiro momento, a implantação de sua moradia, quer de alvenaria, madeira ou taipa, e de formas as mais distintas: mutirão, familiar, troca de favores, etc”.

Importante destacar que os lotes do Vergel foram distribuídos, mediante sorteio, a todas as famílias, mas, como antes disso, algumas das famílias tinham se instalado nas casas pré-

⁴³ Segundo BROSLER, 2011.

⁴⁴ Segundo GUERRERO, 2009.

⁴⁵ Segundo BROSLER, 2011.

existentes na agrovila, muitas delas após receber o lote não quiseram deixar esta moradia temporária.

Segundo dados de 2008, das 87 famílias titulares entrevistadas, 12 famílias moravam na “agrovila”⁴⁶ e não tinham construído casa nos lotes; além disto, os dados informaram que 10 das 12 famílias não tinham nenhuma atividade produtiva no lote. Evidenciou-se também que estas 10 famílias moravam em situação de Insegurança Alimentar; sendo que quatro destas encontravam-se em insegurança alimentar grave (Quadro 09):

QUADRO 09: Situação das famílias titulares moradoras da agrovila 2008-2013

Famílias titulares	Moradia 2008	Moradia 2013
1	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Nova famílias assentada, mora no lote
2	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote
3	Mora agrovila + Alguma Act. Prod. no lote	Mora no lote e agrovila + Act. Produtivas
4	Mora agrovila + Alguma At. Prod. no lote	Mora no lote + Act. Produtivas
5	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Nova famílias assentada, mora no lote
6	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote
7	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote
8	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora na agrovila e está trabalhando no lote
9	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora no lote, ainda não tem produção Agrícola
10	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora no lote + Act. Produtivas
11	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora no lote + Act. Produtivas
12	Mora agrovila + Sem Act. Produtiva no lote	Mora no lote + Act. Produtivas

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

Em 2013 a situação mudou significativamente, do total destas 12 famílias, duas delas não moram mais no Assentamento; cinco continuam morando na agrovila, mas duas delas já têm construído casa nos seus lotes e têm atividades produtivas no mesmo. As outras quatro famílias restantes, que em 2008 moravam na agrovila, atualmente moram nos seus lotes, desenvolvem atividades produtivas e estão inseridas nos programas de venda de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos. Finalmente havia uma família que mora no lote, mas não produz nada nele, a situação desta família, segundo lideranças do Horto Vergel, está sendo revista por parte do ITESP, pois possivelmente este lote seja transferido a outra família.

Como evidenciado, de uma infeliz situação na qual as famílias do Vergel não tinham um teto sob o qual viver, moravam embaixo das pontes, pagavam aluguel, moravam nos quintais de

⁴⁶ Conjunto de casas deixadas pela Ferrovia Paulista – FEPASA, que desenvolvia trabalhos no Vergel antes deste se converter em Assentamento.

amigos, eram moradores de rua, etc., passa-se para uma situação na qual as famílias, já apropriadas do espaço, têm mais de uma casa para viver, escolhem o material para a construção, o tipo de acabamento e deixam rolar seus sonhos de casa ideal. Mas, qual seria o destino destas famílias se não tivessem lutado pelo sonho de uma vida digna? O que haveria acontecido se não tivesse ocorrido a reforma agrária no espaço que agora é o Horto Vergel?.

3.4.6.2 Saúde

O tema da saúde tal como conceituado pela Organização Mundial da Saúde -OMS, não só é um Estado de ausência de doenças e sim um Estado de perfeito bem estar tanto físico, mental, como social (OMS, 2013L).

O Brasil possui 1,8 médicos por cada mil habitantes, esta distribuição não é igualitária no total dos Estados sendo que existem Estados que estão abaixo da média indicada. Já São Paulo possui 2,49 médicos por cada mil habitantes, situação privilegiada frente à maioria de estados brasileiros (MDS, 2013M).

O repasse Federal a estados e municípios em 2013, cresceu de 26 para mais de 34 bilhões nestes últimos 4 anos. A ampliação tem o objetivo de melhorar o atendimento qualificado e o acesso da população a recursos tecnológicos para diagnóstico e tratamento. São Paulo, Estado que possui um dos cinco maiores tetos de média e alta complexidade, obteve aumento de 21% (de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 7,5 bilhões).

Além disto, o Ministério da Saúde em 2011 definiu estratégias e ações para dar acesso à saúde a públicos específico, como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – PNSIPCF, cujo objetivo visa desencadear ações de melhoria do acesso aos serviços da rede pública conveniada para a redução dos riscos à saúde decorrentes do trabalho no campo. Esta política define também o fortalecimento do sistema de vigilância em saúde, do monitoramento e da avaliação tecnológica sobre problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos e transgênicos (BRASIL, 2013N).

Segundo PORTARIA Nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2013N) institui-se a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta -PNSIPCF; definidos assim como os:

(...) povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados, predominantemente, com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo, como: camponeses; agricultores familiares; trabalhadores rurais assalariados e temporários que residam ou não no campo; trabalhadores rurais assentados e acampados; comunidades de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens; outras comunidades tradicionais; dentre outros.

Esta política é um ganho a mais que traz novas esperanças de um melhor serviço para a população do Vergel que mesmo tendo acesso a um posto de saúde está descontente com o serviço. Tal constatação coincide com a Pesquisa Qualidade de Vida nos Assentamentos da Reforma Agrária- PQRA do INCRA (2010z) a qual indica que do total de famílias assentadas no Brasil, 56% destas estão descontentes com o acesso a hospitais e postos de saúde, confirmando com isto o desafio da universalização da saúde, especialmente no meio rural e nas regiões norte e nordeste.

Relembrando a história, a saúde foi, para a população do Horto Vergel, uma das principais bandeiras de luta após se acampar. Segundo Soares (2005), em março de 1998 e graças à disposição política do momento e o altruísmo de profissionais de saúde, foi inaugurado o “Posto de Saúde 12 de Outubro”; sendo que as primeiras atividades desenvolvidas pela equipe foram a vacinação e vermifugação de crianças, combate à desnutrição e o atendimento clínico básico. Em 2000 a assistência médica se institucionalizou. Segundo esta mesma autora, até 2005, as principais doenças diagnosticadas foram hipertensão, diabetes, doenças coronárias, hanseníase, infecção de pele, infecção respiratória, pneumonia, desnutrição; problemas dentários, obesidade, depressão, problemas musculares e dores de coluna.

Ainda com o posto de saúde funcionando as famílias do Vergel indicam que sempre trataram seus problemas de saúde com produtos alopáticos e com plantas medicinais que usualmente produzem nos seus quintais. Este fato também foi evidenciado em Soares (2005) desde o começo da conformação do Assentamento.

Atualmente a saúde no Assentamento é atendida, como mencionado, por um posto de saúde que oferece serviço limitado de atendimento ao público as quartas e sextas feiras das 9h00 até às 14h00, este fato aliado à falta de dentista e a falta de aparelhos especializados de saúde são a base das críticas e desconformidade dos assentados ante os serviços oferecidos.

As famílias do Vergel têm acesso à saúde por meio do Programa Saúde Família- PSF. Fora do Assentamento às famílias recorrem às instâncias de saúde de Mogi Mirim e Itapira, seja por encaminhamento dos médicos do Vergel ou por emergências fora dos horários e dias de atendimento do posto.

No que diz respeito à percepção da qualidade da saúde, pode-se ver (tabela 21) que no Vergel 39 dos 90 titulares percebem que sua saúde é “regular”; 27 titulares indicaram que sua saúde é “boa” e os 24 restantes indicaram ter uma saúde “ruim”. Como observado, no decorrer do tempo a percepção respeito à saúde tem tido mudanças próprias da dureza do trabalho no campo e pelo processo natural de envelhecimento.

TABELA 21: Percepção da qualidade de saúde dos titulares assentados, anos 1997- 2008- 2013

Saúde	1997	2008	2013
Boa	82 ⁴⁷	30	27
Regular		48	39
Ruim		9	24
Total	82	87⁴⁸	90

Fonte: Elaboração própria com base em dados Soares (2005) Guerrero (2009) e dados de campo 2013.

Estes dados não seguem a tendência apresentada na PNAD 2009 (IBGE, 2013C) que indica que dos 190,00 milhões de pessoas residentes no Brasil 77,3% auto avaliaram seu Estado de saúde como “muito bom ou bom”; 18,9% como “regular” e 3,8% como ruim. Os homens do Brasil auto avaliaram seu Estado de saúde como melhor do que as mulheres.

Neste mesmo relatório, na análise por regiões, a Região Sudeste, onde está inserido o Vergel, foi a que apresentou o maior percentual de pessoas que consideravam seu Estado de saúde como “muito bom ou bom”. No estado de São Paulo as estatísticas mostraram que 81,28% da população considera seu Estado de saúde como “muito bom ou bom”. Neste Estado os moradores de áreas urbanas apresentaram um percentual de autoavaliação “muito bom ou bom” maior ao dos moradores de áreas rurais, isto pode estar ligado ao fato de que quanto maior o

⁴⁷ Dado ITESP 2006 referido ao número de famílias assentadas na data de regularização do Assentamento, dado foi confrontado com dados de campo 2013.

⁴⁸ 87 famílias titulares (das 90 existentes) entrevistadas em 2008.

rendimento mensal domiciliar 'per capita', maiores são os percentuais de pessoas que avaliavam seu Estado de saúde como “muito bom ou bom”.

A análise de percepção do Estado da saúde da PNAD identificou também que à medida que a idade das pessoas aumenta a percepção de “muito bom ou bom” diminui. No Horto Vergel este último fato, e como já mencionado, é um dos responsáveis de que em termos gerais, as percepções enquanto à saúde estejam sofrendo mudanças negativas.

Outro fator que pode ter contribuído para a variação da percepção da qualidade da saúde são as doenças crônicas indicadas pelos titulares do Assentamento.

No que se refere às *doenças crônicas*⁴⁹ o panorama da saúde 2008 informa que do total da população residente no Brasil, 31,3% das pessoas afirmaram ter, pelo menos, uma doença crônica. As Regiões Sul (35,8%) e Sudeste (34,2%) foram as que apresentaram os maiores percentuais de pessoas com, pelo menos, uma doença crônica. Foi observado também que a percentagem de mulheres com doenças crônicas é superior ao dos homens, e, em relação à idade, foi observado que a proporção de pessoas com doenças crônicas crescia conforme aumentava a faixa etária. Na região de São Paulo um terço da população manifestou ter uma doença crônica.

O Panorama da Saúde 2008 (IBGE, 2010O) colocou em evidência que, do total Brasil, quanto maior o rendimento mensal domiciliar 'per capita', maior é o percentual de pessoas que responderam ter ao menos uma doença crônica e destas as mais frequentemente identificadas foram a hipertensão (14,0%) e doença de coluna ou costas (13,5%), seguidas da artrite ou reumatismo (5,7%); bronquite ou asma (5,0%); depressão (4,1%); doença de coração (4,0%) e diabetes (3,6%).

No Estado de São Paulo do total de pessoas que declararam ter alguma doença crônica a maioria delas manifestou ter, pelo menos, uma doença crônica identificada. Segundo o Plano da Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo (BRASIL, 2013P); no período de 2000-2009, as doenças do aparelho circulatório mantiveram-se como a primeira causa de mortalidade entre os paulistas, sendo responsáveis por cerca de 30% dos óbitos.

⁴⁹ Ver IBGE, PNAD (2008). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad98/saude/metodologia.shtm>>.

O Horto Vergel, como se sabe, está inserido no Estado de São Paulo e não escapa às estatísticas acima indicadas (Tabela 22):

TABELA 22: Principais problemas de saúde dos titulares do Vergel segundo diagnóstico médico oferecido, anos 2008-2013

Problema de Saúde	2008	Problema indicado	2013	Problema indicado
Sim	34	Hipertensão, diabetes, gastrite, úlceras estomacais, colesterol alto, hipotensão, varizes, úlceras gástricas, doença de chagas, distúrbio bipolar, asma, artrose, depressão, dores lombares, hanseníase, anemia.	45	Hipertensão, diabetes, gastrite, colesterol alto, hipotensão, úlcera gástrica, varizes, úlceras gástricas, doença de chagas, distúrbio bipolar, asma, artrose, depressão, dores lombares, tiroides, osteoporose, artrose, hanseníase.
Não	53		45	
Total	87		90	

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013.

Como visto na tabela 22, os problemas da saúde, segundo declaração dos titulares, se incrementaram passando de 34 titulares com queixas de alguma doença para 45 titulares com estes e outros problemas.

Em 2013 a maioria de doenças enunciadas em 2008 continuou-se evidenciando; os casos de anemia de 2008 foram superados assim como também incrementou o número e tipo de doenças declaradas.

Uma questão muito importante e que foi evidenciada em ambas as pesquisas, foi o problema de hipertensão, na maior parte dos titulares entrevistados; este problema se incrementou em 2013, provavelmente, pelas mudanças no tipo de vida e alimentação que à sua vez são reflexos das melhoras econômicas pelas quais as famílias estão passando, como também são reflexos da fraca consciência que os assentados têm a respeito aos cuidados da saúde e à importância da alimentação saudável e adequada.

Este fato estaria sendo refletido na morte (entre 2008 e 2013) de 8 pessoas do Assentamento, entre elas 3 titulares; 1 esposa de titular; 1 filho de titular e 3 outros dependentes

das famílias. Os motivos destas mortes foram principalmente câncer, e o acidente vascular cerebral - AVC que acarretou em óbitos e problemas coronários.

O motivo de apresentar estes dados é para respaldar o fato de ter evidenciado que os declarantes que informaram ter recebido diagnóstico de algum problema de saúde dos acima indicados, especialmente os hipertensos, na sua maioria, não estão tomando maiores providências, no que respeita ao controle através dos fármacos administrados, nem às mudanças no tipo de vida e na qualidade alimentar; os resultados disto já estão sendo evidenciados através das tristes perdas acima indicadas assim como também, através, da diminuição da percepção da qualidade da saúde.

Observa-se que o Estado está chegando (ainda que com deficiências) ao Vergel por meio do posto de saúde, mas o problema se mantém pela parte dos assentados que, possivelmente devido à pouca consciência da gravidade dos problemas da saúde, não têm desenvolvido uma cultura de prevenção e cuidado da mesma, o que consequentemente está relacionado ao fraco entendimento da qualidade da alimentação e suas repercussões no ser humano. Isto também evidencia a desarticulação das políticas de saúde com as políticas de escolaridade, de saneamento, etc.

3.4.6.3 Renda

Estabelecer a renda dos assentados, e também como evidenciado por Siqueira (2008)⁵⁰, é difícil, pois esta é tremendamente variável e está sujeita às externalidades. Quando se fala de renda, não se está falando de uma quantidade mensal constante de dinheiro no bolso das famílias assentadas, pois como bem informado por estas, o que menos eles têm é dinheiro “vivo”, a renda dos assentados está em função das vendas de produtos que não são diárias. Ilustremos isto com um exemplo:⁵¹

No mês “x” da colheita de mandioca (anual) o assentado ganha 1.000 reais, estes 1.000 reais entram no bolso do assentado nesse mês “x” como renda bruta; esta renda bruta após tirar

⁵⁰ “É necessário salientar, que o cálculo da renda gerada pela produção familiar é extremamente complexo e, invariavelmente, um dado impreciso. Não só os dados de preços e rendimentos se tornam difíceis, visto que o assentado vende em diversos momentos, como também a própria quantidade vendida é costumeiramente imprecisa”. SIQUEIRA (2008, p64).

⁵¹ Exemplo com quantidades irreais que só servem para ilustrar o tema.

todos os gastos embutidos na produção da mandioca, baixa para 700 reais, constituindo-se na renda líquida. Temos então que uma família assentada só produz mandioca, em média terá uma renda de 700 reais por ano para sobreviver; isto tirando fora as possibilidades de adversidades climáticas, de solo, de pragas, etc. Sendo assim, e em função a desta variabilidade, fica evidente que as rendas variam muito no tempo, tanto que a renda deste mês não pode ser a renda do próximo e assim por diante.

A composição da Renda do Vergel em Guerrero (2009), assim como na pesquisa atual, está baseada na informação oferecida pelas famílias entrevistadas, informação que foi posteriormente organizadas para fins da pesquisa. Sendo assim, a renda total aqui analisada está composta por: renda bruta do lote (inclui renda da produção vegetal, animal, venda de carvão, produtos processados, artesanato); renda proveniente de trabalhos fora e dentro do Assentamento; renda do Programa Bolsa Família; a renda do Programa de Aquisição de Alimentos, a renda do Programa Nacional de Alimentação Escolar, renda do Programa Bolsa Jovem, renda do auxílio doença e renda por aposentadoria.

Antes de começar a vida no Assentamento e segundo dados de Luca (2005), 52,50% das famílias do Assentamento trabalhavam como assalariados temporários na atividade agrícola a partir da qual obtinham sua renda enquanto o restante realizava atividades relacionadas ao comércio ou serviços (principalmente na construção civil).

Segundo relatos dos assentados para a pesquisa, os salários obtidos pelos chefes das famílias antes de acampar eram ínfimos e mal dava para se sustentar, assim confirma o relato do assentado “J”; um dos mais prósperos do Horto Vergel: “Antes de nos vi pra aqui moravam na ponte, fazia alguns bicos que ajudavam só a manter a vida, pois, o dinheiro não dava pra moradia nem nada, os fios chorava, tinha dia pa' come outro dia não”.

Na fase de organização e acampamento os atuais assentados tiveram que deixar de exercer todo tipo de trabalho, pois, a luta pela terra assim o exigia, muitos sobreviveram com suas poucas poupanças; em alguns casos um membro da família não ia para o acampamento, ficava trabalhando fora e com a renda obtida sustentava a família que estava em luta.

Com o decorrer dos anos e as atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento e fora deste, as rendas foram-se incrementando e criando sinergias positivas para a reprodução e dignidade familiar.

Como se pode observar na tabela 23, em 2008, a renda familiar mensal média declarada pela maioria das famílias esteve entre 0,5 a 1,9 sm. Em 2013, a renda média familiar em termos gerais teve uma evolução positiva, pois, as famílias se distanciaram da linha de pobreza, mesmo assim, evidenciou-se que a maioria delas vivem com menos de 2 salários mínimos e 8 conseguem obter rendas iguais ou maiores de 4 salários mínimos.

TABELA 23: Renda média mensal familiar, anos 2008 -2013

Comparando a renda mensal com salário mínimo.	Renda média mensal em 2008⁵²	Num. Famílias	Renda média mensal em 2013⁵³	Num. Famílias
- de 0,4	Menos de R\$ 206,5	10	Menos de R\$ 338,00	2
0,5 - 0,9	De R\$ 207,5 a R\$ 414,00	23	De R\$ 339,00 a R\$ 677,00	15
1,0 – 1,9	De R\$ 415,00 a R\$ 829,00	33	De R\$ 678,00 a R\$ 1355,00	41
2,0 – 2,9	De R\$ 830,00 a R\$ 1244,00	11	De R\$ 1356,00 a R\$ 2033,00	18
3,0 – 3,9	De R\$ 1245,00 a R\$ 1659,00	7	De R\$ 2034,00 a R\$ 2711,00	6
4,00 a +	R\$ 1660,00 ou +	3	De R\$ 2712,00 ou +	8
	Total	87		90

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013.

Na análise da evolução da renda apresentada na tabela 24, pode-se evidenciar que a renda bruta total do Assentamento (declarada pelos assentados) duplicou entre os anos 2008 e 2013 (de R\$56.501,00 a R\$124.026,00); por conseguinte a renda média familiar também se incrementou e, se comparada esta renda média familiar com salários mínimos o resultado foi de 1,56 salários mínimos em 2008 e 2,03 salários mínimos em 2013. É através disto que se chega a concluir que a renda média familiar melhorou em 2013 na ordem de R\$ 317 se comparada com a renda 2008.

⁵² Considera o valor do salário – mínimo em 2008 de R\$ 415,00.

⁵³ Considerando-se o valor do salário - mínimo de R\$ 678,00 em 2013.

A renda média familiar do Vergel em 2013, em termos comparativos, significa a metade da renda familiar média das famílias do município de Mogi Mirim indicada pelo SEADE (2013) como de R\$2.640, em 2010.

TABELA 24: Análise da evolução da renda, anos 2008-2013

Detalhe	2008	2013
Renda Total do Assentamento R\$	56501,00	124026,00
Num. Famílias	87,00	90,00
Renda Média Familiar R\$	649,44	1378,07
Salário Mínimo	415,00	678,00
Renda Média Familiar (em salários mínimos)	1,56	2,03
Melhora na renda média em R\$ em 2013		317,06

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013.

A renda no Vergel é um fator importante, mas não determinante no desenvolvimento familiar. Esta teve, no decorrer do tempo, variações positivas que não só podem ser analisadas através dos números mostrados, pois atrás destes, se esconde toda uma série de explicações qualitativas que põem em evidência o real significado das variações.

Os fatores determinantes da renda em 2008 foram diferentes dos observados em 2013. Em 2008 as rendas da venda de carvão, venda de produtos agrícolas como a mandioca e as ajudas do governo, eram determinantes na composição da renda. Em 2013 a renda da venda de produtos agrícolas e pecuários, assim como as atividades fora do Assentamento são os fatores que estão pesando mais na renda das famílias.

Como indicado, em 2008, a renda de 52 das 87 famílias entrevistadas estava fortemente alavancada pela renda vinda da venda de carvão produzido *in situ*. Em 2013, são 24 as famílias que complementam suas rendas com a venda deste produto, destas; 5 começaram a vender carvão após 2008; 6 aumentaram sua produção em relação a 2008 de 1.600 – 10.000kg por mês e, 12 baixaram a produção de carvão em nível de “autoconsumo e eventualidades”.

As formas de pagamento das compras dos bens adquiridos pelas famílias constituem-se, também, numa outra variável indicativa da melhora da economia das famílias do Vergel; sendo assim observa-se através da tabela 25 que em 2008, 50 famílias compraram seus bens à vista; 30

a crédito “parcelado” e 7 na forma de cadernetas. Em 2013 temos que 77 famílias indicaram pagar seus bens consumidos à vista e 13 à crédito. Atualmente nenhuma família trabalha com o sistema de cadernetas até porque a modalidade já está em desuso.

Não se conta com a informação quantitativa das formas de pagamento nas primeiras épocas de vida do Assentamento, mas se infere, pela tendência evidenciada, que as modalidades “à crédito” e “cadernetas” eram as modalidades mais usadas na compra dos bens.

TABELA 25: N° de Famílias de acordo com a forma de pagamento dos bens consumidos, anos 1997, 2008 e 2013

Forma de Pagamento	1997	2008	2013
À vista	Sem Inf. ⁵⁴ .	50	77
À crédito	Sem Inf.	30	13
Caderneta	Sem Inf.	7	0

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013.

Como indicado, além da produção vegetal e animal, uma das variáveis que estão contribuindo, em 2013, na melhora da renda das famílias do Assentamento é a ampliação da pluriatividade, especialmente a pluriatividade fora do Assentamento. Como visto na tabela 26 e segundo o declarado, o número de famílias que indicaram trabalhar fora cresceu no decorrer dos anos.

TABELA 26: Pluriatividade fora do Assentamento, anos 1997-2013.

Lugar de trabalho	1997	2008	2013
Trabalha fora do Assentamento	Sem Inf.	8	22

Fonte: Elaboração própria com dados de pesquisa 2008 e 2013.

A tabela 26 aponta para uma maior pluriatividade das famílias do Assentamento em relação a 2008. As famílias pluriativas segundo Schneider (2003), são famílias que habitam o meio rural e optam pelo exercício de diferentes atividades não agrícolas, mantendo sua moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural, sendo que a renda destas atividades “complementaria” a renda agrícola, possibilitando assim a permanência das famílias no campo, mantendo seu *status quo* e também capitalizando suas

⁵⁴ Existiam famílias utilizando estas formas de pagamento porem não se tem registro do número delas.

propriedades de modo a torná-las mais competitivas, dentro do novo formato de produção agrícola.

No Vergel o incremento das famílias pluriativas com respeito às monoativas pode estar guardando íntima relação com o desenvolvimento das capacidades dos integrantes das famílias com idade de trabalhar, produto, dentro de outras coisas, da escolarização dos filhos, do acesso a cursos de capacitação recebidos pelas diversas instituições que intervêm no Assentamento e o maior contato com recursos tecnológicos como telefonia e a internet.

A pluriatividade segundo Schneider (2006) também pode estar ligada ao número de integrantes da família assim como aos contextos sociais e econômicos em que se encontram as famílias:

Um aspecto importante que ajuda a explicar a diferenciação quanto à condição de atividade dos agricultores, mono ou pluriativos, refere-se ao número de membros pertencentes à família. As famílias com maior número de pessoas são as que, em maior proporção, combinam as atividades agrícolas com outras atividades. O maior número de membros se apresenta como um fator explicativo da pluriatividade quando conjugado com as outras variáveis como a escolaridade, a área total de terra disponível e superfície explorada. Essa informação indica que a pluriatividade pode estar fortemente relacionada ao ciclo demográfico da família. Ou seja, à medida que os filhos (as) das famílias monoativas atingem a idade de trabalhar e alcançam maior grau de escolaridade tendem a se tornar pluriativos. Não obstante, embora não tenha sido analisada neste trabalho, a variação da pluriatividade também está relacionada ao contexto social e econômico em que se encontram as famílias (SCHNEIDER, 2006, p.22).

No Assentamento Vergel pode-se evidenciar o afirmado por Schneider (2006) no que diz respeito ao fato de que as famílias pluriativas são as que melhores rendas possuem, com efeito, as oito famílias que detêm rendas maiores a 4 salários mínimos, além de ter uma produção agropecuária diversificada (a que exerce o maior peso na sua renda) estão inseridas em outros mercados adicionais ao PAA e PNAE, vendem carvão (em média 5 t/mês.), desenvolvem atividades de processamento, assim como também realizam múltiplos serviços fora do Assentamento.

No que diz respeito à renda verificou-se que há uma maior proporção de famílias pluriativas nos estratos superiores de renda, enquanto as famílias monoativas têm rendimentos totais inferiores. Nestes casos, além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo, através do acesso a rendas não agrícolas. A diversificação dos rendimentos permite maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros (SCHNEIDER, 2006, p.22).

Finalmente, no Vergel a pluriatividade é importante no peso da renda familiar, contudo esta não significa o maior peso na renda das famílias. Usualmente é praticada pelos filhos e estes com a renda obtida ajudam no orçamento do lar.

3.4.7 A (In)Segurança Alimentar⁵⁵

A tabela 27 mostra a evolução da (In)Segurança Alimentar das famílias, sob a metodologia da EBIA, no decorrer dos 16 anos de vida do Assentamento. Como se pode observar, a maioria das famílias do Vergel passou, no decorrer da sua história, por diferentes estágios de (In)segurança alimentar, desde a vivência da fome até níveis de garantia alimentar. De fato na memória destas famílias ficará sempre latente o receio da (In)segurança alimentar vivida, mas por outro lado, o fato de ter vivenciado esta experiência negativa, converte-se em um fator de alarme, ante os possíveis riscos com a falta de alimentos, dos quais e por natureza humana elas tenderão a se afastar; além disto, acredita-se que ter vivenciado a fome e a preocupação ante a falta de alimentos converte-se também num fator motivador das mudanças de conduta em prol de uma vida melhor.

TABELA 27: N° de Famílias em termos de evolução dos níveis de (In)segurança Alimentar no Assentamento Horto Vergel, anos 1997-2013

Níveis	(IN)SA 1997	(IN)SA 2008	(IN)SA 2013
SA		30	63
IAL		31	22
IAM		17	2
IAG	250	9	3
Total	Todas as famílias acampadas nesse ano ⁵⁶	87 famílias Titulares	90 Famílias titulares

Fonte: Elaboração própria com base em LUCA (2005); GUERRERO, (2009) e dados de campo 2013.

Adentrando-nos no processo de evolução da (In)SA no Assentamento temos que, no início deste, a falta de alimentos para comer e dinheiro para comprá-los era um aspecto que permeava as relações sociais das famílias, dos mediadores e dos externos.

⁵⁵ O tema da (In)segurança Alimentar - (IN)SA será tratado no seguinte capítulo.

⁵⁶ Dado assumido em base a depoimentos de LUCA (2005)

Segundo o indicado por Luca (2005), a questão alimentar, na fase de acampamento dependia da solidariedade de entidades públicas e da população urbana, as quais através de doações de alimentos ajudavam às famílias, que não contavam com nenhum recurso, a não passarem fome.

O depoimento de uma liderança tomado por Soares (2005, p.27) pode ilustrar o tema da alimentação e a sobrevivência das famílias nos primeiros anos do Assentamento:

Depois de 98 quando foi feito o cadastro do INCRA então começou vim uma cesta básica da Conab, é, só que é uma cesta básica, assim, arroz, feijão, farinha de trigo, uma coisinha assim, mais assim só pa' tapá buraco, né!?. E aí o pessoal sobrevivia mais do que eles tinha, de doação, de campanha que nós fazia nas cidade vizinha aí, então a gente começo a viver mais dessa forma, aí depois, que foram pro lote aí começaram a plantar, produzi, tal, aí já melhora mais a situação (W.D.).

Ante isto, poder-se-ia afirmar, utilizando o conceito da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que 100% das famílias assentadas, nos primeiros anos de vida do Assentamento, viveram não só a Insegurança Alimentar Grave, pois todos tinham vivenciado a quebra de padrões alimentares e até fome, também, viveram profundas situações de estresse ante a falta de tudo, incluso a falta do reconhecimento e apoio da sociedade e da mídia que, muitas vezes, as adjetivava negativamente.

Soares, (2005, p.33, **grifo nosso**), em relação ao acima indicado, relata que nas fases iniciais do Assentamento:

O combate à *desnutrição* aconteceu com o auxílio da multimistura (mistura de farelos nutritivos) distribuída pela Pastoral da Criança, da Igreja Católica, e com os polivitamínicos doados pela prefeitura. Além das orientações relacionadas à alimentação, as *famílias* também eram incentivadas a plantar. As crianças foram *vacinadas e vermifugadas*. As famílias *receberam alimentos, roupas, calçados*, obtidos por meio de doações, a partir de uma campanha organizada por membros de um Centro Espírita.

Segundo Guerrero (2009), a qual analisa o tema da SA das famílias titulares assentadas do Horto Vergel sob a metodologia da EBIA, em 2008 a (In)SA era como segue: 30 famílias apresentando segurança alimentar, estas famílias não tinham nenhuma restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; 31 famílias vivenciavam a insegurança alimentar leve; 17 a insegurança alimentar moderada e 9 famílias a insegurança alimentar grave, ou seja, estas 9 famílias vivenciavam evidentes quebras dos padrões usuais de alimentação assim como altas possibilidades de ocorrência de fome.

Atualmente, nesta pesquisa, evidenciou-se uma gratificante mudança nos níveis de (In)SA existentes em 2008, das 90 famílias titulares assentadas entrevistadas, 63 delas vivem em segurança alimentar - SA, 22 em insegurança alimentar leve – IAL; 2 em insegurança alimentar moderada- IAM e 3 em insegurança alimentar grave – IAG (destas 3 famílias em IAG, 2 delas pertencem às 9 famílias que vivenciaram este mesmo problema em 2008). A terceira família é uma família que em 2008 vivia em condições de segurança alimentar e caiu, em 2013, para IAG; assume-se, que isto se deveu ao fato do titular ficar doente, a família trabalhar fora do Assentamento e ninguém produzir no lote.

Estima-se importante mencionar também que, atualmente, das 9 famílias assentadas que se encontraram em IAG em pesquisa 2008, 3 venderam o lote e já não moram no Assentamento; 2 famílias ascenderam para o nível de IAL Leve; 2 famílias antigas e atuais moradoras da agrovila continuam a não desenvolver atividades de diversificação agrícola no seu lote e encontram-se na mesma condição de IAG que em 2008 e, finalmente 2 famílias ascenderam ao nível de SA.

Os resultados acima assinalados condizem com a realidade de outros Assentamentos do Estado de São Paulo como os pesquisados por Oliveira coord. (2013) quem em base à análise da (In)segurança alimentar de 406 famílias evidenciou que 276 (68%) vivem em condições de segurança alimentar; 83 (20,4%) em insegurança leve, 28 (6,9%) em insegurança moderada e 4 (1%) em insegurança grave.

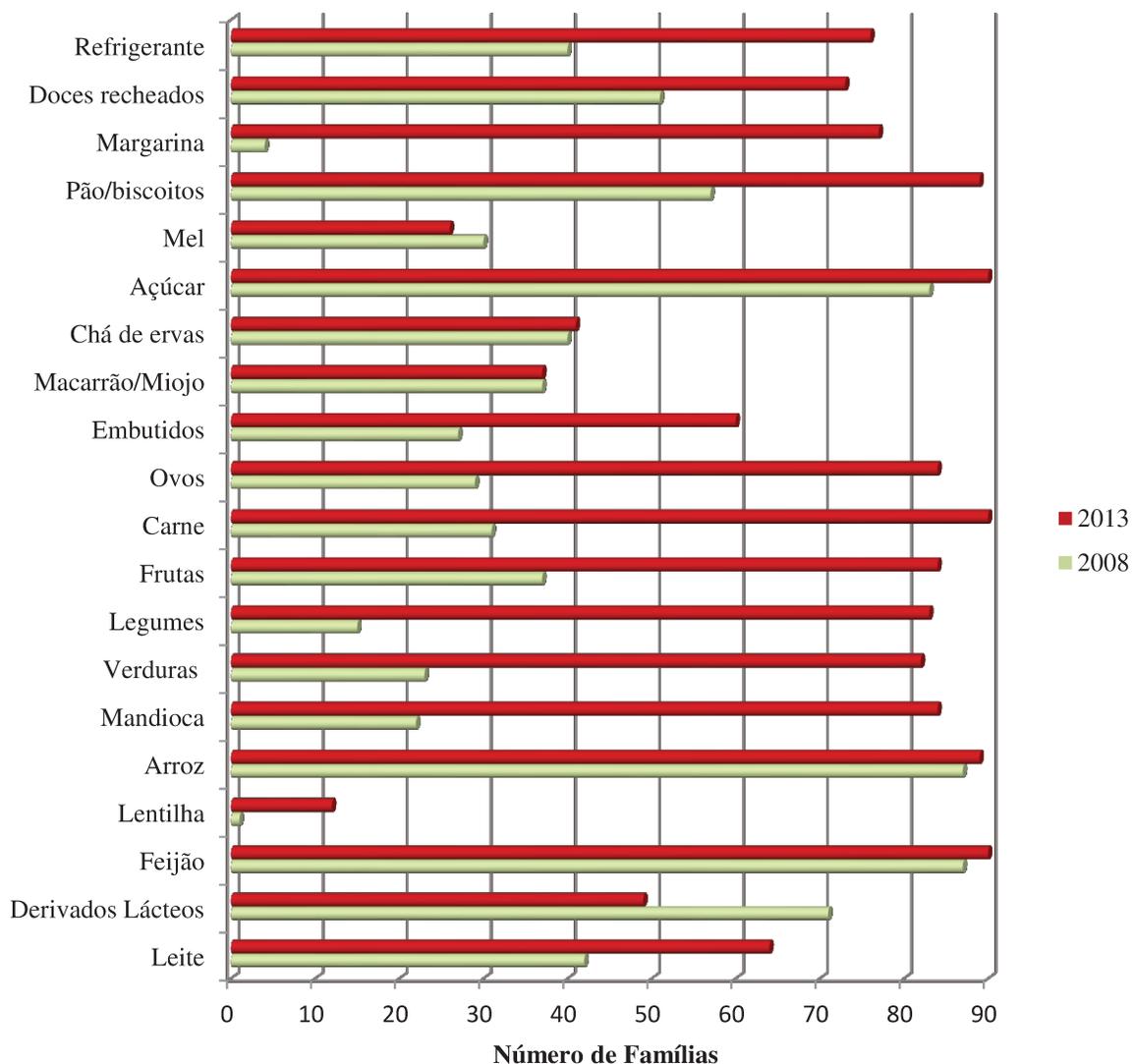
3.4.7.1 O que comem os Assentados do Vergel

Ao aprofundar um pouco mais nas características da alimentação que as famílias do Vergel têm, pode-se afirmar que desde as origens do Assentamento a base da alimentação das famílias do Vergel é composta, principalmente, pelo arroz e feijão que bem como retrata Santos e Ferrante (2003) e Oliveira et al, (1996). São alimentos, que formam uma mistura alimentar que se encontra presente na mesa das famílias de quase todas as regiões do país, e em todos os estratos de renda, sendo significativamente responsáveis pela oferta de calorias e proteínas da população.

Aliado ao arroz e feijão outros alimentos são incorporados a essa mistura em função das características culturais da família, da escolaridade dos membros, das influências externas ao

meio, da produção agropecuária e da renda. Assim sendo, e querendo conhecer as características alimentares das famílias assentadas no decorrer dos anos 2008 e 2013 apresenta-se o gráfico 04:

GRÁFICO 04: Alimentos consumidos pelas famílias assentadas na semana de referência. 2008-2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

O gráfico 04 mostra que em 2008 a alimentação das famílias, durante a semana de referência, esteve composta, em ordem de prioridade por feijão, arroz, derivados lácteos principalmente o queijo; pão e biscoitos; leite, doces recheados, refrigerante, chá de ervas

plantadas nos quintais, frutas, macarrão ou miojo⁵⁷, carne, mel, ovos, embutidos, verduras, mandioca, legumes, margarina e lentilha. Basicamente o prato do almoço estava composto por arroz e feijão alguma fruta ou o suco dela.

Em 2013 as prioridades alimentares, em termos de tipo de alimentos consumidos, mudaram; as famílias durante a semana de referência declararam consumir, em ordem de preferência, feijão, carne, arroz, pão, mandioca, frutas e ovos, legumes, verduras, margarina, refrigerantes e doces recheados, leite, embutidos, derivados lácteos, chá de ervas, macarrão ou miojo, mel e lentilha. Um prato de almoço estava composto por feijão, carne, arroz, mandioca, verdura, e fruta ou suco dela.

O açúcar usado para adoçar o café (consumido diariamente e várias vezes ao dia), e chá, em ambos os anos foi usado por todas as famílias durante todos os dias da semana de referência.

Os alimentos adicionais ao arroz (que é comprado) e o feijão (que é majoritariamente plantado); são: mandioca, alface ou cebolinha ou algumas vezes tomate; no que diz respeito aos alimentos de origem animal, os ovos de galinha (criadas nos quintais) constituem-se num recurso importante consumido por todas as famílias pelo menos uma vez por semana; dentre as carnes, a preferência de consumo é a carne de porco, seguida da carne bovina. Está claro que esta preferência não supera o costume de consumir uma galinha caipira em momentos especiais.

Atualmente e no que corresponde ao consumo de carne de frango, é importante destacar que existe uma subjetividade de “status” no consumo da mesma, comentários como: “como frango quando a renda está acabando”, ilustram o fato de consumir este produto em função da renda do domicílio.

Esta última colocação se mostra antagônica ao depoimento tomado por Soares (2005, p.48): “A carne de frango é mais consumida que a vermelha e ambas são compradas”.

A contradição existente nestas constatações revela que os costumes alimentares têm sido modificados, no decorrer do tempo e com o incremento, dentre outras coisas, da renda e as melhores condições de vida que as famílias agora detêm.

⁵⁷ Nome brasileiro dado ao macarrão instantâneo.

As frutas plantadas nos quintais dos assentados constituem-se também num importante recurso na alimentação destes e até no subjetivo das famílias estas estão atreladas à sobrevivência em tempos de escassez: “na família nois não passa fome, não se tem dinheiro no bolso, ma' fome a gente não passa pois tem fruta aqui fruta lá” (Assentado “K”)

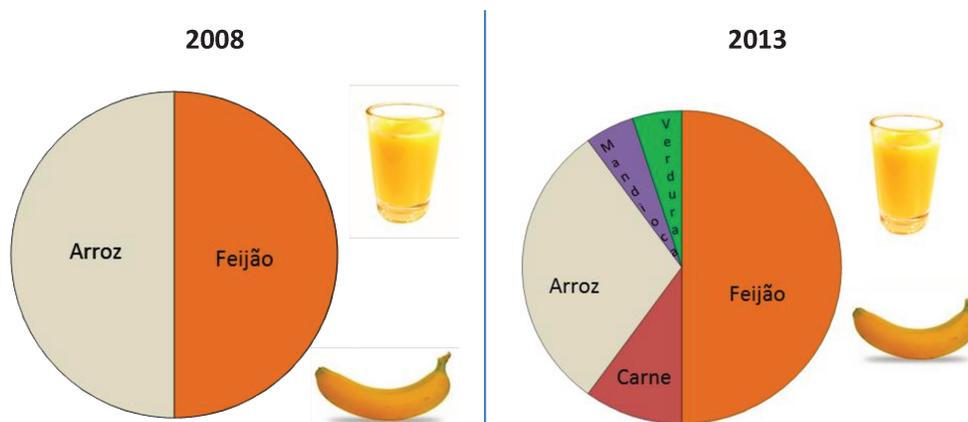
Outra constatação feita no Assentamento é que ter dinheiro não é garantia de estar bem alimentado; esta constatação vai da mão com o enunciado por Oliveira et al, (1996) que indica que a maior disponibilidade de renda contribui com o aumento da diversidade de alimentos comprados, mas não com a quantidade de alimentos básicos e com a qualidade nutricional da alimentação.

Isto foi evidenciado nesta pesquisa após ter observado que, no Assentamento, existem titulares solteiros que trabalham arduamente nos seus lotes e que por isto detém importantes rendas. Quando entrevistados, pôde-se observar que estes se alimentam de arroz e feijão, que preparam 2 a 3 vezes por semana, bebem refrigerante e comem alguma fruta. Ficou evidente que estes assentados não dão importância à qualidade alimentar, incluindo aqui as frequências alimentares. Eles usualmente tomam um café de manhã baseado em café preto e pão e almoçam após o meio dia uma refeição como a acima indicada. Estes assentados não costumam jantar.

Um fato positivo a destacar é que, atualmente, o entendimento sobre a importância de uma alimentação equilibrada e saudável, através do consumo de alimentos de qualidade, tem atingido a um número maior de famílias com respeito a 2008, mas embora o panorama alimentar tenha mudanças positivas, existe a necessidade de uma reeducação alimentar que fortaleça a ideia do consumo de alimentos com teores baixos de açúcar e incremente o consumo de frutas e vegetais em adição ao arroz e feijão.

(...) há necessidade de programas direcionados para a educação alimentar que ressaltem a importância do consumo de frutas e vegetais adicionados à mistura do arroz e feijão, e redução do consumo de açúcares no momento da compra dos alimentos que farão parte do cardápio diário das famílias (SEGALL-CORREA e SALLES-COSTA, 2008, p.73).

FIGURA 04: Composição alimentar média do almoço das Famílias do Vergel, anos 2008-2013.



Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2008 e 2013.

3.4.8 As Percepções dos Assentados do Vergel sobre sua qualidade de vida

Tratar as percepções dos assentados converte-se numa forma de respaldar, através das falas destes, os resultados e as evidências da pesquisa feita. Estas percepções estão carregadas de significados e singularidades, não exatamente respondem uma pergunta mas deixam entrever muitos aspectos do cotidiano das suas vidas.

a) Sobre os desejos para o futuro:

Os titulares do Vergel estão carregados de desejos para o futuro dos seus filhos. Em depoimentos dados para esta pesquisa (e transcritos com a maior originalidade), pôde-se observar que estes desejos são muito variados (ver quadro 10), e em geral evocam à preocupação pela saúde, trabalho, estudo, renda, moradia, agricultura, lote, identidade e permanência na terra. Desejos estes, que na verdade são reflexo da memória e do ideal que estes pais almejavam e almejam nas suas vidas e talvez o motor que lhes levou a enfrentar a dureza das condições que o novo espaço lhes ofereceu.

QUADRO 10: O futuro desejado para os filhos.

“Um melhor estudo” “Mas estudo” “Estudem fora daqui” “Estudem na cidade” “Que façam curso” “Que tenham trabalho”	“Que vivam no lote” “Que continuem aqui na terra” “Que voltem pra o sítio” “Que sejam agricultores” “Que fiquem no lote, mas eles não querem” “Que voltem à roça”	“Que não sejam agricultores” “Que fiquem fora daqui, pois o Assentamento é para quem não têm mais onde ir”. “Que seja melhor que eu”
“Que tenham saúde e felicidade” “Que tenham saúde e trabalho”	Qual o futuro que o Sr(a) deseja para seus filhos?	“Que seja o melhor jogador de futebol”
“Que tenham um bom trabalho” “Que tenham emprego fora e continuem na terra” “Que tenham boa renda” “Que tenham vida boa”	“Que trabalhem e tenham família aqui no campo” “Que estudem fora e que fiquem aqui” “Que tenham oportunidades”	“Depende deles” “Que sejam independentes” “Que sejam trabalhadores e lutem pelo que sonham” “Que participem de um projeto de jovem”

Fonte: Elaboração própria, dados de campo 2013.

Os titulares também têm desejos pela frente (Quadro 11), e ainda quando através destes podemos evidenciar que já não destacam os desejos básicos para sua vida (moradia, trabalho, etc.), pois de uma ou outra forma já foram alcançados ou estão em processo de alcançá-los, existem no seu inconsciente desejos e necessidades para uma vida melhor e de acordo com a idealizada por eles.

QUADRO 11: Os Desejos dos Assentados Titulares Entrevistados.

Quais os sonhos que o Sr(a) tem para sua vida?	"Aqui não tem sonhos, aqui tem pé acima da gente".
	"Ajuda do Governo".
	"Arrumar casa, ter carro, trabalhar fora".
	"Arrumar o lote".
	"Comprar caminhão para venda de verduras".
	"Casa boa e gado bem tratado".
	"Ter casa na cidade e melhor condição no campo".
	"Cercar “sítio”, arrumar a casa”.
	"Comprar carro".
	"Trabalhar em Campinas".
	"Comprar fazenda".
	"Comprar trator".
	"Ter um bom poço".
	"Comprar vacas".
	"Construir casa boa e viver no lote".
"Ter título da propriedade e mais recurso".	
"Fazer destilaria para capim limão".	

"Fazer leiteira".
"Fazer casa grande e bonita".
"Fechar o lote com arame".
"Fechar sítio, fazer casa pra filho"
"Filho continue estudando e termine".
"Força e saúde para ajudar filhos".
"Ir pra cidade".
"Não tenho mais sonhos".
"Dinheiro para investir".
"Mais trabalho e carro novo".
"melhorar e sair do aperto econômico atual".
"Montar empacotadora".
"São muitos, não dá para falar".
"Não sei não".
"Não tenho mais sonhos sem meu esposo comigo".
"Não tenho, aqui no Assentamento não tem cara mais rico .que eu!"
"O senhor verá".
"Pagar dívida".
"Plantar mais e mais".
"Sair do Assentamento".
"Ter casa na cidade e condições para viver nela".
"Saúde e paz".
"Ser motorista, comprar trator".
"Meus sonhos estão fora Assentamento".
"Ter casa na cidade e condições para viver nela".
"Ter vacas e trator".
"Terminar casa e fazer outra".
"Terminar casa, trabalhar mais no sítio, ter carro".
"Trabalho, saúde, comprar maquinas".
"Ver meus filhos crescidos".
"Viajar".
"Viver no lote, comprar casa fora".

Fonte: Elaboração própria, dados de campo 2013.

Estes depoimentos carregados de significados também dão uma luz no que diz respeito ao desejo de permanência de algumas famílias no Assentamento.

b) Sobre sua vida após chegar ao Assentamento:

Adentrando-se mais no mundo das percepções, as quais estão intimamente ligadas à memória e vida dos entrevistados, pôde-se observar que a maioria das famílias do Vergel sente que sua vida é melhor do que a que tinham antes de serem assentados. Esta é uma evidência que se dá em nível de todos os Assentamentos do Brasil e que foi apresentada em Bergamasco (1997) e na PQRA do INCRA (2010z). (Tabela 28):

TABELA 28: Percepção da qualidade de vida após chegar ao Assentamento.

Como o Sr(a), avalia sua vida após chegar ao Assentamento?	
Boa	53
Regular	31
Ruim	5
NS/NR	1
Total	90

Fonte: Elaboração própria, dados de campo 2013.

Quando perguntados sobre os aspectos que melhoraram sua vida após chegar ao Assentamento, as respostas foram contundentes e marcadas pelas experiências de vida destes:

O Sr.(a) poderia dizer quais aspectos da sua vida melhoraram após chegar ao Assentamento?

- Renda.
- Alimentação.
- Moradia.
- Tranquilidade.
- Saúde.
- Respeito entre as pessoas.
- Não ter patrão.
- Tudo.
- Tudo menos segurança.
- A vida está se mantendo.
- Quase nada.
- Nada.
- Segurança da vida.
- Tudo menos lazer e segurança.

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

c) Sobre o caminhar do Assentamento:

Os entrevistados pensam, de maneira geral, que a situação da vida das famílias do Assentamento é de regular a boa (Tabela 29):

TABELA 29: Percepção da situação de vida das famílias do Vergel.

Na opinião do Sr(a), qual a situação de vida das famílias assentadas do Vergel?	
Boa	22
Regular	53
Ruim	10
NS/NR	5
Total	90

Fonte: Elaboração própria, dados de campo 2013.

d) Sobre os responsáveis do futuro da família:

A responsabilidade do futuro familiar segundo os entrevistados depende de toda a família, esta ideia permeia as relações intrafamiliares e gera importantes sentimentos de responsabilidade entre os membros da família. Este pensamento se constitui, de fato, numa variável que impulsionará a consolidação total destes (Tabela 30):

TABELA 30: Percepção sobre os que seriam responsáveis do futuro da Família.

Na opinião do Sr(a), o futuro da sua família depende de quem?	
Chefe da família	23
Toda a família	47
Governo	16
Outro	4
Total	90

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

e) Sobre a apropriação do espaço:

Os entrevistados, embora exista a preocupação dominial, gostam de viver no Assentamento. Eles já se apropriaram do seu espaço de vida, o que se constitui numa outra chave no seu processo de desenvolvimento (Tabela 31):

TABELA 31: Percepção sobre a apropriação do espaço.

O Sr(a) gosta de viver no Assentamento?	
Sim	83
Não	6
NS/NR	1
Total	90

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

f) Sobre a condição de se chamar “assentado”:

Quando perguntados si gostam de se chamar assentados a maioria respondeu que “sim”, mas uma quantidade de entrevistados (12) respondeu que gostariam de ser chamados de agricultores, pois a fase de Assentamento, segundo eles, já passou. Indicaram também que não gostam de se chamar assentados porque muitas pessoas lhes chamam de “pé vermelho”; e “sem terra” denominação, que a seu ver, é uma ofensa, pois eles no momento de ganhar a terra deixaram de ser “sem terra” (Tabela 32):

TABELA 32: Percepção sobre ser chamado de “Assentado”.

O Sr(a) gosta de se chamar assentado	
Sim	68
Não	12
NS/NR	10
Total	90

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

g) Sobre o futuro dos filhos na agricultura do lote:

Esta pergunta que demandou, na maioria dos entrevistados, de uma pausa na entrevista como prévia à resposta, evidenciou que existe um encontro de sentimentos e percepções por parte dos titulares entrevistados; 38 manifestaram desejar que seus filhos sejam agricultores no lote. Entretanto, 17 deles manifestaram que seu desejo é que os filhos saiam do lote para “uma nova

vida”. Houve também um significativo número de titulares que não responderam à pergunta feita e isto, acredita-se, não ser porque não saibam a resposta, mas por questões e desejos intrafamiliares que não desejaram revelar (Tabela 33):

TABELA 33: O Assentado e o desejo de futuro para seus filhos.

O Sr(a) deseja que seus filhos sejam agricultores no lote	
Sim	38
Não	17
NS/NR	16
Não aplica	19
Total	90

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

3.4.9 Políticas de Proteção Social e de Fortalecimento da Agricultura Família

3.4.9.1 O Programa Bolsa Família – PBF

O PBF que unifica quatro programas de transferência de renda: bolsa escola, bolsa alimentação, programa de erradicação do trabalho infantil e o vale gás (IBASE, 2012); foi criado pela Lei N° 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2012Q) e regulamentado pelo Decreto N° 5.209/2004 (BRASIL, 2012q) com as posteriores modificações. Trata-se de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias brasileiras em situação de pobreza (renda mensal por pessoa entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00) e de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00). Em síntese, o programa atende famílias brasileiras com até R\$140,00 de renda per capita familiar.

O valor do benefício repassado mensalmente pelo Programa é pago, de preferência, às mães e depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda; os benefícios são específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

QUADRO 12: Tipos de benefícios do PBF segundo montante familiar assinado.

Benefício	Valor (R\$)	Enquadramento Familiar
Básico	70,00	Famílias extremamente pobres com renda mensal por pessoa menor que R\$ 70,00
Variável	32,00	Famílias com crianças dos 6 aos 15 anos de idade
Variável Jovem	38,00	Famílias com filhos de 16 a 17 anos de idade
Gestantes e nutrízes	32,00	Famílias com gestantes ou famílias com crianças de 0-6 meses em sua composição
Superação da extrema pobreza	Valor médio de R\$ 85,41	Calculado segundo cada caso, mas calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza

Fonte: Elaboração própria com base em Paiva. L. H (2013).

O Programa, que atualmente integra o Plano Brasil Sem Miséria criado em junho de 2011 segundo decreto N° 7.492 (BRASIL, 2013R), possui três eixos principais: *a transferência de renda*, que visa a promoção e alívio imediato da pobreza; *as condicionalidades*, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e por último, *as ações e programas complementares*, que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Estas condicionalidades se baseiam em compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Programa quanto pelo poder público, que deve zelar pela ampliação do acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos: saúde, educação e assistência social.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Segundo o MDS (BRASIL, 2013S), os resultados obtidos nesta área até fevereiro de 2012 são 73% de acompanhamento do público, o qual se constitui no melhor resultado da série iniciada em 2005, com 80% das crianças vacinadas e 99% das gestantes com pré-natal em dia.

Na área de educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. O MDS (BRASIL,

2013S), indica que em março do mesmo ano, 97% das crianças e jovens acompanhados cumpriram com a frequência escolar exigida.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devêm participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

As condicionalidades, segundo Cotta (2010), se configuram como um sistema indutor, que tende a afetar o comportamento dos membros adultos das famílias vulneráveis, por meio da associação de um prêmio financeiro a decisões consideradas socialmente ótimas, como o investimento na saúde e educação das próximas gerações. Além disso, há que considerar que o comportamento das famílias pode estar limitado por aspectos como a baixa qualidade da educação pública ofertada e a necessidade de ampliação, qualificação e democratização dos serviços públicos de atendimento à saúde (MENEZES; SANTARELLI, 2012).

Dentre as conquistas do Programa, evidenciaram-se o empoderamento e a mudança entre as relações de gênero tradicionais tanto em nível de domicílio como de comunidade, assim como, gerou impactos positivos na alteração das atitudes das famílias no que se refere à nutrição e, educação de crianças, vacinação e consultas de pré-natal (PAES-SOUSA, 2013; MENEZES; SANTARELLI, 2012).

Desde o ponto de vista das políticas públicas brasileiras, o programa Bolsa Família é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora por si só não garanta o cumprimento dos seus objetivos. Ante isto Menezes e Santarelli (2012) indicam a necessidade de manter e aprofundar o programa, articulando-o a outras políticas públicas capazes de atacar problemas como a falta de saneamento básico e de acesso ao mercado formal do trabalho (IBASE, 2008), pois, de fato, e como a mesma entidade reafirma, no campo das políticas públicas, faltam ainda instituições que cumpram a parte que lhes corresponde, particularmente nas áreas de educação, saúde e assistência social (MENEZES; SANTARELLI, 2012).

Segundo o MDS (BRASIL, 2013S), até maio de 2013 foram 13.773.316 famílias beneficiadas pelo PBF no Brasil. Deste total, e segundo o Programa Brasil Sem Miséria -PBSM

(BRASIL, 2013S), 1.502 famílias pertenciam ao município de Mogi Mirim (sede do Assentamento Horto Vergel). Inseridas dentro destas famílias beneficiárias de Mogi Mirim encontram-se 19 famílias do Assentamento Horto Vergel cuja participação nos últimos cinco anos tem sofrido variações (Tabela 34):

TABELA 34: Participação das Famílias assentadas no PBF, anos 2008 a 2013

Resposta	N° de Famílias 2008	%	N° de Famílias 2013	%
Sim	43	49,43	19	21,11
Não	34	39,08	70	77,78
NS/NR⁵⁸	10	11,49	1	1,11
Total	87	100,00	90	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2008 e 2013.

Como observado na tabela, entre os anos 2008 e 2013 houve mudanças quantitativas na participação das famílias assentadas no PBF. Em 2008, 43 famílias titulares assentadas declararam ser beneficiadas pelo PBF. Este número caiu para 19 famílias em 2013. Das 19 famílias que atualmente participam do programa, 15 são famílias que também participavam do Programa em 2008.

Quando indagados os motivos que as 28 famílias tiveram para deixar de participar do programa, as respostas foram: o não recadastramento, a idade dos filhos (porque os filhos cresceram e o sistema as eliminou como beneficiárias), algumas famílias foram embora do Assentamento, e outras porque saíram do enquadramento de beneficiários do BF, ou seja, foram famílias que saíram da pobreza.

Importante destacar que, em 2008, as famílias titulares do Assentamento que declararam participar do Programa e até a data (2008) terem se passado quatro anos da criação do PBF com a consequente unificação dos programas acima indicados, as famílias não estavam cientes das mudanças e confundiam (embora não tenha sido a maioria), o PBF com o Programa Bolsa Escola. Nesta oportunidade verificou-se também que existiam erros quanto à focalização do programa, pois 7 famílias que se beneficiavam do programa, e segundo os dados de renda oferecidos por elas mesmas, não estavam enquadradas como famílias em pobreza, nem em

⁵⁸ Não sabe ou não responde à pergunta.

extrema pobreza. No que diz respeito às condicionalidades impostas às famílias, assim como, os compromissos do poder público em relação ao Programa, evidenciou-se que as famílias não estavam cientes das obrigações do Programa. Aliado a isto, à dificuldade de acesso à educação (o Assentamento não tem escola) e saúde (o posto de saúde do Assentamento Vergel só atende algumas horas durante a semana) faziam que o Programa não gerasse os impactos esperados.

As famílias que declararam ser beneficiárias do PBF em 2013 foram comparadas com a lista de beneficiários socializada pelo MDS (2013T)⁵⁹ para o Município de Mogi Mirim, observou-se que existia uma diferença de 4 famílias a mais em relação à lista do MDS, isto possivelmente ocorreu pelo fato das famílias terem se cadastrado no Município de Itapira ou por desatualização do cadastro único.

Tentando aprofundar nos motivos da não participação das famílias titulares do Assentamento no Programa Bolsa Família, evidenciou-se segundo o declarado que: 4 famílias sentiam que não precisam do benefício, 7 não fizeram o cadastro no Programa, 59 famílias indicaram não participar por não ter filho e/ou não ter filho dentro a idade; e 1 família não soube responder (Tabela 35):

TABELA 35: Motivo da não participação da Família no PBF em 2013

Motivos	Núm. Famílias
Não precisa	4
Não fez cadastro	7
Sem filho e/ou sem filho dentro a idade.	59
NS/NR	1
Sub total	71
Participam	19
Total	90

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

Ficou claro que as famílias que indicaram não participar do Programa (71) são famílias que têm um conhecimento limitado do PBF. As famílias, na sua maioria, só entendem o programa como um Programa dirigido a “famílias pobres com filhos pequenos”. Este entendimento só é certo no que diz respeito ao fato de ser um programa dirigido às famílias

⁵⁹ Disponível em <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp>

pobres e extremadamente pobres, pois como visto, o PBF tem vários tipos de benefícios segundo o enquadramento familiar.

Dentre as famílias que responderam não participar do Programa por não precisar, por não ter feito cadastro e a família que não soube responder, evidenciou-se a existência de certo ar de suficiência, desdenho e até vergonha de se sentir possíveis beneficiários. As falas de alguns assentados corroboram isto:

“vixi Maria! aqui temos pa' comé” (assentado “L”)
“a gente não precisa ainda” (assentado “M”)
“aqui não tem ocioso” (Assentado “N”)

Tudo o que a tabela 35 traz denota que ainda quando o PBF, com 10 anos de vida e do qual se preconiza que em 2014 acabará com a pobreza no Brasil, tem problemas no que se refere à socialização do seu verdadeiro alcance, fato que estaria gerando a não inclusão de potenciais beneficiários alvos. Este fato é reafirmado pelo MDS (2013a), que indica que em município de Mogi Mirim (sede do Assentamento Vergel) a cobertura cadastral é inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar a todas as famílias que fazem parte do público-alvo, é necessário realizar ações de “Busca Ativa” acompanhada de ações para melhorar a qualidade das informações registradas no Cadastro Único.

Outro ponto importante que se evidenciou é que entre os anos 2008 e 2013, no Assentamento, o conhecimento⁶⁰ do PBF evoluiu significativamente, passando de 13 famílias que não conheciam o programa para 53 famílias que conheciam o mesmo (Tabela 36):

TABELA 36: Conhecimento do PBF no Assentamento Horto Vergel, 2008 a 2013

Resposta	N° de Famílias 2008	%	N° de Famílias 2013	%
Sim	13	14,94	53	58,89
Não	62	71,26	36	40,00
NS/NR	12	13,79	1	1,11
Total	87	100,00	90	100,00

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013

⁶⁰ Quando falamos de conhecimento do PBF estamos falando do grau no qual as famílias conhecem sua posição respeito ao Programa e, de maneira geral, os benefícios e condicionalidades que este apresenta.

O fato do maior número de famílias assentadas declararem conhecer o programa indica que estas famílias têm uma ideia geral parcial do programa - “famílias pobres com filhos pequenos”. Embora esta ideia tenha, em parte, certo grau de veracidade, denota a existência do desconhecimento dos verdadeiros alvos e enquadramento dos beneficiários do Programa.

A tabela 37 mostra a renda monetária total mensal das 25 famílias beneficiadas em 2008 e 19 em 2013. Os números mostram um leve incremento em 2013, mas fazendo a análise em nível de número de famílias beneficiárias, tem-se que em 2008 a renda média por família participante do PBF era de R\$ 51,00, enquanto que a renda média por família participante em 2013 era de R\$ 118,00.

TABELA 37: Renda monetária total mensal obtida pelas famílias beneficiárias do PBF, anos 2008 e 2013

	2008 (43 Famílias)	2013 (19 famílias)
Renda Total mensal (R\$)	2186,00	2236,00

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2008, 2013

Entende-se que a veracidade da renda informada pelas famílias pode estar comprometida por vários fatores, como o receio das pessoas de indicar a renda ou outros fatores gerados com a pesquisa e pesquisador. Contudo, a tabela 37 ajuda a ter uma ideia do porque se preconiza que o BF está acabando com a extrema pobreza no Brasil e em especial no Assentamento Horto Vergel.

Das Famílias que participam do Programa:

Quando perguntado às famílias sobre o uso que estas dão ao benefício recebido pelo PBF (Tabela 38), a maioria delas (11) indicou que o dinheiro entra indiscriminadamente na renda total da família e é utilizado para cobrir várias necessidades, que vão desde o lazer até alimentação. Neste grupo houve duas famílias que indicaram que o dinheiro do BF é entregue à criança beneficiada, para que ela o use da forma que quiser, incluído aqui o pagamento da renda mensal do telefone celular. Isto estaria sendo uma mostra dos problemas de focalização que o Programa ainda apresenta.

TABELA 38: N° de Famílias de acordo com os usos que dão ao dinheiro recebido do PBF

Usos do dinheiro do PBF	Num. De Famílias
Vários	11
Alimentação	8
Total	19

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2013

Evidenciou-se também que oito famílias utilizam o dinheiro do Programa só para a compra de alimentos para a casa. Estas famílias possivelmente são famílias que precisam verdadeiramente do dinheiro para sair dos apertos econômicos diários.

Quando perguntado às famílias a respeito ao alívio que o dinheiro do PBF traz para seus gastos mensais (Tabela 39); 16 famílias indicaram que este dinheiro alivia efetivamente os seus gastos mensais e 3 famílias indicaram que a renda é “tão baixa” que não alivia em nada os gastos mensais. Estas famílias estão inseridas dentre as que ainda não entenderam o real sentido do Programa e possivelmente nem tenham gerado mudança de atitudes em função das condicionalidades.

TABELA 39: Percepção do alívio dos gastos mensais através da renda do PBF

O PBF alivia seus gastos mensais	Num. De Famílias
Sim	16
Não	3
Total	19

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

No que diz respeito ao conhecimento e cumprimento das obrigações (Tabela 40); 16 famílias mostraram conhecer parcialmente⁶¹ as obrigações do Programa e cumprem totalmente com as mesmas, já outras 3 famílias indicaram não conhecer com exatidão as obrigações do Programa e não estar cumprindo com as mesmas.:

⁶¹ Conheciam algumas das principais obrigações.

TABELA 40: Conhecimento e cumprimento das obrigações do PBF

Conhece e cumpre com as obrigações do PBF	Num. Famílias
Sim	16
Não	3
Total	19

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

O fato das famílias não conhecerem, nem cumprirem com as condicionalidades é um fato decorrente da não socialização do Programa pelos setores correspondentes, assim como, a débil presença do Estado através dos setores de educação e saúde no acompanhamento destas famílias. Espera-se que as últimas inovações do programa do ano de 2012, como detalhadas em Paiva (2013), em matéria de acompanhamento, ajudem a resolver estes problemas.

3.4.9.2 O Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA com o Governo Federal e constituído como uma ação estruturante no contexto do programa Fome Zero foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 de 2003 (BRASIL, 2013U) no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O PAA tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em condições de insegurança alimentar e nutricional, bem como promover a inclusão econômica e social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Para o alcance desses objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com prioridade para povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e *assentados da Reforma Agrária*, agricultores familiares pobres e suas organizações, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e em vulnerabilidade social, atendidas tanto pela *Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição* (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos), assim como aqueles atendidos pela *Rede Socioassistencial* (escolas, associações

beneficentes, associações comunitárias, creches, centro de convivência de idosos, Associação de apoio a portadores de necessidades especiais, centro de reabilitação de dependentes químicos).

O Programa, para o cumprimento dos seus objetivos, é desenvolvido em diferentes modalidades (modificadas desde o decreto inicial de criação). Em 2013, segundo Decreto nº 8.026, de 06 de junho de 2013 (BRASIL, 2013u), as modalidades do PAA, assim como, os limites assinados foram estabelecidos como segue:

I) Compra da agricultura familiar com doação simultânea - modalidade baseada na compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA - GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Limite de participação de R\$ 5.500,00 por ano por unidade familiar. Se fornecerem por meio de organizações e segundo o tipo de produto enquadrado no decreto⁶², o limite passa a ser de até R\$ 8000,00 por unidade familiar/ano.

II) Compra Direta da Agricultura Familiar - compra baseada em produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos. Tem limite de participação de R\$ 8.000,00 por ano por unidade familiar.

III) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores. Tem limite de R\$ 4.000,00 por semestre por unidade familiar.

IV) Apoio à Formação de Estoques - modalidade baseada no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos. Tem limite de participação de R\$ 8.000,00 por ano e unidade familiar.

⁶² R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nas aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade, ou nas aquisições em que, pelo menos, cinquenta por cento dos beneficiários fornecedores participantes da proposta estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, nos termos definidos pelo GGPAA; ou (Incluído pelo Decreto nº 8.026, de 2013).

V) *Compra Institucional* - consiste na compra da agricultura familiar, voltada para o atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Limite de R\$ 8.000,00 por ano e unidade familiar.

VI - *outras modalidades definidas pelo GGPAA* - com limite de R\$ 8.000,00 por ano.

Como visto, o Programa, através do seu leque de modalidades, contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar; promove o abastecimento alimentar, por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a agrobiodiversidade, a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva o consumo de alimentos regionais e hábitos alimentares saudáveis, assim como, estimula o associativismo dentre a comunidade; além das vantagens indiretas que estas modalidades fomentam.

No que diz respeito aos recursos para operacionalizar o Programa, este é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA. O Programa define suas diretrizes através de um Grupo Gestor conhecido como GGPAA; grupo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto por mais cinco Ministérios: Ministério da Fazenda; Planejamento Orçamento e Gestão; Agricultura, Pecuária e Abastecimento (representado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB); Desenvolvimento Agrário e Educação (representado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE) (BRASIL, 2012V).

O PAA, que é operacionalizado pela CONAB, Governos Estaduais e Municipais; instrumentaliza e fortalece o papel do Estado na promoção do direito a alimentação e garantia da segurança alimentar e nutricional, mediante o apoio à estruturação de sistemas públicos de abastecimento, contribuindo assim para concretizar a implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar.

No Brasil, as estatísticas da CONAB (2012) mostram que os recursos repassados pelo MDS para a operacionalização do PAA são maiores que os recursos repassados pelo MDA. Desde 2003 a evolução dos recursos repassados por estes dois órgãos para a execução do PAA

tem sido na ordem de R\$ 272.490.388 em 2003 e R\$ 586.567,131 em 2012, uma diferença de R\$ 314.076,743 (Tabela 41).

Neste mesmo ano e do total de recursos repassados, 22% foram distribuídos na região Sudeste, o que corresponde a 5% menos recursos repassados se comparados a 2008. No estado de São Paulo, a quantidade (em toneladas) de produtos adquiridos em 2012, assim como, o número de fornecedores cresceu em relação a 2008 em 29.375t e 11.499 fornecedores, respectivamente.

Em 2012, no estado de São Paulo, foram cinco as comunidades (das oito registradas) participantes no PAA; destas, 52% são comunidades de Assentamentos rurais, 46% comunidades de agricultores familiares e 2% são comunidades quilombolas, pescadores artesanais e as comunidades extrativistas.

TABELA 41: Operacionalização do PAA

PAA	2008	2012
Recursos aplicados na aquisição de alimentos R\$ (Brasil)	272.490.388	586.567.131
% recursos aplicados na Região Sudeste	27%	22%
Produtos adquiridos (t) em São Paulo	23.752	53.127
Nº Participantes Fornecedores (São Paulo)	7.024	18.523
Tipos de comunidades participantes (São Paulo)		05
Comunidades Assentadas em São Paulo		9.613

Fonte: Elaboração própria com dados da CONAB (2008) e CONAB (2012).

Dentre as comunidades assentadas participantes do PAA no Estado de São Paulo encontra-se o Assentamento Rural Horto Vergel, que através da articulação CONAB e Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro - APPR, vende, principalmente, sua produção sob a modalidade “Compra da agricultura familiar com doação simultânea”. Há que indicar que a participação das famílias titulares do Vergel no Programa tem evoluído positivamente no decorrer dos anos. A presença da APPR tem exercido papel fundamental neste processo.

Segundo as evidências encontradas por Luca (2005), Siqueira (2008) e Guerrero (2009); bem como nos depoimentos dos assentados do Vergel, na etapa prévia à participação das famílias

no PAA, a comercialização dos produtos, tanto agrícolas, como pecuários e artesanais era realizada internamente entre os mesmos assentados; por meio de atravessadores que buscavam as mercadorias no lote e nas feiras realizadas nos Municípios de Mogi Mirim e Itapira, próximos ao Assentamento.

A primeira grande oportunidade de inserção dos assentados ao PAA veio por meio da APPR em 2007, com o cadastramento no programa de 52 famílias titulares, as quais começaram a fornecer seus produtos agrícolas a partir de 2008.

Os depoimentos indicam que em 2007 houve uma grande expectativa, por parte das famílias assentadas, ante os benefícios do Programa, nas palavras do depoimento do assentado “O”: “quando a notícia da venda de produtos, todo o pessoal ficou doidinho por plantá, depois que a gente viu como o produto apodrecia na terra e o dinheiro não veio rápido nem na quantidade tudo foi descontento”

Nessa primeira experiência de produção e venda -que vivenciaram os assentados do Vergel- sob a perspectiva de venda assegurada dos produtos, participação ativa numa organização (a APPR), elaboração de documentação necessária exigida, deslocamentos para a cidade, procura de insumos e assistência técnica, investimento e trabalho, dentre outras; as famílias participantes foram-se redescobrando como agricultores, comerciantes, associados, cidadãos; alguns aprenderam, fortaleceram-se e consolidaram-se como novos atores “agricultores”; outros, ainda que poucos, caíram em descontento, desesperança e até frustração ao vivenciar as dificuldades do processo.

Acredita-se que estas primeiras experiências com o PAA foram as que, de certa forma, marcaram o caminho a seguir de muitas das famílias do Horto Vergel e não se está falando da renda, mesmo que esta seja um fator importante dentro do processo, está-se falando das capacidades e do novo olhar que o processo de inserção desenvolveu nos assentados.

Após estes episódios de descontentamento houve uma retomada na participação no Programa. Atualmente, segundo liderança da APPR, a Associação organiza e trabalha com 70 titulares assentados e ainda quando sobre ela recaem alguns comentários ásperos, o fato é que

esta é uma porta que facilita a inclusão dos assentados no mercado e na renda, além dos múltiplos benefícios que todo o processo traz consigo.

O impacto positivo da articulação “PAA – APPR - Famílias participantes”, vêm gerando notícia na região:

(...) em Mogi Mirim, cerca de 30 famílias do Assentamento “12 de Outubro”, (...), estão fornecendo alimentação para 22 entidades assistenciais de Mogi Mirim. A Associação dos Pequenos Produtores do Horto de Vergel está participando do Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal, que compra produtos diretamente dos pequenos agricultores para reforçar a alimentação fornecida às entidades assistenciais... Por semana o Assentamento entrega cerca de quatro mil quilos de alimentos... (JORNAL DA CIDADE de Itapira de 13/03/2010).

A produção de alimentos para autoconsumo e excedentes para a venda vêm crescendo animadoramente, a participação dos assentados no PAA através da APPR está crescendo a cada ano, assim o demonstram os dados de Brosler (2011, p.49), que indica que no Vergel:

A horticultura estava presente, no ano de 2008, em apenas 2 ha no Assentamento, sendo insignificante em termos de comercialização, representando somente o auto-consumo das famílias. Porém, esse quadro se modificou com a participação ativa de mais de 40 famílias da APPR no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e iniciando com a Merenda Escolar na prefeitura de Mogi Guaçu – SP. De acordo com o atual responsável pela Secretaria de Produção da APPR, o Assentamento apresenta, hoje, produções na ordem de 8 t/semana, representando a principal fonte de renda das famílias que participam.

Em 2013, segundo a liderança da APPR, são 70 titulares associados, que entregam em média 20.000kg de produtos por mês (5.000 kg por semana) para o PAA, com repasse simultâneo de produtos para as entidades da Prefeitura de Itapira. Os associados “fornecedores” recebem em média R\$ 4.230,00 em 10 meses, ou seja, R\$ 423,00 mensais. Segundo a liderança entrevistada, todos os associados atingem, com seus produtos, o teto Máximo de entrega, de R\$ 4.230,00. As Lideranças da APPR também indicaram que as 70 famílias, e por meio de um outro convenio com a Prefeitura de Hortolândia, entregam produtos para esta prefeitura no mesmo volume que a Itapira, recebendo a mesma montante de renda acima indicada.⁶³

Apesar de tudo isto, é importante destacar que ainda existe, por parte das famílias assentadas, pouco conhecimento em relação ao significado, objetivos e abrangência do PAA, isto

⁶³ Estes dados não puderam ser comprovados através das famílias participantes, mas corroborados entre as lideranças da APPR.

foi verificado através das conversas e respostas dadas à pergunta: O Sr(a) sabe o que é o Programa de Aquisição de Alimentos? (Tabela 42):

TABELA 42: Famílias assentadas que declararam saber o que é o PAA.

Resposta	Sim	Não	NS/NR	Total
Nº de Famílias	28	61	1	90
%	31	68	1	100

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

As famílias que conhecem o Programa e estão cientes do mesmo (28), são famílias que participam na venda de alimentos com a APPR e que, de certa forma, têm maior inserção no mercado através de outros canais de vendas. Dentre as famílias que manifestaram não conhecer o Programa (61), a maioria confunde o PAA com o PNAE, outras têm alguma ideia do que é o programa e outras conheciam o Programa, mas não sabiam o nome. O depoimento do assentado “P” (fornecedor do PAA) pode reforçar o dito: “aqui a gente escuta e escuta ma' no final eles que organiza (referindo-se à APPR) e entrega tudo, afinal a gente recebe na conta”

Na fala do assentado, percebe-se que o fato deles serem associados e fornecedores do PAA não é algo interiorizado, mas bem parece um ato mecânico de “entrega de produtos”.

A declaração apresentada acima explica de certa forma, o porquê, sendo 70 as famílias titulares participantes do PAA, na coleta de dados de campo, quando entrevistadas as 90 famílias assentadas, só 50 delas declaram-se participantes do mesmo, 39 declararam não participar e 01 família informou que não sabia nada no respeito do tema (Tabela 43):

TABELA 43: Famílias assentadas que declararam participar do PAA através da APPR “12 de Outubro”

Resposta	Sim	Não	NS/NR	Total
Nº de Famílias	50	39	1	90
%	56	43	1	100

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

Dentre as famílias que declararam participar ou não do programa existe uma enorme confusão a respeito da sua participação no PAA e no Programa Merenda Escolar, não se podendo, em campo, estabelecer com exatidão o número de famílias que declararam pertencer ao Programa. Ante isto ficamos com os dados indicados pela APPR de 70 famílias titulares assentadas participantes.

Em relação ao tipo de produtos fornecidos ao PAA, as famílias participantes indicaram que forneciam “todo produto”, no entanto, as lideranças da APPR indicaram que tanto os produtos olerícolas como a mandioca, manga e banana são os produtos majoritariamente fornecidos.

No que se refere ao tema da assistência técnica para a produção e comercialização dentro do contexto de participação no PAA, verificou-se que do total das 70 famílias participantes do PAA, 11 famílias declararam receber assistência técnica para a produção agrícola e/ou elaboração de projetos, dentre outras atividades, mas, existe dentre elas a confusão a respeito de qual instituição lhes dá assistência técnica, dentre as mencionadas temos: ITESP, EMBRAPA e CATI.

É importante destacar que a pesquisa evidenciou, que dentre os motivos das famílias não participar da venda de alimentos ao PAA através da APPR é porque estas, na sua maioria, já têm construído seus próprios canais particulares de venda e porque o fato de elas serem as comercializadoras diretas dos seus produtos lhes gera confiança no processo, lhes faz se sentirem donos do seu trabalho e da renda obtida. Outras famílias não participam do Programa por não se sentirem seguras ante o mecanismo de venda de produtos e a renda distribuída pela APPR. Finalmente, existem também algumas famílias que não participam porque não têm produção agrícola para venda (pois ainda não moram no lote); alegam falta de recursos para investir na terra, mas acredita-se que, em parte, isto se deva a que estas famílias têm uma renda vinda de aposentadoria e trabalhos fora do Assentamento; fato que lhes confere um certo grau de “tranquilidade” ainda que com muitas limitações.

Ante o evidenciado, pode-se afirmar que o PAA se ergue, no Assentamento, como uma relevante política pública para a segurança alimentar e agricultura familiar, comercialização, fomento da produção de alimentos, renda, associativismo e organização social, gerando com isto a oportunidade de inclusão social das famílias, contribuindo para o desenvolvimento integral

destas e sua fixação no Assentamento, fortalecendo sua autoestima como atores do desenvolvimento do País e afiançando sua identidade enquanto assentados. Pode-se dizer que, deixando a renda por fora, a experiência de inserção dos assentados no PAA através da APPR vem, também, contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos assentados “fornecedores”, pois, amplia suas “capacidades” através de toda experiência e aprendizagem vivenciados no processo.

Adicionalmente a isto a experiência do Vergel no PAA compartilha as evidências de GRISA et al. (2010), que indicam que o Programa tem contribuído na garantia de comercialização, na alteração da matriz de produção e consumo e no fortalecimento de suas organizações; o que de fato tem provocado alterações na autoestima dos agricultores e suas famílias.

Também como evidenciado por Grisa, et al., (2010), Matei (2007) e Rocha et al., (2007) em outros estudos, no Assentamento Horto Vergel, a pesar das contribuições do PAA, é necessário ressaltar algumas limitações que dificultam seu melhor desempenho e a tendência de consolidação dos assentados participantes. Estas limitações estão referidas ao desconhecimento, por parte dos beneficiários, dos objetivos e da dinâmica do Programa, os problemas de logística, como atraso na liberação dos pagamentos dos produtos; fraca assistência técnica para a melhor organização, planejamento e produção de alimentos (este último fato também foi evidenciado por Andrade (2013) num estudo nos Assentamentos do município de Araras); e a falta de articulação entre os responsáveis pela ATER do Assentamento (ITESP) e a APPR “12 de Outubro”.

3.4.9.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, mais conhecido como Merenda Escolar é, segundo Belik et al., (2004), o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil.

O Programa teve sua origem na década de 1940, quando o desaparecido Instituto de Nutrição defendia a proposta do Governo Federal de oferecer alimentação escolar, mas por indisponibilidade de recursos financeiros não foi possível concretizá-la. Posteriormente, na década de 1950, elaborou-se um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição,

denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, no qual se estruturou, pela primeira vez, um programa de alimentação escolar em âmbito Nacional, sob responsabilidade pública. Do plano original apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente UNISEF, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106 (BRASIL, 2013W), que instituiu a Campanha de Merenda Escolar - CME para todo o território brasileiro. Em 1956, e pelo Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956 (BRASIL, 2013X) a CME passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar – CNME. Em 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 (BRASIL, 2012x), com a qual se iniciou o programa de “almoço escolar”. Em 1979 a CNAE passou a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se solidificou com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (art. 208), a qual assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições, que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Este objetivo se insere dentro do espírito de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (FNDE 2013Y; BELIK et al.; 2004).

Com todos estes objetivos e por meio da transferência de recursos financeiros, pretende-se, como finalidade, garantir a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, assim como, indígenas e quilombolas.

As diretrizes do Programa são: alimentação saudável e adequada; inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; participação da comunidade no controle

social; apoio ao desenvolvimento sustentável, através da compra de alimentos locais diversificados, preferentemente da agricultura familiar e produzidos pelos empreendedores familiares rurais; acesso igualitário ao direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos (FNDE, 2013a).

Em 2009, a Lei nº 11.947 desse mesmo ano (BRASIL, 2013n), trouxe novos e importantes avanços para o PNAE. Estes avanços referem-se à extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a garantia de que 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os *Assentamentos de reforma agrária*, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE 2013c).

Foi assim que esta Lei se converteu numa nova oportunidade para o desenvolvimento e engajamento social e econômico dos Assentamentos rurais; uma categoria social forjada na luta pela justiça e pelos direitos.

No Assentamento Horto Vergel, e segundo indicado pelas lideranças da APPR do Assentamento, o PNAE começou a ser operacionalizado em 2010 por meio da Associação de Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro – APPR, em virtude de um convênio assinado com a prefeitura de Itapira, a quem forneceram alimentos nos anos de 2010 e 2011. Segundo as lideranças da APPR, os associados “fornecedores” (22 titulares) recebiam em média, e por 10 meses de entrega de produtos, R\$ 9.000,00⁶⁴, ou seja, R\$ 900,00 mensais⁶⁵. Ressalta-se que os fornecedores não souberam indicar o montante de renda que recebiam, isto possivelmente por receio de oferecer a informação ou porque de fato não conhecem a renda obtida.

Cabe destacar que estas famílias fornecedoras do PNAE também forneciam produtos para o PAA e, da mesma forma que com este Programa, destaca-se que nem sempre houve regularidade e constância na participação das 22 famílias fornecedoras no decorrer do tempo, pois houve momentos de quedas da produção, assim como, da confiança e entusiasmo em seguir no grupo, apesar disto, a organização soube contornar as dificuldades e seguir em frente.

⁶⁴ Houve discrepâncias nos depoimentos referidos a esta montante.

⁶⁵ Idem ao anterior.

Como todos os fornecedores do PNAE (22) eram também fornecedores do PAA, evidenciou-se que estes tinham um conhecimento claro do que era cada Programa e sua participação dentro de cada um deles. Isto ficou evidente na coleta de dados de campo e posterior cruzamento de informação, quando diante da pergunta: “O Sr(a) sabe o que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar?”, as respostas foram as seguintes (Tabela 44):

TABELA 44: N° de Famílias assentadas que declararam saber o que é o PNAE

Resposta	Sim	Não	NS/NR	Total
N° de Famílias	23	67	0	90
%	25,56	74,44	0,00	100

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

Como se pode observar, foram 23 as famílias titulares do Assentamento que conheciam o PNAE. Após cruzamento de informação, pode-se evidenciar que dentro deste grupo (23 famílias) estavam incluídas todas as famílias fornecedoras do PNAE. Isto reafirmava o fato de as 22 famílias participantes, tanto do PAA como do PNAE estarem cientes do significado dos programas e sua posição dentro deles. Observou-se também que 74% das famílias assentadas não conhecem o Programa; fato que pode estar contribuindo para a menor participação no mesmo, o que também foi observado por Silva et al.; (2013).

No que diz respeito à participação no PNAE, através da APPR, as famílias do Assentamento quando perguntadas se participavam ou não do Programa, indicaram o seguinte (Tabela 45):

TABELA 45: N° de Famílias titulares assentadas que declararam participar do PNAE através da APPR “12 de Outubro”

Resposta	Sim	Não	NS/NR	Total
N° de Famílias	28	61	1	90
%	31,11	67,78	1,11	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

Novamente, dentre as famílias que responderam participar do PNAE, evidenciou-se que do total delas, 22 realmente participavam do Programa através da APPR e a diferença (6 famílias)

não souberam explicar se realmente participavam do Programa através de outros canais que não a APPR ou que realmente forneciam ao PAA e fizeram confusão a respeito.

No aspecto da Assistência Técnica para a produção, no contexto do PNAE, verificou-se que do total das 22 famílias participantes do PNAE, 7 delas declararam receber assistência técnica para a produção agrícola, mas existe dentre elas confusão a respeito de quais as instituições que lhes oferece a assistência. Dentre as mencionadas estão o ITESP, a EMBRAPA e a CATI.

Atualmente (agosto de 2013), segundo a liderança da APPR, a Associação não está fornecendo produtos para o PNAE. Isto, em parte, deve-se ao fato da maioria das famílias fornecedoras não quererem continuar participando do Programa. Segundo elas, devido ao tipo, volume, períodos de aquisição dos alimentos, e pelos atrasos no pagamento. Isto pode ser entendido melhor pela fala do assentado “Q”: (...) participei agora parei, pois a merenda⁶⁶ leva hoje 3 quilos de banana, as vezes pedem 15 bananas, outras vezes pedem 2 cachos, a gente não sabe, houve tempos que se plantou e eles só compraram uma mixaria e o produto se perdeu.

Para tratar de entender o que estava realmente acontecendo com a participação das famílias no PNAE, nos comunicamos por reiteradas vezes com a CONAB, mas, infelizmente, a resposta que recebemos foi que o excesso de trabalho que tinham naquele momento lhes impedia de fornecer qualquer tipo de informação. Salientamos que em posteriores pesquisas sejam aprofundadas as verdadeiras causas que estão desanimando a participação dos fornecedores no Programa.

Enfim, o PNAE constitui-se, no Assentamento Vergel, como uma oportunidade a mais para o engajamento econômico e social das famílias, apesar disto, se faz necessário pesquisar com maior profundidade o porquê das famílias não desejarem continuar participando do Programa e qual a diferença destas famílias fornecedoras de dois programas, das outras famílias restantes. Será que estas 22 famílias têm maior capital produtivo? Será que são possuidoras de mais bens de produção? Será que têm maiores capacidades e habilidades, ou será que suas visões lhes impulsionam com maior força?

⁶⁶ O PNAE é popularmente conhecido dentro o Assentamento como “merenda escolar”.

O PNAE, da mesma forma que o PAA, enquadrado no Assentamento como uma política para a segurança alimentar e nutricional, exige, para um melhor desempenho, a articulação dos diferentes programas e setores em prol de um melhor resultado e resolução das dificuldades encontradas. A Assistência Técnica e Extensão Rural é chave no caminhar dos assentados no processo de inserção nos Programas.

Com tudo isto e concordando com Aroucha (2012), pode-se afirmar que os Governos ao criarem Programas e Projetos, não viabilizam, ao mesmo tempo e nas condições apropriadas, as oportunidades creditícias de fomento, as facilidades estruturantes e de ATER – apropriada e gratuita – para que os atores destes segmentos sociais, os assentados, possam empenhar todo o seu potencial, experiências e compromissos para que sejam alcançados todos os resultados necessários, pois de outro modo, os mesmos demorarão em ser alcançados; situação desfavorável que iria reduzir a eficiência, a eficácia e a efetividade, que como decorrência indesejável, diminuiria a possibilidade de continuidade, condição indispensável para que se tenham políticas públicas verdadeiramente sustentáveis.

3.4.9.4 A Assistência Técnica e Extensão Rural –ATER

No Brasil, como bem detalhado em Bergamasco (1983), Caporal (1991), Olinger (2010); Pettan (2010) e Pereira (2013), a extensão rural que iniciou-se em 1948, teve suas raízes nos Estados Unidos da América, onde a extensão rural foi formalizada em 1914 com o Serviço Cooperativo de Extensão Rural. Tinha por finalidade permitir à população rural americana, ausente dos colégios agrícolas, o acesso a conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica, para a adoção de novos hábitos e atitudes no desenvolvimento de suas atividades produtivas, elevando assim sua produtividade e nível de vida da família, pois o sistema incluía a toda a família agricultora. Tal modelo constituiu-se a base da Extensão Rural implantada no Brasil e em praticamente toda a América Latina após a segunda guerra mundial.

A ATER no Brasil passou por várias fases: a fase do Humanismo Assistencialista de 1948 a 1962; a fase do difusionismo produtivista de 1963 a 1984; a fase do Humanismo Crítico, e na década de 1990 se deu o desmonte da ATER Pública (MICHELLON, 2013). Em 1985, iniciou-se

o repensar da extensão com o enfoque de participação dos agricultores, que defendia a necessidade de uma extensão rural democrática e popular, orientada para o mercado interno, para a agricultura de subsistência, com priorização dos pequenos agricultores (PEREIRA, 2013).

Posteriormente, já em 2003, a partir do Governo Lula, se dá uma significativa mudança na Extensão Rural como serviço público do Brasil. O Governo Lula deixou clara a importância e relevância da extensão rural e, por conseguinte, o investimento nesta atividade. A política de Assistência Técnica de Lula estava marcada pela preocupação com a inclusão social, através de uma ATER pública, gratuita, dedicada à Agricultura Familiar, à Segurança Alimentar e Nutricional e à Preservação e Conservação do Meio Ambiente.

Em 2010 a Lei Nº 12.188 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (BRASIL, 2013d). Esta lei trouxe consigo para o Brasil a esperança de fortes mudanças, tanto para o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, como para a vida da população rural do Brasil em geral. Os serviços da ATER foram resgatados como política pública e aumentaram sua abrangência, assumindo papel estratégico na implementação de políticas públicas voltadas para o rural, como a inclusão produtiva, a segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária, e a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

A PNATER para Minas (2011) é o resultado de repensar o papel da extensão rural no País e reflete a concepção da extensão rural como um processo educativo, que valoriza a diversidade de contextos da sociedade, assim como, os diversos tipos de agricultores, de grupos e comunidades que existem. A Política evidencia a preocupação com o desenvolvimento econômico a partir da agricultura e sob a perspectiva ecológica e ambiental, e concebe o serviço público de extensão rural como um serviço pluralista.

Segundo BRASIL (2013e), a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER está definida como: (...) serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Esse é um conceito importante que assinala o caminho pelo qual o serviço da ATER e de todos os agentes que a implementam devem trilhar, mas para isto, se faz necessária a interiorização e a integral compreensão relacionada à abrangência do conceito, para com isto, eliminar a possibilidade de cair em erros conceituais, que muitas vezes se convertem na causa do fraco desempenho dos serviços da ATER.

A confusão no entendimento do conceito global do termo “Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER”, assim como o de “Assistência Técnica” e o de “Extensão Rural”, se converte num entrave de enorme importância. A confusão conceitual dos termos indicados foi evidenciada nas diversas leituras feitas nesta pesquisa, observou-se que tanto profissionais da Academia, assim como representantes de organismos estatais e privados relacionados à ATER, parecem não ter uma leitura homogênea do real significado dos termos “Assistência Técnica”, “Extensão Rural” e “ATER”; inclusive os órgãos que oferecem ATER no Estado de São Paulo usam, nos seus discursos, arbitrariamente estes conceitos e como se pouco interessasse o real significado dos mesmos.

Na prática, parece que o desigual entendimento conceitual faz com que os “agentes” das instituições ofertantes dos serviços de ATER, como visto no Horto Vergel, dirijam seu trabalho a atividades de assistência técnica com caráter eminentemente fomentista; este fato pode estar em consonância com o observado por Bergamasco (1983 p.7), ao observar que: “a Assistência Técnica do Estado de São Paulo apresentou tradicionalmente uma característica fomentista em contraposição à modalidade extensionista”.

A modalidade fomentista de assistência técnica, segundo Bergamasco (1983), está baseada no fornecimento de insumos para a produção, isto é, a organização de serviços especializados para a distribuição, ou venda, a baixo preço, de sementes, mudas, fertilizantes, inseticida, etc; a prestação de serviços básicos no que se refere à mecanização agrícola, conservação do solo e da água, obras de irrigação e drenagem, estradas vicinais dentre outras. A assistência técnica propriamente dita, orientada para determinados ramos da produção vegetal e animal, esta modalidade enfatiza a prestação de serviços, o uso de novas tecnologias, tendo em vista alcançar maior produção e produtividade.

É importante ter claro o significado de Assistência Técnica Agrícola, que segundo o dicionário provêm da palavra “Assistir”, estar presente, ajudar, acompanhar, orientar algo ou alguém; já a palavra “técnica” está referida ao conhecimento, prática de uma ciência. Para a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER, 2012), a Assistência Técnica é um trabalho pontual de orientação aos agricultores, dirigido à resolução de problemas relacionados com a produção. Neste processo não existe apropriação de conhecimento por parte dos agricultores. Em Castro et al. (2005), os autores indicam que a assistência técnica é uma atividade dirigida à transferência e difusão de técnicas, mas que não inclui um processo educativo. A Assistência Técnica visa o aumento da produção e produtividade, portanto o desenvolvimento agrícola (PEREIRA, 2013).

A Extensão Rural, por sua vez, iniciando pelo termo “extensão” e tal como explicado por Olinger (2010), vêm do latim “extensione” que significa o efeito de estender, alargar, ampliar, aumentar. Transmissão de conhecimento útil para o público visado. Portanto, sempre que se transmite de maneira informal algum conhecimento está se fazendo extensão. Em concordância, a ASBRAER (2012) manifesta que a Extensão Rural é um serviço educativo não formal e continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários do meio rural. Em Castro et al. (2005), os autores acrescentam que a extensão rural utiliza métodos educativos, nos quais não se pratica o paternalismo, mas sim a educação do produtor. A extensão rural visa à qualidade de vida da população rural e o conseqüente desenvolvimento rural (PEREIRA, 2013).

A definição da “ATER” vêm a ser, portanto, uma concepção melhorada e unificada dos termos “Assistência Técnica” e “Extensão Rural”, que dá maior ênfase no desenvolvimento humano e rural, e nos termos da Lei 12.188 – PNATER, está fundamentada no desenvolvimento rural sustentável; na gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; na adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural; na busca da construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; na adoção dos princípios da agricultura de base ecológica; na equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e na contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Dentre os objetivos que a PNATER⁶⁷ se propõe, estão: promover o desenvolvimento rural sustentável; apoiar iniciativas econômicas regionais e locais; aumentar a produção, qualidade e produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários; promover a melhoria da qualidade de vida; assessorar as atividades econômicas, desenvolver ações para a proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais; construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; aumentar a renda e agregar valor à produção; apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas; promover a integração da Ater com a pesquisa e contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (BRASIL, 2013d).

A lei da ATER de 2010, como política intersetorial transversal, de significativa importância no desenvolvimento agrário e nacional, traz a proposta de conjugar os fundamentos da “Assistência Técnica” e “Extensão Rural”, sendo assim, o que vêm pela frente é o esforço dos mediadores da ATER para a unificação dos discursos, o qual deve repercutir no melhor desenvolvimento dos serviços prestados e o consequente desenvolvimento rural sustentável.

A regulamentação da Lei 12.188 é dada pelo decreto Nº 7.215, de 15 de junho de 2010, através do qual se cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, que passa a ser um instrumento para a implementação da PNATER, sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Segundo BRASIL (2013e), o PRONATER tem como objetivos a organização e a execução dos serviços de ATER ao público beneficiário (dentre eles os assentados da Reforma Agrária), visando disciplinar, ampliar, organizar e qualificar as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural; sendo assim, o PRONATER se ergue como um instrumento de viabilização e até fiscalização das ações da ATER, o qual se converte numa enorme possibilidade de desenvolvimento efetivo das ações da ATER no Brasil.

⁶⁷ De forma mais detalhada pode ser visto em BRASIL (2013d).

No Brasil o INCRA é o órgão encarregado, através de chamadas públicas, de oferecer os serviços de ATER. Dessa forma, o Assentamento Horto Vergel, localizado no Município de Mogi Mirim- SP passa a ser administrado por este órgão estadual.

O ITESP, através do escritório de Araras, é o órgão responsável pela ATER do Assentamento em estudo nesta pesquisa (Assentamento Horto Vergel). A equipe técnica do escritório é conformada por 01 Veterinário, 01 Eng, Agrônomo, 01 Socióloga (CANTELLI, 2012).

Mesmo com a presença deste importante órgão no Assentamento, percebeu-se que o seu trabalho não abrange todo o Assentamento, mas apenas algumas famílias do mesmo. Isto foi evidenciado na pesquisa de campo quando perguntado às famílias titulares sobre o recebimento de ATER no Assentamento. As respostas foram as seguintes (Tabela 46):

TABELA 46: Recebimento dos serviços de ATER no Horto Vergel segundo opinião das famílias titulares. N° de famílias.

O Sr.(a) recebe Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER?	Frequência
Sim	21
Não	68
NS/NR	1
Total	90

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

Do total de famílias titulares do Vergel, 21 afirmaram receber ATER, enquanto que 68 declararam não ser beneficiárias do serviço e uma delas não soube responder à pergunta; talvez pelo fato desta família não ter atividade produtiva no lote e só viver com ajuda do salário de aposentado.

Quando perguntado sobre a percepção da qualidade dos serviços da ATER no Assentamento as respostas foram de acordo com o que mostra a tabela 47:

TABELA 47: Qualidade da ATER segundo opinião das famílias titulares do Horto Vergel

A ATER é?	Frequência
Boa	11
Regular	10
Ruim	66
NS/NR	3
Total	90

Fonte: Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

O maior número de titulares das famílias (66) indicou que a ATER oferecida é ruim, 11 famílias manifestaram que a qualidade é “boa”; 10 indicaram como “regular” e 3 famílias não quiseram responder à pergunta. Há que mencionar que as famílias que indicaram a ATER como “boa” e “regular”, são as famílias que declararam receber ATER.

Pode-se constatar também que o entendimento de “qualidade boa e regular”⁶⁸ para os beneficiários do Assentamento está cheio de subjetividades, sentimentos de amizade, compromisso, medo e até insegurança ante a possibilidade de os nomes dos respondentes serem evidenciados.

Observou-se também que a ATER que eles recebem não está calçada nos moldes da Lei 12.188, mas sem as características de uma assistência técnica fomentista; este fato, estaria sendo, em parte, gerado pelo grau de entendimento do conceito da ATER por parte dos agentes encarregados, direta e indiretamente pelo serviço no Assentamento; ou também, este fato, poderia estar relacionado ao evidenciado por BERGAMASCO (1983):

Percebeu-se que os técnicos, na condição de profissionais adaptados aos serviços de ATER, no caso de SP, deixam muito a desejar. São poucos os técnicos que gostam do que fazem e que valorizam o trabalho dentro de um sentido vocacional. Em grande maioria a falta de oportunidade, a estreiteza do mercado de trabalho e as possibilidades de não sair da região de origem é que levaram os técnicos entrevistados a opção pelo trabalho de assistência técnica.

Foram 21 as famílias que declararam ser beneficiárias de ATER no Assentamento (ainda quando a maioria não soube indicar com exatidão se é o ITESP ou a CATI quem lhes oferece este serviço) (Quadro 13):

⁶⁸ Nesta pesquisa o termo “Qualidade boa” está inserido dentro do significado da ATER dado pela Lei 12.188.

QUADRO 13: Aspectos gerais da ATER no Horto Vergel segundo opinião das Famílias beneficiárias

Qual Instituição?		Periodicidade?		Finalidade?		Como avalia a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER?	
ITESP, CATI (Casa da Agricultura).	21	1 vez/mês	19	Orientação para produção.	19	Boa	11
		2 vez/mês	2	Elaboração de Projeto.	1	Regular	10
				Vários	1	Ruim	0
Total	21	Total	21	Total	21	Total	21

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

No que diz respeito à periodicidade das visitas dos técnicos aos lotes, 19 famílias responderam que o técnico lhes visita, pelo menos, uma vez por mês e 2 famílias indicaram que a visita dos técnicos é de pelo menos duas vezes por mês.

A finalidade das visitas foi descrita, majoritariamente, (19 famílias) como visitas para orientação na produção, dentre estas 9 declararam só receber assistência técnica por parte de um veterinário do ITESP, para as questões relacionadas à criação de gado; 1 família indicou a visita do técnico para elaboração de projeto para financiamento e uma outra família indicou que a visita do técnico é para múltiplas coisas.

No que diz respeito às famílias que declararam não receber ATER, quando perguntadas sobre os motivos do não recebimento do serviço as respostas foram de acordo com o que mostra o quadro 14:

QUADRO 14: Motivos do não recebimento da ATER segundo N° de famílias titulares assentadas

Porque não recebe Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER?	Frequência
Não solicita	2
Técnico nunca vem	66
Total	68

Fonte: Elaboração própria com dados de campo 2013.

Observa-se que ante a pergunta mencionada, 2 famílias indicaram não receber ATER pública por sentir que não precisarem da mesma, entretanto as 66 famílias restantes manifestaram não receber ATER pública porque, como manifestam, sempre que chamaram ao técnico pedindo ajuda este não acudiu ou não acudiu oportunamente; ou porque simplesmente o técnico chegou à “estação” e não foi para o lote:

“Cansei de chamar o técnico e ele nunca veio” (Assentado “R”)
“O técnico só fica na estação⁶⁹, não sai pra o lote” (Assentado “S”)

As respostas destas famílias estão carregadas de sentimentos de desconforto, decepção e até indiferença. O sentimento de fato não está dirigido à pessoa que oferece ATER no Assentamento, está dirigida à Instituição que oferece o serviço e ao tipo de serviço que se oferece. Isto deve-se, em parte, a ressentimentos gerados no passado ou também, segundo Bergamasco (1983), ao desejo das famílias de ter uma ação técnica individualizada, em detrimento de um trabalho coletivo.

Nesta pesquisa e querendo conhecer o trabalho que o ITESP desenvolve no Assentamento, muitas foram as tentativas formais de pedido de informação e poucas as respostas. Isto pode estar se devendo em parte ao evidenciado por Barboza (2011):

A metodologia adotada pelo ITESP para organização das informações sobre os Assentamentos e as famílias assentadas durante o seu trabalho de ATER não facilita a troca de informações continuada entre as instituições de ATER, restringindo o acesso às informações relevantes sobre as pesquisas e programas realizados no Assentamento e resultando na perda de dados relevantes sobre o histórico desses espaços quando ocorre a troca de funcionários (BARBOZA, 2011).

Segundo Barboza (2011), os técnicos do ITESP que trabalham no Assentamento indicam a existência de um frequente contato com as famílias, o qual difere da opinião dos assentados, os quais avaliam, na maioria dos casos, a assistência prestada pelo ITESP como insatisfatória. Este fato pode ser observado por meio de um depoimento (E3) tomado por Barboza (2011, p.105):

(...) a assistência técnica nossa aqui é pelo Itesp! Vou falar pra você, o dia que precisa vir na terra, eles não vem! Às vezes vamos lá fazer um cultivo e estamos com um problema numa planta, marca pra vir hoje mas só vêm daqui a dosi meses! E vêm já com outras ideias que não tem nada a ver com o plantio.

⁶⁹ A “Estação” se refere ao local designado como local sede do Assentamento, onde usualmente se realizam as reuniões das famílias.

LUCA (2005, p.209) também evidenciou problemas nos serviços da ATER no Horto Vergel:

(...) com relação ao ITESP existem duas críticas, a primeira relacionada com a destoca dos sítios e a segunda relacionada à deficiência no acompanhamento dos técnicos aos processos de produção. Os assentados argumentam que, muitas vezes, diante de um entrave na produção, não conseguem que os técnicos compareçam ao sítio para identificar o problema no processo e orientar soluções.

OLIVEIRA (2009, p.69), evidenciou também, com base em 60 famílias entrevistadas no Vergel, que:

Mais de 88% das famílias não recebia nenhum tipo de assistência técnica para produção, beneficiamento ou comercialização da produção agrícola na época da pesquisa. Apenas 7 famílias (12%) declararam receber esse tipo de serviço, sendo os órgãos responsáveis a Fundação Itesp (4 famílias), o Incra (1 família) ou um profissional contratado pela própria comunidade (2 famílias).

Como visto e reiterando, o problema do fraco desempenho da ATER no Vergel remonta ao início da vida do Assentamento. Acredita-se que o baixo desempenho desta se deva, principalmente, às diretrizes de trabalho da Fundação ITESP, à forma como esta Instituição tem planejado encarar a ATER, à conceituação que se tem do serviço, ao grau de acompanhamento das ações que desenvolve, à falta de abrangência do regulamento geral da Instituição, ao insuficiente número de técnicos por Assentamento; à falta de articulação das ações que esta Instituição tem com outras que oferecem serviços de ATER como o CATI, à articulação com o INCRA como órgão federal, a articulação com a Universidade.

Acredita-se também na necessidade de que o ITESP, com o fim de criar sinergias em prol do desenvolvimento e diminuição de duplos esforços, socialize com a Academia a informação dos trabalhos que desenvolve no Assentamento, assim como também, se retroalimente com as pesquisas feitas neste espaço e que tocam o tema da ATER.

3.5 Considerações Finais do Capítulo

Neste capítulo, tem-se acompanhado, através da análise temporal e quali- quantitativa das 25 variáveis apresentadas, o caminhar da Reforma Agrária implementada no Horto Vergel, assim como tem se evidenciado os aspectos pelos quais perpassa esta política.

Com as informações coletadas recriou-se o cenário da origem do Assentamento, as dificuldades, os medos e as conquistas desta primeira fase. Esta parte é de significativa importância, pois situa, visual e conceitualmente, ao leitor no melhor entendimento da evolução das famílias no Vergel.

No início da análise a pesquisa se defrontou com a conceituação de “Assentado” e “Assentamento” que os órgãos do governo detêm. Ante isso, optou-se por redefinir estes termos à luz das evidências e por meio do pensamento de autores reconhecidos na temática.

Posteriormente, com a finalidade de ter um conhecimento maior sobre o entorno territorial no qual o Assentamento está inserido, se fez a análise situacional do município de Mogi Mirim, sede do Assentamento. Nesta análise vimos que este município é um espaço desenvolvido com uma economia sólida, com infraestrutura social e produtiva com possibilidades de satisfazer a demanda da população e que se ergue como um alicerce para o desenvolvimento das famílias do Horto Vergel.

Em relação à análise do caminhar do Horto Vergel, evidenciou-se que o Assentamento foi ocupado em 1997 e regularizado por lei em 1998, tendo à Fundação ITESP como o órgão responsável pelo mesmo. Viu-se também que junto com a criação do Assentamento criou-se a Associação de Pequenos Produtores Rurais -APPR “12 de Outubro”, a qual teve como um dos seus principais objetivos a representação jurídica do Assentamento.

De fato, nos primeiros seis anos de vida do Assentamento a presença de governo não foi rápida na resolução dos problemas existentes limitando-se a ações pontuais de apoio à produção para subsistência, viabilização de crédito para alguns⁷⁰ dos assentados, financiamento mínimo para a construção das moradias, demarcação dos lotes e derrubada parcial dos eucaliptos que tomavam conta de todo o Assentamento.

As famílias, diante da pobreza que vinham vivenciando, começaram a desenvolver estratégias para aumentar sua renda e fortalecer sua sobrevivência no Assentamento. As atividades de produção de carvão, serviços temporários fora do Assentamento e o benefício do

⁷⁰ Segundo a informação dos assentados os créditos vieram para uma minoria de famílias. Não se conseguiu saber o número de beneficiários nem a montante recebida.

Programa Bolsa Família, concedido a algumas famílias, foram os principais meios de geração de renda naquele momento.

Posteriormente, em 2004, as famílias passaram a ter energia elétrica e o posto de saúde estava mais operante. Desenvolveram-se atividades de fortalecimento da agricultura, por meio da organização de grupos e capacitação dos mesmos em diferentes atividades, mas como declarado, as atividades foram pontuais e não tiveram o acompanhamento necessário, o que resultou na desorganização e desmotivação dos beneficiários.

A partir da chegada das famílias aos lotes, outra etapa se iniciava nas suas vidas, novos desafios se erguiam pela frente. A produção vegetal foi uma das principais atividades produtivas que começaram a praticar nos lotes. Inicialmente algumas famílias assentadas receberam apoio governamental, mas da mesma forma que em outros momentos, a continuidade desse apoio esteve limitada a um curto período de tempo.

Em 2008, quando realizada a primeira pesquisa de campo, a qual foi insumo para esta pesquisa 2013, e tendo-se passado 16 anos da criação do Assentamento, as coisas tinham mudado no Horto Vergel, pelo menos em nível intrafamiliar. As famílias, na sua maioria viviam nos seus lotes, dedicavam-se à produção de subsistência, reclamavam pela falta do acompanhamento do Estado por meio de políticas de melhoria das condições de vida, infraestrutura, renda e acompanhamento técnico para a produção.

Nestes anos, alguns dos assentados já tinham conseguido se inserir na venda de produtos agrícolas em feiras livres da região, possuíam moradia (ainda que precária, mas lhes oferecia teto seguro) e desenvolviam trabalhos fora e dentro do Assentamento, o que fortalecia sua renda e, por conseguinte, de suas famílias.

No fim de 2008 e através do empenho da Associação 12 de outubro, conseguiram assinar contratos com a prefeitura de Itapira e Hortolândia para o fornecimento de produtos agrícolas para o Programa de Aquisição de Alimentos; abria-se, com isso, uma importante porta para o desenvolvimento do Vergel, porta esta que poderia ter sido aberta vários anos antes se a presença do governo no Assentamento tivesse sido mais forte.

Em 2010 e em virtude do trabalho da APPR “12 de Outubro”, 22 famílias assentadas passaram a fornecer produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Com isso uma nova condição de trabalho e vida começou a renascer.

Evidentemente estas duas importantes políticas vieram a impulsionar o desenvolvimento do Assentamento, mas como não estão especificamente formuladas para esta categoria de “agricultores assentados”, não preveem as especificidades da mesma, e pelo evidenciado, não estão articuladas efetivamente com outras políticas como a de ATER.

Em 2013 e como já evidenciado no decorrer das variáveis analisadas, o Horto Vergel, após 16 anos da sua origem, tinha iniciado uma nova terceira etapa na sua história. Uma etapa de garantia e tranquilidade alimentar, melhor renda, maior quantidade de alimentos disponíveis, novas esperanças e sonhos de uma vida melhor. Existem ainda dificuldades a contornar, mas o caminhar é positivo,

Após todo o evidenciado e também vivenciado, acredita-se que no Horto Vergel a Reforma Agrária tem conseguido dar uma melhor qualidade de vida às famílias assentadas, de fato existem caminhos a rever e parcerias a fazer com outras instancias para com isto promover ações de investimento na construção de escolas, espaços de lazer, melhor atendimento à saúde e programas de educação e prevenção ante os riscos das doenças crônicas, saneamento básico, assistência técnica e extensão rural para o planejamento, execução e acompanhamento dos processos agropecuários, promoção dos cuidados com a preservação do solo, mecanismo para uma melhor segurança cidadã, transporte público rural, serviços de internet, fortalecimento à produção processada, programas de reeducação alimentar, dentre outras.

A Reforma Agrária é uma politica urgente e necessária na atual conjuntura econômica do País e na vida de milhares de pessoas que ainda aguardam por ela. Esta, ainda que caminhando devagar e com muitos entraves a superar constitui-se na oportunidade de desenvolvimento integral que o Brasil precisa.

CAPÍTULO 4. REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS FAMÍLIAS DO HORTO VERGEL

4.1 Considerações Preliminares

Este capítulo da pesquisa tem como objetivo analisar a inter-relação que existe, em nível familiar, dos diferentes aspectos pelos quais perpassa a RA com a (In)segurança alimentar, sob o enfoque da Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar - EBIA.

A metodologia seguida baseou-se na análise da (In)segurança alimentar, em nível familiar, por meio do uso da EBIA. Posteriormente, tendo conformado os quatro níveis de (In)segurança alimentar propostos nesta metodologia, foi realizada a comparação da evolução destes níveis nos anos 2008 e 2013; em seguida foram realizados cruzamentos entre as variáveis identificadas para a análise da Reforma Agrária e os níveis de (In)segurança alimentar, ressaltando-se os aspectos mais relevantes.

Importante indicar que toda a análise esteve subsidiada por dados coletados nas pesquisas de campo realizadas nos anos 2008 e 2013 no Assentamento Horto Vergel. Este capítulo não aprofunda a revisão bibliográfica, pois esta já foi apresentada e discutida no capítulo II.

No que se refere ao universo de estudo é necessário destacar que este mudou quanto ao número. O universo de estudo em 2008 esteve conformado por 87 famílias titulares das 90 existentes. Em 2013 o universo, por questões comparativas, foi de 74 famílias titulares, já que houve evasão de 13 famílias titulares do Assentamento e que compunham a amostra de 2008.

As variáveis propostas para esta análise foram escolhidas pelo maior caráter, em nível familiar, que elas mostraram ter, assim sendo, as variáveis analisadas foram: (In)segurança alimentar, idade dos filhos dos assentados, escolaridade, o número de integrantes por família, a produção vegetal, a produção animal, a produção processada, as atividades não agrícolas, a moradia, a saúde, a renda, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Bolsa Família, a Assistência Técnica e Extensão Rural, o consumo alimentar e as percepções da qualidade de vida desde o olhar dos Assentados.

O Capítulo se inicia conceituando a Segurança Alimentar e suas diferentes dimensões. No momento seguinte, se analisa a Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar – EBIA e sua metodologia de aplicação. Visto que a amostra de famílias em 2008 varia em quantidade em relação à amostra 2013, pelo fato da evasão de 13 famílias, a análise de resultados deste capítulo se inicia com a análise das possíveis causas que levaram estas 13 famílias assentadas a deixar o Assentamento.

Em seguida se apresentam os dados da evolução da Segurança Alimentar entre o período de 2008 e 2013. Após isto, se inter-relacionam as variáveis propostas com cada nível de (In)segurança alimentar, ressaltando-se os aspectos relevantes. Conclui-se o capítulo com uma breve consideração final.

4.2 Conceituando a Segurança Alimentar e Nutricional:

O Conceito de “Segurança Alimentar” data da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quando estava relacionado com a segurança nacional dos países envolvidos. Anos depois e já no marco da Segunda Grande Guerra (1939-1945), época em que mais da metade da Europa estava devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento, e com o surgimento e adoção da declaração universal dos direitos humanos (1948), volta a ser discutido (BELIK, 2003; CONTI, 2009; NASCIMENTO e ANDRADE, 2010).

Surgiu, assim, a necessidade de formação de estoques estratégicos de alimentos para os países se tornarem menos vulneráveis e dependentes em tempos de crises e guerras. Posteriormente na década de 1970 na I Conferência Mundial sobre Segurança Alimentar realizada pela FAO, a segurança alimentar ficou definida como uma política tendente a aumentar a disponibilidade de alimentos por meio da formação de estoques estratégicos com base no estímulo da produção agrícola, fato pelo qual a Revolução Verde ganha legitimidade e força sob o pensamento de que isto resolveria o problema da fome.

Posteriormente, a FAO percebendo que suas predições sobre a redução da fome no mundo (via Revolução Verde) não deram certo e que, pelo contrário, aprofundou-se a brecha entre pobres e ricos, ficou evidente a necessidade da adoção de medidas estruturais que pudessem propiciar maior equidade no acesso aos alimentos. Portanto, a noção do direito humano ao acesso

aos alimentos voltou a ser enfatizada como uma necessidade premente no âmbito da Segurança Alimentar (CONTI, 2009).

E assim, em 1983, a FAO definiu um novo conceito de segurança alimentar fundamentado em três objetivos: oferta de alimentos, estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e a segurança no acesso aos alimentos. Em 1996, e como produto das intensas discussões em nível nacional e internacional do tema, a Cúpula Mundial da Alimentação, convocada pela FAO em 1996, definiu a Segurança Alimentar e nos seguintes termos:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã. (FAO, 1996, p.3).

Este conceito que leva em consideração a dimensão de “acesso” aos alimentos, passou a ser usado no âmbito mundial por diversas organizações públicas e privadas. No Brasil, na década de 1990, com o surgimento do debate da segurança alimentar da nação se criaram órgãos e políticas públicas voltadas à questão alimentar como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA e o Plano Nacional de Combate à Fome e Miséria.

Em 1994, já existiam algumas ações no plano da segurança alimentar como a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar elaborada pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento, é assim como com a celebração da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a SAN ficou definida no País como:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (CONSEA, 1994).

Dez anos depois em 2004 na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CNSAN, que trouxe propostas de ações estratégicas para uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, o conceito foi redefinido:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentação adequada, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

Este segundo conceito de maior abrangência e complexidade que o conceito da FAO e as conceitualizações feitas inicialmente no Brasil, trouxe consigo a importância do conceito “nutricional” a noção de saúde, diversidade cultural e sustentabilidade social, econômica e ambiental e segundo o CONSEA, 2004 o novo conceito também significou a necessidade da elaboração de ações concretas para o combate à fome, entre estas a necessidade do estabelecimento do “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, garantindo a regulamentação das políticas de SAN como política pública integral, com Lei Orgânica e orçamento próprio [...]” (CONSEA, 2004).

É ante isto e com a mobilização do CONSEA, em 15 de setembro de 2006, que o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.346/2006, também chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2011g).

De acordo com o Art^o 3 desta Lei, a segurança Alimentar e Nutricional - SAN no Brasil é definida como:

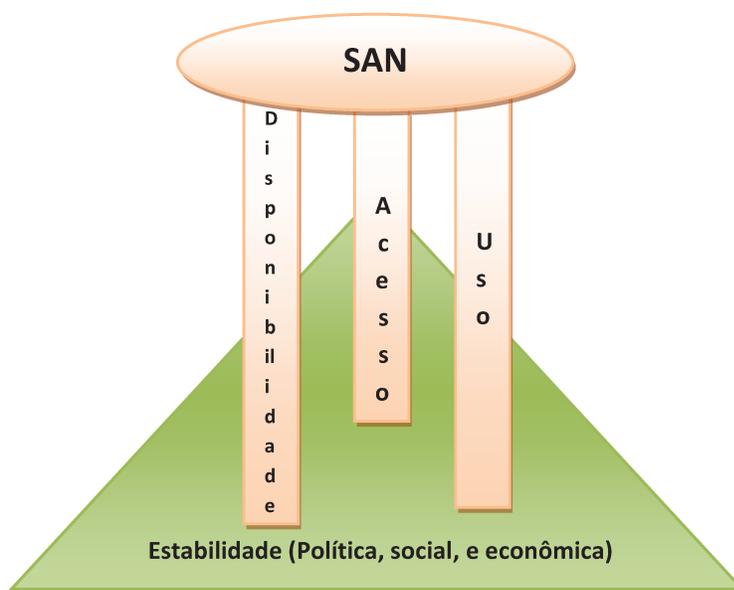
A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável” Brasil (Brasil, 2011g)

As dimensões que o conceito da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN abrange e que são diferentes ao conceito de Segurança Alimentar definido pela FAO (1996, p.3), segundo Kepple citada pela PNAD, 2004-2009 (IBGE, 2010h) e Melgar-Quiñonez (2013), são:

- 1) Disponibilidade do alimento: que significa a oferta de alimentos para toda população e depende da produção, importação (quando necessária), sistemas de armazenamento e distribuição;
- 2) O acesso físico e econômico aos alimentos significa a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar;

- 3) A utilização biológica (uso) dos alimentos pelo organismo é o aproveitamento dos nutrientes, que é afetado pelas condições sanitárias nas quais as pessoas vivem e produzem sua comida, depende da segurança microbiológica dos alimentos e pode ser afetado pelos conhecimentos, hábitos e escolhas sociais.
- 4) Estabilidade, que implica no grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos. Esta dimensão envolve a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demanda o planejamento de ações pelo poder público e pelas famílias diante eventuais problemas que podem ser crônicos, sazonais ou passageiros.

FIGURA 05: As dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional -SAN



Fonte: elaboração própria Kepple (2010) e Melgar – Quiñonez (2013)

Segundo Kepple, 2010, os determinantes da SAN se dão em plano “macro”, “meso” e “micro”, sendo este último plano (individual/familiar) o plano onde se desenvolve esta pesquisa.

No Brasil o conceito e entendimento da SAN melhorou com o decorrer dos anos, apesar de que o País não dispunha de uma ferramenta de aplicação nacional que medisse o grau da Insegurança Alimentar - (IN)SA nos lares. Diante disto iniciaram-se em 2003, trabalhos de validação e adaptação da Household Food Security Survey Module – HFSSM, uma escala dos

Estados Unidos da América que tinha a capacidade de mesurar a magnitude do problema de (IN)SA da população, assim como identificar os graus de acesso aos alimentos. Desta forma nasceu a Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar-EBIA, uma importante ferramenta para a medição da (In)SA em nível familiar. Esta ferramenta após passar por um processo de validação foi incorporada em 2004 na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2004.

4.2.1 A Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar- EBIA

Como resposta à fome vivenciada no mundo, muitos países desenvolveram tanto pesquisas para conhecer em profundidade os fatores causais desta problemática, assim como políticas para erradicá-la. Havia a necessidade de criar um método para a análise da Segurança Alimentar e Nutricional a nível familiar; que avaliasse minimamente alguns dos componentes deste complexo problema.

Frente a isso, desenvolveram-se métodos de análises, dentre os quais destacam-se: a) o método da *Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO* (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) de cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; b) cálculo do rendimento mínimo para consumo alimentar e não alimentar; c) cálculo do consumo alimentar - como os recordatórios quantitativos das últimas 24 horas, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; d) antropometria; e e) métodos para medir a percepção da insegurança alimentar e fome nos lares (também conhecidos como “escalas baseadas na experiência dos lares”) (IBGE, 2010h; MELGAR-QUIÑONEZ, 2013)

Cada método capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria tornando-os complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual. Alguns métodos abordam a disponibilidade de alimentos, ao passo que outros focalizam o problema pela via do acesso ou pela estabilidade das famílias ao acesso aos alimentos. Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto, mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação. (PESSANHA et al., 2008).

Mesmo com a existência destes métodos é importante salientar que sendo a segurança alimentar um fenômeno tão complexo, nenhum indicador é capaz de medir todos seus componentes por si mesmo (MELGAR-QUIÑONEZ, 2013)

No ano 2007, na América Latina criou-se a Escala Latino-americana e Caribenha de Segurança Alimentar – ELCSA (siglas em espanhol), como instrumento para abordar o tema da Segurança Alimentar das famílias, a partir de outras escalas de segurança alimentar que tocavam o tema no nível familiar (dentro destas a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA do Brasil). Desde então, a ELCSA vêm sendo aplicada em inúmeras ocasiões dentro dos estudos vinculadas à segurança alimentar de muitos países da região exceto do Brasil, pois este país, como indicado, tem sua própria escala (a EBIA) a qual foi uma das precursoras da ELCSA (FAO, 2012).

A EBIA, que é um instrumento que mensura a percepção dos moradores dos domicílios em relação ao acesso aos alimentos e pelo tanto mede a percepção da insegurança alimentar e fome das famílias, é uma versão adaptada e validada da escala elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture – USDA*), e consiste segundo Segall- Correa e Sales-Costa (2008) num método que através da formulação de 15 perguntas diretamente a uma pessoa da família (Ver quadro 15) e tomando como período de referência os últimos três meses, visa captar distintas dimensões da (In)segurança alimentar, desde o receio de sofrer privação alimentar no futuro próximo, passando pela situação na qual existem relatos de comprometimento da qualidade da dieta e de limitação da quantidade de alimentos consumidos no domicílio, chegando até o nível mais grave da insegurança alimentar, que é a referência à fome entre adultos e/ou crianças. Ou seja, é uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar do seu domicílio.

QUADRO 15: Síntese dos Itens da Escala Brasileira de (In)segurança alimentar (EBIA)

1	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) teve preocupação que a comida acabasse antes que pudesse comprar mais comida?
2	Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que o a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais?
3	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
6	Nos últimos 3 meses, a(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, não comeu (comeram) quantidade suficiente porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
7	Nos últimos 3 meses, a (o) Senhora(sr) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
8	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
9	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?
10	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
11	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para a comida?
12	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não tinha dinheiro suficiente para comprar a comida?
13	Nos últimos 3 meses, alguma vez a (o) Sra.(Sr.) teve que deixar de fazer uma refeição da(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
14	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescentes(s), menores de 18 anos, teve(tiveram) fome mas a(o) Sra.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida.
15	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescentes(s), menores de 18 anos, ficou(ficaram) sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?

Fonte: Segall-Correa; Salles-Costa (2008).

Cada item respondido afirmativamente é seguido de alternativas de frequências: “em quase todos os dias”, “em alguns dias”, “em apenas 1 ou 2 dias” e “não sabe” ou “recusa responder”, exceto o item 10 que apresenta as alternativas: “pouca”, “média”, “muita” e “não sabe” ou “recusa responder”.

A partir da somatória do número de respostas positivas no questionário e pontos de corte pré-estabelecidos obtêm-se os diferentes níveis:

QUADRO 16: Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de (In)segurança alimentar

Classificação dos domicílios com moradores menores de 18 anos:	Classificação dos domicílios com moradores de 18 anos de idade ou mais:
Segurança Alimentar: 0 pontos	Segurança Alimentar: 0 pontos
Insegurança Alimentar Leve: 1 a 5 pontos	Insegurança Alimentar Leve: 1 a 3 pontos
Insegurança Alimentar Moderada: 6 a 10 pontos	Insegurança Alimentar Moderada: 4 a 6 pontos
Insegurança Alimentar Grave: 11 a 15 pontos	Insegurança Alimentar Grave: 7 a 8 pontos

Fonte: Segall-Corrêa; Marin-Leon (2009).

Para a classificação dos domicílios nos níveis acima referidos é feita, para cada um deles, a somatória de repostas afirmativas, o que permite o estabelecimento de pontuações. Para os domicílios onde existiam membros menores de 18 anos, é possível um máximo de respostas positivas de 15 e, para famílias sem membros menores de 18 anos, no máximo 8 pontos.

Os níveis de (In)segurança alimentar aos quais faz referência a EBIA são: ***Segurança alimentar*** – quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo há preocupação com a falta de alimentos no futuro; ***Insegurança alimentar Leve*** – quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; ***Insegurança alimentar Moderada*** – quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas; e ***Insegurança Grave*** – quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos(as) como para a alimentação das crianças do domicílio. Nesta última situação, há evidente quebra nos padrões usuais de alimentação das famílias, com alta possibilidade de ocorrência de fome (SEGALL-CORREA; SALLES-COSTA, 2008).

A principal vantagem deste método está nas medidas qualitativas apreenderem, como elemento essencial, o modo como as pessoas mais atingidas percebem a (in)segurança alimentar e a fome. (KENNEDY, apud FAO, 2002). Além da grande vantagem de medir diretamente o fenômeno de interesse, este método é, na realidade, o único que permite captar não só as dimensões físicas, mas também as dimensões psicológicas da (In)segurança alimentar e ainda classificar os domicílios de acordo com sua vulnerabilidade ou nível de exposição à mesma (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005). Mesmo com estas vantagens o mesmo autor chama a atenção

para a necessidade de validação do método quando aplicado a diferentes espaços (e ou comunidades) como o caso dos Assentamentos rurais.

Quanto às desvantagens, cabe destacar que, por ser uma medida “subjetiva” da (In)segurança alimentar, esta metodologia torna-se especialmente suscetível a viés de “prestígio” ou “benefício” se os entrevistados imaginam que, dependendo das respostas que derem às perguntas, eles próprios, seus domicílios e/ou suas comunidades poderão receber ajuda em alimentos ou benefícios sociais. Outra desvantagem é que, em virtude da necessidade de usar limites diferenciados para populações distintas, o algoritmo utilizado para classificar os domicílios, segundo o grau de (In)segurança alimentar a que estão expostos, pode não ser o mesmo para diferentes países ou até para diferentes grupos populacionais de um país. Por último, destaca que, embora meça várias dimensões do fenômeno de (IN)SA, a escala do USDA não permite captar a dimensão da Segurança dos alimentos, ou seja, a qualidade microbiológica e a ausência de poluentes, tais como: metais pesados e pesticidas. (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Atualmente a EBIA é considerada um instrumento importante para a geração de indicador direto de medida domiciliar de segurança alimentar. Esta é de caráter relevante no monitoramento da Insegurança Alimentar e na avaliação dos efeitos das políticas públicas setoriais de combate a este problema.

A EBIA por decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi incorporada pela primeira vez à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios–PNAD em 2004. Nesta oportunidade a pesquisa colocou em evidência que 34,9% da população brasileira convivia com algum grau de insegurança alimentar, sendo que 18% convivia com IA Leve, outros 9,9% com IA moderada e 7,0% com IA Grave, o que significava a existência de quase 13 milhões de brasileiros convivendo com a fome e outros 50,6 milhões com comprometimento da qualidade da dieta alimentar e restrições quantitativas de alimentos.

Os dados acima mencionados sofreram variação em 2009, sendo que nesta ocasião 30,2% dos Brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar, 18,7% com IA Leve, outros 6,5% com IA Moderada e 5,0% com IA Grave. Isto significa que em 2009 existiam quase 10 milhões de brasileiros convivendo com a fome e outros 48 milhões com comprometimento da

qualidade da dieta alimentar e restrições quantitativas de alimentos. Tanto em 2004 como em 2009 a prevalência da insegurança alimentar foi maior nos lares da área rural.

No período de 2004 a 2009, de modo geral, a proporção de pessoas passando fome diminuiu, mais continuou prevalecendo no meio rural. Estes números revelam, que ainda com a desarticulação das políticas públicas que visam à segurança alimentar estas estão no caminho certo da consecução desta, porém sua implementação e foco tem que ser revisada.

Importante destacar que o uso da EBIA no contexto da PNAD, 2004 e 2009, teve modificações respeito à sua estrutura original mostrada no quadro 15, estas modificações não foram consideradas nesta pesquisa por motivos metodológicos.⁷¹

Após conceituar a (In)segurança alimentar e o método brasileiro para sua mensuração –a EBIA-, inicia-se a seguir, a análise da relação que existe entre os níveis da (IN)SA das famílias e as variáveis propostas.

Antes de iniciar a análise da correlação das variáveis propostas e os níveis de (IN)SA, acredita-se importante fazer uma breve análise das possíveis causas de evasão das 13 famílias titulares do Assentamento no período de 2008-2013, Isto com a ajuda da informação que estas famílias ofereceram em 2008.

4.3 As 13 Famílias Titulares que Deixaram o Assentamento entre 2008 e 2013

Após conseguir a oportunidade de uma posição na sociedade, uma vida mais digna, tranquila e um futuro promissório, na lógica comum, o caminho a seguir estaria mais facilitado e concreto; apesar disto na tabela 48 pode-se evidenciar que no período de 2008 a 2013 foram 13 as famílias que migraram do Assentamento para outros locais do País. Esta evasão, acredita-se, responde a fatores externos e internos próprios da dinâmica familiar e local que dificilmente pode ser medida na sua magnitude, pois a decisão de deixar a terra pela qual tanto se lutou, intervém dentre outros fatores inerentes ao assentado, sua memória, suas visões de desenvolvimento, suas motivações, enfim as razões da evasão são mais complexas do que pretende elucidar o senso comum.

⁷¹ Em 2008 trabalhou-se com a estrutura de EBIA mostrada no quadro 15, para fins comparativos, em 2013 decidiu-se trabalhar com a mesma estrutura de 2008.

Sobre o tema das evasões das famílias assentadas Bruno e Medeiros (2001) que avaliaram 59 Assentamentos em 22 Estados do Brasil, encontraram altos índices de evasão, na ordem de 29.7% da média ponderada brasileira, com causas relacionadas à infraestrutura e dentro desta o acesso à saúde, educação, estradas, e transporte e energia elétrica. Insuficiência e atraso do crédito, dificuldades de gestão do lote, origem urbana dos beneficiários, conflito de costumes e imposição de regras, acúmulo financeiro, as oportunidades externas, entre outras causas. Já Mello (2006) chama a atenção para fatores como o Estado civil, conflitos internos e a insegurança dominial⁷² de que são acometidos os assentados e que podem dificultar a formação de sentimento de pertencimento destes ao local, assim como suas estratégias de herança.

Com base nisso, pode-se afirmar que são várias as causas que influenciam na decisão que leva às famílias a deixar o Assentamento; cada uma tem seus motivos particulares, mesmo assim existem alguns fatores visíveis que ajudam na compreensão do problema de evasão, entendido nesta pesquisa de maneira genérica sem distinção se ela representa o abandono do lote, a venda ou expulsão do mesmo.

Para verificar os possíveis fatores de evasão, foram realizadas análises da situação de vida das 13 famílias a partir de dados coletados em 2008. Isto proporcionou informações para fazer algumas inferências a respeito dos possíveis motivos que levaram estas famílias a tomar a decisão de deixar o Assentamento (Tabela 48):

⁷² Insegurança dos assentados ao não possuir o título do lote.

TABELA 48: Perfil das famílias titulares que deixaram o Assentamento no período 2008-2013

Nível de Insegurança Alimentar	Titulares que deixaram o Assentamento	Lugar onde moravam	Idade do Titular	Escolaridade do Titular	Num. Dependentes	Num. Cômodos na casa.	Produção Vegetal	Produção Animal	Saneamento básico	Possui Escola	Atividades não agrícolas	Percepção da Saúde	Doença Crônica do Titular	Laços familiares	Ajuda do Governo	Insegurança domínial	Renda familiar em salários mínimos
SA	1	Lote	53	FI ⁷³	1	4	Sim	Sim	Não	Não	Não	Regular	Não	Sim	Não	Sim	1
	2	Lote	46	FI	1	2	Sim	Sim	Não	Não	Não	Regular	Não	Sim	Não	Sim	1.5
IAL	3	Lote	42	FI	4	4	Sim	Não	Não	Não	Sim	Regular	Não	Não	PBF ⁷⁴	Sim	1
	4	Lote	37	FI	6	5	Sim	Sim	Não	Não	Não	Boa	Sim	Não	PBF	Sim	2
	5	Lote	39	FI	4	4	Sim	Sim	Não	Não	Não	Boa	Não	Não	Não	Sim	2
	6	Lote	47	FI	5	5	Sim	Sim	Não	Não	Não	Ruim	Sim	Não	PBF	Sim	2
	7	Lote	37	FI	3	5	Sim	Não	Não	Não	Não	Boa	Não	Sim	PBF	Sim	1
IAM	8	Lote	53	SE ⁷⁵	5	4	Sim	Sim	Não	Não	Não	Regular	Sim	Sim	PBF	Sim	1.5
	9	Lote	56	SE	5	5	Sim	Sim	Não	Não	Não	Regular	Sim	Não	PBF	Sim	1
	10	Agrovila	29	FI	5	3	Sim	Sim	Não	Não	Não	Boa	Não	Sim	PBF	Sim	1
IAG	11	Agrovila	67	SE	6	3	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Boa	Não	Não	PBF	Sim	1
	12	Lote	49	FI	6	3	Sim	Não	Não	Não	Não	Regular	Não	Sim	Não	Sim	0.5
	13	Agrovila	52	EMC ⁷⁶	10	3	Não	Não	Não	Não	Não	Regular	Sim	Não	PBF	Sim	0.5

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008.

⁷³ FI: Fundamental Incompleto.

⁷⁴ PBF: Programa Bolsa Família.

⁷⁵ SE: Sem Escolaridade.

⁷⁶ EMC: Ensino Médio Completo.

Com base à tabela 48 se analisaram os “possíveis” fatores da evasão das 13 famílias:

a) A (In)SA das famílias:

Do total de famílias, 2 delas viviam em segurança alimentar e nutricional, 5 famílias em insegurança alimentar leve; 3 em insegurança alimentar moderada e as 3 restante em insegurança alimentar grave. Pode-se afirmar que 7 das 13 famílias tinham garantia alimentar (embora existisse na maioria delas a preocupação ante uma futura falta de alimentos) entanto que as 6 restantes vivenciavam restrições quantitativas de alimentos é até fome nos seus lares.

- ❖ *A Insegurança Alimentar foi uma das possíveis causas que levou às famílias à evasão do Assentamento*

b) O lugar de moradia:

Dentre as 13 famílias 10 moravam nos seus respectivos lotes, entretanto, as 3 restantes moravam na agrovila, (um espaço que tinha a finalidade inicial de ser transitório e acolher a algumas famílias antes de se instalar no lote), e não detinham nenhum tipo de produção no lote.

- ❖ *O lugar da moradia dentro do Assentamento não foi um fator possível determinante da evasão das famílias do lote.*

c) Idade do Titular:

A idade dos titulares foi variável entre 37 e 56 anos; existindo um titular idoso de 67 anos. A maioria de titulares estava numa faixa de idade ativa para o trabalho

- ❖ *A idade dos titulares responsáveis das famílias não foi uma possível determinante na saída das famílias do Assentamento.*

d) Grau de escolaridade do Titular:

A maioria de titulares tinha mais de 4 anos de estudo fundamental e um destes tinha ensino médio completo. Existiam 3 titulares sem escolaridade.

❖ *O grau de escolaridade possivelmente não influenciou na decisão das famílias de sair do Assentamento.*

e) Número de dependentes:

A maioria de famílias tinha mais de 4 dependentes na família sendo que em uma haviam 10 dependentes.

❖ *O número de dependentes da família foi um possível fator que influenciou na saída desta do Assentamento.*

f) Número de cômodos da casa:

O número de cômodos das casas (sem contar o banheiro), nas quais viviam as famílias era de 2 a 5 cômodos sendo que a maioria tinha mais de 4 cômodos para habitar.

❖ *Esta variável relacionada com a variável o número de dependentes por família indica que o número de cômodos da casa não foi um possível determinante para a evasão das famílias do Assentamento.*

g) Produção Vegetal:

Do total de famílias 9 delas possuíam algum grau de produção vegetal, embora, na análise da folha de produtos plantados, a maioria delas tinha produção agrícola limitada a 2 ou 3 gêneros alimentícios, como a mandioca e algumas frutíferas.

❖ *A produção vegetal e em especial a sua diversidade foi um possível determinante para a evasão das famílias do Assentamento.*

h) Produção Animal:

Tem-se que 9 das 13 famílias tinham uma produção animal baseada em galinhas o qual, em certa forma, convertia-se num recurso sólido no aporte de proteínas à dieta tanto pelos ovos como pela carne; mas, o fato de ser uma atividade limitada à criação, em pequena escala, deste tipo de animais de pequeno porte fazia com que esta não fosse o principal recurso familiar que poderia ajudar nas necessidades alimentares ou de venda das famílias.

❖ *O tipo e a escala de produção animal das famílias foi um possível determinante da saída destas do Assentamento.*

i) Assistência Técnica do governo:

A maioria de famílias afirmou não receber, nos lotes, nenhum tipo de assistência técnica enquanto que 2 famílias indicaram que sim.

❖ *Esta variável constitui-se numa das possíveis e potenciais variáveis para a saída dos assentados visto que esta é uma variável que toca (dentre outras coisas) os diferentes tipos de produção das famílias.*

j) Saneamento Básico:

O total de famílias analisadas (ao igual que todas as famílias do Assentamento) não possuíam saneamento básico. Todas as famílias possuíam fossas negras e a água, não potável, chegava a suas casas através de encanamento e poços cacimba construídos pelas próprias famílias.

❖ *A falta de saneamento básico adequado foi uma das possíveis causas que determinaram a evasão das famílias.*

k) Escola:

O Assentamento não possui escola, as pessoas têm que se deslocar até o Município de Mogi Mirim para receber escolarização.

❖ *A falta de escola apresenta-se num dos fatores que possivelmente influenciou a saída das famílias do Assentamento.*

l) Atividades não agrícolas no lote:

O quadro indica que a maioria das famílias não realizava, nem tinham histórico, de ter realizado atividade *não agrícola* (como artesanato, manicure, pedicura, entre outras) no lote.

- ❖ *A não realização de atividades não agrícolas não foi determinante para a saída das famílias do Assentamento.*

m) Saúde:

Do total de titulares 7 destes indicaram perceber que sua saúde estava num Estado “regular”, 5 indicaram ter uma saúde “boa” e 1 titular indicou sentir sua saúde “ruim”.

- ❖ *A percepção da saúde como “regular” pode ser um dos motivos que influenciou a evasão das famílias.*

n) Doenças crônicas:

Foram 5 os titulares que indicaram ter alguma doença crônica segundo laudo médico; o restante indicou não ter nenhuma doença crônica diagnosticada.

- ❖ *A presença de doenças, somada à insatisfação do serviço médico, fazem pensar que esta variável pode ser uma possível determinante da saída das famílias do Assentamento.*

o) Laços familiares:

A maioria das famílias não tinha nenhuma limitação por conta dos laços familiares pois os pais, sobrinhos, netos, compadres, etc. moravam na região.

- ❖ *Os sentimentos ante a falta de familiares não é um possível fator que tenha levado às famílias ao êxodo do Assentamento.*

p) Ajuda do Governo:

A maioria das famílias (9) recebia ajuda do governo através do Programa Bolsa Família, mas que, como avaliado nas declarações destes, esta renda não era significativa no orçamento familiar.

- ❖ *A transferência de renda por parte do governo não foi um possível determinante da saída das famílias do Assentamento.*

q) Insegurança Dominial:

Todas as famílias tinham o sentimento de insegurança dominial o qual, em muitas delas, limitava ações como fazer benfeitorias no lote, arrumar casa, etc. Durante a realização das entrevistas existiam boatos de que o governo poderia deslocar a toda a população assentada do Vergel para outro lugar.

- ❖ *A insegurança dominial foi um possível fator que influenciou na saída das famílias deste.*

r) Renda Familiar:

Do total das famílias, 5 delas tinham salários entre 1,5 a 2 salários mínimos (sm); 6 famílias viviam com 1 sm e 2 famílias recebiam o equivalente a ½ salário mínimo.

- ❖ *O volume dos salários, associado ao alto número de dependentes e a baixa produção, dentre outros, é um possível fator determinante da saída das famílias do Assentamento.*

Importante indicar novamente que a análise, acima apresentada, baseia-se em dados declarados pelas próprias famílias quando estas ainda moravam no Assentamento. De fato, tal análise não pretende indicar que somente esses fatores tenham influenciado (positiva o negativamente) na decisão de evasão do Assentamento. Esta análise só é uma tentativa de aproximação com a realidade.

Além disso, com o intuito de saber a opinião dos assentados do Vergel a respeito da evasão das famílias, formulou-se a seguinte pergunta:

Segundo a opinião do Sr(a), porque alguns assentados estão deixando o Assentamento?

As respostas, variadas e também recorrentes, convertem-se em possíveis variáveis que determinaram a saída das famílias do Assentamento desde a ótica dos seus vizinhos e que expõem novas variáveis, além das analisadas, como: débil motivação pessoal para o trabalho, a fraca identidade como agricultor, a origem urbana das famílias, o fraco desempenho da

assistência técnica, a baixa quantidade de mão de obra, a fraca identidade com o Assentamento, as poucas oportunidades para desenvolvimento os filhos, a pouca mão de obra familiar, etc.

Segundo a
opinião do Sr(a),
porque alguns
assentados estão
deixando o
Assentamento?

- “Falta apoio do Governo, o ITESP não trabalha”.⁷⁷
- “Falta coragem para trabalhar”.
- “Não dava pra viver bem”.
- “Não queriam trabalha na roça”.
- “Não sabe porquê eles foram embora”.
- “Porque não eram da roça e não se acostumaram”.
- “ITESP não ajuda”.
- “Doença”.
- “Falta dinheiro para lavoura”.
- “Falta expectativa para os filhos”.
- “Sem força de trabalho”.
- “Falta oportunidade para os filhos”.
- “Filhos querem ficar na cidade”.
- “Mulher quis ir embora”.
- “Trabalho difícil”.
- “ITESP não deixa trabalhar”.
- “Não dão conta com o trabalho, acham a cidade melhor”.
- “Não estão implementados e não têm condições de capital pra trabalhar”.
- “Não se identificaram com o Assentamento”.
- “Pegam lote para depois vende”.
- “Plantam e tudo é caro”.
- “Porque atrasa em pagar a produção”.
- “Pela vagabundagem”
- “Por que estão sozinhos e não têm cabeça para trabalhar”.

Fonte: Elaboração própria em base a dados de campo 2013

Para uma melhor visualização dos motivos acima indicados se fez o seguinte quadro:

⁷⁷ Todas as frases aqui listadas estão escritas na forma mais original possível como falada pelos entrevistados.

QUADRO 17: Síntese da análise dos possíveis fatores que influenciaram na evasão familiar

Possíveis fatores que influenciaram na evasão familiar (segundo famílias em 2008)	Influenciou	
	Sim	Não
Insegurança Alimentar	x	
Moradia		x
Idade do Titular		x
Escolaridade do Titular		x
Número de dependentes	x	
Número de cômodos da casa		x
Produção Vegetal	x	
Produção Animal	x	
Assistência Técnica do governo	x	
Saneamento Básico:	x	
Escola	x	
Atividades não agrícolas no lote		x
Saúde	x	
Doenças crônicas	x	
Laços familiares		x
Ajuda do Governo		x
Insegurança Dominial	x	
Renda Familiar	x	
Possíveis fatores que influenciaram na evasão familiar (segundo opinião dos vizinhos em 2013)		
Débil motivação pessoal para o trabalho	x	
Fraca identidade com o trabalho agrícola	x	
A origem urbana das famílias,	x	
Fraco desempenho da assistência técnica	x	
Baixa disponibilidade de mão de obra	x	
Baixa identidade com o Assentamento	x	
Baixas oportunidades para desenvolvimento dos filhos	x	
Baixa mão de obra familiar	x	

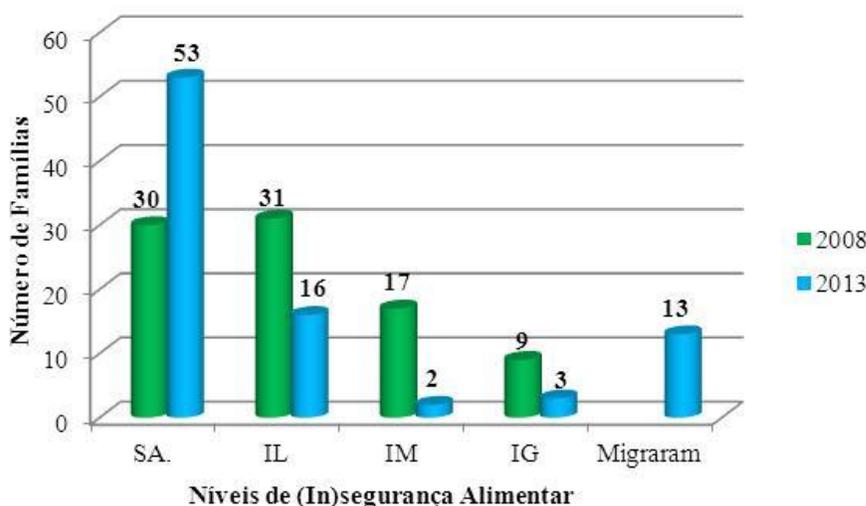
Fonte: Elaboração própria em base a dados de Campo 2013.

4.4 A (In)segurança Alimentar nas Famílias do Vergel.

4.4.1 A Evolução da (In)SA⁷⁸ das famílias titulares assentadas do Horto Vergel

A (In)SA em 2013, em nível das 74 famílias titulares pertencentes à amostra, teve evolução positiva em referência a 2008. Contudo importante indicar que houve 13 famílias que deixaram o Assentamento entre 2008 e 2013 portanto tiveram que sair da análise comparativa.

GRÁFICO 05: Evolução da (IN)SA das famílias titulares do Horto Vergel, anos 2008 e 2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013

O gráfico 05 mostra em 2008 a existência de 30 famílias em SA; 31 famílias em IAL, 17 famílias em IAM e 9 famílias em IAG. Em 2013 o quadro mudou significativamente para 53 famílias em SA, 16 famílias em IAL, 2 famílias em IAM e 3 famílias em IAG.

Em termos conceituais pode-se dizer que no Horto Vergel a maioria das famílias titulares (53) não têm nenhuma restrição alimentar nem preocupação com a falta de alimentos no futuro; 16 famílias estão indo pelo caminho correto à SA (ver tabela 49), mas têm algum grau de preocupação quanto ao acesso aos alimentos, de fato esta preocupação pode estar relacionada ao fato de que este grupo é conformado majoritariamente por famílias que migraram dos níveis IAM e IAG tendo vivenciado restrições alimentares quantitativas de alimentos e até a fome.

⁷⁸ Nesta Pesquisa quando se fala de (IN)SA está-se falando do nível de Segurança Alimentar – SA, Insegurança Alimentar Leve – IAL, Insegurança Alimentar Moderada-IAM e Insegurança Alimentar Grave-IAG.

Evidencia-se também a existência de 2 famílias em IAM e 3 em IAG, a maioria destas famílias (4 das 5 enunciadas) já estavam nesse nível em 2008 e não conseguiram migrar a outros níveis nestes últimos 5 anos, assim sendo pode-se afirmar que estas 4 famílias vêm vivenciando há muitos anos sua quebra de padrões alimentares é até a ocorrência da fome nos seus lares.

Se comparados estes resultados (Gráfico 5) com os resultados da (In)SA no Assentamento Vergel (Tabela 27) pode-se afirmar que as famílias titulares em IAM e IAG em 2013 são as únicas famílias do Vergel nesta situação e que as famílias “Novas”⁷⁹ são famílias que começaram a vida no Assentamento num outro patamar de SA (IAL e SA). Assim, estas famílias entraram com objetivos definidos ao Vergel, melhores capacidades e capitalizados. Além disso, estas 13 famílias “novas” são famílias que majoritariamente vieram com a inclinação à produção pecuária do que à produção agrícola.

Se analisadas as migrações entre os níveis apresentados pelas famílias titulares, durante estes anos, veremos que (tabela 49):

- Das 30 famílias que se encontraram em SA em 2008, 24 continuaram no mesmo nível, 3 desceram para o nível de IAL, e 1 para o nível de IAG sendo que 2 das famílias saíram do Assentamento. A família que migrou para o nível de IAG é uma família cujo titular ficou doente, não tem produção no lote e não morava no mesmo.

TABELA 49: Variação do nível de (In)SA das famílias assentadas de 2013 com respeito à sua posição de (In)SA em 2008

Famílias 2008 (87)		Nº de Famílias em 2013 (total 74)					
		SA	IAL	IAM	IAG	Evasão de famílias respeito a 2008	Total 2013
SA	30	24	3	0	1	2	28
IAL	31	21	4	1	0	5	26
IAM	17	6	7	1	0	3	14
IAG	9	2	2	0	2	3	6
Total	87	53	16	2	3	13	74

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

⁷⁹ Famílias que entraram ao Vergel em substituição das 13 famílias que deixaram o mesmo.

- Das 31 famílias que se encontraram em IAL em 2008, 21 ascenderam para o nível de SA, 4 continuaram no mesmo nível de IAL, 1 família caiu para IAM e nenhuma para IAG. Neste caso, foram 5 as famílias que deixaram o Assentamento.
- Das 17 famílias que se encontraram em IAM em 2008, 6 ascenderam para o nível de SA, 7 ascenderam para o nível de IAL, e 1 se manteve no nível. Neste nível foram 3 as famílias que deixaram o Assentamento.
- Das 9 famílias que se encontraram em IAG em 2008, 2 ascenderam para o nível de SA, 2 ascenderam para o nível de IAL, e 2 se mantiveram no mesmo nível. Neste nível foram 3 as famílias que deixaram o Assentamento.

De modo geral, evidencia-se que os grupo de SA e IAL de 2013 são formados por famílias provenientes de todos os outros níveis.

As famílias titulares do Vergel tiveram forte tendência a elevar de nível de (IN)SA, em especial as famílias que em 2008 estavam em IAL, esta migração eminentemente positiva acredita-se que tenha como uma das principais causas o fato de 70 famílias titulares terem se engajado em 2008 na venda de produtos agrícolas ao PAA e PNAE, assim como outros mercados locais.

Observa-se que mais da metade dos titulares do Vergel (53) estão no nível de SA e esta percepção se deve, principalmente, ao incremento da produção para o autoconsumo, à alta diversidade do lote, a renda familiar e a maior escolaridade dos filhos.

4.4.2 A (In)SA e sua relação com as famílias “com” e “sem” filhos menores de 18 anos

Na tabela 50 observa-se que tanto em 2008 como em 2013 a maior parte das famílias do Vergel têm filhos menores de 18 anos e com isto uma enorme responsabilidade pela frente ante o cuidado e futuro dos mesmos. Isto influi como uma potencial força ativa de trabalho da qual dependerá o futuro do Assentamento como também da urgente necessidade da materialização da insegurança alimentar e nutricional das famílias a qual, dentre outras coisas, passa pela necessidade da provisão de infraestrutura social que ajude ao desenvolvimento dos filhos, assim como também contribua para sua fixação no Assentamento.

Observa-se também que em 2008 ainda quando a maioria das famílias dos níveis de Insegurança Alimentar - IA tinham filhos menores de 18 anos, estas souberam contornar as dificuldades impostas no Assentamento, e analisadas nesta pesquisa, e ascender de nível de (IN)SA. Isto coloca em evidência que as famílias detêm uma enorme força motivadora para a mudança de vida no Assentamento e que respondem positivamente às ações do governo através das políticas públicas.

Evidenciou-se também no mesmo ano o maior número de famílias com filhos maiores de 18 anos que se concentravam nos níveis de IAL e SA, este panorama mudou em 2013, onde o maior número de famílias com filhos maiores de 18 anos se concentrava no nível de SA. A partir disto, é possível concluir que tal fenômeno converteu-se num fator chave na evolução das famílias em SA pois supõe maior força de trabalho ativa, maiores capacidades para a gestão do lote, maior renda, dentre outras.

TABELA 50: A (In)segurança alimentar e sua relação com as famílias “com” e “sem” filhos menores de 18 anos

Descrição	2008			2013		
	Famílias sem filhos ≤ 18 anos	Famílias com filhos < 18 anos	Total de Famílias por Nível	Famílias sem filhos ≤ 18 anos	Famílias com filhos < 18 anos	Total de Famílias por Nível
SA	19	11	30	25	28	53
	21.9%	12.6%	34.5%	33.8%	37.85%	71.6%
IAL	13	18	31	02	14	16
	14.9%	20.7%	35.6%	2.7%	18.9%	21.6%
IAM	1	16	17	1	1	2
	1.1%	18.4%	19.5%	1.35%	1.35%	2.7%
IAG	0	9	9	1	2	3
	0 %	10.4%	10.4%	1.35 %	2.7%	4.1%
TOTAL	33	54	87	27	47	74
	37.9%	62.1%	100%	39.2%	60.8%	100%
Famílias que migraram (evasão)			0			13
Famílias não entrevistadas			3			3
Total de lotes			90			90

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

4.4.3 Assentados que frequentam a escola e sua relação com a (In)segurança alimentar

Segundo os dados da tabela 51, no Horto Vergel existe um considerável número de pessoas que não frequentam a escola, sendo que em 2013 as famílias do nível SA são as que detêm o maior número destas. Isto pôde ser explicado pelo alto número de crianças em idade não escolar e jovens que culminaram seus estudos.

Observa-se também que em 2013 todas as famílias dos níveis SA e IAL teve pelo menos um filho frequentando à escola.

TABELA 51: Frequência à escola segundo níveis de (In)segurança alimentar, anos 2008 e 2013

Descrição	2008			2013		
	Número de Famílias	Frequentam à Escola		Número de Famílias	Frequentam à Escola	
		Não	Sim		Não	Sim
SA	30	62	23	53	215	72
		73%	27%		75%	24%
IAL	31	80	45	16	71	28
		64%	36%		72%	28%
IAM	17	50	32	2	12	6
		61%	39%		67%	33%
IAG	9	35	17	3	14	0
		67%	33%		100%	0%
Total	87	227	117	74	312	106
		66%	34%		75%	25%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

Na tabela 52 pôde-se evidenciar os grau de escolaridade das pessoas em função dos seus níveis de (In)segurança alimentar. Evidência que o número de pessoas sem escolaridade em 2013 é maior que o número de pessoas sem escolaridade em 2008, isto se deve principalmente ao número de crianças, deste grupo, que não estão em idade escolar.

TABELA 52: Escolaridade dos assentados segundo nível de (In)segurança alimentar

Ano	Descrição	Sem Escolaridade	≤ 4	4 a 8	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Total
2008	SA	10	37	21	7	2	7	0	1	85
		12%	44%	25%	8%	2%	8%	0%	1%	100%
	IAL	20	53	30	5	9	6	1	1	125
		16%	42%	24%	4%	7%	5%	1%	1%	100%
	IAM	9	38	16	10	5	4	0	0	82
		11%	46%	20%	12%	6%	5%	0%	0%	100%
	IAG	8	16	21	2	3	2	0	0	52
15%		31%	40%	4%	6%	4%	0%	0%	100%	
Total	47	144	88	24	19	19	1	2	344	
		13,7%	41,9%	25,6%	7%	5,5%	5,5%	0,3%	0,6%	100%
2013	SA	57	95	64	17	20	31	1	2	287
		20%	33%	22%	6%	7%	11%	0%	1%	100%
	IAL	18	28	26	9	6	10	1	1	99
		18%	29%	26%	9%	6%	10%	1%	1%	100%
	IAM	7	6	3	2	0	0	0	0	18
		39%	33%	17%	11%	0%	0%	0%	0%	100%
	IAG	3	3	3	4	0	1	0	0	14
21%		21%	21%	30%	0%	7%	0%	0%	100%	
Total	85	132	96	32	26	42	2	3	418	
		20,3%	31,6%	23%	7,7%	6,2%	10%	0,5%	0,7%	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

A predominância do número de pessoas com escolaridade menor ou igual a 4 anos em parte significa que há uma massa crescente de pessoas se escolarizando e começando a se escolarizar; isto associado ao fato do Vergel não ter uma escola é um fator que eleva a preocupação das famílias respeito ao futuro dos filhos. Por outro lado, o fato de muitas pessoas se estar escolarizando pode-se estar devendo também ao resultado positivo do Programa Bolsa Família, que através das suas condicionalidades motiva às famílias a procurar a educação dos filhos ainda que fora do Assentamento.

Na evolução dos anos 2008 e 2013 observa-se também o incremento de pessoas com fundamental completo, ensino médio completo e superior completo. Este fato denota uma tendência positiva no decorrer destes anos em respeito à consciência da importância da escolarização, assim como também é resultado, como dito, do Programa Bolsa Família, da elevação da renda familiar, e da melhor segurança alimentar dos lares.

Ante tudo isto chama-se a atenção para a urgente necessidade de infraestrutura educativa dentro do Assentamento que acabe com o sofrimento e desgaste que essas pessoas sofrem no processo de deslocamento para as escolas

4.4.4 Número de integrantes por família e sua relação com a (In)segurança alimentar

Na tabela 53, observa-se que o número de integrantes por família foi mais significativo em 2013 no nível de SA, pois neste nível há maior número de famílias com mais de 6 integrantes.

Este fato pode ser explicado, em parte, pelos casamentos, os nascimentos e pela chegada de parentes das famílias que antes moravam em distintos lugares. Isto indica que a SA das famílias traz consigo o fortalecimento familiar, devido às melhores condições de vida, que redundam numa maior força de trabalho e reflete às melhores oportunidades de geração de renda que as famílias estão atualmente tendo.

TABELA 53: (In)segurança alimentar e sua relação com número de integrantes por família, 2008, 2013

Descrição	Famílias Segundo Número de Integrantes 2008							
	1	2	3	4	5	6	+ de 6	Total
SA	8	7	6	3	3	3	0	30
	27%	23%	20%	10%	10%	10%	0%	100%
IAL	3	3	6	8	5	4	2	31
	10%	10%	19%	26%	16%	13%	6%	100%
IAM	0	1	2	3	6	3	2	17
	0%	6%	12%	18%	35%	18%	12%	100%
IAG	0	0	0	4	1	1	3	9
	0%	0%	0%	44%	11%	11%	33%	100%
Total	11	11	14	18	15	11	7	87
	13%	13%	16%	21%	17%	13%	8%	100%
Descrição	Famílias Segundo Número de Integrantes 2013							
	1	2	3	4	5	6	+ de 6	Total
SA	7	7	6	7	5	5	16	53
	13%	13%	11%	13%	9%	9%	30%	100%
IAL	0	1	0	2	4	6	3	16
	0%	6%	0%	13%	25%	38%	19%	100%
IAM	0	0	1	0	0	0	1	2
	0%	0%	50%	0%	0%	0%	50%	100%
IAG	0	0	1	0	1	1	0	3
	0%	0%	33%	0%	33%	33%	0%	100%
Total	7	8	8	9	10	12	20	74
	9%	11%	11%	12%	14%	16%	27%	100%

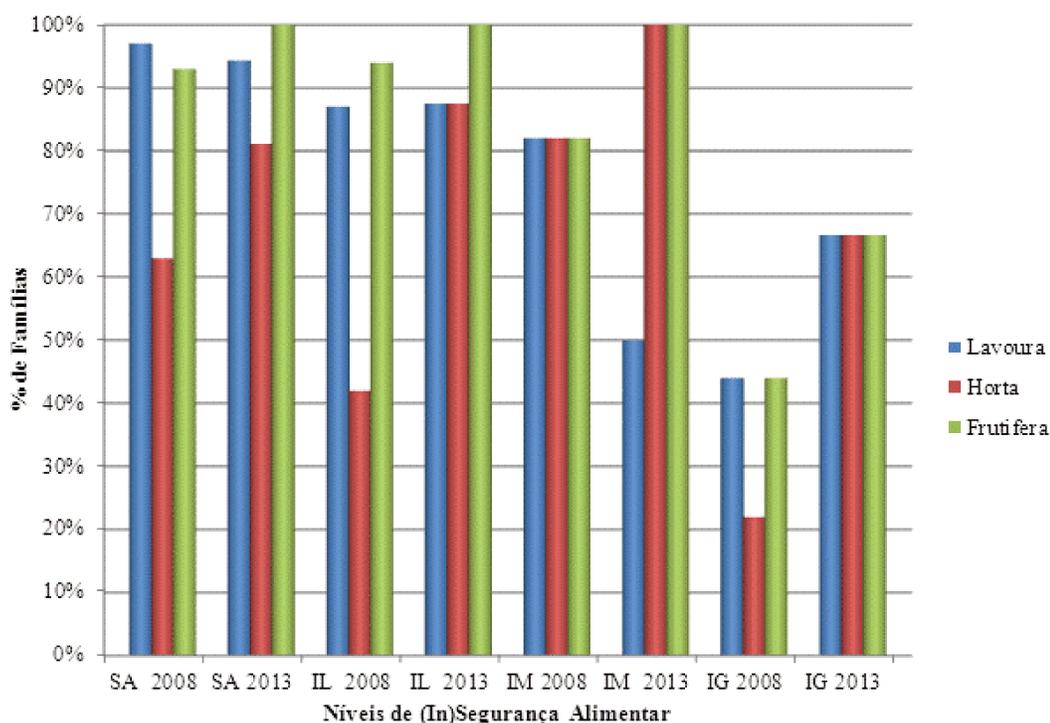
Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013.

4.5 Produção no Vergel e sua relação com a (In)segurança Alimentar

4.5.1 Produção Vegetal e sua relação com a (In)segurança alimentar

Segundo o gráfico 06, pode-se observar que as famílias com melhores níveis de SA são as que detêm maior diversidade vegetal e maior volume de produção, melhor autoconsumo e renda.

GRÁFICO 06: (In)segurança alimentar e sua relação com a produção vegetal das famílias titulares do Horto Vergel anos 2008 e 2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Observa-se também, de modo geral, o incremento da proporção de famílias produtoras de gêneros olerícolas e frutícolas, o que pode ser resultado, em sua maior parte (70 famílias), ao engajamento das famílias na venda deste tipo de produtos ao PAA e PNAE, fato que lhes motiva a ter maiores produções deste tipo.

Como se evidencia na tabela 54, a produção vegetal dos titulares do Vergel em relação a 2008 teve um crescimento animador. Em 2013, praticamente todas as famílias do nível SA e IAL produzem lavouras e frutíferas nos seus lotes, o que lhes teria garantido o ascenso na escala alimentar assim como de qualidade de vida em relação ao período anterior.

TABELA 54: Produção vegetal e sua relação com os níveis de (In)segurança alimentar

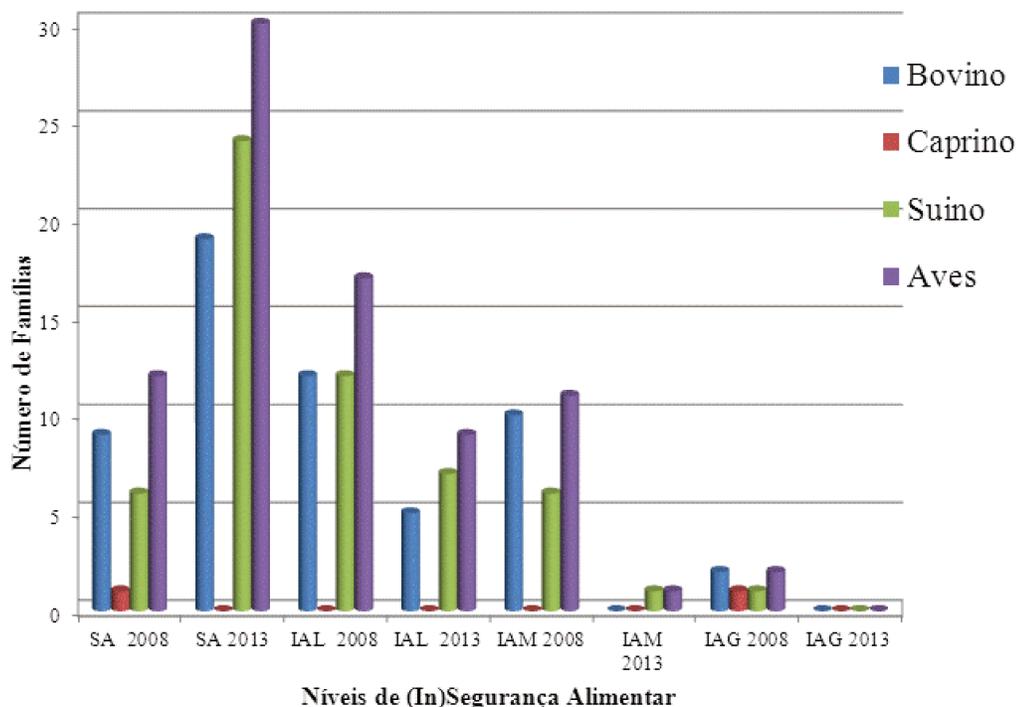
Nível	2008						2013					
	Lavoura		Horta		Frutíferas		Lavoura		Horta		Frutíferas	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
SA	1	29	11	19	2	28	3	50	10	43	0	53
	3%	97%	37%	63%	7%	93%	6%	94%	19%	81%	0%	100%
IL	4	27	18	13	2	29	2	14	2	14	0	16
	13%	87%	58%	42%	6%	94%	13%	88%	13%	88%	0%	100%
IM	3	14	3	14	3	14	1	1	0	2	0	2
	18%	82%	18%	82%	18%	82%	50%	50%	0%	100%	0%	100%
IG	5	4	7	2	5	4	1	2	1	2	1	2
	56%	44%	78%	22%	56%	44%	33%	67%	33%	67%	33%	67%
Total	13	74	39	48	12	75	7	67	13	61	1	73
	87		87		87		74		74		74	

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008 e 2013

Observa-se também que no nível de SA existem 10 famílias que não têm horta e, quando investigadas, pôde-se evidenciar que estas têm mercados externos de vendas de produtos além do PAA e PNAE, mercados onde fornecem, majoritariamente, frutas como manga e banana. Pode-se dizer que estas famílias encontram maior lucratividade na venda destes produtos “grandes” (segundo declarado por eles) e menos trabalho em relação ao cuidado das hortas.

4.5.2 A Produção Animal e sua relação com a (In)segurança alimentar.

GRÁFICO 07: A produção animal e sua relação com os níveis de (In)segurança alimentar, 2008 e 2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

A produção animal é uma atividade que, como visto no gráfico 07, está baseada na criação de animais como bovinos (especialmente de leite), suínos, aves (galinhas, patos e perus) e caprinos.

Em 2013, a atividade de criação de animais, segundo o número de famílias dedicadas a esta, teve um importante crescimento, com respeito a 2008, no nível de famílias em SA, no que diz respeito à criação de aves (principalmente galinhas), suínos, e bovinos para produção de leite.

O gráfico mostra também a queda, em 2013, da participação das famílias do nível IAG com respeito a 2008; evidencia-se também que as famílias deixaram de criar caprinos.

TABELA 55: A produção animal e sua relação com os níveis de (In)segurança alimentar, 2008 e 2013

Descrição	Existe Produção Animal no lote?				Bovino	Caprinos	Suínos	Aves	Bovino	Caprinos	Suínos	Aves
	2008		2013		2008				2013			
	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SA	13	17	11	42	9	1	6	12	19	0	24	30
	43%	57%	20,8%	79,2%	53%	6%	35%	71%	45%	0%	57%	71%
IL	7	24	3	13	12	0	12	17	5	0	7	9
	22,60%	77,40%	18,8%	81,3%	50%	0%	50%	71%	38%	0%	54%	69%
IM	3	14	1	1	10	0	6	11	0	0	1	1
	17,60%	82,4%	50,0%	50,0%	71%	0%	43%	79%	0%	0%	100%	100%
IG	5	4	3	0	2	1	1	2	0	0	0	0
	55,60%	44,4%	100,0%	0,0%	50%	25%	25%	50%	0%	0%	0%	0%
Total	28	59	18	56	33	2	25	42	24	0	32	40
	87		74									

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Na tabela 55 pôde-se observar que, em relação a 2008, houve, de modo geral, uma queda na participação das famílias na atividade de produção animal; esta queda resultou na diminuição da diversidade, mas na concentração e elevação do volume da mesma.

Em 2013, as famílias passaram a ter 50% mais bovinos para a produção de leite, a qual tem mercado assegurado numa cooperativa de Itapira que recolhe o leite no Assentamento. Criam mais suínos os que são vendidos nos mercados de Mogi Mirim e Itapira, e as aves, cuja criação em 2008 não tinha nenhum manejo nem investimento em infraestrutura, agora passou a ser olhada como uma criação fácil e de rápida venda que contribui tanto para a alimentação das famílias quanto para a renda das mesmas.

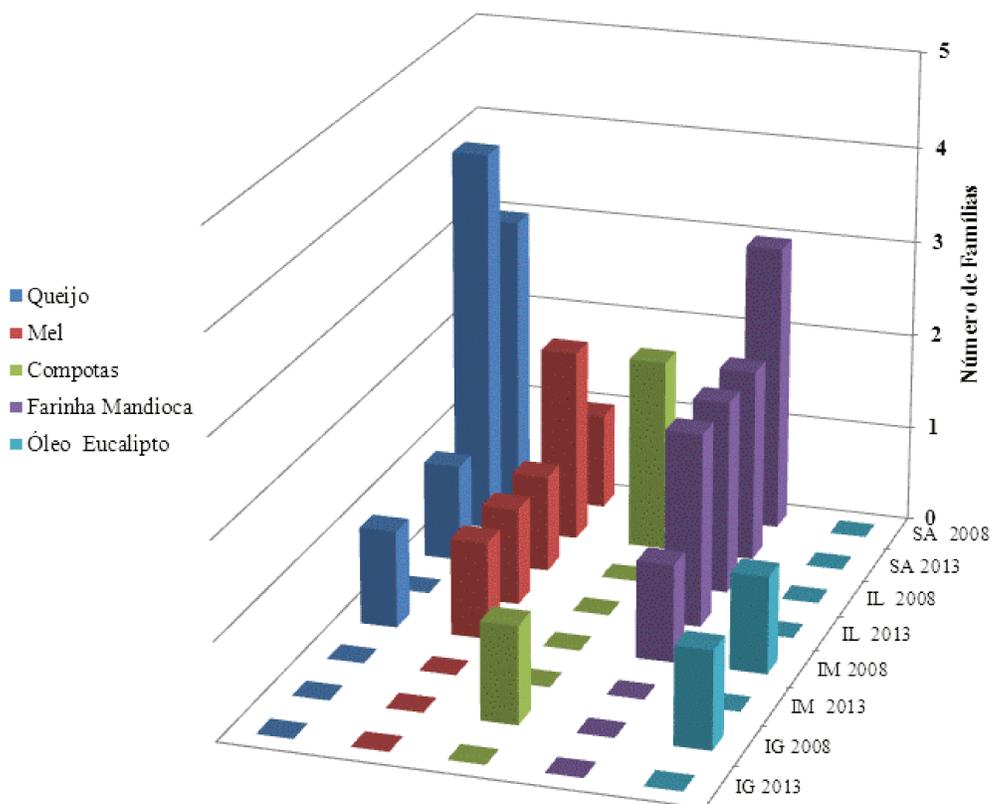
Ante tudo isto fica evidente que melhores níveis de (in)segurança alimentar promovem maior concentração das famílias no volume de produção e no investimento na produção animal, passando esta a ser vista como atividade geradora de renda e alimentação das famílias.

4.5.3 A Produção Processada e sua relação com a (In)segurança alimentar

A produção processada no nível de famílias titulares do Vergel tem tido, no decorrer do tempo, momentos de “baixa” e de “alta” tanto na participação das famílias na atividade assim como o tipo e volume de produto processado. Um fato importante a reconhecer é que o conhecimento e as habilidades para esta atividade existem e isto se converte num ativo que fortalece as capacidades das famílias do Vergel.

Se bem que os conhecimentos sobre esta atividade têm sido promovidos tanto pelo ITESP, UNICAMP, dentre outras instituições, existe também um importante conhecimento que vêm herdado da tradição familiar dos assentados.

GRÁFICO 08: A produção processada e sua relação com a (In)segurança alimentar, 2008 e 2013



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

No gráfico 08, observa-se que em 2013 os principais produtos processados pelas famílias, principalmente as de SA e IAL, são o queijo, farinha de mandioca, conservas e mel; observa-se também que o óleo de eucalipto deixou de ser um produto processado no Vergel.

A produção de óleo de eucalipto a partir das folhas desta planta foi uma atividade que teve, no início, financiamento e acompanhamento do Governo, tanto na implementação quanto na organização dos produtores da atividade; infelizmente, em 2013 a atividade não é mais praticada e segundo o declarado isto obedece tanto à desarticulação da organização quanto à falta de acompanhamento do Governo no processo.

No que diz respeito ao queijo e a farinha de mandioca, é necessário indicar que estes são produtos processados que respondem à existência do insumo no Assentamento. O leite, para a fabricação do queijo, provêm do maior volume de criação de gado leiteiro e a farinha de mandioca obedece à alta produção de mandioca no nível de mais de 80% dos lotes do Assentamento.

Importante destacar que atualmente existe uma microempresa dedicada à transformação da mandioca do Assentamento. Esta microempresa é liderada por um casal que entrou no Assentamento após 2008 e gera trabalho e renda a mais de 10 pessoas do mesmo.

Na tabela 56 observa-se que a atividade em 2013 se mantém muito próxima à de 2008, mas que está concentrada nos níveis de SA e IAL. Isto se converte em um indicativo de que melhores níveis de SA carregam, implicitamente, a maior importância nas atividades de processamento e agregação de valor dos produtos, fato que fortalece a economia das famílias participantes.

TABELA 56: Produção processada e sua relação com os níveis de (In)segurança alimentar

Nível	Existe Produção Processada no Lote?				2008					2013				
	2008		2013		Queijo	Mel	Conservas	Farinha Mandioca	Óleo Eucalipto	Queijo	Mel	Conservas	Farinha Mandioca	Óleo Eucalipto
	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SA	23	7	43	10	3	1	0	3	0	4	2	2	2	0
	77%	23%	81%	19%	43%	14%	0%	43%	0%	40%	20%	20%	20%	0%
IAL	27	4	13	3	1	1	0	2	0	0	1	0	2	0
	87%	13%	81%	19%	25%	25%	0%	50%	0%	0%	33%	0%	67%	0%
IAM	13	4	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0
	76%	24%	100%	0%	25%	25%	0%	25%	25%	0%	0%	0%	0%	0%
IAG	7	2	3	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
	78%	22%	100%	0%	0%	0%	50%	0%	50%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	70	17	61	13	5	3	1	6	2	4	3	2	4	0
	87		74											

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013

Em 2013, os produtos processados foram o queijo, que é elaborado pelas famílias que criam gado leiteiro; a farinha de mandioca, que em nível familiar é produzida majoritariamente para o autoconsumo; o mel, que é produzido pelas mesmas famílias dedicadas à atividade em 2008 e as conservas, principalmente de pimenta, que são produzidas, a baixa escala, para autoconsumo e, da mesma maneira que todos os produtos processados, para eventual venda.

É importante destacar também que no Horto Vergel existe uma organização de mulheres dedicadas às atividades de processamento e venda de produtos agropecuários; a organização está composta, principalmente, por mulheres, esposas dos titulares e sua história de trabalho conjunto vêm desde o começo do Assentamento.

Após ter conhecido o histórico desta organização, assim como outras iniciativas isoladas de processamento de produtos, acredita-se que as atividades de processamento de produtos agropecuários, no Assentamento, são bem mais sucedidas quando realizadas por grupos organizados e capacitados para este fim.

4.5.3.1 A Produção de Carvão Vegetal

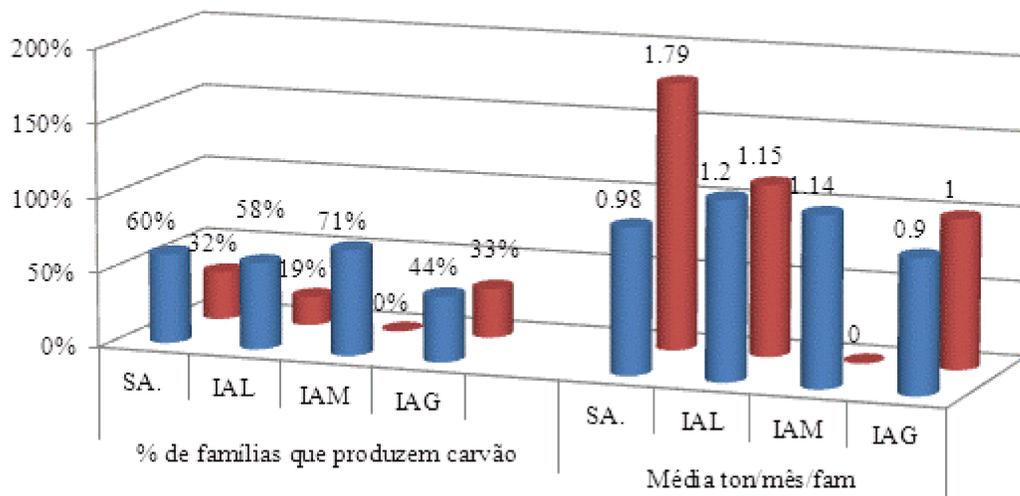
Uma das atividades de processamento que não foi inserida na tabela 56 é a atividade de processamento do carvão vegetal. Acreditou-se importante analisar esta atividade isoladamente

pelo fato de ser, em 2008, uma das atividades que sustentava fortemente a renda das famílias do Vergel.

Como se pode observar no gráfico 09, a produção de carvão em 2008 era realizada por uma alta percentagem de famílias dos diferentes níveis da escala alimentar. Em 2013, esta atividade teve uma forte queda de participação familiar, mas mantendo-se nos níveis de SA, IAL e IAG.

Observa-se também que a média de produção de carvão em toneladas por mês teve um importante crescimento, em 2013, liderado pelas famílias em segurança alimentar. Este crescimento responde a uma atividade de venda do produto nos mercados de Itapira e Mogi Mirim.

GRÁFICO 09: A produção de carvão e sua relação com a (In)segurança alimentar, 2008 e 2013:



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Atualmente o maior volume de carvão produzido acompanha a agregação de valor ao mesmo; as famílias vendem o produto em sacolas de papel de diferentes tamanhos e pesos. Há que indicar também que as famílias que atualmente produzem carvão são famílias que investiram na infraestrutura para a produção do mesmo; construíram fornos mais especializados e maiores,

contrataram pessoal para a produção e também desenvolveram uma estratégia para a compra de madeira dos lotes das famílias do Assentamento.

No que diz respeito às causas da queda da participação das famílias na produção de carvão, estas estão relacionadas à dureza do trabalho para a produção; as famílias quando perguntadas do porque de sua não continuidade na atividade, indicaram, majoritariamente, que este trabalho inicialmente realizado como uma forma de obter dinheiro para a sobrevivência familiar e limpeza dos tocos de eucalipto dos lotes, é um trabalho que prejudica à saúde, gera problemas de inflamação da coluna, hérnias, queimaduras, alergias respiratórias, dentre outros.

Como fonte complementar, na tabela 57 pode-se perceber a queda da participação das famílias, na atividade, em relação a 2008; observa-se também que esta atividade se concentra, atualmente, nas famílias em SA e IAL.

TABELA 57: Produção de Carvão e sua relação com os níveis de (In)segurança alimentar

Nível	Produção de Carvão				t/mês produzido		Média produzida por família em t/mês	
	2008		2013					
	Não	Sim	Não	Sim	2008	2013	2008	2013
SA	12	18	36	17	16,56	30,45	0,98	1,79
	40%	60%	68%	32%				
IAL	13	18	13	3	21,3	3,45	1,2	1,15
	42%	58%	81%	19%				
IAM	5	12	2	0	13,7	0	1,14	0
	29%	71%	100%	0%				
IAG	5	4	2	1	3,5	1	0,9	1
	56%	44%	67%	33%				
Total	35	52	53	21	55,06	34,9	1,06	1,66
	87		74					

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

No que diz respeito ao volume total mensal de carvão produzido no Vergel, observa-se que o volume produzido em 2013 reduziu-se em 20t com relação a 2008. Isto reafirma o fato da produção de carvão em 2008 ter sido uma das principais atividades que sustentava fortemente a

renda das famílias do Assentamento. De ser uma atividade principal, passou em 2013 a ser uma atividade complementar realizada por algumas das famílias em SA, que têm encontrado na venda deste produto um negócio que fortalece ainda mais sua economia.

Finalmente, ante o evidenciado pode-se afirmar que melhores níveis de segurança alimentar tendem a criar estratégias para diversificar mais a renda fortalecendo e valorizando produtos com mercado assegurado.

4.5.4 As Atividades Não Agrícolas e sua relação com os níveis de (In)SA

As atividades não agrícolas dentro e fora do Assentamento, no Vergel em 2008, não eram atividades principais mas sim atividades de complementação de renda que algumas das famílias exerciam.

Nesse mesmo ano, 14% famílias do Assentamento declararam realizar atividades não agrícolas dentro do Assentamento; estas atividades estavam baseadas principalmente em bordados, artesanato e costura. As famílias que praticavam esta atividade complementavam não só sua renda mensal, mas também geravam trabalho para outras famílias do Assentamento que ajudavam na produção, criando-se assim um circuito de solidariedade e desenvolvimento mútuo (tabela 58).

Em 2013, a percentagem de famílias que declararam se dedicar a estas atividades diminuiu se comparada a 2008; as causas, segundo indicadas, são os preços dos insumos e a concorrência do mercado. Atualmente estas atividades estão referidas à costura, manicure e pedicure, serviços de mecânica, artesanato, dentre outras. Neste mesmo ano, evidencia-se que as atividades não agrícolas se concentraram majoritariamente, no nível de SA e IAL; este fato reafirma que as melhores condições de vida das famílias geram condições para promover estratégias de diversificação de renda.

TABELA 58: Atividades não agrícolas e sua relação com os níveis de (In)segurança alimentar

Nível	Realiza atividades não agrícolas no Assentamento?				Realiza atividades não agrícolas fora do Assentamento?			
	2008		2013		2008		2013	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
SA	26	4	50	3	23	7	41	12
	87%	13%	94%	6%	77%	23%	77%	23%
IAL	27	4	14	2	30	1	12	4
	87%	13%	87%	13%	97%	3%	75%	25%
IAM	14	3	1	1	17	0	1	1
	82%	18%	50%	50%	100%	0%	50%	50%
IAG	8	1	3	0	9	0	3	0
	89%	11%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Total	75	12	68	6	79	8	57	17
	86%	14%	92%	8%	91%	9%	77%	23%
	87		74		87		74	

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

No que se refere às atividades não agrícolas realizadas fora do Assentamento, a tabela 58 mostra que de 2008 a 2013 houve incremento percentual significativo de famílias pluriativas em relação às monoativas. Nota-se também que estas atividades são praticadas majoritariamente por famílias do nível de SA e IAL.

As atividades realizadas fora do Assentamento são atividades principalmente de faxina, serviços domésticos, pintura de imóveis, metalurgia e serviços de garçom. Estas atividades são realizadas majoritariamente em Mogi Mirim e pelos filhos e esposas dos titulares.

As atividades não agrícolas fora do Assentamento, que realizam as famílias em melhores níveis da escala alimentar, sugerem que estas famílias, com o decorrer do tempo, desenvolveram melhores capacidades para trabalhos mais especializados, isto devido, entre outras coisas, a o melhor grau de escolaridade que estas detêm.

4.6 Moradia, Saúde e Renda e sua relação com a (In)segurança Alimentar

4.6.1 A Moradia das famílias do Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar

A moradia dos assentados do Vergel tem um significado supremo para estes, pois é a materialização do sonho pelo qual lutaram. A moradia, no inconsciente das famílias, é um troféu ganho após muito sofrimento e é isto que imprime o maior valor a este bem.

As características das moradias do Vergel têm se transformando com o tempo, com a renda e com os modelos habitacionais urbanos. Estas também têm se modificado e incrementado em consonância com o crescimento populacional.

Em relação ao número de casas por família, na tabela 59 fica evidente que em 2013 as famílias passaram a construir mais casas que em 2008, isto principalmente pelo crescimento do número de integrantes por família e também pelas novas famílias constituídas pelos filhos dos titulares, pois como visto em 2013 as famílias do nível de SA abrigam, no total, 15 famílias dependentes, o nível IAL abriga a 4 famílias, o nível de IAM abriga 1 família e as famílias do nível de IAG não abrigam dependentes.

TABELA 59: A moradia e sua relação com a (In)segurança Alimentar

Nível	2008								2013											
	Num. De casas.				Total	Média cômodos casa	Média cômodos dormir	Banheiro		Num. De casas.						Total	Média cômodos casa	Média cômodos dormir	Banheiro	
	1	2	3	4				Dentro da casa	Fora da casa	1	2	3	4	5	6				Dentro da casa	Fora da casa
SA.	16	10	2	2	30	4,50	2,07	27	3	8	30	9	4	1	1	53	5,00	2,50	47,00	6,00
IAL	11	12	7	1	31	4,52	2,23	24	7	2	10	2	1	1	0	16	5,00	2,50	11,00	5,00
IAM	7	6	1	3	17	5,19	2,94	11	6	1	0	0	1	0	0	2	2,50	1,00	1,00	0,00
IAG	6	3	0	0	9	4,75	2,50	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	1,00	0,00
Total	40	31	10	6	87	4,66	2,33	71	16	11	40	11	6	2	1	71	4,90	2,40	60,00	11,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Tanto a média de cômodos por casa quanto a média de cômodos para dormir, de forma geral, também cresceu de 2008 a 2013 nos grupos de SA e IAL; este fato revela que a ascensão de nível alimentar traz também melhoras no conforto habitacional.

Os banheiros, que, segundo a percepção das famílias, são cômodos diferenciados acima dos quais se guarda certa subjetividade de “status” do lar, também teve melhoras no que diz respeito ao material de construção e à sua posição dentro ou fora da casa. Ter banheiro dentro de casa, construído de alvenaria, rebocado e enfeitado foi a tendência que se observou nas diferentes visitas realizadas em 2013.

Fica evidente na tabela que em 2013 a ascensão de nível alimentar trouxe consigo melhoras significativas na construção do número e tipo de casas, no acabamento destas, na decoração interna e na segurança das mesmas. Evidenciou-se, ao igual que Brosler (2011), que a construção das casas atualmente está sendo feita, majoritariamente, de alvenaria, isto possivelmente em função da percepção de melhor “status” que o material representa para as famílias.

Embora se tenha evidenciado melhoras significativas no conforto habitacional referido, principalmente quanto ao número de casas novas construídas e reformadas nos lotes das famílias titulares do Vergel, isto não deixa pra trás a necessidade de o setor público investir na construção da rede de água potável e esgoto sanitário, serviços sem os quais o verdadeiro conforto e saúde familiar não serão conseguidos.

4.6.2 A Percepção da Saúde das Famílias do Vergel e sua relação com a (In)SA

A percepção da saúde no Vergel, em todos os níveis de (IN)SA, tem tido de modo geral uma evolução negativa nestes últimos anos. As famílias atualmente acham que sua saúde vai de regular a ruim e isto poderia ser devido aos processos naturais de envelhecimento dos titulares, bem como o agravamento de doenças crônicas existentes e que não têm sido atendidas com o rigor necessário (ver tabela 60).

TABELA 60: A saúde das famílias do Horto Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar

Nível	2008								2013							
	Sua saúde em geral é:			A	B	Fumam	Bebem	Total	Sua saúde em geral é:			A	B	Fumam	Bebem	Total
	Boa	Reg.	Ruim						Boa	Reg.	Ruim					
SA	14	12	3	10	25	18	14	30	16	24	13	27	32	21	19	53
IAL	9	17	2	14	21	16	14	31	3	7	6	10	11	9	5	16
IAM	1	8	3	7	11	8	9	17	0	1	1	1	1	1	2	2
IAG	2	4	1	3	1	7	4	9	0	1	2	1	0	3	3	3
Total	26	41	9	34	58	49	41	87	19	33	22	39	44	34	29	74

A: Problema Crônico de Saúde; B: Uso de agrotóxicos; Reg.: Regular

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

As doenças declaradas pelas famílias em 2013 são a hipertensão, diabetes, gastrite, colesterol alto, hipertensão, varizes, úlceras gástricas, doença de chagas, distúrbio bipolar, asma, artrose, depressão, dores lombares, problemas na tireoide, osteoporose, hanseníase.

No que se refere ao uso de agrotóxico na agricultura e pecuária como potenciais malefícios para a saúde e especialmente por problemas com o manejo destes, observa-se que houve, em comparação com 2008, uma redução enquanto ao número de famílias que declararam usar este tipo de produtos na produção.

Este fato é de suma importância pois indica que, além do menor contato com estes produtos tóxicos, está se consolidando a tendência ao crescimento da agricultura orgânica, uma agricultura sadia e que traz inúmeros benefícios tanto para a saúde do produtor como do consumidor, isto além do mercado e renda diferenciada que estes produtos orgânicos têm.

Outro caso importante que a tabela 60 põe em evidência é a queda, em relação a 2008, do número de famílias que declararam fumar e beber alguma bebida alcoólica. Este fato, de maneira geral, pode estar respondendo ao melhor entendimento dos riscos à saúde que estes dois fatores acarretam assim como também ao aumento de assentados evangélicos. Percebe-se também que o consumo atual destes produtos se concentra majoritariamente no nível de SA; este fato traz a questão da possibilidade de que melhores níveis de segurança alimentar também geram maiores oportunidades para o consumo destes produtos.

4.6.3 A Renda das Famílias Titulares do Horto Vergel e sua relação com a (In)SA

A renda das famílias, apresentada na tabela 61, é proveniente das diversas atividades agrícolas e não agrícolas; é uma renda bruta declarada pelas famílias e ajustada na pesquisa para ser uma renda mais próxima à realidade.

Pesquisar a renda monetária das famílias assentadas, como já indicado no capítulo II dessa tese, não é uma tarefa fácil, pois as famílias tendem a omitir essa informação, seja porque realmente não fazem um acompanhamento mensal do dinheiro que entra no seu bolso, seja porque têm receio de revelar sua renda.

O que se tem evidenciado na pesquisa é que a renda monetária mensal dos lares do Vergel é variável e não é um fator que seja acompanhado sistematicamente pelas famílias sendo que, na maioria dos casos, a renda monetária bruta não é discriminada em renda líquida: os assentados não fazem análises de custos agrícolas, sua produção segue, principalmente, a tendência de uma agricultura para autoconsumo. Isto, evidentemente obedece ao fraco acompanhamento das políticas públicas no que se refere ao fortalecimento dos assentados quanto a seu novo papel como “agricultores”.

A renda dos titulares do Vergel tem melhorado relativamente no decorrer dos anos, Como se observa na tabela 61, esteve, em 2008, majoritariamente concentrada na faixa de R\$ 415,00 a R\$ 829,00 reais ou 1,0 a 1,9 salários mínimos (SM) no nível das famílias em SA e IAL. Neste mesmo ano observa-se que existiam 10 famílias que viviam com menos de meio salário mínimo por mês e eram famílias pertencentes a todos os níveis da escala alimentar com maior participação das famílias em IAG.

A renda declarada em 2008 não tinha relação direta com a SA, pois existiam famílias com rendas elevadas que pertenciam aos níveis de insegurança alimentar.

TABELA 61: A renda e sua relação com a (In)segurança alimentar.

	Nível	0,4 a menos SM	0,5 -0,9 SM	1,0-1,9 SM	2,0-2,9 SM	3,0-3,9 SM	4,0 a+ SM	Total Famílias
		Menos de R\$ 206,5	De R\$ 207,5 a R\$ 414,00	De R\$ 415,00 a R\$ 829,00	De R\$ 830,00 a R\$ 1244,00	De R\$ 1245,00 a R\$ 1659,00	De R\$ 1660,00 ou +	
2008	SA	2	6	15	2	5	0	30
		2%	7%	17%	2%	6%	0%	34%
	IAL	3	7	14	4	2	1	31
		3%	8%	16%	5%	2%	1%	36%
	IAM	1	6	5	2	1	2	17
		1%	7%	6%	2%	1%	2%	20%
	IAG	4	2	1	2	0	0	9
5%		2%	1%	2%	0%	0%	10%	
Total	10	21	35	10	8	3	87	
	11%	24%	40%	11%	9%	3%	100%	
2013	SA	0	6	24	13	4	6	53
		0%	8%	32%	18%	5%	8%	72%
	IAL	0	1	10	3	2	0	16
		0%	1%	14%	4%	3%	0%	22%
	IAM	0	2	0	0	0	0	2
		0%	3%	0%	0%	0%	0%	3%
	IAG	1	1	1	0	0	0	3
1%		1%	1%	0%	0%	0%	4%	
Total	1	10	35	16	6	6	74	
	1%	14%	47%	22%	8%	8%	100%	

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Em 2013, a renda, assim como em 2008, se concentra na faixa de 1,0 a 1,9 salários mínimos-SM e, principalmente, nas famílias do nível de SA e IAL. A diferença mais perceptível e também preocupante é que na faixa de menos de 0,5 salários mínimos –SM ainda existe uma família que não tem conseguido evoluir para outras faixas. Observa-se também o incremento do número de famílias com rendas de 4,0 a 4,9 salários mínimos-SM ou mais, pertencentes ao nível de SA.

A tabela 61 mostra ainda que, com menor intensidade que em 2008, a SA das famílias do Vergel não tem uma relação estreitamente direta com a renda monetária declarada por estas. Este fato estaria evidenciando que as percepções sobre a segurança alimentar da família vão além da renda monetária percebida. As percepções sobre a (in)segurança alimentar da família atravessa outras variáveis como saúde, produção, escolaridade, etc.

4.7 Políticas de Proteção Social e de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a (In)SA

4.7.1 O Programa de Aquisição de Alimentos –PAA e sua relação com a (In)SA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um Programa de fortalecimento da agricultura familiar que chegou ao Horto Vergel no ano de 2008 por meio da Associação de Produtores Rurais “12 de Outubro”.

A associação “12 de outubro”, cujo nome relembra a data da ocupação do Horto Vergel em 1997, é a primeira Associação que nasceu com o Assentamento. Inicialmente criada para representar os assentados nos temas jurídicos com o Governo, a Associação passou a ser um ente de organização social, de coesão e resolução de conflitos.

Liderada por titulares reconhecidos pela comunidade, a Associação de Produtores Rurais “12 de Outubro”- APPR, apesar dos diversos problemas e conflitos internos enquanto à sua representatividade, conseguiu se erguer, no decorrer dos anos, como peça chave no desenvolvimento das famílias do Vergel.

Em 2008, a APPR conseguiu assinar contratos de venda de alimentos para o PAA, articulando e promovendo gradativamente a participação das famílias no Programa, participação essa que aliada a outras variáveis trouxe uma melhoria dos níveis de (In)segurança alimentar das famílias, não só pelo autoconsumo mas também pela renda.

Segundo a APPR atualmente são 70 famílias titulares as que fornecem alimentos para o PAA; apesar disto, e como se observa na tabela 62, existe no nível de famílias titulares pesquisadas um enorme desentendimento e confusão com respeito ao PNAE, Programa no qual participam 22 destas famílias.

TABELA 62: O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua relação com a (In)segurança Alimentar.

Nível	Conhece o PAA? ⁸⁰	Participa do Programa ?	Explora mais a terra?	Consumo alimentar mudou?	Renda melhorou?	Deseja continuar participando?
	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SA	22	39	22	27	32	32
IAL	5	10	14	7	10	9
IAM	0	1	0	1	1	1
IAG	0	0	0	0	0	0
Total	27	50	36	35	43	42

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Das 74 famílias titulares entrevistadas, menos da metade destas famílias declararam conhecer o PAA, sendo que as famílias em SA demonstraram ter maior ciência no conhecimento do mesmo.

No que diz respeito à participação no Programa, foram 50 as famílias que declararam participar deste. Nota-se aqui uma diferença de 20 famílias em relação ao número total de famílias participantes segundo a APPR.

No que diz respeito a explorar mais a terra por causa da participação no Programa, a maioria das famílias, e principalmente as famílias do nível de SA, indicou ter investido na limpeza e preparo de solo com fins de expansão agrícola.

No que se refere às supostas mudanças no consumo de alimentos que uma maior produção agrícola promove, 70% das famílias, com prevalência das famílias do nível de SA, indicaram que sua participação no PAA fez mudar seu consumo alimentar quanto ao tipo de produto e quantidade do mesmo.

A renda pela venda dos produtos também melhorou para 86% das famílias que se declararam participantes do PAA e em especial para as famílias em segurança alimentar.

⁸⁰ A pergunta feita aos assentados foi: O Sr(a) conhece o que é o Programa de Aquisição de Alimentos -PAA?

Quando perguntadas sobre o desejo de continuar participando do Programa 90% das famílias indicaram firmemente seu desejo não só de continuar participando do Programa, mas também de ter ajuda do Governo para superar barreiras na produtividade dos produtos agrícolas.

Como evidenciado ainda existe um parcial desconhecimento e confusão conceitual do Programa, o benefício desta política é evidente não só no nível da produção, autoconsumo, fortalecimento familiar, melhores níveis de segurança alimentar e renda, mas também no nível das percepções das famílias que têm uma relação estreita com a consecução da Segurança Alimentar.

O PAA de fato tem-se posicionado no Horto Vergel e por meio da importante presença da APPR, como uma política de indiscutível importância para a segurança alimentar das famílias, porém existe a urgente necessidade de fortalecer a presença do governo no que se refere ao aprimoramento das atividades agrícolas, à socialização do alcance da política, à capacitação para a venda de novos produtos com maior valor agregado como são os orgânicos e, finalmente, se vê necessário o fortalecimento das relações entre as famílias produtoras, a APPR e o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

4.7.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e sua relação com a (In)SA

O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) é, ao igual que o PAA, e como indicado no capítulo II desta pesquisa, um Programa que se concretizou no Assentamento por meio da Associação de Pequenos Produtores “12 de Outubro” (APPR) que em 2010 e 2011, forneceu produtos para a prefeitura de Itapira. Nesta oportunidade e segundo as lideranças da APPR foram 22 famílias titulares engajadas na venda de produtos agrícolas sendo que estas também forneciam produtos para o PAA.

A tabela 63 mostra que, de um total de 74 famílias pertencentes à amostra, 31% delas, em especial as famílias em SA, têm algum grau de conhecimento sobre o Programa e 30% das famílias, com maior prevalência as de SA, declararam participar do mesmo. Este último dado corresponde ao dado indicado pela APPR e mostra que as famílias duplamente engajadas em

ambos os programas (PAA e PNAE) conhecem a diferença entre estes assim como também sua posição quanto ao fornecimento de produtos em um ou outro Programa.

TABELA 63: O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e sua relação com a (In)segurança Alimentar

Nível	Conhece o PNAE?	Participa do Programa?	Explora mais a terra?	Seu consumo alimentar mudou?	Renda melhorou?	Deseja continuar participando?
		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SA	19	17	14	10	9	9
	26%	23%	64%	45%	41%	41%
IAL	4	4	4	4	3	2
	5%	5%	18%	18%	14%	9%
IAM	0	1	1	1	0	0
	0%	1%	5%	5%	0%	0%
IAG	0	0	0	0	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	23	22	19	15	12	11
	31%	30%	86%	68%	55%	50%
	74	74	22	22	22	22

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Quando perguntadas sobre o incremento da exploração da terra como consequência do engajamento no PNAE; 86% das famílias declararam ter limpado e explorado mais terra, motivadas pela participação no Programa.

No que diz respeito às possíveis mudanças no consumo alimentar promovidas pela participação no PNAE, as famílias afirmaram, na sua maioria, que seu consumo mudou positivamente, devido à disponibilidade de produtos agrícolas nos lotes e de fato acredita-se que isto também seja motivado pela melhor renda dos lares.

No que diz respeito à melhoria da renda familiar como consequência da participação no Programa, 55% das famílias indicaram que a renda do PNAE fortaleceu e complementou sua renda familiar em contraposição a 46% restante que indicou não conhecer com exatidão a renda gerada pelo PNAE, pois os pagamentos aos produtos entregues são realizados de forma lenta e sem nenhuma previsão de tempo, o que lhes gera enorme confusão e desmotivação.

Acredita-se que o problema de pagamento, assim como outros problemas relacionados ao fornecimento do produto e o desconhecimento do real funcionamento do Programa em termos econômicos, é responsável pelo fato de 50% das famílias atualmente fornecedoras indicarem que não desejam continuar participando do Programa.

A tabela 63 de modo geral, e no nível de escala alimentar mostra que as famílias em Segurança Alimentar, majoritariamente, são as que têm um grau de conhecimento maior sobre o Programa, participam majoritariamente do mesmo, exploram mais a terra como consequência desta participação, mudaram positivamente seu consumo alimentar, sentiram que sua renda melhorou e, no entanto, a metade destas indicaram não desejar continuar participando do mesmo.

Ante este panorama de oportunidades, mas também de incertezas para as famílias, observa-se que tanto a política do PAA quanto o PNAE são de fundamental importância na promoção da segurança alimentar das famílias assentadas, porém há a necessidade de que estas cheguem aos participantes numa linguagem simples e direta, com processos claros e rápidos que eliminem a burocracia e entendam a heterogeneidade das capacidades dos fornecedores assentados em relação aos outros grupos.

Para um maior impacto destas políticas, se precisa da articulação da instância encarregada da assistência técnica e extensão rural, a organização de produtores assentados e as famílias do Vergel. Além disto, se faz necessário o acompanhamento técnico durante todo o ciclo de produção e pós-produção das famílias; são oportunos também programas de reeducação alimentar que aproveitem as mudanças no consumo alimentar que estas políticas vêm promovendo nas famílias.

Finalmente, pode-se afirmar que o PNAE, ao igual ao PAA, é um Programa que atinge diretamente a segurança alimentar das famílias, contudo se fazem necessários ajustes na implementação desta para os espaços de Assentamentos rurais.

4.7.3 O Programa Bolsa Família (PBF) e sua relação com a (In)segurança alimentar

O Programa Bolsa Família acompanha a algumas famílias assentadas desde o começo do Horto Vergel.

Em 2008 evidenciou-se, que 43 famílias eram beneficiadas pelo PBF e estavam distribuídas dentre os quatro níveis da escala alimentar. Nesta ocasião chamou a atenção o fato de se ter 7 famílias beneficiárias que não estavam enquadradas, segundo lei, dentre as características dos beneficiários do Programa; isto revelou problemas com a focalização do Programa nos verdadeiros beneficiários (Tabela 64).

TABELA 64: O Programa Bolsa Família - PBF e sua relação com a (In)segurança Alimentar

Nível	2008	2013													
	Participa do PBF?	Sabe o que é o BF?			Participa do Programa?		Conhece as obrigações?		O dinheiro alivia seus gastos mensais?		Sabe até quando receberá o benefício?		Se não participa, por que?		
		Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não fez cadastro	Não Precisa	Sem filho ou sem filho pequeno
SA	7	33	20	0	8	45	1	7	7	1	1	7	1	4	40
	8%	45%	27%	0%	11%	61%	6%	39%	39%	6%	6%	39%	2%	7%	71%
IAL	16	11	4	1	9	7	1	8	8	1	5	3	2	0	5
	18%	15%	5%	1%	12%	9%	6%	44%	44%	6%	28%	17%	4%	0%	9%
IAM	15	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1
	17%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	6%	6%	0%	6%	6%	0%	0%	2%
IAG	5	2	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	6%	3%	1%	0%	0%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%
Total	43	47	26	1	18	56	2	16	16	2	7	11	3	4	49
	49%	64%	35%	1%	24%	76%	11%	89%	89%	11%	39%	61%	5%	7%	88%
	87	74			74		18		18		18		56		

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Atualmente, evidencia-se que 64% das famílias titulares, em especial as do nível de SA conhecem, em algum grau, o PBF. Este fato é muito importante, pois mostra o interesse que as famílias, no decorrer dos anos, tiveram para conhecer o mesmo.

De 2008 a 2013 houve uma queda significativa na quantidade de famílias beneficiárias, passando de 43 em 2008 a 18 famílias que atualmente recebem o benefício. Esta queda é animadora, pois reflete que as famílias do Vergel estão superando as condições de pobreza e pobreza extrema que em algum momento lhes fez recorrer a esta ajuda.

O fato que aqui chama a atenção é que dentre as atuais famílias beneficiárias existem 8 em condições de segurança alimentar e que, segundo os dados da pesquisa, não estariam enquadradas dentro dos potenciais beneficiários do Programa. Este fato indica que os erros quanto à focalização do Programa ainda existem e têm de ser superados com a atualização do cadastro único.

Quando perguntadas sobre o conhecimento das obrigações do Programa, 89% das famílias beneficiárias declarou conhecer e cumprir as mesmas, enquanto que 11% declarou não estar completamente ciente das obrigações e também não cumprir com as mesmas; este fato acredita-se que poderia estar motivado pela indiferença ante a não real necessidade do benefício.

Atualmente, o PBF alivia os gastos mensais de 89% das familiares beneficiárias, as quais indicaram que a renda vinda deste se confunde com a renda total do lote e é usada para diferentes fins. Já os 11% restantes de famílias declararam que o benefício do Programa, ao ser tão baixo em termos monetários, se dilui na renda total e não gera maiores alívios nos gastos familiares mensais.

Quando perguntadas quanto ao entendimento do termo da ajuda do BF, ficou evidente que as familiares não conhecem a abrangência do Programa no que diz respeito aos diferentes tipos de benefícios segundo o enquadramento familiar; ficou evidente também que as famílias do Vergel ligam o benefício do Programa à presença ou não de filhos e à idade destes.

Em suma, acredita-se que o PBF no Horto Vergel é um Programa que ainda que apresente falhas respeito à focalização dos verdadeiros beneficiários, tem conseguido, no decorrer do tempo, se fixar no entendimento das famílias como um Programa de ajuda ante a pobreza e sobre tudo tem conseguido criar consciência familiar no que diz respeito à importância no cuidado da saúde e à escolarização dos filhos, fatos estes que, associados a melhores níveis de segurança alimentar, estão fortalecendo o capital social presente e futuro do País.

4.7.4 A Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER e sua relação com a (In)SA

A assistência técnica e extensão rural é um serviço de fundamental importância no desenvolvimento dos Assentamentos rurais. Este serviço ergue-se como mediador das intenções do governo para com as famílias assentadas. É assim que o desempenho do governo se reflete no desempenho da ATER.

No Horto Vergel o órgão encarregado da ATER é a Fundação ITESP, a qual acompanha o Assentamento desde suas origens.

Entende-se que no decorrer do tempo o ITESP tem procurado viabilizar o Assentamento por meio de inúmeras intervenções dirigidas a fortalecer diversos aspectos do desenvolvimento dos assentados. Mesmo com isto, as famílias do Vergel, na sua maioria, sentem e reclamam pela presença efetiva do serviço.

No ano de 2008, quando a coleta de dados para a pesquisa foi realizada, ficou evidente pelos depoimentos oferecidos que existia um considerável desânimo ante o desempenho da ATER no Assentamento. Pesquisas posteriores corroboraram isto e chamaram a atenção para este fato, mas parece que esses problemas são anteriores a 2008, pois pesquisa que data de 2003 já alertava para estes problemas.

Muitos anos se passaram e os problemas com a ATER continuam sendo o eixo das conversas dos assentados. Atualmente no Assentamento existem 11 famílias, principalmente do nível SA, que declararam receber ATER nos seus lotes. Este número é mínimo se comparado às 63 famílias que declararam o contrário (ver tabela 65):

TABELA 65: A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e sua relação com a (In)segurança Alimentar

Nível	Recebe Assistência Técnica?		Que instituição lhe oferece assistência técnica?	A ATER no Assentamento é?				Perante problemas agropecuários a quem recorre?	
	Sim	Não		Boa	Regular	Ruim	NS/NR	Técnico ITESP	Técnico de Fora
SA	8	45	ITESP, CATI, EMBRAPA	4	5	43	1	8	45
	11%	61%		5%	7%	58%	1%	11%	63%
IAL	3	13	ITESP	1	2	13	0	3	13
	4%	18%		1%	3%	18%	0%	4%	18%
IAM	0	2	Sem ATER	0	0	2	0	0	2
	0%	3%		0%	0%	3%	0%	0%	3%
IAG	0	3	Sem ATER	0	0	2	1	0	0
	0%	4%		0%	0%	3%	1%	0%	0%
Total	11	63		5	7	60	2	11	60
	15%	85%		7%	9%	81%	3%	15%	85%
	74			74				71	

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Embora o ITESP seja o encarregado principal de oferecer a ATER no Assentamento, as famílias beneficiárias do serviço declararam receber ATER de outras instituições como a CATI e a EMBRAPA.

Quando perguntadas sobre a percepção da qualidade da ATER do Assentamento, 81% das famílias indicaram que o serviço é ruim devido, principalmente, à não presença de técnicos nos seus lotes; sendo assim estas famílias indicaram que ante problemas com as atividades agrícolas elas recorrem à ajuda de técnicos “particulares” de fora do Assentamento, muitas vezes os técnicos das casas de venda de insumos agropecuários.

As famílias que indicaram receber ATER avaliaram, majoritariamente, o serviço como um serviço de qualidade “regular”, avaliação baseada no número de visitas dos técnicos aos lotes.

A ATER é, segundo suas concepções fundamentais, uma política que está dirigida, através das suas diferentes ações, a procurar a segurança alimentar e nutricional das famílias

assentadas através da democratização do serviço, a horizontalidade do mesmo e a dinâmica participação dos envolvidos nos processos.

A ATER no Assentamento tem a função de implementar as diversas ações da reforma agrária, mas, como evidenciou-se, existiu e ainda existe um conflituoso relacionamento entre as famílias assentadas, a Associação de Produtores Rurais e a instituição encarregada da ATER. Isto contribui na ruptura dos fluxos e sinergias que deveriam existir em prol do desenvolvimento das famílias assentadas como objetivo fundamental da reforma agrária.

4.8 O Consumo Alimentar Familiar e sua relação com a (In)segurança alimentar

O consumo alimentar das famílias assentadas em quantidade, tipo e frequência de alimentos tem relação direta com a segurança alimentar destas, mas a qualidade do alimento consumido (relacionado às características nutricionais) não necessariamente está atrelada a esta; isto foi evidenciado quando observado que famílias em segurança alimentar que não tinham problemas com o acesso a alimentos, por influências externas e hábitos adquiridos, comem alimentos prejudiciais à saúde como refrigerantes e salgadinhos industrializados.

O tipo de alimentos consumidos pelos assentados do Vergel tem variado no decorrer do tempo e isto tem obedecido às melhores rendas percebidas, à quantidade e variedade da produção agrícola do lote, e às influências alimentares urbanas.

Com a finalidade de aprofundar mais no conhecimento do tipo de alimentos consumidos pelos assentados, durante uma semana, procedeu-se a investigar o consumo “pelo menos uma vez por semana” de 25 tipos de alimentos (Tabela 66):

TABELA 66: Tipo de alimentos consumidos “pelo menos uma vez por semana” e sua relação com a (In)segurança alimentar, anos 2008 e 2013, em % de famílias que consomem o produto

Item	Consumiu?	SA		IAL		IAM		IAG	
		2008	2013	2008	2013	2008	2013	2008	2013
Refrigerante	Sim	16%	35%	13%	8%	9%	1%	8%	0%
Biscoito recheado	Sim	22%	36%	17%	12%	11%	1%	8%	0%
Frituras	Sim	33%	53%	33%	18%	18%	1%	10%	4%
Café	Sim	34%	72%	36%	22%	20%	3%	10%	4%
Margarina, manteiga	Sim	1%	53%	2%	20%	1%	1%	0%	1%
Pão, bolo simples	Sim	33%	62%	36%	19%	20%	3%	9%	4%
Mel	Sim	11%	8%	2%	0%	1%	1%	0%	0%
Açúcar	Sim	34%	72%	36%	22%	20%	3%	10%	4%
Chá de ervas	Sim	23%	24%	15%	5%	6%	1%	3%	0%
Miojo	Sim	31%	15%	29%	11%	15%	1%	8%	4%
Macarrão	Sim	33%	39%	36%	16%	20%	1%	9%	3%
Embutidos	Sim	22%	14%	22%	5%	10%	0%	6%	0%
Ovos	Sim	9%	58%	10%	15%	10%	3%	3%	4%
Miúdos	Sim	0%	5%	1%	1%	0%	3%	1%	3%
Peixe	Sim	2%	8%	1%	3%	0%	1%	0%	0%
Carne	Sim	23%	62%	21%	16%	13%	0%	3%	0%
Frutas	Sim	11%	65%	17%	20%	9%	3%	5%	3%
Legumes	Sim	16%	66%	7%	18%	7%	3%	5%	3%
Verduras de folha	Sim	5%	68%	6%	19%	1%	3%	5%	3%
Mandioca ou batata	Sim	5%	66%	8%	18%	8%	3%	5%	4%
Arroz	Sim	33%	70%	36%	22%	20%	3%	9%	4%
Lentilha, ervilha.	Sim	1%	14%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Feijão	Sim	33%	72%	34%	22%	20%	3%	10%	4%
Queijo, iogurte.	Sim	24%	14%	29%	1%	18%	0%	10%	0%
Leite	Sim	16%	49%	16%	16%	9%	0%	7%	0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

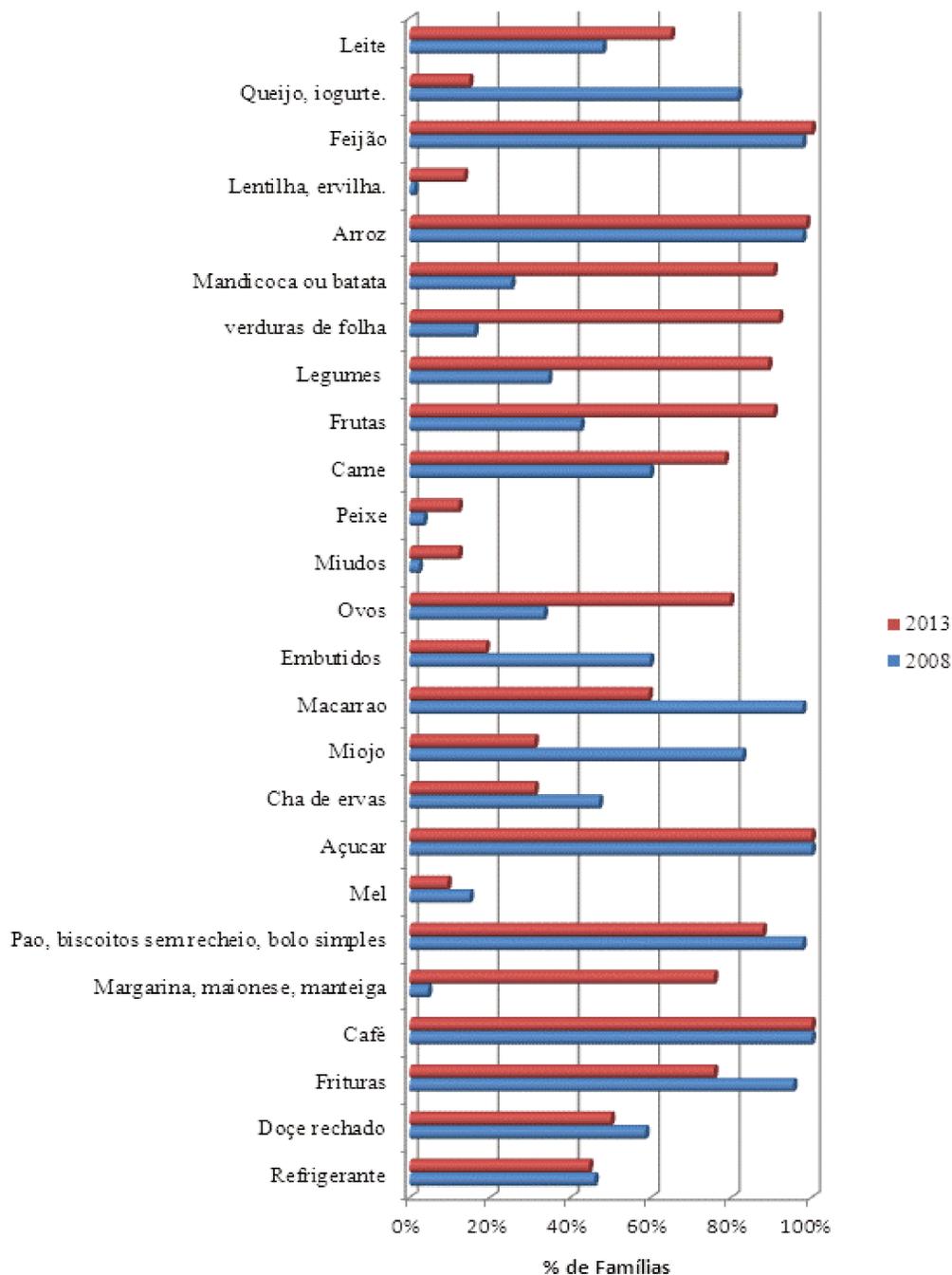
A maioria das 53 famílias em SA atualmente comem, pelo menos uma vez por semana, 15 dos 25 tipos de alimentos sugeridos. As famílias em IAL comem 17 tipos, as famílias em IAM comem 11 tipos e as famílias em IAG comem 14 tipos do total de alimentos sugeridos. Este é um indicativo de que existe variedade na dieta dos assentados entrevistados segundo o nível da escala alimentar.

A variedade da dieta não necessariamente condiz com a qualidade e quantidade de alimentos consumidos nem a frequência do consumo dos mesmos. É assim que na tabela 66 pode-se evidenciar que se bem as famílias em IAG e IAL comem 14 e 17 tipos de produtos dos listados, não consomem, a diferença dos níveis de SA e IAL: refrigerante, biscoitos recheados, embutidos, carne, lentilha, queijo e leite, isto possivelmente por seu preço diferenciado.

Como evidenciado no quadro acima, e de modo geral, em 2013 se incrementou a percentagem de famílias em SA que consomem os diferentes tipos de produtos listados.

No gráfico 10 apresenta-se a porcentagem total de famílias consumidoras dos produtos indicados nos anos 2008 e 2013:

GRÁFICO 10: Consumo alimentar total das famílias assentadas do Horto Vergel, anos 2008 e 2013. % de Famílias



Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Em ambos os anos se nota que 80% das famílias consomem feijão, arroz, açúcar, pão e café; observa-se também, no extremo oposto, uma menor percentagem de famílias que consomem mel, miúdos, peixe, e lentilha.

Observa-se também que em 2013 houve mais famílias consumindo leite, lentilha, mandioca ou batata, verduras, legumes, frutas, carne, peixe, miúdos, ovos e margarina, manteiga. Estas mudanças alimentares foram positivas em relação a 2008, pois diminuiu o consumo de embutidos, macarrão, miojo (macarrão em saquinho), frituras, biscoitos recheados e refrigerantes.

No que diz respeito à frequência das refeições, evidencia-se que um maior número de famílias passaram a preparar e consumir café da manhã, almoço e jantar (Tabela 67)

TABELA 67: Refeições diárias das famílias do Horto Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar

Nível	Café da manhã			Almoço				Jantar	
	Dias por semana			Dias por semana				Dias por semana	
	0	3	7	0	3	4	7	0	7
SA	3	3	24	0	0	12	17	28	2
IAL	16	1	14	0	19	0	11	30	1
IAM	8	2	7	0	0	7	10	16	1
IAG	4	2	3	0	0	2	7	8	1
Total 2008	31	8	48	0	19	21	45	82	5
SA	2	0	51	4	1	1	47	24	28
IAL	1	0	15	1	0	0	15	6	10
IAM	0	1	1	0	0	0	2	2	1
IAG	2	0	1	0	0	0	3	3	0
Total 2013	5	1	68	5	1	1	67	35	39

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Este quadro revela que as famílias, principalmente as de SA, em 2013 passaram a ter maior consciência sobre a importância da frequência alimentar, além da variedade e qualidade alimentar evidenciada no gráfico acima.

Esta constatação faz supor que melhores níveis de SA criam maior consciência a respeito da importância da alimentação saudável e variada da família; isto pode ser devido a múltiplos fatores, dentre eles a disposição de alimentos em quantidade e tipo, a renda e a escolaridade.

4.9 Percepções Familiares sobre Qualidade de Vida e sua relação com a (In)SA

Pesquisar as percepções das famílias do Horto Vergel quanto à sua vida e seu entorno familiar e um fato que está atrelado à memória e vida destas, sendo que muitas vezes as percepções destas são as que orientam seu caminhar na sua inter-relação com a sociedade.

As percepções das famílias titulares do Vergel, em especial as famílias em SA e IAL, indicam que estas sentem que se vive melhor no campo que na cidade, e que sua vida após chegar ao Assentamento, para a maioria delas, é “boa”. Isto é um indicativo que melhores níveis de SA melhoram objetivamente a vida das pessoas e isto influencia as percepções das mesmas (Tabela 68):

TABELA 68: As percepções das famílias do Horto Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar

Nível	Na sua opinião, onde as pessoas vivem melhor?				Como avalia sua vida após chegar ao Assentamento?			
	Na cidade	No campo	É igual	NS/NR	Boa	Regular	Ruim	NS/NR
SA	3	48	1	1	38	14	1	0
IAL	2	14	0	0	7	5	3	1
IAM	0	2	0	0	1	1	0	0
IAG	2	0	0	1	0	3	0	0
Total	7	64	1	2	46	23	4	1

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

A pesquisa também evidenciou que as famílias, principalmente as de SA, pensam que o futuro da família assentada depende acima de tudo do trabalho e esforço de toda a família. Isto é uma percepção chave no processo de desenvolvimento familiar, pois além de distribuir poder indica que as famílias não esperam que o desenvolvimento venha de fora. Portanto, são mais criativas nas suas estratégias de reprodução (Tabela 68a):

TABELA 68a As percepções das famílias do Horto Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar

Nível	Na sua opinião, o futuro da sua família depende antes de nada do				Na sua opinião, qual a situação de vida das famílias assentadas do Horto Vergel?			
	Chefe da família	Toda a família	Governo	Outro	Boa	Regular	Ruim	NS/NR
SA	14	28	8	3	14	28	7	4
IAL	4	9	3	0	1	14	1	0
IAM	0	1	1	0	1	1	0	0
IAG	0	1	2	0	0	1	2	0
Total	18	39	14	3	16	44	10	4

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

No que diz respeito à percepção sobre a situação de vidas das famílias do Assentamento, de modo geral as famílias indicaram que elas vivem de maneira “regular”. Esta percepção foi majoritariamente indicada pelas famílias em SA e isto talvez seja produto do olhar diferenciado que as famílias deste nível têm.

A pesquisa evidenciou também que as famílias assentadas, majoritariamente, gostam de viver no Assentamento, de serem chamadas assentadas e de serem agricultoras familiares, um ponto mais a favor da vida e da apropriação do espaço e identidade. Poderia ser dito que ainda quando a tabela 68b gera suspeita no que diz respeito a futuras evasões do Assentamento: existe um número considerável de famílias que já têm conseguido fixar-se no mesmo e fazer deste seu futuro de vida.

TABELA 68b: As percepções das famílias do Horto Vergel e sua relação com a (In)segurança alimentar

Nível	Gosta de viver no Assentamento?			Gosta de ser chamado de assentado?			Gosta de ser agricultor?			Deseja que seus filhos sejam agricultores?			
	Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	NS/NR	Não aplica
SA	51	1	1	45	4	4	47	3	3	21	11	8	13
IAL	13	3	0	10	6	0	13	3	0	8	4	3	1
IAM	2	0	0	2	0	0	1	1	0	0	1	1	0
IAG	3	0	0	0	0	3	1	0	2	1	0	2	0
Total	69	4	1	57	10	7	62	7	5	30	16	14	14

Fonte: Elaboração própria com base em dados de campo 2008, 2013.

Quando perguntadas sobre o desejo de que os filhos sejam agricultores, houve um encontro de sentimentos, incertezas, frustrações, medos: tudo isto objetivou-se com a resposta afirmativa de 30 famílias e negativa de 16 delas. Esta percepção está justificada no fato do Assentamento não ter infraestrutura social que facilite o desenvolvimento dos filhos no seio familiar, evidentemente no contexto de globalização e competitividade atual não é possível que o amor pela terra se sobreponha ao necessário desenvolvimento das pessoas, neste caso, os filhos dos assentados.

4.10 Considerações Finais do Capítulo

Após ter feito uma revisão conceitual sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) do Brasil, que mede a (In)segurança alimentar no nível familiar, prosseguiu-se a realizar a inter-relação e respectiva análise das variáveis propostas.

Os dados da PNAD 2009 demonstraram que existem no Brasil 30,2% de pessoas lidando com algum grau de insegurança alimentar: 18,7% da população com IA Leve, 6,5% com IA Moderada e 5,0% com IA Grave. Nesta oportunidade, a área rural apresentou insegurança alimentar superior à identificada na área urbana. Tudo isto levou a evidenciar que, em 2009, na área rural existiam sete milhões de pessoas que viviam em domicílios com restrição quantitativa de alimentos e 2,9 milhões de pessoas vivenciavam a fome nos seus lares. No Horto Vergel, segundo a pesquisa, evidenciou-se uma evolução percentual positiva da SA em comparação a 2008; nesta oportunidade comprovou-se a existência de 71,6% de famílias em segurança alimentar; 21,6% em insegurança alimentar leve; 2,7% em insegurança alimentar moderada e 4% em insegurança alimentar grave.

Evidencia-se que os grupos de SA e IAL de 2013 estão conformados, majoritariamente, por famílias provenientes de todos os outros níveis de insegurança alimentar de 2008. No decorrer dos anos, as famílias titulares do Vergel tiveram forte tendência a elevar de nível de (In)SA, em especial as famílias que em 2008 estavam em IAL. Esta migração, eminentemente positiva, acredita-se que tenha, como uma das principais causas, o fato de 70 famílias titulares terem se engajado desde 2008 na venda de produtos agrícolas ao PAA e PNAE assim como outros mercados locais.

Ficou também evidente que a metade dos titulares do Vergel (53) estar em nível de SA, e isto se deve, principalmente, ao incremento da produção para o autoconsumo, à maior diversidade de cultivos no lote, à renda familiar e à maior escolaridade dos filhos.

Considerando que as famílias na sua maior parte têm filhos menores de 18 anos, observa-se que há uma enorme responsabilidade pela frente quanto ao cuidado e futuro dos mesmos; mas também este fato se constitui numa potencial força ativa de trabalho da qual dependerá o futuro do Assentamento.

No que diz respeito à escolaridade, percebeu-se que o número de pessoas sem escolaridade em 2013 é maior que em 2008 (principalmente no nível de SA), isto principalmente pelo número de crianças, que não estão em idade escolar, assim como os familiares dos assentados que têm chegado ao Assentamento e fortalecido este grupo de famílias.

Evidenciou-se a urgente necessidade de infraestrutura educativa dentro do Assentamento (escolas), infraestrutura que acabe com o sofrimento e desgaste que as pessoas do Vergel têm no processo de deslocamento para escolas de fora. A melhoria desse quadro poderia redundar em melhores níveis de aprendizado, satisfação e motivação.

No que diz respeito ao número de integrantes por família, este foi mais significativo em 2013 no nível de SA, no qual há maior número de famílias com mais de seis integrantes. Este fato pode ser explicado, em parte, pelos casamentos, os nascimentos e pela chegada de parentes das famílias que antes moravam em outros lugares. Isto indica que a SA das famílias traz consigo o fortalecimento familiar, devido às melhores condições de vida, que redundam numa maior força de trabalho para as famílias e reflete as melhores oportunidades de geração de renda que as famílias estão atualmente tendo.

No que se refere à produção vegetal observou-se que as famílias de melhores níveis de SA são as que detêm maior diversidade vegetal, maior volume de produção, autoconsumo e renda. Tudo isto motivado pelo engajamento de 70 famílias titulares na venda deste tipo de produtos ao PAA e PNAE.

A atividade de criação de animais em 2013, segundo número de famílias dedicadas à atividade, teve um importante crescimento com respeito a 2008, principalmente no nível de

famílias em SA, no que diz respeito à criação de aves (principalmente galinhas); suínos, e bovinos para produção de leite. Em termos gerais diminuiu o número de famílias com criações.

Isto evidenciou que melhores níveis de segurança alimentar promovem maior concentração das famílias no volume e investimento na produção animal, passando esta a ser vista como atividade geradora de renda e alimentação das famílias.

As atividades de processamento da produção que têm se concentrado nas famílias de SA e IAL, indicam que melhores níveis de (IN)SA carregam implícito a maior importância nas atividades de processamento e agregação de valor dos produtos, fato este último que fortalece a economia das famílias participantes. Acredita-se também que estas atividades de processamento de produtos agropecuários, no nível do Assentamento, são bem mais sucedidas quando realizadas por grupos organizados e capacitados para este fim. Finalmente e ante o evidenciado, pensa-se que melhores níveis de segurança alimentar tendem a criar estratégias para diversificar mais sua renda, fortalecendo e valorizando produtos com mercado assegurado.

Com relação às atividades não agrícolas, estas estão concentradas majoritariamente, no nível de SA e IAL, fato que reafirma que as melhores condições de vida das famílias também geram melhores condições para a promoção de estratégias de diversificação de renda. Estas atividades realizadas pelas famílias em melhores níveis da escala alimentar sugerem que com o decorrer do tempo as famílias desenvolveram melhores capacidades para o trabalho, fato que estaria associado, dentre outros fatores, ao incremento do grau de escolaridade.

No que concerne à moradia das famílias do Vergel, fica evidente que a ascensão de nível alimentar traz consigo as possibilidades de melhoras nas moradias (número e tipo de casas), no acabamento destas, na decoração e na segurança das mesmas; mesmo assim e embora se tenha evidenciado melhorias significativas no conforto habitacional referido, principalmente, ao número de casas novas construídas e reformadas nos lotes das famílias titulares do Vergel, isto não deixa pra trás a necessidade de que o Governo invista na construção da rede de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, serviços sem os quais o verdadeiro conforto e saúde familiar não serão conseguidos.

No que atinge à saúde, observou-se que a percepção da qualidade desta, em todos os níveis de (In)SA, têm tido evolução negativa nestes últimos anos. As famílias atualmente sentem que sua saúde vai de regular a ruim.

No que se refere ao uso de agrotóxico na agricultura e pecuária, observa-se que houve, em comparação com 2008, uma redução positiva geral quanto ao número de famílias que declararam usar este tipo de produtos na produção. Contudo, em nível de escala, evidenciou-se que são as famílias em SA as que estão voltadas em maior número ao uso destes produtos. Isto chama a atenção para o fato destas famílias reorientarem suas visões respeito à nocividade de esta prática.

Outro caso importante é a queda, em relação a 2008, do número de famílias fumam e bebem alguma bebida alcoólica. Percebe-se também que o consumo atual destes produtos se concentra majoritariamente no nível de famílias em SA; este fato traz a questão da possibilidade de que melhores níveis de segurança alimentar também geram maiores oportunidades para o consumo destes produtos.

No tocante à renda, esta igual ao constatado em 2008 se concentra na faixa de 1,0 a 1,9 salários mínimos por família e principalmente, nas famílias do nível de SA e IAL. Evidencia-se, ainda que com menor intensidade que em 2008, que a SA das famílias do Vergel não têm uma relação estritamente direta com a renda monetária declarada por estas. Este fato estaria evidenciando que as percepções sobre a segurança alimentar das famílias vão além da renda monetária percebida e atravessam muitas outras variáveis.

No que se refere ao PAA, ficou evidente o parcial desconhecimento e confusão conceitual do Programa, mas também ficou evidente o benefício desta Política não só no nível da produção, autoconsumo, fortalecimento familiar, melhores níveis de segurança alimentar e renda, mas também no nível das percepções das famílias as quais têm uma forte relação com a consecução da Segurança Alimentar. O PAA de fato tem-se posicionado no Horto Vergel, e através da importante presença da APPR, como uma Política de indiscutível importância para a segurança alimentar das famílias porém existe a urgente necessidade de fortalecer a presença do governo no que se refere ao aprimoramento das atividades agrícolas, a socialização do alcance da Política à capacitação para a venda de novos produtos com maior valor agregado como são os orgânicos e

finalmente se vê necessário o fortalecimento das relações entre as famílias produtoras, a APPR e o serviço de Assistência Técnica e extensão Rural.

No que se refere ao PNAE, ficou evidente que as famílias em Segurança Alimentar, principalmente são as que têm um grau de conhecimento maior quanto ao Programa, participam em maior número do mesmo, exploram mais a terra como consequência desta participação, mudaram positivamente seu consumo alimentar, sentiram que sua renda melhorou. No entanto, a metade destas indicou não desejar continuar participando do mesmo.

O PNAE e o PAA são políticas que no Vergel são de fundamental importância na promoção da segurança alimentar das famílias assentadas, contudo há necessidade de que estas cheguem aos participantes numa linguagem simples e direta, com processos claros e rápidos que eliminem a burocracia e entendam a heterogeneidade das capacidades dos fornecedores assentados com respeito aos outros grupos.

O PNAE, assim como o PAA, precisa, para uma melhor atuação no Assentamento, da articulação entre a instância encarregada da assistência técnica e extensão rural do Assentamento, a organização de produtores assentados e as famílias do Vergel.

Finalmente, pode-se afirmar que o PNAE, igualmente ao PAA, é um Programa que atinge diretamente a segurança alimentar das famílias, porém se fazem necessários ajustes na implementação da Política para os espaços de Assentamentos rurais.

No que diz respeito ao Programa Bolsa Família, acredita-se que este no Horto Vergel é um Programa que, ainda que apresente falhas quanto à focalização dos verdadeiros beneficiários, tem conseguido, no decorrer do tempo, se fixar no entendimento das famílias como um Programa de ajuda ante a pobreza e especialmente tem conseguido criar consciência familiar no que diz respeito à importância no cuidado da saúde e à escolarização dos filhos, fatos estes, que associados a melhores níveis de segurança alimentar, estão fortalecendo o capital social presente e futuro do país.

Com relação à ATER oferecida no Assentamento, que segundo suas concepções fundamentais está dirigida a procurar a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, pode-se dizer que esta tem um histórico de conflituoso relacionamento entre as famílias

assentadas, a organização de produtores e a instituição encarregada da ATER. Isto gera a ruptura dos fluxos e sinergias que deveriam existir em prol do desenvolvimento das famílias assentadas como objetivo fundamental da reforma agrária.

Outra variável analisada refere-se ao consumo alimentar das famílias do Vergel: , segundo o evidenciado, tem variado no decorrer do tempo e isto tem obedecido às melhores rendas percebidas, à quantidade e variedade da produção agrícola do lote, e às influências alimentares urbanas. Atualmente mais famílias, em especial as do nível de SA, estão consumindo leite, lentilha, mandioca, verduras, legumes, frutas, carne peixe, miúdos, ovos e margarina. Estas mudanças alimentares foram positivas em relação a 2008, pois diminuiu o número de famílias que consomem embutidos, macarrão, miojo, frituras, biscoitos recheados e refrigerantes.

O consumo alimentar em 2013 faz supor que melhores níveis de SA criam maior consciência quanto à importância da alimentação saudável e variada da família; isto pode ser devido a múltiplos fatores dentre eles a disposição de alimentos em quantidade e tipo, a renda e a escolaridade.

No que diz respeito às percepções das famílias titulares do Vergel, a pesquisa evidenciou que as famílias, em especial as do nível de SA e IAL, sentem que se vive melhor no campo que na cidade, e que sua vida após chegar ao Assentamento é “boa”. Isto é um indicativo que melhores níveis de SA melhoram objetivamente a vida das pessoas e isto influencia nas percepções das mesmas. Evidenciou-se também que as famílias percebem o desenvolvimento como responsabilidade familiar e não responsabilidade governamental. Esta é uma percepção chave no processo de desenvolvimento familiar, pois além de empoderar indica que as famílias não esperam que o desenvolvimento venha de fora, por conseguinte são mais criativas nas suas estratégias de reprodução.

As famílias titulares, em especial as famílias em SA e IAL, quando perguntadas sobre o desejo de que os filhos sejam agricultores evidenciaram incertezas, frustrações, medos. Isto acredita-se que esteja justificado no fato do Assentamento não ter infraestrutura social, como escolas, que facilite o desenvolvimento dos filhos no seio familiar por consequência estes têm que deixar a família, o Assentamento e muitas vezes seu futuro como agricultores.

No decorrer dos últimos cinco anos 13 famílias originais deixaram a terra pela qual lutaram e na qual viveram por mais de 10 anos, este fato não pode-se atribuir, completamente, a causas intrínsecas das famílias mas também aos problemas de infraestrutura (como falta de escolas, água potável), assistência técnica, dentre outros evidenciados no Assentamento; pois como afirma Leite et al. (2004): “Ao criar o Assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabiliza-o, queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um Assentamento é o desempenho do Estado”.

Como visto, no decorrer do capítulo, as diferentes variáveis pelas quais perpassa a Reforma Agrária são variáveis que ao se inter-relacionar com os níveis de (IN)SA demonstram que as famílias ao serem beneficiadas por esta Política vivenciam processos evolutivos diferenciados consequentes às suas capacidades, motivações, os recursos e oportunidades que o processo reformista lhes oferece. As famílias entram num ciclo de evolução positiva guiado pela garantia alimentar que estas conseguem ter e ainda com limitações (como a infraestrutura, saneamento) criam e recriam estratégias para se fixar e posicionar melhor no seu espaço.

CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as considerações apresentadas ao longo dos capítulos, se faz possível inferir em algumas conclusões da tese apresentada.

A Reforma Agrária é uma política pertinente no contexto atual, assim a evidenciam as famílias do Horto Vergel e as de tantos outros assentamentos onde esta política devolveu dignidade e vida. A Reforma Agrária não só distribui terra, também garante renda, alimentos, oportunidades, indica caminhos, apoia iniciativas e impulsiona sonhos. Assim sendo, esta Política não pode ser vista sob enfoque unidimensional, pois isto limitaria o entendimento dos verdadeiros e multidimensionais alcances da mesma.

A Reforma Agrária em diálogo com a Segurança Alimentar evidência que as famílias, ao serem beneficiadas por esta Política, vivenciam processos evolutivos diferenciados conforme às suas capacidades, motivações, recursos e oportunidades que o processo reformista lhes oferece. As famílias entram num ciclo de evolução positiva guiado pela garantia alimentar que estas conseguem ter e ainda com limitações (como a infraestrutura, saneamento) criam e recriam estratégias para se fixar e posicionar melhor no seu espaço garantindo assim seu desenvolvimento. É possível manifestar que no Horto Vergel a Segurança Alimentar das famílias está diretamente relacionada à eficácia da Reforma Agrária do assentamento.

No Horto Vergel a Reforma Agrária está se materializando com lentidão e isto, acreditasse que se deva, principalmente, à ineficiência dos setores governamentais envolvidos na implementação, no seguimento e cumprimento das diretrizes e metas pautadas no Plano Nacional de Reforma Agrária.

A Assistência Técnica e Extensão Rural oferecida no Assentamento não cumpre com sua verdadeira função e tem se limitado a trabalhos pontuais de “assistência técnica” com algumas famílias. Mesmo ante este cenário não se pode deixar de ressaltar que os trabalhos desenvolvidos pelas diferentes instituições que oferecem extensão rural no assentamento e quando bem planejados têm oferecido bons e visíveis resultados. No assentamento Vergel o serviço de ATER é um gargalo que limita o desenvolvimento do assentamento e isto, à sua vez, constitui se num dos fatores que vem limitando a efetividade da Reforma Agrária.

A universalização do direito à educação e à cultura, que fazem parte do plano de desenvolvimento do Assentamento, não têm sido incluídos pelo Governo dentre as necessidades prioritárias a serem conseguidas no Vergel, pois até a data, o Assentamento não possui escola e

as áreas destinadas para espaços de lazer não têm nenhuma infraestrutura para o garantir a mesma. No que diz respeito ao sistema de saneamento básico, este limita-se à distribuição de água não tratada aos domicílios proveniente, principalmente, dos poços artesianos existentes e o esgotamento sanitário vai diretamente às fossas negras construídas em todos os lotes.

A Reforma Agrária que o Assentamento tem é uma reforma parcial induzida pelos demandantes e não planejada pelo Governo, importante em termos de distribuição de terra e geração das bases para o desenvolvimento familiar, porém e como evidenciado, com um fraco acompanhamento social e técnico nas diferentes etapas e processos desta.

A Reforma Agrária é uma política, social de enorme importância na solução da fome e pobreza; é urgente e necessária na vida do País e dos milhares de pessoas que ainda aguardam por ela mas precisa reformular e retificar seus caminhos, superar barreiras burocráticas e até a conflituosidade inter e intra institucional e setorial em prol da criação de sinergias positivas para o alcance dos objetivos propostos e no tempo adequado, a Reforma Agrária, como implementada no Horto Vergel, precisa evidenciar seu caráter estrutural e transversal.

Sendo a Reforma Agrária uma política baseada na vontade dos governantes, precisa de mediadores comprometidos com a causa assim como de processos rápidos, planejados, e não burocráticos. No Horto Vergel a Reforma Agrária requer de parcerias a fazer e outras a fortalecer, para com isto, gerar ações de investimento na construção de escolas, espaços de lazer, melhor atendimento à saúde, programas de educação e prevenção ante os riscos das doenças crônicas, programas de reeducação alimentar, saneamento básico, assistência técnica e extensão rural para o planejamento, execução e acompanhamento dos processos agropecuários, promoção dos cuidados e preservação do solo, mecanismos para fortalecer a segurança cidadã, transporte público rural, serviços de internet, fortalecimento das atividades de processamento da produção vegetal assim como da produção animal.

A Reforma Agraria, oportunidade de entrada e saída ao desenvolvimento, para dar certo precisa do comprometimento efetivo de todos os envolvidos tanto os executores da política assim como os beneficiários da mesma.

REFERÊNCIAS

- ACHACOLLO, N.; SOTO, M. La Segunda Reforma Agraria en Bolivia. In ORTEGA, G.; PALAU, T (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional**. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p
- ALEGRETT, R. Evolución y Tendencias de las Reformas Agrarias en América Latina. 112-126p. In: COX, M. et al. **Reforma Agraria, Colonización y Cooperativas**. 2003, n^o2, FAO, Roma, 130p.
- ANDRADE, F. R. P. DE. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Assentamentos Rurais de Araras/SP**. 2013. 116f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas – SP. 2013.
- ARAÚJO. C. R. **Manutenção da diversidade agrícola em Assentamentos rurais: um estudo de caso em Moji-Mirim – SP, Brasil**. Revista Biotemas, 25 (3), 2012. 265-280p.
- AROUCHA, E. P. T. L. **Agricultura Familiar na Alimentação Escolar: estudo de oportunidades e de desafios**. 2012. 182p. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ASBRAER. **Extensão Rural: Um Serviço Essencial**. 2012. 15p. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Leite_e_derivados/Workshop/APP_ASBRAER_Extens%C3%A3o_rural.pdf> Acesso: Jul. de 2012.
- ATAURI, L. M. **Recursos Florestais e Agroflorestais No Assentamento 12 de outubro (HortoVergel), Mogi Mirim- SP**. 2008. 111f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP, Campinas – SP. 2008.
- BARRACLOUGH, S. **Que é uma Reforma Agrária**. 17-22p. 1976 n5-6 Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA.
- BARBOZA, R. M de L. T. **Estratégias, Condições e Obstáculos para Implantação de Técnicas mais Sustentáveis no Manejo da Água em Assentamentos Rurais: O caso Assentamento Rural Horto Vergel “12 de Outubro”, Mogi Mirim – SP**. 2011. 282f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. São Carlos 2011.
- BELIK, W. **Perspectivas para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Revista Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEIS, B. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Local**. In: XLII Congresso Brasileiro de

Economia e Sociologia Rural - 25 a 28/07/2004. Cuiabá. Anais da SOBER. Brasília. 2004. p. 1-12.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C.; **O que são Assentamentos Rurais?**, Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense. 1996. 88p.

A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2003. v. 1. 191 p

BERGAMASCO, S.; FERRANTE, V. L. S. B. “No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam.” In: MARINHO, Danilo N. C. e ROSA, Sueli L. C., **Os Assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998. 171-204p.

BERGAMASCO, S. M. P. P; **Agricultura e Assistência Técnica no Estado de São Paulo**. Botucatu: Faculdade de Ciências Agronômicas do “Campus” de Botucatu (UNESP), 1983. 286p (Tese de Livre-Docência)

A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

Reforma Agrária e Assentamentos em São Paulo: mudanças no espaço rural. Jornal da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP. p. 2. 22 a 28 de setembro de 2003

Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: caminhos para erradicação da pobreza e para a Segurança Alimentar. In: FORUM: COMBATE À POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2011. Campinas/SP, 29p.

BRASIL. Decreto Nº 37.106 de 31/03/1955. **Institui a companhia da Merenda Escolar**. Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: Dez. de 2013W

BRASIL. Decreto Nº 39.007 de 11/04/1956. **Dispõe sobre a Campanha da Merenda Escolar**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: Dez. de 2013X.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômicas. Comissão de Solos. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 1960. 634p.

BRASIL. LEI Nº 4504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acesso: 19 de Nov. de 2012

BRASIL, Decreto N° 56.886 de 20/09/1965. **Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação.** Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1965-09-20;56886> Acesso: Nov. 2012x.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso: maio. 2010.

BRASIL. Lei Estadual N° 4957, artigo 7° de 30/12/1985. **Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários** <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prolei4957.htm>> Acesso: jul. 2012D

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Portaria Num. 080, de 24/4/2002. **Adota as denominações e os conceitos aplicáveis ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua entidade vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184224>> Acesso: dez. de 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília: MDA/INCRA, 2003. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/iipnra> Acesso: set. 2009.

BRASIL. Lei N° 10.696 de 02/07/2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm Acesso: mar. 2013U.

BRASIL. Lei N° 10.836 de 09/01/2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm> Acesso: fev. 2012Q.

BRASIL. Decreto N° 5.209 de 17/09/2004. **Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09/01/2004 que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm> Acesso: fev. 2012q.

BRASIL. Lei N° 11.346, DE 15/08/2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm> Acesso: out. 2013g.

BRASIL. LEI N° 11.947, de 16/06/2009. **Dispõe Sobre o Atendimento da Alimentação Escolar.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso: dez. de 2013b.

BRASIL. Decreto N° 7.215, de 15/06/2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm> Acesso: Dez. de 2013e.

BRASIL. Lei Nº 12.188 de 11/01/2010. **Institui a PNATER.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso: Dez. de 2013d.

BRASIL. Decreto Nº 7.492 de 02/06/2011. **Institui o Plano Brasil Sem Miséria.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm> Acesso: set. 2013R.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.866, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).** Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_N_2866_021211_Campo_Floresta.pdf> Acesso: jun. 2013N.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome- MDS. **Oficina PAA data.** Material para impressão. s/d. 48p. 2012V.

BRASIL. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. **Plano Estadual 2012-2015.** TEIXEIRA. J. M. de C. et al. (Org). 2012. 200p. Disponível em: <[http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/pes_2012_2015%20\(site%20SES-SP%2029ago13\).pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/pes_2012_2015%20(site%20SES-SP%2029ago13).pdf)>. Acesso: out. de 2013P.

BRASIL. Decreto Nº 8.026 de 06/06/2013 **Altera Decreto que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm#art1> Acesso: nov. 2013u.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Ministério da Saúde e Municípios: juntos pelo acesso integral e de qualidade à saúde .2.** ed. 70p. Brasília. 2013M.

BROSLER, T. M. **Materiais não convencionais na construção civil:** presente, passado e futuro no processo de conhecimento dos assentados de Mogi Mirim-SP. 2011. 116f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas - SP. 2011.

BRUNO, R; MEDEIROS, L. **Percentuais e causas de evasão nos Assentamentos rurais.** Brasília: INCRA/MDA. Cadernos da terra, num. 9. 2001.

CANTELLI, J. R. **Dados sobre o Assentamento Horto Vergel** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < jcantelli@itesp.sp.gov.br>. Em agosto de 2012.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público.** 1991. 134f. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. 1991.

CASTRO, J. de. **A Geografia da Fome. A fome no Brasil.** Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1946. 354p.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 10a ed., Rio de Janeiro: Ed. Antares. 1984.

CASTRO, C.E.F. DE; CARBOBELL, S.A.M; MAIA, M.S.D. **Pontes para o Futuro**. 1ª ed. Campinas: CONSEPA, 2005. 149p.

CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA- CEPAGRI. **Clima dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_348.html> Acesso: out. 2013

CHONCHOL. J. La Reforma Agraria en América Latina. In. VEGA. J de V.; CORDOVA. M. U. F de. **Proceso Agrario en Bolivia y América Latina**. La Paz: CIDES-UMSA, Posgrado en Ciencias del Desarrollo. PLURAL editores, 2003, p. 205-222

CIFUENTES, C. M. Guatemala: Reforma Agraria Integral. In ORTEGA, G. e PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional**. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

COCA, E. L. de F. **Análise e Mapeamento dos Tipos de Assentamentos no Brasil: Compreender a Diversidade e a Atualidade da Reforma Agrária Brasileira** – Estudo dos Assentamentos das Regiões Norte e Nordeste. Relatório Final FAPESP. Presidente Prudente, 2008. 112p.

COELHO, M. R.; SANTOS, H. G. dos; SILVA, E. F. da & AGLIO, M. L. D. O Recurso Natural Solo. In: C.V. MANZATTO, E. de F. J.; PERES. J. R. R. **Uso agrícola dos solos brasileiros**. Embrapa Solos, Rio de Janeiro, Brasil. 2002. pp. 1-11

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE REFORMA AGRARIA Y DESARROLLO RURAL- CMRADR. **Declaración Final**. Roma-Italia. 1979. Disponível em: <[http://www.fao.org/docrep/u8719s/u8719s02.htm#declaración de principios](http://www.fao.org/docrep/u8719s/u8719s02.htm#declaración%20de%20principios)> Acesso: abr. de 2008.

COX, M.; MUNRO-FAURE, P.; MATHIEU, P., HERRERA, A.; PALMER, D.; GROPPA, P. (2003). FAO in **Agrarian Reform. Land Reform, Land Settlement and Cooperatives**, Roma, 2003/2.

CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE LA REFORMA AGRARIA Y EL DESARROLLO RURAL- CIRADR. **Declaración Final**. Porto Alegre/BR. 7-10 de março de 2006.

CORASSIN, M. L. **A Reforma Agrária na Roma Antiga**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 84p.

COTTA, T. C.; PAIVA, L. H. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. In **Bolsa Família 2003-2010**; v.1. 336p. (57-99) Avanços e Desafios. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_voll1.pdf> Acesso: jan, 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, resultados das ações da CONAB em 2012.** 21p. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>> Acesso: jun. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resultado das Ações da CONAB em 2008.** 14p. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>> Acesso: jun. 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança alimentar e Nutricional.** Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança alimentar e Nutricional, Brasília, 2004.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.consea.sp.gov.br/library/pdf/CONSELHOSMUNICIPAIS.pdf>> Acesso: mai.2013.

CONTI, I. L. **Segurança Alimentar e Nutricional : noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE, 2009.62 p. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=14221> Acesso: out. 2013.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e Segurança Alimentar em Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.** Campinas, SP. 2006. 106f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos.** – Rio de Janeiro : 2009G. 412p.

Cultivo do Arroz de Terras Altas no Estado de Mato Grosso. 2013 Disponível em:<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozTerrasAltasMatoGrosso/solos.htm>> Acesso: mar. 2013H.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA-SOLOS. **Solos do Brasil. Calendário de Solos 2013.** Disponível em: <http://www.cnps.embrapa.br/download/calendario_de_solos_2013.pdf> Acesso: abr.de 2013E.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no Governo Lula: a esperança.** 2003. 7p Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf> Acesso: jun. de 2012.

FERREIRA, P. **A Reforma Agrária.** 3ª Ed. Livraria Freitas Bastos S.A. Rio de Janeiro. 1964. 130p.

FILIPPI, E. E. **Reforma Agrária: Experiências Internacionais de Reordenamento Agrário e a Evolução da Questão da Terra no Brasil**. Porto Alegre/BR: Editora da UFRGS. 2005, 94p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Agrárian Reform. Land Reform, Land Settlement and Cooperatives**, Roma, 2003/2. 42p.

Escala Latinoamericana y Caribeña de Seguridad Alimentaria – ELCSA. Manual de uso y aplicación. 2012. 78p

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acesso: Dez. de 2013a.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Cartilha Alimentação Escolar e Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao>> Acesso: Dez. de 2013Y.

Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013a. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em<<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso: Dez. 2013c.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS –SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. Mogi Mirim. Disponível em:<<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/iprs/mun3530805.pdf>> Acesso: jul, 2013

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO- ITESP. **Assentamentos. Situação Quanto à Localização Municipal**. Disponível em <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/Assentamentos.aspx>>. Acesso em: 07 de outubro de 2013.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA Horto Florestal de Vergel- Mogi Mirim – SP. 2006. 173p. Não publicado.

Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários – DARF/ Grupo de estudos e projetos. Mapa do Assentamento Horto Vergel. Campinas. 1999. 1 mapa.

Portaria 12 de 08 de 2000. **Dispõe sobre Criação de Assentamentos- Horto Vergel**. Disponível em:<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx>> Acesso: Dez 2008.

Caderneta de Campo Safra 1998/1999. 1p. Mensagem Pessoal. Não publicado. 2012k.

GARCIA, A. **Proceso e Frustración de las Reformas Agrarias en América Latina**. 1967.

_____ **El Problema Agrario de América Latina**. Separata de la Revista de la divulgación cultural n° 3, Universidad Nacional de Colombia, 1969.

_____ **Modelos Operacionales de Reforma Agraria**. Serie Investigación y Desarrollo/ IICA n°. 31982. San José, Costa Rica, 1985. 210p.

_____ **Reforma Agraria y Desarrollo Capitalista**. Centro de Investigaciones para el Desarrollo, Bogotá. 1986, p. 95.

GARZA, J. Honduras: Reforma Agraria. In ORTEGA, G. e PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional**. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 45p.

_____ **Reforma Agrária**. Lua Nova vol.1 no.4 São Paulo Mar. 1985. 4p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451985000100012&script=sci_arttext> Acesso em: abr. 2013

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Rio de Janeiro, 2010. 24p.

GROPPO, P. **La FAO y la Reforma Agraria en América Latina: hacia una nueva visión**, Departamento de Desarrollo Sostenible, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO. 1997. Disponível em: <<http://www.fao.org/sd/SPdirect/Ltan0012.htm>> Acesso em 11 Nov de 2013.

GUERRERO, I. C. **O (In)segurança Alimentar no Assentamento Rural Horto Vergel- Mogi Mirim /SP**. 2009. 104f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas-SP. 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008J**. 219p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf> Acesso: jul. de 2013.

_____ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Suplemento de Segurança Alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro. 2010. 13p. Disponível em<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf>. Acesso: nov. 2010h.

_____ **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. 219p. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>
Acesso: julho de 2013.

_____ **Informação sobre os Municípios Brasileiros. Cidades.**
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=sp>> Acesso: out.2013B.

_____ **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios - PNAD 2009.**
São Paulo. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/Estadosat/temas.php?sigla=sp&tema=pnad_seguranca_alimentar_2009
> Acesso: jun.2013C.

_____ **Manual Técnico de Pedologia. (Manuais Técnicos em Geociências no 4). 2da Ed.** Rio de Janeiro: IBGE. 2007F. 316 p,

_____ **Um Panorama da Saúde do Brasil:** Acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde. 2008. 256p Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnad_panorama_saude_brasil.pdf> Acesso: jul. 2010O.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas.** Junho 2008. Disponível em:
http://www.ibase.br/userimages/documento_sintese.pdf. Acesso: set. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária. Apresentação dos Primeiros Resultados.** Brasília, dezembro de 2010z. 38p. Disponível em:
<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-Assentamentos-2010>> Acesso: set. 2013.

_____ **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação.** Sistema SIPRA. Planilha gerada em 23/03/2012. Disponível em:
<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-Agrária-2/questao-Agrária/numeros-da-reforma-Agrária>> Acesso: out. de 2013b.

_____ **Assentamentos de Trabalhadores(as) Rurais - Números Oficiais.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-Agrária-2/questao-Agrária/numeros-da-reforma-Agrária>> Acesso: outubro de 2013a.

_____ **Nova metodologia reduz tempo de consolidação de Assentamentos.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11761-nova-metodologia-reduz-tempo-de-consolidacao-de-Assentamentos>>
Acesso: outubro de 2012.

KENNEDY, G. Qualitative measures of food insecurity and hunger – Keynote paper. In **International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food deprivation**

and Undernutrition. Rome, 2002. Disponível em: <http://www.fao.org/DOCREP/005/Y4249E/y4249e0c.htm#bm12>. Acesso: jul. 2008.

KEPPLE, A. **Relatório do produto 01:** documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional – PAA e Cisternas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.

LE COZ, J. **Las reformas Agrarias. De Zapata a Mao-Tse-Tung.** Barcelona, Edit. Ariel, 1976. 340p.

LEITE, P.S.; AVILA, R.V de. **Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina:** rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 777-805, jul./set. 2007.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; et al. (coords.). **Impactos dos Assentamentos:** Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro. Brasília, IICA/ NEAD; São Paulo, Ed. UNESP, 2004. 391p.

LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva de. **Processos Produtivos e Identitários:** o caso do Assentamento rural de Vergel em Mogi-Mirim - SP. 2005. 238 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Campinas- SP. 2005.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno “Segurança Alimentar”.** s/d. 52p. Disponível em: < <http://www.forumsocialmundial.org.br/download>>. Acesso: nov. de 2009.

MATTEI, L. F. **A Reforma Agrária Brasileira:** Evolução do Número de Famílias Assentadas no Período Pós-redemocratização do País. Estud. Soc. e Agric. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** Antecedentes, Concepção e Composição Geral do Programa. Cadernos do CEAM (UnB), v.7, p. 33-44, 2007.

MARTINS, J. S. **A Questão Agrária no Brasil e as Condições e Possibilidades da Reforma Agrária.** Brasília, MDA - INCRA, Ciclo de Palestras da Reforma Agrária: 2000a. 36p.’

_____. **Reforma agrária – O Impossível Diálogo.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo 2000. 176 p.

MELGAR-QUIÑONEZ, H. R, **La importancia de la información sobre la seguridad alimentaria para la toma de decisiones en la lucha contra el hambre.** GT2. Seguridad alimentaria 22 - 24 de agosto de 2013, San José, Costa Rica. 6p. Disponível em: < <http://www.parlamericas.org/uploads/documents/Article%20-%20Hugo%20Melgar%20-%20SPA.pdf>> Acesso: nov. 2013.

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em Assentamentos rurais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre 2006, 228p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

MENEZES, F.; SANTARELLI, M. **Da Estratégia “Fome Zero” ao Plano “Brasil Sem Miséria”**: Elementos da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro. Brasil. IBASE. 2012. 72p.

MICHELLON, E. **Tendências de Educação e Extensão Rural no Brasil**. 8º. Congresso Brasileiro de Educação Agrícola Superior 53ª Reunião Anual da ABEAS. 2013. 39p.

MINA, M. **A Extensão Rural Brasileira Mostra sua Nova Fase**. Revista Marco Social. Entrevista, v. 13. Nº 01/2011. 102p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E COMBATE À FOME- MDS. **O Brasil Sem Miséria no seu Município. Boletim do MDS**. 2013. 6p. Disponível em <<http://www.brasilsemiserial.gov.br/municipios>> Acesso: 17 de dezembro de 2013S.

Programas. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>> Acesso: Dez. de 2013.

2013. **Consulta Pública Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp> Acesso: fev. 2013T.

MIRANDA, M. E. **Análise de Uma Situação de Conflito entre os Assentados e o MST**. São Paulo. 1999. 155f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo. 1999.

MIRANDA, L. A. **Recursos florestais e agroflorestais no Assentamento 12 de outubro (Horto Vergel), Mogi Mirim, SP**. 2008. 111 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas-SP. 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Nossas Bandeiras**. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>> Acesso: agost. de 2013.

NASCIMENTO, A.; ANDRADE, S. L. L. S de. **Segurança Alimentar e Nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?**. Ciência e Cultura. 2010, vol.62, n.4. 34-38p.

NAVAS, M. C.; GUILLEN, M.S. La Situación del Agro en El Salvador y las Mujeres Rurales. In ORTEGA, G.; PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional**. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/DIAKONIA, 2009. 225p.

NORDER, L. A. C. **Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.107-120, set. 2006.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ORTEGA, G.; PALAU, T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional**. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/DIAKONIA, 2009. 225p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 1996, 32p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. **Diez datos sobre el Saneamiento**. Disponível em: < <http://www.who.int/features/factfiles/sanitation/es/>> Acesso: jul. 2013f.

_____ **Perguntas Frequentes**. Disponível em: http://new.paho.org/arg/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=142> Acesso: jan. de 2013L.

OLIVEIRA, J. T. A. (Coord.). **Juventude e Projeto de Vida: desafios e perspectivas para a agricultura familiar no contexto dos Assentamentos rurais de São Paulo**. Relatório de Pesquisa - Projeto CNPq Edital Universal 02/2006. 2009. 382 p.

_____ **Segurança Alimentar no Campo: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de Assentamentos e remanescentes de quilombos**. Relatório Final, processo CNPq 559493/2010-0, 2013. FEAGRI/UNICAMP. Campinas, 2013. 78p.

OLINGER G. **Conceito, filosofia e princípios da Extensão Rural Pública e Gratuita**. Entrevista no Programa SC Rural. Emitido em 22/09/2010 Disponível em: <http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia.do?entity.noticiaPK.cdNoticia=49>Acesso> Acesso jan. 2013.

OLIVEIRA, J. B. **Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico**. (Boletim Científico, 45). Campinas, IAC, 1999, 112p.

OLIVEIRA, J. B. DE; JACOMINE, P. K. T.; CAMARGO, M. N. **Classes Gerais de Solos do Brasil**. Guia para reconhecimento. 2. ed., Jaboticabal: FUNEP, 1992. 201p.

OLIVEIRA, J.E.D. de.; CUNHA, S.F.de C. da.; MARCHINI, J. S. **A Desnutrição dos Pobres e dos Ricos: dados sobre alimentação no Brasil**. São Paulo; Sarvier, 1996.123p.

OSZLAK. O. **Reforma Agraria en América Latina: Una aproximación Política**. Internacional Review of Community Development. Piazza Cavalieri di Malta, 2- Roma n. 26. 1971. 18p.

PAES= SOUZA. R. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). **Plano Brasil Sem Miséria: Incremento E Mudanças na Política de Proteção e Promoção Social No Brasil**. Working Paper. Num. 113 Agosto, 2013. 69p.

PAIVA, L. H. **Inovações recentes no Programa Bolsa Família e Impactos na superação da extrema pobreza.** Apresentação no Painel Técnico Internacional sobre Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina. Brasília. 17 de junho de 2013. 21p. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/bolsafamilia10anos/01-apresentacao-luis-painel-internacional-17-junho> Acesso: set. 2013.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. **Seguridad Alimentaria y Nutricional: Marco conceptual.** In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI, 2005.

PEREIRA, M. T. **Desafios da Assistência e Extensão Rural in I Oficina Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional Projeto URB-AL.** Piracicaba 2006. 66p. Disponível em: <<http://www.urbaal.piracicaba.sp.gov.br/download/palestras/MARLY.pdf>> Acesso: out. 2013.

PESSANHA, L. D. R.; VANNIER-SANTOS, M. C.; MITCHELL, P. V. Indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Belo Horizonte: ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. v. 1. p. 1-20.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências.** 2010. 393f. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas, SP. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM- PMMM. **A Cidade de Mogi Mirim.** Disponível em: <<http://www.mogimirim.sp.gov.br/cidade.php>> Acesso: jan:2013.

Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi Mirim – PRDRS-MM. 2010-2013 Plano da Região de Mogi Mirim. Período de Vigência 2010-2013. 68p.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAVOREK G, (Org.) **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira.** São Paulo: Páginas & Letras Editora Gráfica; 2003. 5-38p.

ROCHA, H. F. **Disputa Territorial, Conceitualização e Atualidade da Reforma Agrária no Brasil.** GeoGraphos. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina – GIECRYAL- de la Universidad de Alicante, 2013, vol. 4, nº 50, p. 433-462. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/herivelto-fernandes.pdf?noCache=1364503807774>> Acesso: jul. de 2013

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. da S.; COELHO, V. P. **Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia:** estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. In: Sociedade e Desenvolvimento Rural: Avaliação de Política de Aquisição de Alimentos, v. 1, Nº 1, 2007. p. 1-22.

SAMPAIO, P.A. La reforma Agraria en América Latina: una revolución frustrada. En: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, Ano 6, nº 16. 8p. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16Sampaio.pdf>> Acesso: mar. de 2011.

SANTOS, I. P. do.; FERRANTE, V. L. S. B. (org). **Da Terra Nua ao Prato Cheio**: produção para consumo familiar nos Assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP/Uniará, 2003. 128p.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (229p). 253p.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A, KOOPE, L. R.; SILVA, C. C e. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. Capítulo do Livro A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, 137-165p.

SCOLESE, E. **A Reforma Agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005 (Folha explica). 103p.

SEGALL-CORREA, A. M.; SALLES-COSTA, R. **Novas possibilidades de alimentação a caminho**. 2008. Democracia Viva. N 39. Acesso: 15 /12/ 2008. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/DV_39_indicadores2.pdf. Acesso: Dez. 2012.

SEGALL- CORREA, A.M.; MARIN-LEON, L. **A Segurança Alimentar no Brasil**: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 1-19, 2009

SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE MOGI MIRIM – SAAE. **Mogi Mirim**. Disponível em: <<http://www.saaemogi.com.br/historia.html>> Acesso: jul. 2013.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>> Acesso : jan.2013.

SILVA, D. B. P. da.; BACCARIN, J. G.; ALEIXO, S. S.; FILIPAK, A. **Os agentes Sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: a percepção dos agricultores familiares. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. 23 a 25 de abril de 2013, UNESP. Araraquara (SP). 18p.

SINDICATO NACIONAL DOS PERITOS FEDERAIS AGRARIOS –SINDPFA. **Falecimento da Reforma Agrária**. Disponível em <http://www.sindpfa.org.br/subpaginas/detalhe_noticias.aspx?IDNOT=189>. Acesso: out. de 2013.

SIQUEIRA, A. P. P. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas**. 2008. 198 f. Dissertação de

Mestrado Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP. 2008.

SOARES, C. O. **Institucionalização e relações sociais na atenção a saúde em um Assentamento rural: o caso do Horto Vergel. 2005.** 89 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. 2005.

SOBRINHO, F. F. A. **A Extensão Rural na Fundação ITESP: Caminhos e Descaminhos do Ensino Aprendizagem.** Campinas, SP. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. 2008.

SOLORZANO, J. Nicarágua: Reforma Agraria Sandinista. In ORTEGA, G. e PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional.** 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

SOUZA, A, S, de.; FERNANDES. B. M. **Questões Políticas na criação de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Otimização, “Clonagem” E “Autofagia”.** 2006. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/QUEST%C3%95ES%20POL%C3%8DTICAS%20NA%20CRIA%C3%87%C3%83O%20DE%20ASSENTAMENTOS%20DE.pdf>>. Acesso: out. de 2013

SPAROVEK, G. A **Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira/** SPAROVEK, G. (Org.). São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 167p.

STÉDILE. J. P. **Reforma Agrária e o MST.** (Entrevista). Revista critica Marxista. Julho 1997. 15p.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. 303p.

_____. **Reforma Agrária Popular, por Terra e Soberania Alimentar. 2013.** Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 12 de dezembro de 2013 Acesso: dez. 2013.

_____. **Reforma Agrária no Mundo: Uma Necessidade Histórica.** 3p. In: Agenda Latino-americana ano 2001 “Pátria Grande, Patria Mundial”. 256p.

SUAREZ, J.A.; VELANDIA, N. Colombia: Violencia, Lucha y Reforma. In ORTEGA, G.; PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional.** 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

VALENTE, A. L. E. F. **"Mas qual reforma agrária?":revisitando um inconcluso debate.** In: CONGRESSO DA SOBER. 64. Rio Branco, 2008. 10p.

VARGAS, A. L. Perú: Reformas Agrarias en América Latina. In ORTEGA, G.; PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional.** 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

VASCONCELLOS, B. M. **Gênero, Tecnologia e Economia Solidária**: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2011. 151f. Dissertação de Mestrado.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas-SP. 2011.

VEIGA, J. E da. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. 89p.

VIVANCO, A. C. in LIMA, R. A de M. **Direito Agrário, Reforma Agrária e Colonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 148p.